

**PELA
PERFECTIBILIDADE
DA RAÇA**

**A INFÂNCIA
NO PRIMEIRO
CONGRESSO
BRASILEIRO
DE EUGENIA
(1929)**

**VICTORIA GUILHERME GUEDES DE MOURA
AUTORA**

**Pela perfectibilidade da raça:
a infância no Primeiro Congresso Brasileiro
de Eugenia (1929)**

Esse livro é resultado de uma Dissertação de Mestrado financiada pela CAPES, ganhadora do Concurso da Melhor Dissertação - 2021/2023: *II Prêmio Jacqueline dos Santos Morais* realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Victoria Guilherme Guedes de Moura

**Pela perfectibilidade da raça:
a infância no Primeiro Congresso Brasileiro
de Eugenia (1929)**



Pedro & João
editores

Copyright © Victoria Guilherme Guedes de Moura

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Victoria Guilherme Guedes de Moura

Pela perfectibilidade da raça: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 277p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1098-8 [Impresso]

978-65-265-1099-5[Digital]

1. Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. 2. Infância. 3. Década de 1920. 4. História da Educação. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

À Valentina, Vania e José Victor .
Ao Thiago, meu amor (*in memoriam*).
À Maria, minha saudosa avó (*in memoriam*).
Ao NIPHEI.
Aos que foram, que estão e que virão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu a vida e segura minhas mãos, sem soltá-las em nenhum momento. À Maria Santíssima, que intercede por mim e minha família, nos cobrindo com seu manto. A São Jorge, que há gerações marca a história da minha família, mantendo acesa a nossa fé e nos dando provas da sua presença. Salve Jorge!

À minha família, meu alicerce! Em especial à minha mãe, Vania, que acompanhou a pesquisa de perto, me dando todo suporte emocional para seguir caminhando. Acolheu a Valentina, minha filha, tentando preencher as ausências da minha presença. Além disso, estive com os olhos, ouvidos e braços sempre abertos, me cercado de atenção, amor e carinho. Meu exemplo de educadora, profissional, mãe e pessoa. Obrigada por tudo!

Ao Thiago, meu marido, amigo e companheiro de vida, o principal motivador para a realização dos meus sonhos. Como um fã dedicado acreditava mais em mim do que eu mesma. Pesquisador amador e um apaixonado pela História, juntos compartilhamos dúvidas, ideias e curiosidades que ajudaram a delinear alguns caminhos percorridos. Com a nossa filha, foi durante o processo de pesquisa e sempre será o melhor pai. Infelizmente, em janeiro de 2024, meu parceiro amado faleceu. O sentimento que nos uniu é eterno! Obrigada por tudo que fez, todas as suas palavras de incentivo, apoio e amor continuarão ecoando em meu coração.

Ao meu irmão, José Victor, que não mede esforços para me fazer feliz. Sempre disposto, está pronto a qualquer hora. É caçula, mas cuida de mim como se fosse um pai sério, amigo e protetor. Me ouviu todas as vezes que compartilhei minha pesquisa, mesmo sendo da área da Engenharia, esteve atento e disponível para me ajudar no que fosse preciso. Ele é o meu grande orgulho!

À Valentina, minha filha, que me mantém viva, curiosa e de sorriso aberto. A pequena foi compreensiva e entendeu que a mamãe precisava ficar muitas horas diárias no computador. Ser mãe e pesquisadora é um desafio! Feliz por ter uma filha tão carinhosa e amiga, que me torna uma mulher mais forte e decidida, pronta a enfrentar outros desafios que a vida proporcionar.

Aos amigos e familiares em especial dinda Carla, tia Ludemar, tia Toninha (*in memorian*), Guilherme, João Vitor, Bethânia, Edivane, Sérgio, Jane, Jorge, Thyanne, Vitória, Tamara, Vanessa, Monique, Arthur, Gisele, Daniel, Luiz Felipe, Bernard e tantos outros que me apoiaram, acreditaram em mim.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu), da Faculdade de Formação de Professores (FFP), que se dedica a fazer sempre o melhor por seus alunos e todo corpo docente. Um programa competente, munido de conhecimento e generosidade, que em 2019 fez-me sentir em casa. Agradeço ao coordenador, Professor Dr. Luiz Fernando Sangenis, e a vice-coordenadora, Professora Dra. Denize Sepúlveda, aos demais professores, ex-secretário, Marcus Cunha (Marquinhos), e funcionários, que se colocam inteiramente disponíveis aos alunos, numa relação de empatia e respeito. À turma de mestrandos 2019.1, que se aventurou em novas descobertas e compartilhou saberes, alegrias, amizades, aflições e perdas. Alcedino, presente!

Ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), uma grande família que acolhe, ensina, escuta e ajuda. No Seminário de Pesquisa do grupo, semanalmente nos encontramos e essa presença se faz firme e constante. Estamos vivenciando tempos muito difíceis, mas os ombros amigos estão sempre lá, mesmo em pequenas telinhas no computador, trazem palavras que confortam e impulsionam a continuar caminhando. Meu carinho para: Rosinha, Renata, Bruna, Cinthya, Marcela, Luciano, Niely, Milena, Leni, Adelly, Léo, Alessandra, Marcele Castro, Fernanda, Marcelle Haag, Marcele

Malaquias, Dani, Dante, Deilson, Adriana, Jodar, Kátia, Claudio, Marcos, Júlia, Thais Sales, Ana Paula e Eliane. Tenho toda certeza que consegui chegar até aqui porque estiveram comigo. Cada um contribuiu de alguma maneira para essa escrita, lendo o texto; indicando autores; compartilhando artigos, livros e eventos; organizando trabalhos conjuntos; abordando questões; dividindo reflexões; que foram necessárias para maturação da escrita e das ideias. Obrigada, queridos!

À Luiza, amiga que o NIPHEI me deu. Uma pessoa que seguiu junto comigo, compartilhando sorrisos, lágrimas, questões de pesquisa e da vida. A Lu foi fundamental, porque juntas aprendemos e nos apaixonamos pela História da Educação e da Infância. Para além da pesquisa, construímos uma relação de apoio, de escuta e de muito carinho.

Às professoras Dra. Marilene Antunes e Dra. Mônica Ferreira, da UERJ e do NIPHEI, ambas são sinônimas de generosidade. Conseguem tornar nossos encontros leves e prazerosos, porque mesmo considerando a complexidade de algumas leituras, nos encaminham a um entendimento acessível. Obrigada professoras, por democratizarem o conhecimento!

À professora Dra. Sônia Camara, minha querida orientadora, que fez e faz tudo acontecer. Todas as relações construídas no NIPHEI se devem a ela, que planta entre nós amor, respeito e amizade. Ela acreditou em mim, me orientando nessa jornada, indicando caminhos e possibilidades, mas me deixando livre para seguir. Uma intelectual que possui vasto conhecimento, mas muitas vezes se coloca como coadjuvante e dá destaque de protagonista aos seus alunos, sem fazer distinção, nem hierarquia. Graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores são colocados lado a lado no grande círculo que é o nosso grupo de pesquisa, alimentado pela paixão em História da Educação. Além disso, Sônia Camara é uma amiga sempre disponível, generosa, acolhedora e iluminada. Obrigada por todas as orientações, conversas, observações, ensinamentos, sorrisos e abraços.

Ao professor Dr. Jorge Rangel (Fidel), que acolhe no sorriso e que em todas as conversas consegue reacender em mim o prazer de

fazer pesquisa. Obrigada, professor! Ao professor Dr. Paulo Sily, um agradecimento especial pela generosidade das contribuições na banca de qualificação, que favoreceram enormemente os passos da pesquisa dados até aqui. Ao professor Dr. Luiz Otávio Ferreira, ao qual tenho grande admiração, agradeço por me ajudar nesse processo formativo e por sua disponibilidade para a leitura do texto. Agradeço aos três por aceitarem compor a banca de defesa da dissertação, me sinto honrada e grata.

Às Instituições de pesquisa por onde passei desde a entrada no Mestrado, quando ainda estávamos desenhando os caminhos que seguiríamos. Em todas elas pude encontrar profissionais dedicados aos seus trabalhos e acolhedores às minhas questões de pesquisa naquele momento. Destaco o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro – Anísio Teixeira; a Casa da Tia Ciata; o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; o Arquivo Nacional e a Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Quinta da Boa Vista. Em especial, a Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ) e a Biblioteca Nacional que me possibilitaram mergulhar nas fontes e contribuíram para a escrita do texto.

Ao II Concurso de Melhor Dissertação - Prêmio Jacqueline Moraes (2021-2023) do Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu), da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialmente à comissão avaliadora que indicou premiação da dissertação. Meu agradecimento a todos, todas e todes que participaram do concurso e mostraram a potência de suas pesquisas.

Ao professor Dr. Alexandre Guerreiro, por sua generosidade e pela organização da Mesa do Concurso e à professora Dra. Anelice Ribetto, por ser uma das idealizadoras desse prêmio, organizadora e responsável por tornar um sonho possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pela bolsa de Mestrado, sem a qual, não seria possível concretizar essa pesquisa.

SUMÁRIO

SEGUIMOS... Coletivamente...	13
Anelice Ribetto	
Alexandre Guerreiro	
PRÓLOGO	17
A segunda flor do trabalho coletivo	
Luiz Fernando Conde Sangenis	
APRESENTAÇÃO	21
Um convite ao prazer do texto: as tessituras de uma análise acerca das infâncias no Primeiro Congresso de Eugenia	
Sônia Camara	
INTRODUÇÃO	27
1. <i>QUEM É BOM JÁ NASCE FEITO: REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA DA BOA GERAÇÃO</i>	37
1.1 Algumas teorias em circulação acerca da raça	37
1.2 O problema da mestiçagem	45
1.3 Eugenia, higiene e sanitarismo: a busca pelo progresso do Brasil	51
1.4 A década de 1920 como potencializadora das questões sobre a infância	68
1.4.1 Os concursos de eugenia e de robustez infantil: a criança ideal	74
2. <i>POR UMA PÁTRIA MAIS FORTE, MAIS ÚTIL E MAIS BELA: O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA (1929)</i>	87

2.1 As comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina	87
2.2 A organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: os congressistas e o espaço	106
2.2.1 Pelos registros do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	124
3. A EUGENIA MODELA O FUTURO DA RAÇA: A CRIANÇA DO AMANHÃ	139
3.1 A imigração e os tipos brasileiros: projetos de nação em disputa	139
3.2 Resguardar o patrimônio étnico e promover uma orientação segura: proteção à infância, à maternidade e à família	150
3.2.1 A maternidade deve ser honrada e remunerada	162
3.2.2 Casamento eugênico: a “esperança” de uma prole hígida	168
3.3 Extirpar os vícios e regenerar os indivíduos para o bem da infância: esterilização, doenças venéreas, toxicomania, alcoolismo e higiene mental	180
3.3.1 Esterilização e doenças venéreas	180
3.3.2 Alcoolismo	184
3.4 Educação: sexual, escolar, eugênica e física	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	211
APÊNDICE A - Levantamento bibliográfico	243
APÊNDICE B - Quadros com matérias dos periódicos	244
APÊNDICE C - Congressistas do PCBE (1929)	245
ANEXO A - Conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	273

SEGUIMOS... Coletivamente...

Pensar os processos formativos e as desigualdades sociais é tarefa acadêmica do PPGedu - Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/FFP-UERJ), e princípio de trabalho exercido na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É neste contexto de trabalho que o Concurso de melhor Dissertação defendida no Programa para o decênio de 2011/2021 foi criado, com o intuito de celebrar os dez anos da primeira defesa de Dissertação do PPGEDU e, concluído com a publicação da dissertação ganhadora, ainda em 2023.

Esse Programa adotou então como uma prática política, mas também como uma aposta ética e estética, manter a sistematicidade de um dispositivo que opera sensivelmente no sentido de fazer ver e falar aquilo que estamos produzindo entre professores e estudantes, entre universidade e escolas, movimentos sociais e culturais, etc: o concurso Jacqueline Morais. Dessa vez, para dissertações produzidas e defendidas entre 1 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2023.

Por outro lado, é importante dizer que esse movimento se agencia em força política e criativa a outro potente dispositivo que esse Programa produz desde sua implantação em 2009: o seminário discente e de egressos. Esse ano, o VI Seminário Processos Formativos e Desigualdades Sociais e V Seminário de Egressos - Educação e Democracia em tempos de reconstrução: *desafios da escola pública na superação das desigualdades* acolhe nosso Concurso.

Recebemos 8 dissertações que foram lidas e avaliadas por professores doutores ligados ao Departamento de Educação da FFP/UERJ e a outras três instituições públicas de educação superior.

Cada trabalho foi lido por dois pareceristas, o que garante uma circularidade nos sentidos que possam ser criados após a leitura.

Com alegria trazemos para essa Mesa as oito dissertações apresentadas, seu autor/autora e orientador/orientadora:

1) **Secularização à brasileira: um estudo sobre as relações entre cultura popular, religiosidade afro-brasileira e laicidade da escola pública**- De Eneida da Silva Fiori com Orientação do Prof. Luiz Fernando Conde Sangenis.

2) **A violência é uma criança com medo: educação social, marginalidade e representações sociais de violências no Complexo do Salgueiro**- De Luiz Salgueiro Lopes com Orientação de Prof. Arthur Vianna

3) **“NÓS ESCRITORESLEITORES”: tecendo narrativas cotidianas e imaginárias com jovens acerca de movimentos migratórios”** - De Thamy Lobo com Orientação da Prof. Nilda Alves.

4) **A residência pedagógica como política de formação inicial e continuada**- De Priscila de Souza Costa Couto com Orientação da Prof. Lucilia Lino.

5) **Vozes para um protagonismo feminino: questões de classe, raça, gênero e formação educacional nos romances de Júlia Lopes de Almeida**- de Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa e orientada pela Prof. Denize Sepúlveda

6) **Narrativas (auto)biográficas das professoras que ensinam matemática nos anos iniciais: aprender para ensinar, ensinar para aprender**- de Letícia Pacheco de Mello Trotte- Orientação da Prof. Vânia Leite

7) **Como uma onda no mar: entre olhares e escritas cartográficas de uma professora de apoio educacional especializado de uma escola pública de Niterói**- De Jussara Cavalcanti com orientação de Rosimeri Dias e finalmente a dissertação que foi avaliada com nota máxima e com unanimidade no parecer dos avaliadores:

8) **Pela perfectibilidade da raça: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929)** de autoria de Victoria

Guilherme Guedes de Moura, Orientação da Prof. Sonia Câmara e financiamento da Capes com bolsa de pesquisa de mestrado.

Parabéns a todxs xs estudantes e orientadorxs que apostaram com a gente e que nos ajudam a atualizar os desejos de Jacqueline em nós, nas nossas apostas, nas nossas micro-políticas de resistência e principalmente, na produção de um trabalho coletivo que fortalece a Faculdade de Formação de Professores da UERJ como um centro de pesquisa implicado com as demandas sociais do território que habita.

Abrimos agora a mesa para que cada um dos mestres nos contem brevemente sobre a pesquisa apresentada ao Concurso, fechando a mesa com a fala de Victoria e Sônia

Prof. Dra. Anelice Ribetto e
Prof. Dr. Alexandre Guerreiro
(pela Comissão de Organização)

PRÓLOGO

A segunda flor do trabalho coletivo

A segunda edição do Prêmio Jacqueline Morais, concurso da melhor dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu/FFP), criado no ano de 2021, entre as dissertações inscritas e defendidas entre 2021 e 2023, elegeu o trabalho de conclusão do curso de mestrado de Victoria Guilherme Guedes de Moura, intitulado “*Pela perfectibilidade da raça: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929)*”. A orientadora da dissertação premiada foi a Profa. Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel, a quem também homenageamos.

A dissertação de Victoria, não obstante o mérito de cerca de dois anos de pesquisa, é, sobretudo, produto de quinze anos de trabalho de uma equipe de docentes e discentes que vêm construindo, com talento e ousadia, uma programa de pós-graduação em São Gonçalo, RJ, município sede da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), unidade da UERJ que completou cinquenta anos de existência em 2023. A dissertação vencedora, portanto, é a segunda flor do trabalho coletivo. Razão pela qual, dedico-me a apresentar, ainda que de forma sucinta, a história e atual configuração do nosso Programa.

O PPGEdu/FFP teve início em 2009 com a implantação do Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais. A FFP, nossa unidade acadêmica, foi criada em 1973, e há cinquenta anos, se dedica à formação de professores. Após a consolidação do curso de mestrado, o Programa submeteu APCN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos), em outubro de 2017, com solicitação de criação de curso de doutorado. A proposta recebeu um primeiro parecer favorável da Capes, em agosto de 2018, e em

setembro do mesmo ano, recebemos visita *in loco* da Comissão de Avaliação da Capes. Em dezembro de 2018, a Capes divulgou a aprovação do mérito da proposta de criação de curso de doutorado de nosso Programa que foi implantado, em agosto de 2019, após seleção pública dos primeiros dezesseis candidatos. Em 2023, os doutorandos do nosso Programa, iniciaram as suas defesas de tese. Em 2024, ingressaram os estudantes que compuseram a quinta turma do curso de doutorado. Significa dizer que, na vindoura terceira edição do Prêmio Jacqueline Moraes, além das dissertações, aceitaremos inscrições das teses de nossos recém-doutores.

Desde sua implantação, o Programa estrutura-se em uma área de concentração – Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais – e duas linhas de pesquisa: 1) Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas, e 2) Políticas, Direitos e Desigualdades.

A primeira linha de pesquisa – a que se vincula a mestra premiada e sua orientadora - investiga as relações entre formação de professores, história, memória e práticas educativas, buscando compreender a constituição histórica dessas categorias, bem como suas implicações na educação, a partir da articulação universidade, escola e demais contextos educativos. Os estudos desta linha enfocam: práticas educativas, profissionalização e saberes docentes; história e memória dos sujeitos e das instituições, envolvendo a tradição e o patrimônio histórico-cultural em sua relação com a escola como instância de socialização, preservação e recriação da cultura e de políticas.

A segunda linha de pesquisa compreende investigações sobre a produção dos processos educativos, escolares ou não-escolares, considerando, especialmente, as tensões entre desigualdades e direitos que atuam nessa produção. Os estudos dos processos constitutivos e das manifestações das desigualdades, bem como das expressões de resistência às suas diferentes formas de realização, têm por objetivo a análise dos seus efeitos na formulação das políticas no campo social, em geral, no campo

educacional, em suas especificidades, bem como nas práticas educativas produzidas nesse contexto.

Para o alcance dos objetivos, o PPGEdU/FFP se organiza tendo como princípio a articulação entre as duas linhas de pesquisa apresentadas e dessas com os projetos coordenados pelos docentes, com as disciplinas e atividades acadêmicas propostas. Atualmente a equipe de docentes é composta por vinte e três docentes, dois quais vinte e um integram o quadro de professores permanentes. A ampla maioria dos nossos docentes são procientistas da UERJ, portanto, se inserem entre os pesquisadores mais produtivos da Universidade. Todos assumem responsabilidades de docência na graduação e orientam estudantes bolsistas que participam de projetos e de programas de Iniciação Científica, Extensão, Monitoria, Iniciação à Docência, Estágio interno Complementar, etc. Ao mesmo tempo, orientam trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Nesse sentido, busca-se contribuir para a produção do conhecimento qualificado no campo dos processos formativos, na perspectiva da formação humana, bem como das políticas que possam propor dispositivos de enfrentamentos em face das desigualdades sociais. Esse campo de atravessamentos aponta para o contexto de formação que envolve tanto o corpo docente quanto o discente, reverberando o compromisso ético, político e pedagógico no esforço de qualificar as teses e as dissertações, a exemplo do premiado trabalho de Victoria, bem como os artigos, livros autorais, capítulos de livros e produtos técnicos e artísticos, entre outros tipos de produção acadêmica dos estudantes e dos egressos.

Vale ressaltar que o PPGEdU/FFP tem a pesquisa como princípio pelo qual se organizam as demais atividades fins do Programa. Em profunda articulação com o ensino, com as atividades de extensão e com os grupos de pesquisa coordenados pelos docentes, contando com a participação dos doutorandos, mestrandos, egressos do Programa e graduandos do Curso de Pedagogia e de outras licenciaturas da FFP/UERJ, temos clara intenção em instituir ações direcionadas a mobilizar movimentos de impacto social, de nacionalização e de internacionalização.

Nesse último aspecto, destacamos que o nosso Programa faz parte de uma instituição que tem uma forte política de internacionalização, e com a qual colaboramos de modo substantivo, através de parcerias e convênios diversos firmados com outras universidade e centros de pesquisa da América Latina, da África e da Europa. Em 2024, tivemos aprovadas três bolsas da Capes para que doutorandos realizem períodos de doutorados sanduíche no exterior em países da Europa e da América Latina.

O impacto social do Programa na educação pública é patente no perfil dos mestrandos, doutorandos e egressos, haja vista os lugares de sua atuação profissional: em sua maioria, docentes que trabalham na educação básica pública, diretores de unidades escolares, coordenadores pedagógicos, secretários de educação, coordenadores ou chefes de equipes administrativas que atuam em fundações e em secretarias de educação, em universidades e em institutos públicos federais e estaduais de ensino, no poder legislativo, em pré-vestibulares populares, em projetos dos movimentos sociais, etc.

Mesmo havendo muitas outras iniciativas e realizações acontecidas nos últimos quinze anos, penso que o já relatado dá a dimensão do trabalho realizado pelo nosso Programa, e deixa patente que o esforço coletivo desenvolvido trará à centralidade outras pesquisas cujo mérito será reconhecido nas próximas edições do Prêmio Jacqueline Moraes. Uma vez mais, saudamos a vencedora do prêmio, desejando à mestra Victoria Guilherme, muito sucesso em sua vida profissional e acadêmica, e que será sempre mais reconhecido na proporção em que sua vida acadêmica se cruzar com os desafios concretos de transformação da educação pública do país.

Prof. Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis
Coordenador do PPGEdU/FFP

APRESENTAÇÃO

Um convite ao prazer do texto: as tessituras de uma análise acerca das infâncias no Primeiro Congresso de Eugenia

O desejo de 'imaginar' a nação em termos biológicos, de 'purificar' a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno de questões de gênero e raça e produziram propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos (Stepan, 2005, p. 117 – grifos da autora).

O livro *Pela perfectibilidade da raça: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929)* de autoria de Victoria Guilherme foi concebido como dissertação de Mestrado, defendida em 2021, no Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob minha orientação. A pesquisa que dá corpo a esse livro se constituiu a partir de um encontro e do desejo de refletir acerca de perguntas problemáticas que foram assumindo forma e sentido, fruto dos diálogos cerzidos no processo de escrita e reescrita do projeto de dissertação de Mestrado.

Do desejo inicial de discutir o processo de escolarização da infância negra na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país nos anos de 1920, Victoria foi movimentando sua lente de observação o que lhe permitiu, no jogo de luz e sombra, trazer à cena variáveis que lhe possibilitaram captar debates e inflexões em torno das infâncias empobrecidas, das disputas que perpassavam pela questão da escolarização, da raça e das formas como as crianças foram representadas na construção de projetos de nação e de identidade nacional. Mobilizada pelo intento de compreender

as exclusão e as desigualdades, bem como as teorias racistas em voga, a autora, a partir de potente ferramental analítico, buscou “reconstruir os vestígios quebrados”, e deste modo “unir o estudo dos mortos e dos vivos” (Bloch, 2001, p. 67) num movimento incessante de fabricação, de interpretação da história.

Na trama que emerge da interpretação proposta por Victoria, o foco de análise se direcionou a compreender as matrizes que pretenderam conformar discursos produtores de desigualdades, de exclusões e de teorias que se assentavam na imprestabilidade dos indivíduos vistos como desajustados e, portanto, perigosos. Como salienta a historiadora Nancy Stepan, na epígrafe que abre esse texto, intentava-se determinar as balizas a partir das quais se pretendeu adequar a população às “normas hereditárias”, como também definir quem eram os capazes, os bem dotados, os saudáveis, os produtivos e os perfeitos. Assim, a partir de uma gama de questões e tensões que foram se constituindo, o ponto de observação foi sendo aguçado, ampliado e burilado. Movida pelo intento em compreender como a infância foi concebida pelo pensamento eugênico na década de 1920, Victoria recortou como ponto de inflexão a partir do qual pensaria a questão, a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido pelo antropólogo, médico, professor e Diretor do Museu Nacional Edgard Roquette-Pinto. O certame teve como intenção constituir-se como parte das celebrações realizadas em decorrência do Centenário da Academia Nacional de Medicina.

Assim, o evento realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 30 de junho a 7 de julho de 1929, congregou intelectuais médicos, antropólogos, jornalistas, educadores, juristas e militares de várias regiões do país, bem como estrangeiros que além de participar dos festejos da centenária instituição puderam, compor o seleto grupo de intelectuais que tomavam para si a “missão” de pensar o Brasil e propor caminhos para a sua “redenção”. Sem perder de vista esses aspectos e com olhar cuidadoso e informado de pesquisadora atenta aos indícios, aos rastros, Victoria foi traçando o seu percurso de pesquisa. Mobilizada pelas perguntas

em diálogo com os referenciais teóricos buscou inquirir e compreender, para além do eventual, do particular, as matrizes que organizaram os debates, os consensos e os dissensos que tomaram forma nas sessões do Congresso.

Nesta direção, o título do livro é um bilhete de entrada, um convite à reflexão sobre o ideal que mobilizou essa intelectualidade, presente ao certame. Para além de uma palavra-força, o ideal da perfectibilidade da raça refere-se, como sinaliza Victoria Guilherme, a um conceito chave que acionado aludia à “capacidade de superação dos homens para atingirem a melhoria racial e alcançarem a civilização”, esforço empreendido na expectativa de que era preciso, para além de diagnosticar os males do país, prescrever medidas e remédios a serem adotados a fim de levar o Brasil ao progresso e à civilização.

A análise proposta pela autora joga luz sobre o certame, no que concerne aos debates de ideias e projetos pensados e praticados por uma intelectualidade que presente e participante ao evento deu forma as temáticas candentes à época. O debate/embate de ideias que tomou corpo em 1929 foi concebido como cenário que lhe potencializou tomar o eventual (o Congresso) como mote de discussão. Com este intento, Victoria jogou luz sobre as temáticas que davam conta de compreender a universalidade e singularidade do que se projetou naqueles dias de discussão, especialmente a partir das matrizes interpretativas que em litígio à época, vislumbravam não somente dar direção, como também forjar um perfil de brasilidade desejada, asséptica, higiênica e perfeita. Neste particular, a teia urdida permite ao leitor refletir acerca das malhas submersas da história e, nelas, das temporalidades que não se reduzem ao acontecimento. De tal modo, a partir do microcosmo recortado (o Congresso de Eugenia), Victoria buscou eleger e analisar variáveis que lhe permitiram compreendê-lo numa multiplicidade de espaços/tempos que envolveu, entre outros aspectos refletir acerca do lugar atribuído às infâncias na construção dos projetos de nação e de identidade nacional na década de 1920.

A autora recupera e traz à tela os movimentos dos intelectuais, as iniciativas e as conexões que foram tomando forma e força no Brasil em torno da eugenia, a exemplo da criação em São Paulo, em 1918, da Sociedade Brasileira de Eugenia. Para além dessas iniciativas, Victoria alude os debates travados entre os intelectuais que a partir de um discurso científico, racional intentaram fazer valer suas ideias e projetos em torno da compreensão da eugenia como ciência da raça, capaz de estabelecer o controle matrimonial, definir o perfil desejável dos imigrantes, demarcar o ideal do povo, da natalidade, da educação sanitária e da esterilização.

Em diálogo com a assertiva de Certeau (1998), Victoria tomou o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como “espaço”, *locus* de disputas, de sociabilidades, de divergência e de propagação de projetos de nação que, entre outras frentes pretendia pensar o Brasil e os brasileiros. O desafio assumido pela pesquisadora foi, neste particular, o de entender as ideias, expressas nas sessões do certame, como demonstrativas das matrizes em disputa no Brasil e que se encontravam em conexão com os debates eugênicos, criminológicos e higienistas realizados no cenário internacional.

Nesta direção, a autora intentou, a partir de um significativo repertório documental, cartografar as diferentes temáticas apresentadas ao certame buscando compreender e problematizar os embates em torno da eugenia positiva e negativa defendidas e propugnadas a partir de distintos projetos de país. Para além das contendas em torno de ideias, perquiriu e buscou demonstrar iniciativas que se corporificaram na sociedade da época. Com este esforço, identificou na criação dos concursos eugênicos, dos concursos de misses, de robustez infantil e outras iniciativas a materialização das ideias direcionadas a constituir o ideal da “perfectibilidade da raça”. Deste modo, o congresso pôde ser perspectivado em sua análise como estratégia de intervenção social, uma vez que repercutiu, propagou e buscou enraizar os debates científicos e pedagógicos, bem como atuar na difusão de conhecimentos científicos visando intervir e regular o social.

O livro produzido por Victoria é um primoroso exemplo de que a produção acadêmica se constrói com compromisso, rigor, disciplina, dedicação, mas acima de tudo de afetos, solidariedades e cumplicidades que, de certo, foram cruciais para a produção desse trabalho que, embora escrito em tempos difíceis de isolamento social, provocado pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2, que assolou o Brasil a partir de março de 2020, constitui-se em importante e vigorosa contribuição de análise ao tema em tela. De certo, a história fará jus a esses dias e aos efeitos provocados pelas dores e perdas sentidas por todos/as nós. Assim, falar sobre isto, significa dizer que a escrita acadêmica não se realiza num abstrato assinalado pelo/a pesquisador/a, o computador, as ideias e as fontes, ela é inexoravelmente tingida pelas condições objetivas de vida a que se está submetido/a.

Na análise empreendida por Victoria somos convocados a não esquecer que a história se fabrica a partir das questões do tempo presente e como tal é um convite à reflexão dos modelos que, ordinariamente, estabelecem ideais de corpo belos e de uma herança genealógica tida, muitas vezes, como exemplar. Ao lançar o olhar sobre as estratégias que modelaram, conformaram e estabeleceram um ideal de perfectibilidade da raça, Victoria não deixou de dar lugar as táticas de resistência e de lutas (Certeau, 1989), praticadas, cotidianamente, pelos sujeitos que a partir de ações de insurgência intentaram subverter o estabelecido.

O livro que ora sai à lume constitui-se em um convite ao leitor para percorrer as tramas, cuidadosamente, urdidas por Victoria Guilherme que em sua estrutura oferece uma escrita politicamente engajada, competente e vigorosa. Ao percorrer as páginas do livro, o leitor poderá acompanhar o seu percurso de pesquisa, as questões formuladas, os diálogos e as considerações a que chegou. Sem deixar de identificar a generosidade da pesquisadora que reconhecendo a importância dos estudos dos que a antecederam, empreendeu diálogos que se tornaram campo fértil para suas inflexões de pesquisa.

Para concluir, não poderia deixar de registrar a minha alegria e gratidão de partilhar com Victoria dessa trajetória de vida e de formação. Gratidão pelo nosso encontro, pela parceria construída no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), que coordeno na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e que tem me permitido orientar a elaboração/realização de trabalhos como o da Victoria e vê-los se constituírem em pujantes contribuições para os estudos no âmbito da história da educação e da infância. O livro é um convite ao pensamento, a reflexão, ao estranhamento ou ainda, um alerta sobre a importância de, cotidianamente, buscarmos olhar para além do aparente, do que é dado no imediato das coisas. O convite está feito e com ele o desejo que essas páginas possam estimular à reflexão e o gosto à leitura.

Prof. Dra. Sônia Camara
UERJ/FFP

INTRODUÇÃO

[...] escrever é encontrar a morte que habita este lugar, manifestá-la por uma representação das relações do presente com seu outro, e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais. Por todos estes aspectos, a historiografia envolve as condições de possibilidade de uma produção, e é o próprio assunto sobre o qual não cessa de discorrer (CERTEAU, 1987, p. 22).

Em *A Escrita da História*, Certeau (1987) destaca a importância do ofício do historiador. Em sua clássica obra, ele nos ensina que esse trabalho exige técnicas e procedimentos, é uma operação em que se institui uma relação “entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)” (1987, p. 66, grifos do autor). Assim, nos colocamos nesse lugar do pesquisador que busca, questiona e analisa, mas que precisa encontrar palavras que se materializem em forma de texto.

Minha inserção na pesquisa começou na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF). Fui bolsista de extensão de um projeto na Universidade articulado com o Centro Cultural Cartola (Museu do Samba), no bairro Mangueira, e a Escola de Mestre-Sala, Porta-Bandeira e Porta-Estandarte Manoel Dionísio, no Sambódromo¹. Com a orientadora, alunos e pesquisadores, realizamos pesquisas em acervos, bibliotecas e museus da cidade, bem como gravações de depoimentos de importantes nomes da cultura. A partir desse momento, despertou

¹ Atualmente a Escola do Mestre Dionísio localiza-se no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, Praça Onze, na cidade do Rio de Janeiro. O projeto *Salvaguarda da dança do samba: memórias, políticas e preservação do patrimônio cultural* foi coordenado e orientado pela professora Dr^a. Renata de Sá Gonçalves.

em mim o desejo de estudar a infância, partindo da reflexão do quanto às crianças se envolviam com a festa “momesca” e seus diferentes modos de ensinamentos e aprendizagens. Dos bastidores ao desfile, as demandas são enormes, onde estão envolvidos interesses, sobretudo paixão para fazer o espetáculo acontecer.

A entrada no Mestrado² me possibilitou o adensamento de questões em torno da infância, tornando possível refletir acerca das suas categorizações, e de como ela foi se constituindo a partir do final do século XIX como parte dos debates republicanos, presente desde os tempos imperiais. Nesse sentido, pensar a nação significava também pensar a criança brasileira (CAMARA, 2010). Assim, a partir da aproximação com pesquisas realizadas no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), nos interessamos particularmente por estudos relacionados à eugenia e suas teorias para a infância no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Segundo Bloch (2001), a História é a “Ciência dos homens, no tempo”, assim, conhecer o passado ajuda a compreender acontecimentos do presente. Em sua compreensão o passado e o presente se interpenetram, sendo justamente nesse espaço-tempo

² No projeto de pesquisa inicial, pensamos em estudar os processos educativos e de escolarização da Freguesia de Sant’Anna, nos concentrando na Escola Benjamin Constant. Construída em 1872, nomeada inicialmente Escola São Sebastião, constituía o grupo das oito escolas do imperador. A escolha da instituição havia se dado em virtude da sua localização e as múltiplas culturas que ali habitavam, nos concentrando principalmente na infância negra. Porém, pela dificuldade com as fontes e o tempo hábil do Mestrado, por ora, redimensionamos o desejo da nossa pesquisa e a reestruturamos. Nos levantamentos realizados em periódicos sobre a escola, identificamos, principalmente nas fotografias, um número reduzido de crianças negras, aparecendo às margens dos registros. Percebendo as mudanças na cidade e na população acionadas pelas prerrogativas de saneamento, embelezamento e organização nos primeiros anos do século XX, em nome da modernidade, distintos projetos se apresentaram para a construção da nacionalidade, dentre eles a eugenia, onde a infância foi tomada como objeto importante.

que se configura o ofício do historiador, que não olha somente para o “velho”, com um olhar que permanece fixo, mas que se articula a partir das inquietações do presente.

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo analisar o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia³, refletindo acerca das discussões sobre o tema racial e o lugar que a infância assume na construção dos “projetos” (VELHO, 1987) de nação brasileira, a partir dos trabalhos apresentados, debates, tensões e redes estabelecidas entre os congressistas presentes ao evento. O recorte temporal proposto localiza-se no ano de 1929⁴ por ter se constituído, em nossa compreensão, como ano em que ocorreram a criação do *Boletim de Eugenia*⁵, a realização do Primeiro Concurso de Eugenia e do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (PCBE). Eventos que expressam a importância do debate eugênico em circulação na década de 1920.

Interrogamo-nos sobre as rupturas e continuidades da História, no que concerne principalmente as ideias em torno da raça⁶. Almeida (2018) chama atenção para as mudanças de

³ No título usamos a expressão “Pela perfectibilidade da raça” baseada em uma matéria do *Boletim de Eugenia* denominada “Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade” (BOLETIM DE EUGENIA. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. Rio de Janeiro, ano I, nº. 5, 1929, p. 1). Perfectibilidade é um conceito importante na teoria humanista de Rousseau, que no século XIX passou a ser utilizado pelos evolucionistas como a capacidade de superação dos homens para atingirem a melhoria racial e alcançarem a civilização (SCHWARCZ, 1993).

⁴ Também no ano de 1929, em junho, dias antes do Primeiro Congresso de Eugenia, Renato Kehl lançou um dos livros mais importantes de sua trajetória, o *Lições de Eugenia*, publicado pela Editora Livraria Francisco Alves. Segundo Souza (2006b), Kehl acreditava que sua obra antecipava algumas questões importantes da eugenia que poderiam ser colocadas no congresso.

⁵ O *Boletim de Eugenia* foi um periódico que teve como diretor e proprietário Renato Kehl. Seu primeiro exemplar foi publicado em janeiro de 1929, filiado a Liga Brasileira de Higiene Mental.

⁶ A palavra raça vem do italiano *razza*, que significa grupo de pessoas. Seu conceito não se apresentou de forma linear, sendo apropriado de diferentes maneiras. A partir do século XIX, passou a categorizar e hierarquizar os povos, classificando-

compreensão quanto ao seu conceito, que somente em meados do século XVI passou a ser usado na classificação de seres humanos, sempre em transformação, portanto “relacional e histórico” (2018, p. 25). De acordo com o autor, o racismo está calcado nas relações de poder concentrados em determinado grupo, que se manifesta pela discriminação racial estruturada estendendo-se aos espaços institucionais, políticos e econômicos.

Compreendemos que o racismo tem raízes profundas, no que concerne principalmente a sociedade brasileira. Assim, a História nos permite entender os fatos como processos, que não percorrem uma linearidade, nem se interrompem abruptamente. Ainda se tem uma demarcação racial que impede, em grande parte, a construção de oportunidades igualitárias para os brasileiros. Esses traços podem ser encontrados nos altos índices de assassinatos nas comunidades do Rio de Janeiro; no desaparecimento e morte⁷ de meninos e meninas pretos/as; na violência e repressão policial; nas barreiras impostas ao acesso à educação, emprego, saúde, segurança e habitação; nos padrões de beleza hegemônicos; na rejeição às religiões de matrizes africanas e ao culto à ancestralidade. Racismo cotidiano, insistente e presente em nossa sociedade, às vezes sutil e encoberto, outras vezes escancarado como uma grande vitrine.

Deste modo, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, na cidade do Rio de Janeiro, pode ser entendido como um “espaço” (CERTEAU, 1998) de encontro e sociabilidades do movimento eugênico, que permitiu identificar a confluência das

os em inferiores e superiores, tendo a ciência como contribuidora nesse processo (GÓES, 2015).

⁷ De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Unicef, no ano de 2019, o Brasil teve quase 5 mil mortes violentas de crianças e adolescentes, onde 75% eram negros (ACAYABA; REIS, 2020). Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revelam que nas mortes violentas intencionais 67,1% das vítimas eram crianças negras de 0 a 11 anos. Na faixa etária de 12 a 17 anos esse percentual sobe para 85,1% (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

ideias em disputa. O cerne do congresso foi a discussão sobre o melhoramento racial, mas temos como hipótese que a preocupação com o amanhã evocava as urgências de medidas para atenuar os problemas sobre a infância como parte fundamental para o progresso da nação brasileira, republicana, forte e sadia.

Dentre os temas debatidos pelos congressistas advindos dos campos médico, educacional, antropológico, político, jornalístico, jurídico e militar, estiveram: a imigração, a mortalidade infantil, a maternidade, o casamento, o alcoolismo, a educação física, entre outros. Sendo assim, algumas questões ajudaram a nortear a pesquisa: como o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia abordou concepções para a melhoria das gerações futuras? Quais foram os projetos eugênicos em disputa? Como o tema da infância pode ser capturado no evento?

Para respondê-las, buscamos identificar concepções sobre raça; compreender como a eugenia esteve associada às iniciativas de sanitarismo; apontar as principais ações promovidas por médicos, juristas e educadores sobre as infâncias na década de 1920; localizar e identificar os congressistas e suas redes; analisar os trabalhos apresentados e debates suscitados durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, a fim de detectar quais deles potencializaram as discussões em torno da infância. Esses foram alguns desafios desse estudo⁸.

Na pesquisa, dentre as fontes históricas localizadas elegemos as *Actas e Trabalhos* do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), disponibilizada de forma digital pela Casa de Oswaldo Cruz (COC)/Fiocruz na categoria “Acervo Raro da Biblioteca”, onde encontram-se as respectivas atas, as conferências e os trabalhos apresentados. O exame desses documentos nos forneceu elementos que permitiram uma maior compreensão das reuniões, debates,

⁸ Em função da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, que se alastra pelo mundo, causando dores e perdas, medidas de isolamento social foram iniciadas a partir de março de 2020, limitando alguns movimentos de pesquisa e ocasionando a reorganização de algumas ideias iniciais.

apresentação e organização do congresso. Nessa mesma instituição, no Fundo⁹ Renato Kehl, selecionamos o *Relatório do Posto de Merity* (1919) na medida em que documenta a atuação do médico enquanto chefe de um posto rural no Rio de Janeiro, que contribuiu no sentido de exemplificar a atuação dos sanitaristas para o combate às doenças e reestabelecimento da saúde da população.

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, consultamos periódicos, onde foi possível encontrar um número expressivo de ocorrências sobre o evento. Nas buscas trabalhamos com a palavra-chave “Congresso de Eugenia”, para o período de 1920-1929¹⁰. A partir disso foram levantadas 141 matérias em 21 periódicos, à exemplo de *O Jornal*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Diario Nacional*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, entre outros.¹¹ De forma a compreender a rede de conhecimentos articulados sobre eugenia e infância, acessamos também os *Archivos de Assistencia a Infancia*, *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* e *Boletim de Eugenia*.

Nas buscas realizadas sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹², utilizamos a palavra-chave: “Congresso Brasileiro de Eugenia”. Para o período de 2000 a 2019 foram localizados cinco trabalhos. Com a leitura dos títulos e resumos, percebemos que parte dos trabalhos dialogava com o Congresso, mas não o tinha como centralidade, com exceção da dissertação de Mestrado em História defendida por Andrade (2013) que não se encontra disponível para a leitura. Assim, selecionamos dois trabalhos. A dissertação de

⁹ O Fundo abarca quatro grupos: 1) Gestão e implementação de políticas públicas; 2) Pesquisa; 3) Relações interinstitucionais e intergrupos e 4) Vida Pessoal, sendo cada um desses grupos formados por dossiês.

¹⁰ Apesar da periodização ter sido delimitada no site de pesquisa da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram selecionadas duas matérias relativas à década de 1930, uma de 1936 e outra de 1937.

¹¹ Quadros com seleção de matérias dos periódicos a partir da palavra-chave “Congresso de Eugenia” disponíveis no Apêndice B, p.

¹² Cf. Apêndice A, p. 243, com o levantamento realizado.

Mestrado em História de Luppi (2011) traz ideias sobre aperfeiçoamento da população com base na degeneração do mestiço, tendo como uma de suas fontes as *Actas e Trabalhos* (1929) do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. A dissertação de Mestrado em Educação de Bonfim (2013), o autor aponta a educação como fundamental nos projetos eugênicos, dialogando com a imprensa e apresentando as concepções em jogo. Ambas contribuíram para entendermos as articulações sobre a eugenia e as questões raciais no Brasil.

Realizamos ainda buscas com a mesma palavra-chave, em periódicos da área da História da Educação. Nas revistas, *Revista Brasileira de História da Educação*, *Revista de História da Educação* e *Cadernos Brasileiros de História da Educação*, não foram localizados trabalhos. Na tentativa de ampliar essa busca, optamos pela palavra-chave “eugenia”, sendo encontrado um artigo, mas que não dialoga diretamente com a pesquisa.

No Google Acadêmico¹³, localizamos mais de mil trabalhos, dentre os quais selecionamos quatro autores. Castañeda (2003) analisa as estratégias eugênicas para melhoramento da raça pelo matrimônio. O artigo aborda elementos sobre o Código Civil e os debates na Sociedade Eugênica de São Paulo. Souza et al. (2009)¹⁴ realizam catalogação das fontes do Museu Nacional para o estudo da eugenia no Brasil. Andrade (2013) adensa questões sobre a imigração. Wegner e Souza (2013) analisam a partir de Renato Kehl e psiquiatras brasileiros as proximidades com a eugenia negativa.

Para maior compreensão sobre a eugenia recorremos às obras de: Schwarcz (1993), Marques (1994), Stepan (2005), Diwan (2005), Dávila (2006), entre outros. Esses autores são fundamentais para os estudos sobre a eugenia, porque potencializaram e motivaram

¹³ Cf. Apêndice A, p. 243 com o levantamento realizado.

¹⁴ Consideramos esse trabalho fundamental, porque fazem um levantamento da documentação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, que, antes de 2018, esteve presente no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. Infelizmente, em setembro de 2018, o Museu sofreu um incêndio que destruiu o acervo com mais de 20 milhões de itens.

outros pesquisadores na construção de seus trabalhos. Consideramos a relevância do estudo de Camara (2010), que nos permitiu compreender a importância da infância nas discussões sobre projetos de nação. A autora analisa como as forças médicas, jurídicas e educacionais intervieram nas ações voltadas às infâncias na cidade do Rio de Janeiro, adensando o diálogo sobre as categorias “delinquente” e “abandonada”.

O levantamento realizado nos possibilitou observar que o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, apesar de ser encontrado em muitas pesquisas, nelas não houve um investimento de análise das redes de congressistas e dos debates através dos quais, apostamos ser possível pensar a infância. Além disso, também permitiu examinar as Atas do Congresso e assim, melhor saber sobre sua organização e estrutura.

A partir da bibliografia selecionada para estudo elegemos alguns conceitos para a problematização do nosso objeto. Para compreender os distintos “projetos” em disputa no interior do Congresso, recorremos a Velho (1987). Com Certeau (1998) “espaço”, ao considerarmos os movimentos e as forças atuantes no certame, bem como o conceito de “estratégia”, onde os congressistas colocando-se em lugar de “poder” definiram diretrizes para a nação. Sirinelli (2003), que destaca as “redes de sociabilidade”, permitindo visualizar o conjunto de relações dos congressistas associadas às suas instituições, formações e produções.

O livro foi organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado: *Quem é bom já nasce feito: reflexões sobre a ciência da boa geração* apresentamos os debates sobre a eugenia, destacando suas diferentes concepções. Para isso, buscamos compreender e contextualizar os debates em circulação nas primeiras décadas do século XX sobre raça no Brasil. Assim, destacamos a influência eugênica no movimento sanitarista na década de 1910, bem como nas ações sobre as infâncias na década de 1920 que envolveram os campos médico, educacional e jurídico. Os concursos de robustez e de eugenia foram fundamentais para nos dar a visão de como os seus idealizadores concebiam a criança ideal.

No capítulo 2, *Por uma pátria mais forte, mais útil e mais bela: o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929)* apresentamos o programa das comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina, no qual o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (PCBE) foi parte da celebração. Assim, refletimos sobre a sua estrutura, a organização, os congressistas e os trabalhos apresentados e debatidos.

No capítulo 3, *A eugenia modela o futuro da raça: a criança do amanhã*, discutimos as principais nuances dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia que permitiram perspectivar a infância como o porvir da raça, problematizando questões relativas à imigração, mortalidade infantil, maternidade, família, doenças venéreas, alcoolismo e educação.

Desejamos que esse trabalho possa contribuir com os estudos sobre a História da Educação e da Infância na década de 1920, ao analisar o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como um espaço de sociabilidade, ideias e projetos sobre o país. Pretender a melhoria racial significava construir meios para que a geração vindoura se tornasse forte, sadia e apta para o progresso desejado e projetado para o país.

Por fim, cabe ressaltar que o texto foi originalmente elaborado e defendido como Dissertação de Mestrado em 2021. Este livro tornou-se possível por ocasião do II Concurso de Melhor Dissertação (2021-2023) - Prêmio Jacqueline Moraes, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu), da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1. QUEM É BOM JÁ NASCE FEITO: REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA DA BOA GERAÇÃO

1.1 Algumas teorias em circulação acerca da raça

A Eugenia é ciência¹⁵ muito antiga. Suas primeiras observações aparecem nos poemas homéricos e nas obras gregas de Eurípedes, Aristófanes, Platão e outros clássicos, que a denominam *eugeneia* ou *eugene*; sua constituição científica, porém, efectuou-se no século XIX, tendo o inglês Galton ideado a palavra *Eugenic* para denominar a ciência que tem por objecto a higiene da raça, tanto sob aspecto físico como psychico (RECASENS, 1929, p. 1)¹⁶.

O termo “eugenia”¹⁷, *eu*: boa, *genus*: geração ou “bem-nascido” (DEL CONT, 2008) foi criado pelo cientista britânico, Francis Galton (1822-1911), inspirado pela obra *The Origins of Species* (*Origem das espécies*) de Charles Darwin (1809-1882)¹⁸, publicada em

¹⁵ Optamos por manter a grafia da época nos excertos ao longo do livro.

¹⁶ Texto *Eugenia e procreação* do médico Sebastian Recasens, da Faculdade de Medicina de Madri, resumido pelo professor espanhol Luis Huerta, responsável pelo 1º curso eugênico espanhol (1929), publicado no *Boletim de Eugenia*, v. 1, n. 4, abril 1929, p. 1.

¹⁷ Pronunciada no Brasil com acento na letra “i”, diferente de como se pronunciava na Itália, eugénia. Segundo João Ribeiro, em artigo publicado no *Boletim de Eugenia*, na edição de fevereiro de 1929, tanto a pronúncia quanto a escrita deveriam se assemelhar aos fonemas das ciências como filosofia, psicologia e fisiologia. Porém é mais comum encontrarmos a palavra eugenia sem acento.

¹⁸ “O estudo hereditário de Galton tem influência na leitura de *A origem das espécies* (1859), do seu primo Darwin. Nas memórias, relata que a obra de Darwin marcou não somente os seus estudos, mas toda a humanidade. A relação com Darwin também ocorreu na tentativa de compartilhar pesquisas sobre caracteres e hereditariedade” (CARVALHO, 2017, p. 6). Francis Galton era primo de Charles Darwin, ambos netos de Erasmus Darwin (1731-1802). De acordo com Carvalho (2017) o avô era membro de uma Sociedade Científica inglesa, e Galton tinha admiração por sua formação, confirmando seu gosto pela ciência presente na família.

1859. A partir de então, Galton passou a dedicar-se ao estudo das espécies para pensar as sociedades humanas e as diferenças raciais, publicando em 1869 o *Hereditary genius (O gênio hereditário)*. Para Stepan (2005), com essa obra o autor teria desenvolvido uma ciência a qual tinha a hereditariedade como centralidade. No entanto, somente em 1883, com a obra *Inquiries into human faculty and its development (Inquérito sobre a faculdade humana e seu desenvolvimento)*, o termo foi empregado pela primeira vez por Galton, sendo conceituado como o “cultivo da raça” (BONFIM, 2013, p. 52).

Os debates em torno da noção de eugenia estavam em circulação conjuntamente com as discussões sobre racismo científico, darwinismo social e evolucionismo social. O racismo científico, a partir da segunda metade do século XIX, expressou a classificação das raças com base na ciência, assentada principalmente nas teses sobre branqueamento. O darwinismo social, teoria baseada nas leis de seleção natural de Charles Darwin, foi aplicado em estudos sobre as sociedades humanas. Segundo tais teorias, os indivíduos seriam desiguais geneticamente, sendo uns mais aptos e superiores, outros menos aptos e inferiores na luta pela sobrevivência. Essa concepção, não concebida por Darwin, mas difundida para análises da espécie humana, justificava as diferenças entre as raças, demonstrando que havia uma hierarquia natural e imutável na humanidade. Em contrapartida, o evolucionismo social sublinhava a contínua evolução e o aperfeiçoamento das raças, as quais passariam por estágios sucessivos até o alcance da “perfeição” (SCHWARCZ, 1993).

Para o estabelecimento da eugenia enquanto ciência, os biometristas¹⁹, procuravam em seus estudos “encontrar regularidades estatísticas que pudessem indicar a prevalência de

¹⁹ “A biometria nada mais é que união entre a antropologia física — que se valia das medidas antropométricas de crânios, cérebros, narizes e outros órgãos para compreender as diferenças entre os grupos humanos, geralmente tomados como diferentes raças — e a análise estatística das características consideradas hereditárias” (KERN, 2016, p. 62).

certas características em um dado conjunto populacional” (DEL CONT, 2008, p. 203). Galton ao conceber a ciência eugênica, percebeu a importância dos registros e análises estatísticas para os estudos da genealogia dos sujeitos, das transmissões de características dos progenitores à prole, que se estendiam às questões que envolviam o intelecto, as habilidades, as características morais, físicas e psíquicas (DEL CONT, 2008).

Por essa via, o controle reprodutivo e a seleção das populações surgiram como vertentes da eugenia, em defesa da necessidade dos sujeitos terem uma linhagem “eugenicamente qualificada” (DEL CONT, 2008, p. 208), ou seja, uma reprodução que visasse à união entre indivíduos portadores das melhores características hereditárias. Nessa direção, o autor assinala que:

[...] para Francis Galton, o controle reprodutivo seria um método eficaz de garantir a melhora geral da raça humana e, conseqüentemente, ao minimizar os comportamentos considerados viciosos ou degenerescentes, as condições sociais também se reverteriam na direção de uma melhora generalizada. Nesse sentido, em sua opinião, melhorar as condições sociais não seria o resultado, como muitos apregoavam, da melhoria das condições ambientais, salariais, educacionais, higiênicas, mas antes devido às medidas eugênicas, ao ampliar a ocorrência das melhores qualidades e impedir a proliferação das piores, as condições sociais problemáticas sofreriam uma melhora substancial em função da proliferação de indivíduos destituídos de comportamentos degenerativos (2008, p. 208).

Assim, a partir do controle reprodutivo eugenicamente orientado, muitos problemas sociais e comportamentais poderiam ser sanados, pois para Galton essas “más” tendências seriam inatas. Essa eugenia conhecida como positiva, clássica ou galtoniana (DIWAN, 2015), tinha o objetivo de estimular bons casamentos, lapidar a descendência, criando seres “bem-dotados” e saudáveis. Nessa linha, ao impedir a reprodução dos degenerados (criminosos, alcoólatras, doentes mentais, tuberculosos, sífilíticos), ocorreria uma melhora das condições sociais, uma vez que para o cientista não bastaria o desenvolvimento do meio, mas sim o

impedimento da reprodução de indivíduos considerados com características inferiores.

Segundo Góes (2015), a “teoria da herança” de Galton estava em sintonia com o contexto inglês da época. Seu projeto era uma proposta para a burguesia industrial no final do século XIX, no qual identificava a proliferação de doenças como problemas associados ao pauperismo. A eugenia então se apresentava como solução desses e de outros problemas, na qual culpabilizava-se os pobres. Deste modo,

As aspirações de Galton casam com as transformações vivenciadas por ele e, na medida em que a sociedade passa por transformações, concomitantemente, o modo de produção, a ideologia, as formas de conceber o mundo são modificadas. Nesse caso, justificar a superioridade de determinado grupo social – o nórdico superior aos demais povos, por exemplo – não deveria ser afirmada apenas no terreno da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, mas também no terreno da Biologia, e é por essa razão que Galton tem grande receptividade em parte da Europa e nos países das Américas (2015, p. 42).

No século XX, a eugenia ganhou evidência²⁰ no cenário internacional, destacando-se em países como: Inglaterra, Alemanha, Itália, França, Suíça, Suécia, Bélgica, Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina, Equador, Brasil e Japão (GÓES, 2015). Nos Estados Unidos, por exemplo, um de seus maiores representantes foi Charles Davenport (1866-1944)²¹, quem aplicou as teorias

²⁰ Segundo Renato Kehl (1929), em conferência apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), entre os anos de 1904 e 1905, a eugenia passou a ser entendida como uma ciência para melhoria progressiva da espécie humana, passando de fato a ganhar força após a morte de Galton, em 1911. Fundações e associações foram criadas para desenvolver estudos eugênicos, disseminando-se. Stepan (2005) afirma que as primeiras associações criadas foram a *German Society*, na Inglaterra (1907-1908); a *Eugenics Record Office* (1910), nos Estados Unidos; e a *Société Eugénique Française* (1912), na França.

²¹ De acordo com Wegner (2017), Charles Davenport foi um importante cientista nos Estados Unidos, que em 1904 criou em Cold Spring Harbor, uma Estação “para estudo experimental da evolução [...] com projetos de pesquisa sobre variação, hibridização e seleção natural” (2017, p. 86). Mais tarde, em 1910, fundou

eugênicas no país como forma de eliminar os “indesejáveis”. Entre 1907 a 1945, mais de 70 mil pessoas foram esterilizadas no país, dentre elas, negros(as) e os(as) considerados(as) “débeis mentais” (DÁVILA, 2006).

Nesse contexto, destacaram-se as teorias do biólogo alemão August Weismann (1834-1914) e a redescoberta, em 1900, dos estudos do botânico austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884), que versavam sobre a presença da herança transmitida dos progenitores à prole. Essas ideias ganharam adeptos em contraposição à teoria lamarckiana que propugnava a “transmissão dos caracteres adquiridos”, considerando que o meio seria capaz de provocar transmutações e influenciar as próximas gerações.

A teoria do naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), conhecida como lamarckismo, “prega que o meio ambiente e o comportamento têm a capacidade de influenciar os caracteres hereditários” (DIWAN, 2015, p. 31). Enquanto as teorias de Mendel e Weismann²² sintetizam que a partir dos cruzamentos genéticos, seria possível constatar a presença de características nas próximas gerações. Para Souza (2006), a associação entre mendelismo e weismanismo, demarcavam que o ambiente não interferia na hereditariedade, tornando alguns eugenistas adeptos a essa corrente, na defesa da linhagem biológica.

As ideias de Mendel e Weismann estiveram mais presentes na eugenia da Grã-Bretanha e da Alemanha; já os eugenistas brasileiros, a princípio, sofreram maior influência da teoria lamarckiana francesa, conhecidos no século XX como

nessa Estação a *Eugenics Record Office*, onde além de pesquisas em plantas e animais, desenvolveu estudos sobre eugenia, biometria e pedigrees de famílias. Além disso era próximo a Edgard Roquette-Pinto, que o tinha como uma autoridade científica nos campos da genética e da antropologia (SOUZA, 2016).

²² August Weismann complementou os estudos de Mendel e reforçou os de Darwin, “[...] o plasma germinativo, hoje conhecido como gametas, é responsável pela transmissão dos caracteres ancestral e imutável [...] Dessa forma a seleção natural estaria assegurada por eliminar naturalmente os caracteres defeituosos, inferiores e mais fracos através de gerações” (DIWAN, 2015, p. 31).

neolamarckistas. Esta apregoava que a transformação e a melhoria do meio trariam a evolução humana, não impedindo que alguns transitassem na corrente mendeliana, que versava sobre a evolução pelos estudos biológicos.

Discutia-se, portanto, se uma nação estaria fadada ao fracasso ou a regeneração por conta de sua mestiçagem. A eugenia no Brasil atingiu maior notoriedade nas primeiras décadas do século XX, mas desde 1870²³ médicos, higienistas, juristas e educadores já debatiam questões raciais a partir das influências do ideário positivo-evolucionista, o que culminou no crescimento dos centros de ensino e de pesquisa nacionais (SCHWARCZ, 1993).

Influenciada por essas noções, no Brasil, a Antropologia Física²⁴, passou pela frenologia²⁵ e craniometria²⁶, no seguimento dos estudos do italiano Cesare Lombroso (1835-1909)²⁷ ou dos franceses

²³ A década de 1870 foi um período de espírito crítico pautado nas ideias positivistas. Em 1876 foi fundado no Rio de Janeiro a primeira *Associação Positivista*, na qual tinham membros da Escola Militar do Rio de Janeiro, como o oficial professor Benjamin Constant; e do Colégio Pedro II, como o professor Antônio Carlos de Oliveira Guimarães. Segundo Skidmore (1976), esse movimento foi heterogêneo, tendo em vista seus diferentes prosélitos. Mas apesar das especificidades, o positivismo, formulado pelo filósofo francês, Auguste Comte (1798-1857), comungou das ideias de progresso econômico que centrava o poder na ciência.

²⁴ Nesse debate sobre raças, foram desenvolvidos estudos sobre a origem da humanidade. Com surgimento de correntes teóricas, dentre elas a monogenista e a poligenista. Os monogenistas acreditavam numa única origem da humanidade, oriunda de uma raça. Enquanto os poligenistas consideravam a origem diversa da humanidade (GÓES, 2015).

²⁵ Estudo detalhado das características do crânio.

²⁶ Estabelecimento de padrões e tamanhos do cérebro para explicação da superioridade ou inferioridade das raças.

²⁷ O médico Leonídio Ribeiro (1893-1976), enquanto diretor do *Laboratório de Antropologia Criminal* do Distrito Federal, cargo escolhido pelo Chefe de Polícia Baptista Luzardo, na década de 1930, aplicou na instituição os estudos de Cesare Lombroso. Segundo a teoria lombrosiana era possível identificar “assassinos, malfeitores e facínoras em geral” (NETO, 2013, p. 31) por suas características físicas, como o formato e tamanho do crânio, orelhas, nariz, lábios, em consonância

Paul Broca (1824-1880)²⁸, Quatrefages (1810-1892)²⁹, Adolphe Bertillon (1821-1883)³⁰ e Topinard (1830-1911)³¹. Tais práticas científicas tiveram seu apogeu na segunda metade do século XIX e a partir delas foram estabelecidos parâmetros na intenção de explicar diferenças raciais e de gênero com ênfase nos aspectos físico e mental e na personalidade dos indivíduos (SÁ et al., 2008).

Entre as teorias raciais desenvolvidas, estavam as explicações das práticas consideradas criminosas, que no Brasil ajudaram a confirmar a noção de criminalidade infantil. De acordo com Camara (2010) duas escolas interpretativas destacaram-se, a Escola Positivista Italiana com Lombroso, Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, que influenciaram o campo da Antropologia Criminal, bem como a Escola Sociológica Criminal com Gabriel Tarde, Lacassagne e Durkheim. A corrente italiana versava sobre as tendências hereditárias ao crime, afirmando ser possível identificar características inatas em indivíduos predispostos ao delito. Pela linha sociológica, associava-se a situação da criança criminosa às condições de ordem social e econômica (CAMARA, 2010).

A autora destaca que havia embates entre as distintas correntes e que no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a partir da organização de Congressos Científicos e Associações Internacionais passou-se a direcionar maior atenção à infância

com os ideais eugênicos. Na busca pelo aperfeiçoamento da raça, estudava-se os biotipos de negros e homossexuais e suas supostas relações com o crime.

²⁸ Pierre Paul Broca (1824- 1880), cientista, médico, anatomista e antropólogo. Na área da neurologia desenvolveu estudos voltados à comunicação. Foi um dos fundadores da Sociedade Antropológica, em 1859, a *Revue d'Anthropologie* em 1872, e a Escola de Antropologia, em Paris, em 1876.

²⁹ Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau (1810-1892), médico, cientista e antropólogo. Desenvolveu estudos sobre as raças.

³⁰ Louis-Adolphe Bertillon (1821-1883), médico, estatístico e antropólogo. Desenvolveu estudos de estatística, demografia e criminologia.

³¹ Paul Topinard (1830- 1911), médico e antropólogo. Foi aluno de Paul Broca e seu sucessor na diretoria da Escola de Antropologia e da Sociedade Antropológica de Paris. Desenvolveu estudos étnicos a partir da medição de aspectos físicos como crânios e narizes.

criminalizada ou em risco de ser. Assim, “Erradicar o crime e suas causas, tratando os sujeitos desviantes e construindo os meios de normatizar os corpos, configuravam-se como desafios a serem assumidos em nome da defesa social” (CAMARA, 2010, p. 211).

Outros debates também foram suscitados a partir das questões da raça, com os relatos de cientistas e viajantes estrangeiros, como o Conde de Gobineau³² e Louis Agassiz³³, por exemplo, que em visita ao Brasil na década de 1860, produziram um prognóstico negativo sobre a nação, considerando que a miscigenação acarretava a degenerescência da raça. O Conde de Gobineau acreditava que a população brasileira estava fadada ao fracasso e se extinguiria em menos de 200 anos. Porém, após o estreitamento dos laços com o Brasil devido à sua amizade com o imperador D. Pedro II, apresentou alternativa para reverter seu prognóstico, ou seja, o incentivo à imigração de alemães. Já Agassiz, reconhecia na população brasileira entraves ao progresso moral e intelectual, considerando que o incentivo à imigração, bem como investimentos em educação e saneamento trariam melhorias à raça (SOUZA, 2008).

Com base nessas teorias, cientistas questionavam sobre quem era o homem brasileiro. Segundo Marques (1994), era um tipo diversificado: ora branco, ora negro, ora indígena e dependendo da presença dessas características raciais, seria ele inferior, instável, incapaz e degenerado. Dialogando com a antropologia, a etnologia, a genética, a biologia, a sociologia, a psicologia, a neurologia e distintas correntes, respaldados pela ciência, tentavam explicar as questões sociais, econômicas e culturais do país.

³² Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), diplomata francês e literato, com produção científica, romances, novelas e poesias.

³³ Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), cientista suíço dedicado aos estudos de história natural, que abarcava geologia, zoologia e outras ciências.

1.2 O problema da mestiçagem

Os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força desde a Proclamação da República. A porta aberta por esse regime a todas as aptidões deixará penetrar muitos mulatos de talento até as mais altas corporações políticas do país. [...] As uniões matrimoniais entre os mestiços e os brancos não são mais repelidas, como já foram no passado, a partir do momento em que a posição elevada do mulato e suas qualidades morais provadas fazem esquecer o contraste evidente de suas qualidades físicas, e que sua origem negra se esvai pela aproximação das suas qualidades morais e intelectuais dos brancos. O próprio mulato esforça-se por meio dessas uniões em fazer voltar seus descendentes ao tipo puro do branco (LACERDA, 1911, p. 17-18 *apud* SCHWARCZ, 2011, p. 238-239).

O trecho faz parte da tese *Sur le métis au Brésil (Sobre o mestiço no Brasil)*, de João Batista Lacerda (1846-1915), diretor³⁴ do Museu Nacional apresentada no *Primeiro Congresso Universal das Raças* ocorrido de 26 a 29 de julho de 1911, em Londres, na Inglaterra. O evento reuniu ativistas, antropólogos, médicos e políticos de mais de 50 países. Como representantes do Brasil estavam João Batista Lacerda e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), além de Jacques Huber, Diretor do *Museu Goeldi de História Natural e Etnografia* e da escritora Amélia de Freitas Beviláqua, que segundo Souza e Santos (2012) constam na lista do Comitê Geral Honorário do evento.

Em sua tese, de acordo com Schwarcz (2011), João Batista Lacerda ressaltou que o “problema da mestiçagem” no Brasil tinha solução, mostrando-a como transitória e “redentora” e assegurando uma identidade positiva com base na crença de que em um século, após três gerações, o país estaria mais branco, em consequência das políticas imigratórias, da seleção “dos mais fortes, e com alguma fé” (2011, p. 228). Nesse sentido, o

³⁴ João Batista Lacerda foi diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915.

branqueamento era sinônimo de civilização na perspectiva difundida por Lacerda, e para alcançá-la era necessário incentivar as uniões matrimoniais inter-raciais, especificamente entre brancos e negros para o alcance desse propósito. O “mulato”³⁵, resultado desse cruzamento, apresentaria características cada vez mais distantes de sua origem negra e potencializaria as qualidades morais e intelectuais dos brancos, fazendo com que as próximas gerações se tornassem mais brancas.

A tese foi criticada, segundo relatório escrito por Lacerda, em 1912, onde teceu suas impressões a respeito dos trabalhos e sua vivência como representante brasileiro neste congresso. No capítulo intitulado *Réplica á critica da memoria – Sur les métis au Brésil*, ele ressaltou sua mágoa diante das críticas. Ao longo das páginas, expôs sua insatisfação que tinha como proposta responder à seguinte impressão:

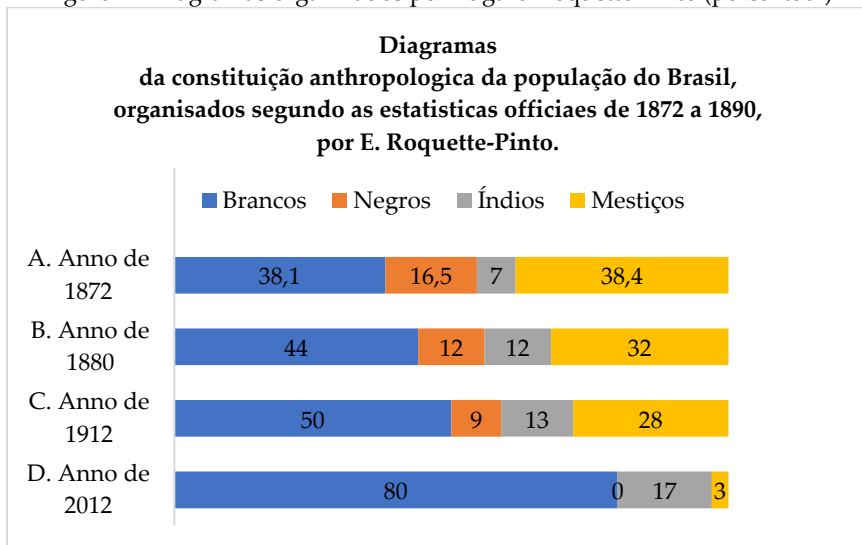
Si sómente daqui a um século, segundo pensa o auctor, a raça branca poderá constituir no Brasil maioria sobre a raca negra, deve-se suppôr que essa maioria actualmente não existe e que portanto a população do Brasil actualmente compõe-se de **maior numero de negros do que de brancos** (LACERDA, 1912, p. 93-94, grifos do autor).

A indignação de Lacerda tinha essa “falsa” crítica como base, rebatida por alguns intelectuais da imprensa, porque carregava um “otimismo” na perspectiva do branqueamento (SKIDMORE, 1976). Considerada uma atitude antipatriótica por apresentar na Europa um maior índice de negros e mestiços que de brancos, seus críticos

³⁵ O conceito de mulato apareceu sobre diferentes perspectivas, por vias “positivas” e “negativas”. Os darwinistas sociais, por exemplo, viam no mestiço, no mulato, a degeneração racial e social, advinda da variedade de cruzamento entre espécies, o que reforçava a ideia de “hibridação das raças” (SCHWARCZ, 1993, p. 56). A mula é um animal híbrido, resultado do cruzamento entre a égua e o jumento, e infértil, salvo raras exceções. Deste modo, para os darwinistas sociais o termo mulato representava a infertilidade, a degeneração, um mal a ser evitado. (SCHWARCZ, 1993). Em *Casa Grande e Senzala* (1933), o antropólogo Gilberto Freyre colocou em evidência uma visão “positiva” do mulato, mostrando sua ascensão e apresentando-o enquanto categoria social.

apontavam um rebaixamento do Brasil em terras estrangeiras. Para rebater essa perspectiva, Lacerda expôs uma série de distorções realizadas sobre seu trabalho, sem mencionar nomes, destacando que a pretensão do publicista era “encher as columnas dos jornaes diários com especiosos argumentos e apreciações mal fundadas, impotentes para derruir afirmações, que estavam baseadas na sciencia e na observação” (LACERDA, 1912, p. 96). E assim, municiado pelos estudos estatísticos realizados pelo jovem professor do Museu Nacional e seu assistente, Roquette-Pinto, assegurou suas afirmações a partir de uma escala crescente de brancos e decrescente de negros, “índios”³⁶ e mestiços em um século.

Figura 1 - Diagramas organizados por Edgard Roquette-Pinto (percentual)



Fonte: Lacerda, 1912, p. 100.

Os diagramas foram usados para subsidiar as refutações de Lacerda, sendo dispostos na última página, como anexo.

³⁶ As aspas entre o “índio” foram inseridas tendo em vista a aparição do termo nas fontes pesquisadas. Adotaremos, em nossa fala, ao longo do trabalho, o termo indígena, considerando a perspectiva decolonial e seus estudos de salvaguarda e humanização dos povos originários.

Organizados com base nas estatísticas oficiais de 1872 a 1890, como gráfico de barras, apresenta 4 colunas: A - ano de 1872; B - ano de 1890; C - ano de 1912 e D - ano de 2012, com os grupos raciais: brancos, negros, “índios” e mestiços. Cabe ressaltar, que parte da análise desenvolvida por João Batista de Lacerda teve como base a sequência progressiva dos anos de 1872 e 1890, a partir de então, pela lógica estatística, concluiu que em 2012 os brancos seriam maioria e os negros desapareceriam (LACERDA, 1912).

Ao analisarmos os dados, apesar da lógica estatística, o desaparecimento de negros em 2012 evidencia uma análise étnica assentada na tez branca, portanto, um estudo balizado no fenótipo, não considerando as questões voltadas à composição genética da população. Se os genes fossem alegados, mesmo com o incentivo ao branqueamento com as uniões inter-raciais, o resultado desses cruzamentos em longo prazo, como no século XXI, ainda assim seria o mestiço e não o branco. No entanto, para os parâmetros da época, os dados representavam os avanços da ciência.

Roquette-Pinto desenvolvia estudos antropológicos e etnográficos da população brasileira. Nascido em 1884 na capital federal, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1905), não seguiu estritamente os caminhos da medicina clínica, preventiva ou laboratorial, escolheu os estudos da antropologia física. Durante a preparação de sua tese de doutoramento, em 1905, foi “aprovado em concurso público para o cargo de assistente de antropologia física e etnografia do Museu Nacional, especialidade para qual iria dedicar pelo menos 30 anos de sua trajetória profissional” (SOUZA, 2017, p. 58).

Deste modo, de acordo com Rangel (2010), Roquette-Pinto ganhou mais notoriedade a partir de 1905, muito associada à sua trajetória no Museu Nacional do Rio de Janeiro, pois lá “firmou-se não somente como cientista do social, mas também enquanto intelectual engajado, construtor de homens, autor e ator, socialmente empenhado, em fazer valer a ciência e a educação como instrumentos de transformação da sociedade” (2010, p. 13). A intenção de Roquette-Pinto estava em analisar os principais

grupos raciais e compreender os processos da miscigenação, que segundo ele, teria gerado uma população mestiça variada. Porém, devido à seleção natural e o aumento da imigração europeia, acreditava que essa variação tenderia à reversão ao tipo branco.

Segundo Rangel (2010), o ano de 1912 representou para Roquette-Pinto um amadurecimento intelectual. Imergindo em estudos na Europa, foi representante do Brasil no VIII Congresso Internacional de Americanistas, em Londres; realizou expedições³⁷ para conhecimento das populações indígenas e sertanejas brasileiras, a fim de desbravar um país desconhecido. A partir de então, o antropólogo e educador dedicou-se a repensar a nacionalidade brasileira, confrontando causas políticas e construindo saberes, filiado a um projeto de modernização cultural e científica do país.

Schwarcz (2011) salienta que os estudos sobre a população brasileira transitaram nos debates da medicina, antropologia, biologia, literatura, sociologia, onde os problemas raciais estiveram na centralidade, entre nomes como Manoel Bomfim, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Perdigão Malheiro, Viveiros de Castro, entre outros.

De acordo com Murari (2005), Silvio Romero (1851-1914)³⁸ reconhecia o negro no processo de formação racial brasileira. Contudo, sua perspectiva de futuro, ao definir o elemento branco brasileiro como enfraquecido, por já ser mestiço, na fusão dessa raça ao negro teria como resultado “um homem desprovido de identidade” (2005, p. 183). Nesse debate, Nina Rodrigues (1862-1906)³⁹, revelou em seus estudos um Brasil complexo, híbrido e

³⁷ Em 22 julho de 1912, Roquette-Pinto integrou a quarta Comissão Rondon para a Serra do Norte.

³⁸ Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

³⁹ “Médico e antropólogo, assumiu a cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia (1891), onde promoveu a nacionalização da medicina legal brasileira. Desenvolveu profundas pesquisas sobre as origens étnicas da população e a

multirracial. Aplicando estudos de antropologia criminal, Nina Rodrigues através da miscigenação brasileira identificou uma predisposição a crimes, violências e desordem. Contrário à perspectiva de estabilização da população pela miscigenação evolutiva e constante, demonstrava pessimismo em relação ao futuro do país, que para ele culminaria em um povo de fraqueza física e psíquica (MURARI, 2005).

Segundo Cockell (2011), Manoel Bomfim⁴⁰ (1868-1932), com a obra *A América Latina: males de origem* (1905) acreditava que a miscigenação racial não representava um problema. Bomfim apresentava uma perspectiva na qual o elemento branco não era visto como superior no processo civilizatório do país, ao contrário, dava tônica à contribuição dos não brancos para a formação da nacionalidade brasileira. Credo no desenvolvimento de todos os povos através da educação e defendendo uma postura antirracista, sofreu críticas de Silvio Romero⁴¹ que no ano de 1906 escreveu uma “compilação denominada *A América Latina: Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*” (2011, p. 26).

Para a autora, a publicação de Bomfim trouxe questões relacionadas à desigualdade racial e à mestiçagem, num contexto onde as teses de branqueamento entre os anos de 1889 a 1914 estavam aquecidas pelas ideias de pensadores, como Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Assim, jogando luz sobre a industrialização, ciência e

influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo” (COCKELL, 2011, p. 26).

⁴⁰ Nascido em 8 de agosto de 1868, em Sergipe, entrou para a Faculdade de Medicina da Bahia aos 18 anos, depois transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aproximou-se da Educação ao se tornar diretor do *Pedagogium*; lecionou na Escola Normal do Distrito Federal; foi diretor da Instrução Pública; foi um dos criadores da revista *O Tico-Tico*; escritor; fez parte da Liga Brasileira de Higiene Mental. Por questões pessoais não aceitou o convite para compor o quadro de imortais da Academia Brasileira de Letras (COCKELL, 2011).

⁴¹Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914) foi crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira.

educação como propostas regeneradoras do social, Cockell (2011) assinala que:

A análise de Bomfim oscila entre Comte e Darwin ao tratar da concepção de progresso como um produto do conhecimento, isto é, da educação. Para Bomfim todos os povos são passíveis de desenvolvimento através da industrialização, da ciência e da educação popular, logo, a miscigenação racial não é um fator que produziria o atraso. Bomfim ainda admite que o desenvolvimento cultural de um país deveria contar com uma ação política do Estado (2011, p. 47-48).

Nessa direção, em 1905, Bomfim cultuava a perspectiva da regeneração pela educação, onde a raça não assumia preponderância nesse debate. Reconhecendo na ignorância e na falta de educação entraves ao progresso do país, porém passíveis de cura. Assim, segundo Cockell (2011) a obra de Manoel Bomfim tornou-se importante na vida do autor, principalmente na sua demarcação enquanto intelectual engajado, mas, para além disso, ampliou o debate dos contornos do Brasil, onde a educação assumiu um lugar de destaque, e que veio a ganhar força nos anos subsequentes.

O problema racial foi um tema que se articulou em torno de projetos nacionalistas. As distintas correntes em disputa realçavam a complexidade do problema de um país mestiço. Para além da raça, era preciso lidar com outros enfrentamentos para o fortalecimento do Brasil e sua inclusão no rol das nações modernas e civilizadas.

1.3 Eugenia, higiene e sanitarismo: a busca pelo progresso do Brasil

Moralizar os costumes, tornar os sujeitos mais fortes e sadios e educar estavam entre as propostas para a construção de um novo país e de uma nova raça. Nesse sentido, a eugenia surgiu como fundamental nessa articulação, visando contribuir nos aspectos moral, físico e psíquico na projeção de melhores gerações para o

Brasil. Souza (2017) aponta que a partir dos anos de 1910, o movimento eugênico no Brasil foi abraçado pelo sanitarismo, como proposta de regeneração e apoio nas reformas sanitárias, com o objetivo de erradicar a doença e restaurar a saúde e o vigor da população.

O homem brasileiro era apresentado como doente, preguiçoso, degenerado, improdutivo, porque estava abandonado pelas políticas públicas do Estado, portanto a solução para o melhoramento do Brasil, segundo sanitaristas, era saneá-lo, higienizá-lo, eugenizá-lo. Em 1916 o país, era visto, nas palavras do médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira como um “um imenso hospital”, tornando-se “um emblema das posições críticas à ordem social e política da Primeira República” (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 24). De acordo com os autores essa frase foi fundamental, no sentido de mobilizar políticas e campanhas de saneamento, a fim de reparar as mazelas do Brasil “doente” e atrasado.

Nas grandes cidades, com o processo de industrialização, novas formas de organização social instauravam-se com “habitações desregradadas, insalubridade nas casas, fábricas e nas escolas, proliferação de epidemias e a falta de assistência do governo” (NUNES, 2018, p. 27). Segundo o cronista carioca Luiz Edmundo (1957), não havia na capital “hábitos de elegância e de chique” (1957, p. 25). De acordo com essa perspectiva, a cidade era marcada por doenças, moléstias contagiosas, como: a febre amarela, a peste bubônica, a varíola. Era preciso tomar providências para reverter o quadro que se apresentava. Sob o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), e do prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos (1902-1906), os reformadores se apoiaram na busca da transformação, do saneamento e da urbanização.

Sanglard (2008) sinaliza que as reformas⁴² empreendidas centralizaram três frentes: “o porto, a cidade e seus problemas sanitários” (2008, p. 65). As práticas de cunho sanitarista e higienista disseminaram-se no cuidado com o corpo e com os espaços. Além de medidas voltadas ao embelezamento da cidade, na tentativa de uma aproximação com as civilizações europeias, como a França, modelo da modernidade. Para atingir essa expectativa, obras envolvendo derrubada de morros, alargamento de ruas e avenidas, demolição de casas e prédios tomaram as ruas da cidade, interferindo diretamente na vida cotidiana dos habitantes da Capital.

Deste modo, reorganizou-se o espaço físico que buscava ares de modernidade e progresso com as reformas urbanas e sanitárias. Medidas que se estenderam também ao espaço social, onde o Estado passou a ser atuante intervindo física e moralmente em prol dessa diretriz. Restou aos pobres e negros, em sua maioria trabalhadores do porto, saírem dos antigos casarões do Centro da cidade e se deslocarem para as regiões periféricas, se alocando nas freguesias de Santana e Santa Rita (SCHUELER; RIZZINI; MARQUES, 2015) áreas que ficaram conhecidas como a “Pequena África⁴³”, em função do grande contingente de negros.

De acordo com Sanglard (2008), os casarões eram moradias desses trabalhadores, que após a abolição da escravatura, egressos das fazendas, encontraram trabalho no porto. Segundo a autora, nesse tempo, ocorreu um crescimento de mão-de-obra de ex-

⁴² Benchimol (1992) afirma que o primeiro plano urbanístico remonta à década de 1870, que foi elaborado pela *Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*, no qual fizeram parte vários engenheiros, dentre eles Francisco Pereira Passos. Segundo o autor, o plano coincidiu com um momento próspero de expansão do café e fortalecimento econômico do Rio de Janeiro como “grande empório comercial do país” (1992, p. 138).

⁴³ O termo Pequena África foi popularizado pelo artista multifacetado Heitor dos Prazeres. Atualmente a região é conhecida como um lugar marcado pela herança afro-brasileira na zona portuária do Rio de Janeiro, atraindo pesquisadores e turistas, que podem fazer o circuito a pé para conhecer as marcas deixadas pelos antepassados.

escravizados, devido à expansão econômica, em grande parte proporcionada pela cultura exportadora de café, exigindo grande número de trabalhadores para carga e descarga dos navios. Suas moradias na cidade do Rio de Janeiro, os cortiços, eram habitações consideradas ameaças públicas à ordem, tomados por miséria, doença, falta de saneamento, onde as autoridades imprimiram a necessidade de “combatê-los”, pois ameaçavam os projetos de civilização e modernização.

No que se refere à população pobre e desempregada, Chalhoub (1986) tenciona a noção de trabalho e ociosidade. O pobre ocioso era considerado “um pervertido, um viciado, que representa ameaça à moral e aos bons costumes. [...] sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade [...] a ociosidade é um estado de depravação dos costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes” (1986, p. 47). O autor destaca que as relações estabelecidas entre ociosidade e pobreza contribuíram na construção de questões que caracterizavam o delito de vadiagem, que unido à indigência engendraram o crime. No desejo de repressão aos “miseráveis”, os legisladores brasileiros passaram a usar o termo “classes perigosas” para referirem-se aos pobres (CHALHOUB, 1986).

Nessa direção, “[...] fez crescer a criminalidade e intensificou a angústia persecutória dos ricos frente à ‘escória’, à ‘canalha’, à ‘ralé’, à ‘gentalha’, o que só piorou com a *Revolta da Vacina*, em 1904” (PATTO, 1999, p. 180). No ano de 1904, aconteceram episódios de confronto, conhecido como a *Revolta da Vacina*, na qual a população se viu diante da ação de funcionários e policiais agindo pela Saúde Pública, com uso da força, para a vacinação obrigatória (SEVCENKO, 2003). Segundo o autor, a Revolta da Vacina fortaleceu os movimentos populares na luta contra as forças de poder do Estado. A vacinação obrigatória era vista como inimiga do povo, que se articulava para reagir diante desse contexto reformador da capital, já que o “progresso” não chegava para todos.

A campanha sanitária foi intensificada a partir da ideia que era preciso adentrar o interior do Brasil e sanear o rural. Lima e

Hochman (1996) chamam atenção para o debate nacionalista que foi reforçado com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), além das expedições e descobertas científicas do Instituto Oswaldo Cruz e da Comissão Rondon⁴⁴, com projetos de cunho civilizatório. Os autores afirmam que esses movimentos reivindicaram a nacionalidade, que se expressaram sob distintas formas: pelo melhoramento da raça, saúde, educação, do recrutamento e profissionalização militar. Nesse âmbito, as expedições científicas contribuíram para ampliar a noção de Brasil, que não se restringia à capital e às grandes cidades.

Partindo dos dados registrados pelas expedições científicas organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, especialmente no relatório da que foi dirigida pelos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva, ela contribuiu para transformar em tema de debate público algo que era discutido em periódicos especializados e nos principais fóruns acadêmicos dos médicos. Sua repercussão na grande imprensa foi intensificada com a publicação, de novembro de 1916 a janeiro de 1917, no jornal *Correio da Manhã*, de uma série de artigos de Belisário Penna conclamando o país a participar de uma campanha pelo saneamento do Brasil (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 26).

Belisário Penna foi expoente do sanitarismo no Brasil, que a partir de 1912, junto a Arthur Neiva, realizaram expedições⁴⁵ pelo Instituto Oswaldo Cruz, rumo ao “grande sertão”, como “um emblema dos esforços de construção nacional e integração territorial que caracterizaram o primeiro período republicano”

⁴⁴ A Comissão Rondon surgiu em finais do Império, inicialmente intitulada Comissão Construtora de Linhas Teleféricas. A partir de 1900, sob a chefia do engenheiro-militar Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), a Comissão Rondon adentrou o interior do Brasil para ocupar o território e civilizar a nação (MACIEL, 1999).

⁴⁵ Uma rede de intelectuais realizou inspeções sanitárias pelo território nacional: “Oswaldo Cruz em 23 postos brasileiros (1905); Carlos Chagas e Belisário Penna, em Minas Gerais (1907); Arthur Neiva, no estado de São Paulo (1907), devido à infestação da malária; Oswaldo Cruz, na hidroelétrica no Rio de Janeiro (1910); Arthur Neiva e Belisário Penna, no Nordeste (1912); Carlos Chagas na bacia amazônica (1912-1913); além de outras inspeções realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (THIELEN, 1991, p. 7 *apud* NUNES, 2018, p. 28-29).

(CASTRO SANTOS; FIGUEIREDO, 2012, p. 850). Além disso, em meio a essas ações estava em disputa um ideal de construção de brasilidade e a reconfiguração de uma identidade nacional.

As expedições científicas, rumo aos sertões, conformavam a ideia de um “Brasil real” (LIMA; HOCHMAN, 1996), realidade essa que se confrontava com as consideradas pelos intelectuais de gabinete. Sendo assim, Lima e Hochman (1996) ressaltam que havia duas representações sobre o Brasil: a ufanista e a fatalista. A perspectiva ufanista exaltava o país, por uma ótica otimista. Já a fatalista, se inspirava nas teorias sobre inferioridade racial. No cenário otimista, a ficção romântica do Brasil aparece na literatura indianista, sertanista e regionalista, na representação do brasileiro indígena e posteriormente do caboclo sertanejo, ainda no século XIX, com “José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora, entres outros autores” (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 28). Eles destacam que essas concepções ajudaram a conformar uma ideia de campo, de rural, como marcado pela natureza e pela boa gente sertaneja e indígena, indicado pelos médicos como um lugar para viver.

Já a imagem fatalista foi construída a partir de uma negatização do “povo”, principalmente das áreas rurais. Segundo os autores, parte dessa cisão se deu pela expressiva repercussão da obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902), na qual apresentava o sertanejo como forte, mas também como incivilizado, confirmando as desigualdades entre as áreas urbana e rural. Essa cisão do Brasil, onde de um lado caminhava a transformação, o desenvolvimento (São Paulo, Santa Catarina e estados da região Sul) e de outro o subdesenvolvimento, a barbárie (Norte, Nordeste) foi demarcada tendo em vista as influências culturais advindas da Europa e a resistência das populações indígenas e africanas à modernização do trabalho e da cultura (NUNES, 2018). Contudo, apesar das diferentes interpretações sobre o Brasil, na base desses discursos estava posta a necessidade de uma unidade nacional.

As expedições sanitárias de Belisário Penna e Arthur Neiva, para conhecer a “gente brasileira”, realizadas ao longo da década de 1910, trouxeram luz a outras questões voltadas às urgências da

zona rural “demarcado pela falta”, sendo assim, era condição que indicava ser preciso sanar os problemas da saúde e levar instrução e educação sanitária e higiênica ao interior (NUNES, 2018). Nesse sentido, Castro Santos (1985) ressalta a importância do ano de 1916, marcado pela publicação de relatos de viagem de médicos sanitaristas por vários estados do Nordeste e Goiás, denotando assim um momento relevante do movimento sanitarista no Brasil.

Condizente com a compreensão do sertão brasileiro como subdesenvolvido, o personagem caboclo Jeca-Tatu, do escritor paulista Monteiro Lobato (1882-1948), representava o que havia de mais significativo nessa conjuntura, ele era: feio, doente, preguiçoso, estúpido, bronco, ignorante, aparecendo pela primeira vez no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1914 (LIMA; HOCHMAN, 1996). Em sua coletânea de contos e crônicas, *Urupês* (1918), Lobato confirmava, por suas lentes, o retrato do sertão, apresentando um Brasil cindido, com base na perspectiva de inferioridade racial⁴⁶.

⁴⁶ Skidmore (1986) analisa que o Jeca Tatu era retratado como um “branco retrógrado, com talvez um pouco de sangue índio” (1986, p. 204). Alguns estudos vêm sendo desenvolvidos sobre os silenciamentos da história dos negros sertanejos, conferir em: GOMES, Salatiel Ribeiro. Da invisibilidade dos negros nos estudos sobre a cultura sertaneja. **Revista África e africanidades**. Ano 3, n. 11, novembro de 2010. Disponível em: <https://africaeaficanidades.net/documentos/01112010_05.pdf>

Figura 2 - Jeca antes e depois do saneamento



Fonte: Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz, s.d.

As figuras trazem aspectos da “casa do Jeca” antes e depois do saneamento. Antes, a casa aparece associada à imundície, à doença e à pobreza. Podemos perceber uma pessoa agachada ao mato, o que pode indicar que estivesse fazendo suas necessidades fisiológicas; o Jeca “à toa”, sentado ao tronco de uma árvore; quintal sujo com galinhas soltas e sua provável companheira de pé na porta de entrada com uma criança ao colo.

A casa do Jeca reflete a sua inércia, a preguiça, a falta de educação, de higiene e de saneamento. Esses aspectos contribuíram para a conformação da imagem da doença, já que essas condições insalubres de vida culminavam na proliferação da ancilostomíase, amarelão, verminose, impaludismo, entre outras. “A doença se instaurava como grande causadora do cansaço, preguiça e improdutividade atribuída ao povo rural” (NUNES, 2018, p. 31). Além disso, Monteiro Lobato mostra aspectos da pobreza, da

incapacidade racial, porém, mais que isso, da ignorância objetivada nos costumes, o que denuncia questões consideradas impedidoras do progresso da nação.

Na figura que representa o depois, a moradia surgia organizada e limpa; com as crianças felizes brincando; poço artesiano e latrina, local propício para as refeições. A casa do Jeca transformou-se, o Jeca educou-se⁴⁷! Assim, o Jeca era “incapaz” porque o Estado não lhe dava as condições sanitárias necessárias para a melhoria de sua vida. As ações dos médicos sanitaristas e eugenistas misturavam-se, à medida que reconheciam que o desenvolvimento do meio, traria melhorias progressivas à raça, através da higiene⁴⁸ e educação para a moralização dos hábitos e costumes (SANTOS, 2017). Essa eugenia ficou conhecida como preventiva, em sintonia com a teoria neolamarckista, tendo como base os estudos da herança dos caracteres adquiridos.

A tradição neolamarckista tinha como concepção uma reforma que abraçava o sanitarismo, que envolvia a reorganização e limpeza dos espaços, até o aperfeiçoamento social e biológico. Assim, a “eugenia preventiva” se efetivaria através de políticas públicas na reordenação social, estabelecendo as diretrizes para as próximas gerações, que baseadas nesses critérios, tornariam os homens e as mulheres melhores.

Deste modo, estava imbricado um ideal moralizador e civilizador, em que as reformas higiênicas, eugênicas e sanitárias visavam atenuar um conjunto de fatores considerados impedidores

⁴⁷ Em *O Problema Vital*, Monteiro Lobato apresenta um novo Jeca Tatu. Em artigos publicados pela *Liga Pró-Saneamento* e a *Sociedade Eugênica de São Paulo* em 1918, o Jeca estava curado por um médico. Feliz, saudável e próspero por trabalhar arduamente, podia viajar pelo mundo (SKIDMORE, 1976). Em final dos anos 1910, Monteiro Lobato tornou-se aliado ao movimento sanitarista mantendo vínculos com Belisário Penna, Arthur Neiva, Roquette-Pinto, entre outros (SOUZA, 2017).

⁴⁸ O higienismo no Brasil foi apontado por Gondra (2003) como uma doutrina conjugada por uma geração de médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde o século XIX. Num primeiro momento foi identificada como meio de conservação da saúde, num segundo momento como ciência de tratamento, conservação e aperfeiçoamento da saúde.

dos avanços do país, à exemplo do crime, da pobreza, da doença, da mortalidade infantil, que conformavam a visão da degenerescência. A ideia do homem degenerado no Brasil adequou-se à linha de pensamento dos intelectuais, com base no discurso eugênico que incorporado ao pensamento científico e social, acreditava que era possível intervir para evitar os males à prole.

Assim, objetivando o progresso da nação, foi fundada em 14 de janeiro de 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP). Segundo Stepan (2005), sua criação foi favorável ao intercâmbio de ideias, especialmente na aproximação dos latino-americanos. A SESP foi inaugurada, no grande salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, com a presença em sua maioria de médicos. Foi idealizada pelo médico Renato Kehl (1889-1974), inspirado por sua conferência realizada em 13 de abril de 1917 na Associação Christã de Moços, onde falou sobre o estudo da hereditariedade e da ciência de Galton. Ao final, solicitou divulgação e prática das ideias expostas, cujo objetivo era a “melhoria progressiva da nacionalidade brasileira” (KEHL, 1929, p. 53). A associação tornou-se possível com o apoio do professor Arnaldo Vieira de Carvalho⁴⁹, médico paulista definido por Renato Kehl como uma pessoa de “inteligência esclarecida, coração de patriota, [...] sempre amável e prestimoso” (KEHL, 1929, p. 52).

A SESP realizou reuniões, sessões ordinárias e extraordinárias, conferências, propagandas, voltadas para a melhoria da raça, da espécie humana. Um dos objetivos estava em propagar uma educação higiênica e eugênica, no sentido de conscientizar sobre os perigos dos vícios, bem como das doenças infecciosas como a sífilis e a tuberculose. Além do estudo da “regulamentação do meretrício [...] bem como a importante questão do exame pré-nupcial, um dos meios de cercear a liberdade de dar nascimento a uma prole de

⁴⁹ Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores e diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Muito devotado à campanha em prol da Eugenia, segundo Kehl em conferência no PCBE.

degenerados, de idiotas, de tarados de toda espécie” (*ANNAES DE EUGENIA*, 1919, p. 6-7 *apud* MARQUES, 1994, p. 53- 54).

Outros países latino-americanos também fundaram sociedades eugênicas, como a Argentina (1918), Paraguai (1919), Peru (1919), que contavam com correspondentes na SESP, como os médicos Victor Delfino, argentino, e Carlos Enrique Paz Soldán, peruano. Renato Kehl assumiu o papel de secretário geral, sendo assim, organizava as reuniões e estabelecia contatos com os eugenistas dentro e fora do Brasil. Seu nome ficou ligado à agremiação, fato que contribuiu para associá-lo como um dos principais divulgadores e entusiastas da eugenia no Brasil.

Renato Kehl articulou-se com interlocutores internacionais e nacionais⁵⁰ como os sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva, que fizeram parte da SESP. As redes estabelecidas e os vínculos criados, entre Penna e Kehl se estreitaram ao longo dos anos⁵¹, nesse sentido, torna-se possível compreender os quão afinados estavam esses homens em torno de um ideal de Brasil higiênico, eugênico e sadio. Ainda em fevereiro de 1918⁵², foi criada a Liga Pró-Saneamento do

⁵⁰ Dentre os intelectuais da SESP, também estavam Fernando de Azevedo (1894-1974), graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, que ocupou o cargo de primeiro secretário da agremiação, além de fundamental nos movimentos educacionais na década de 1920, atuando como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); Vital Brazil (1865-1950), diretor do Instituto Butantã; Antônio Austregésilo (1876-1960), psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e Juliano Moreira (1873-1933), higienista mental e diretor do Hospital dos Alienados no Rio de Janeiro que por ocasião da fundação da SESP enviou carta de congratulações e informou ser a favor da eugenia no campo da higiene mental (STEPAN, 2005).

⁵¹ Em 1919 foi convidado para chefiar o Posto de Profilaxia Rural em Merity, Rio de Janeiro. Em novembro de 1920 casou-se com Eunice Penna, filha de Belisário Penna (SOUZA, 2006a).

⁵² Bonfim (2019) sinaliza que no ano de 1918 também foi fundado o Instituto de Higiene, em acordo entre o Governo de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, órgão que desempenhou papel fundamental na promoção de uma educação sanitária.

Brasil, por iniciativa de Belisário Penna⁵³, cujo objetivo era ampliar, estimular e implementar medidas que tivessem como base fundamental a promoção da higiene, saúde e educação, em todo Brasil, não restringindo-se apenas à capital (BRITTO, 1995). É importante ressaltar, que as campanhas pró-saneamento chamaram atenção para os problemas do país e de sua “gente”, aspectos em debate na construção de uma identidade nacional.

Marques (1994) identifica um alinhamento das iniciativas empreendidas entre a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento. Segundo a autora, pelo aspecto político, ambas reivindicavam a construção de uma estado-nação; pelo aspecto cultural, realçavam o nacionalismo rompendo com os modelos deterministas europeus que “contribuíram para inviabilizar o ingresso do Brasil no rol das nações civilizadas” (1994, p. 56). Assim, a higiene, a eugenia e o sanitarismo funcionaram como perspectivas civilizadoras, no sentido de que através delas se construiria uma nova nacionalidade.

Na perspectiva do progresso do Brasil pelo combate às epidemias/doenças, cabe destacar algumas iniciativas do governo federal. Em seu último ano de governo, o presidente da República, Wenceslau Brás (1914-1918) criou o Serviço de Prophylaxia Rural, para combate às doenças como amarelão, doença de Chagas, além da criação de um programa oficial de distribuição de quinina para o combate à malária (CASTRO SANTOS, 1985). As ações de Belisário Penna continuariam a dar frutos, intensificando a intervenção estatal durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), quando a partir do decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)⁵⁴, órgão pertencente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

⁵³ Em 1918, Belisário Penna publicou *Saneamento do Brasil*, no qual manifestou as falhas do sistema político frente à saúde. Por esse “panfleto político” (CASTRO SANTOS, 1985), destacou que o Estado empreendia maiores esforços somente com as questões sanitárias das capitais e de algumas cidades.

⁵⁴ Esse órgão foi inicialmente suplementar da Directoria Geral de Saude Publica (DGSP), criada em 1897.

Belisário Penna assumiu a chefia da Directoria de Saneamento e Prophylaxia Rural (DSPR) do Distrito Federal.

Dentre as iniciativas do Serviço de Prophylaxia Rural, estava a criação de postos de profilaxia rural. De acordo com Hochman, Mello e Santos (2002) esses locais visavam atender a população rural do Distrito Federal em sua totalidade constituída por aproximadamente 350 mil habitantes. “Foram instalados nas seguintes localidades: Gávea, Campo Grande, Jacarepaguá, Madureira, Pilares, Penha, Bangu, Guaratiba, Santa Cruz e Ilha do Governador” (2002, p. 241).

Em 19 de agosto de 1919, foi fundado o Posto de Merity (RJ), sob a direção Renato Kehl, então com residência fixa na cidade do Rio de Janeiro⁵⁵. O Posto de Merity prestava assistência, profilaxia, atendimento e uma educação higiênica à população, tomada por moléstias como impaludismo, tuberculose e verminoses. No relatório dos trabalhos executados entre a fundação a 31 de dezembro de 1919, feito por Renato Kehl para Belisário Penna, ele levantou características locais, que trouxeram aspectos dessa região rural, da baixada do Rio de Janeiro.

Merity resume-se n’um pequeno amontoado de casas e casinhas de estylo e construção antigas, nas proximidades da Estação da Leopoldina e de outras, espalhadas pelas circumvizinhanças. Não obedecem essas casas a regular alinhamento de modo que o arraial não é verdadeiramente dotado de ruas. Sem calçamento, sem exgottos, sem illuminação, com unico chafariz, portanto pessimanente abastecido de agua, sem pharmacia, com uma única escola frequentada por vinte e poucos alunos, em summa, desprovido como se acha Merity veio a ser habitada exclusivamente por um aggregado de gente pobre constituido na sua maioria absoluta por nacionaes (*RELATORIO DOS TRABALHOS EXECUTADOS DO POSTO DE MERITY, 1919*).

⁵⁵ Segundo Souza (2006a), Renato Kehl reconhecia o discurso do saneamento como ideias bastante difundidas entre as autoridades políticas da Capital Federal. O autor destaca a articulação do eugenista, que visava a legitimação no movimento sanitaria como forma a disseminar a propaganda eugênica no Rio de Janeiro.

No *Relatorio dos trabalhos executados pelo Posto de Merity* (1919), Renato Kehl aponta as péssimas condições de Merity, realçando as carências daquela localidade, composta por cerca de 2000 a 2500 habitantes. Assim, ressaltou a miséria e a necessidade de medidas de saneamento do local, atestando que as primeiras ações do Posto já haviam indicado melhorias na contenção do alastramento do impaludismo, bem como da epidemia de varíola, a partir da vacinação intensiva.

Figura 3 - Pacientes na frente do Posto de Merity (RJ)



Fonte: Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz, 1918-1923.

O Posto foi fundado em comum acordo com a professora da única escola pública mista do local, que cedeu uma sala, dividida em pequenos espaços com pedaços de madeira. De estrutura modesta, contou com o apoio: dos médicos auxiliares José Augusto Rodrigues, Gastão Figueiredo e Alberto Vaissê; do serviço de microscopia com o doutorando Nicanor Botafogo Gonçalves; do escrivão, Alberto Waddington Leal; um guarda; três serventes;

e doze empregados no serviço de valas chefiados por Ernesto Fonseca (*RELATORIO DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELO POSTO DE MERITY*, 1919).

Apesar das dificuldades com o tamanho das salas, as atividades foram iniciadas pelo serviço ambulatorial. Renato Kehl não encontrou objeção quanto à divulgação das medidas de saneamento e higiene, identificando uma “docilidade” das pessoas em acatá-las. Sendo assim, organizou o sistema de atendimento, onde todos os pacientes eram fichados com dados de identificação e antropometria. No dia da matrícula eram pesados, e verificava-se “a taxa de hemoglobina, a altura, o perimetro thoraxico, a capacidade respiratoria, por meio de espirometro, a força dynanometrica” (*RELATORIO DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELO POSTO DE MERITY*, 1919, n.p.). As fezes também eram recebidas e enviadas ao laboratório para análise.

Embora fosse demarcado pela precariedade, o Posto de Merity representava não só um local de cuidados com a saúde, mas um ambiente educativo, já que segundo Kehl, os médicos de plantão davam conselhos higiênicos. Contudo, apesar dos conselhos e da fácil aceitação ao tratamento, alguns “verminosados” tomavam a primeira dose de medicamentos e não retornavam no tempo necessário, ou quando retornavam, já estavam novamente infectados. Nesse sentido, Kehl enfatizou uma dificuldade no entendimento das orientações dadas pelos médicos.

Além das consultas, curativos e pequenas cirurgias, os médicos do Posto de Merity realizavam atendimentos a domicílios⁵⁶; preleções; recenseamento dos residentes; vacinação; e indicações no cuidado com o ambiente externo, como fechamento de poços ou colocação de bombas, construção de fossas e limpezas do quintal e serviços de hidrografia “de vallas e drenagem dos terrenos alagadiços” (*RELATORIO DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELO POSTO DE MERITY*, 1919).

⁵⁶ Em 1918, Renato Kehl publicou *O médico no lar: dicionário popular de medicina de urgência*. São Paulo: Weisflog Irmãos, 1918.

Para o estabelecimento dessas reformas nas áreas rurais, os médicos definiram *Os Dez mandamentos da prophylaxia rural*, que fizeram parte de um folheto educativo, que trazia no verso da página a frase: “Em seu beneficio, no da propria familia e de todos nós: ponha isto em logar bem visivel de sua casa. E faça a respectiva propaganda” (*FOLHETOS EDUCATIVOS DO MUSEU DA HIGIENE*, 1922).

Quadro 1 – Os dez mandamentos da Prophylaxia Rural

1 - Tenha latrina em sua casa e exija que os visinhos tambem a tenham.
2 - Só beba agua filtrada, fervida ou tirada directamente do jacto da mina.
3 - Só coma carnes e legumes bem cozidos e fructos bem lavados descascados.
4 - Use calçado e tenha tambem calçadas todas as pessoas de sua casa.
5 - Não tenha póços descobertos, nem aguas paradas ou pouco correntes, nem a menos de cem metros, vegetação em volta de sua casa.
6 - Tenha todos os depositos d’agua hermeticamente fechados; não conserve tinas, talhas, porrões, jarras, cocos ou outros quaesquer depositos sem que, ao menos duas vezes por semana, sejam esvasiados, lavados e emborcados durante uma meia hora.
7 - Tenha os alimentos bem resguardados contra os ratos, as baratas, as moscas e outros animaculos; faça guerra sem treguas a esses e a quaesquer outros-mosquitos ou murissócas, persevejos, pulgas piolhos, bichos de pé, trazendo toda a casa, todos os moveis, os quintaes e o proprio corpo, sempre rigorosamente limpos.
8 - Lave frequentemente o rosto e, principalmente, nada leve á bocca sem amtes lavar as mãos.
9 - Não tenha animaes dentro de casa - aves, cães, gatos, coelhos, cabritos, carneiro etc. e impeça que elles se avisinhem das hortas e pomares e das aguas de beber e de régua.
10 - Não durma nem móre em cafúas ou casas toscas de tectos e paredes irregulares, e use cortinados, sobretudo nas camas das creanças; não durma em quarto sem janela para o exterior.

Fonte: *Folhetos Educativos Museu da Higiene*, 1922. Fundo Renato Kehl.

Folhetos educativos com essas recomendações médicas abarcando questões voltadas à alimentação, vestimenta, cuidados com o ambiente, até modos de comportamento foram utilizados pelos médicos como forma de disseminação de valores morais e

ordenação social. Começar desde a infância com o inculcamento de hábitos soava como uma forma de garantir o “processo civilizador” (ELIAS, 1994) da nação. Elias (1994) atenta que o processo educativo contínuo encaminha à normalização de comportamentos sociais, condutas, impulsos e emoções. Assim, de forma constante, a propaganda educativa pelos médicos foi realizada. O *Relatório dos trabalhos executados pelo Posto de Merity* e os *Dez mandamentos da prophylaxia rural*, exemplificam a perspectiva de que era preciso moralizar os hábitos de vida da população, a eugenia, a higiene e o saneamento confirmavam esses ideais.

Combater os vícios e as doenças, instaurar hábitos de higiene, intervir na reprodução para a geração de uma prole saudável física, psíquica e moralmente em prol da nação moderna, estavam entre as diretrizes dos movimentos. Sendo assim, o intelectual também era político, porque não mais no gabinete, estava disposto a traçar os contornos para a formação da nação. À exemplo do que Bonfim (2019) sinaliza, mostrando como essa intelectualidade estava alinhada aos movimentos do saneamento e da eugenia, já que muitos dos membros da Liga Pró-Saneamento (LPS), também transitavam na Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP)⁵⁷, bem como na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) (1923)⁵⁸, na

⁵⁷ A *Sociedade Eugênica de São Paulo* teve curta duração, encerrando suas atividades no final do ano de 1919 (STEPAN, 2005). Renato Kehl ressaltou que após a morte do professor Arnaldo Vieira de Carvalho e sua mudança para o Rio de Janeiro, a Sociedade Eugênica teve uma diminuição em suas atividades.

⁵⁸ A *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM) foi fundada em 1923, pelo médico psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934), composta por psiquiatras, juristas, jornalistas e educadores. Em meio às ações da *Liga*, estava a preocupação em torno da degenerescência dos homens. Percebendo a loucura como hereditária, era preciso intervir no social, adotando medidas de profilaxia contra o alcoolismo, a pobreza, a ignorância. Incorporada aos preceitos eugênicos e higiênicos, a instituição tinha em sua base propagar a higiene mental e assim cultivar uma sociedade moderna, higiênica, sadia, educada, preparada para o progresso, ressaltando sua proposta regeneradora e reformista do Brasil (LOPES, 2012). Dentre os mais de 120 membros da *Liga*, estavam Renato Kehl, Miguel Couto, Fernando Magalhães, Carlos Chagas, Antonio Austregésilo, Afrânio Peixoto, Ernani Lopes, Julio Porto-Carrero, Leonídio Ribeiro, entre outros.

Associação Brasileira de Educação (ABE) (1924), criando ambientes de circulação de ideias, aproximações e discussões sobre o país.

1.4 A década de 1920 como potencializadora das questões em torno da infância

A década de 1920 no Brasil foi um período de instabilidade institucional. Foram três presidentes [...] aconteceram muitos eventos políticos e culturais significativos. Entre eles, em 1922, a comemoração do centenário da Independência, com a realização da Exposição Internacional no Rio de Janeiro, a Semana de Arte Moderna em São Paulo, o levante do Forte de Copacabana e a criação do Centro Dom Vital [...]; em 1923, Roquette Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro [...]; em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação[...] em 1925, a Coluna Prestes, [...] e foi decretada a Reforma Rocha Vaz por parte do governo federal, mas seu alcance limitado ao ensino secundário teve efeito inócuo na educação do país (Mourão, 1962; Horta, 1994). No entanto, educadores de diferentes estirpes promoveram reformas estaduais nessa década (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012, p. 432).

A década de 1920 aponta uma série de acontecimentos que evidenciavam projetos em disputa sobre a formação da identidade nacional brasileira, reconhecendo suas mazelas e atrasos, e perspectivando iniciativas que dessem luz aos seus avanços. Vidal (2000) ressalta a articulação entre ciência e educação, que abriu novas interpretações na construção da nacionalidade. De acordo com a autora, os intelectuais questionaram as teorias racistas formuladas no século XIX, passando a relativizá-las a partir da crença na regeneração das populações através da saúde e da educação.

A comemoração do Centenário da Independência do Brasil mobilizou intelectuais de toda parte, que se organizaram para suscitar o debate sobre a identidade nacional, em uma sensação de reflexão sobre os 100 anos de progresso da nação. Como afirma Motta (1992, p. 5) “[...] para as festas do Centenário revestiu-se, assim, de um significado todo especial: era preciso que o Rio de

Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira". O apelo para a realização da comemoração foi frequentemente colocado pela imprensa a partir de 1920, tendo por cenário a capital da República. Dentre as atividades programadas para as comemorações no ano de 1922, estava a realização da Exposição Internacional⁵⁹, conferindo o adiantamento civilizatório do Brasil. Uma série de congressos também integrou as comemorações, à exemplo do Congresso Nacional dos Práticos, no qual defendeu-se a prática médica; o I Congresso de Proteção à Infância em conjunto com o III Congresso Americano da Criança.

O I Congresso de Proteção à Infância e o III Congresso Americano da Criança tiveram como presidentes, os médicos Moncorvo Filho⁶⁰ e Olinto de Oliveira⁶¹, respectivamente. O evento reuniu intelectuais que visavam estabelecer políticas públicas de ordem assistencial, pedagógica, médica e legislativa para a infância. Camara (2020) destaca que essas ações configuram estratégias em prol da saúde física, moral e intelectual da criança, que davam frutos desde a criação do Instituto de Proteção e

⁵⁹ Inicialmente programada para ser um certame nacional, a Exposição de 1922 na cidade do Rio de Janeiro foi oficialmente considerada internacional poucos meses antes de sua inauguração no 7 de setembro.

⁶⁰ Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), médico carioca, graduado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicou-se ao amparo e atendimento à infância, concebendo em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) e o Departamento da Criança em 1919 (CAMARA, 2020).

⁶¹ Olympio Olinto de Oliveira (1866-1956) formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi aprendiz de Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, estagiando na Policlínica do Rio de Janeiro. Com Fernandes Figueira, participou em 1910 da fundação da Sociedade Brasileira de Pediatria, assumindo a diretoria em 1928, após sua morte. Dedicou-se à saúde da criança. Conferir em Overné (2019).

Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899)⁶² e do Departamento da Criança no Brasil (1919)⁶³.

Em meio às ações a favor da infância, as noções sobre a moral e o cultivo da saúde na construção da nação estavam postas, já disseminadas na prática dos higienistas desde o século XIX (GONDRA, 2004a). Identificada como um corpo biológico, a criança além de servir a pátria, também tinha a missão de servir à raça (VEIGA; GOUVEA, 2000). De acordo com as autoras, isso significava a manutenção da saúde, do bom aspecto físico e mental e dos valores morais. “O corpo infantil deixa de pertencer à criança e passa a ser patrimônio da espécie” (2000, p. 152).

Nesse sentido, para conceber um novo país era preciso começar pela infância, na defesa por corpos hígidos, fortes e moralizados na formação da raça. Assim, se considerarmos as ações médicas sobre a infância das primeiras décadas do século XX, como as do médico Moncorvo Filho frente ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro, percebemos a sintonia das ideias eugênicas propagadas à época. As ações do IPAI visavam, sobretudo, prestar assistência e profilaxia às famílias pobres, portanto cuidar da raça era cuidar da criança na vida intra e extrauterina. Nas palavras do médico, publicadas nos *Archivos de Assistencia a Infancia*: “carecemos muito cuidar da creança e nesse patriotico e encantador *desideratum* devemos começar pela execução dos sãos princípios da eugenia, pelo refinamento dos cuidados da puericultura” (MONCORVO FILHO, 1925, p. 7-8, grifos do autor).

⁶² O médico higienista Moncorvo Filho fundou em 24 de março de 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), cujo objetivo era prestar assistência médica e filantrópica às crianças em condições desfavorecidas, “pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas da capital do país” (CAMARA, 2013b, p.1).

⁶³ Por iniciativa de Moncorvo Filho, Camara (2020) ressalta que o Departamento da Criança no Brasil visava organizar, promover e instituir assuntos relacionados ao problema da infância no país.

No âmbito jurídico, a infância pobre também se tornou seu objeto, sob perspectivas que variavam entre a prevenção, regeneração e educação. Prevenção para evitar a perversão; regeneração para reeducar a fim de resgatar o que se perverteu; educação para disseminar e constituir novos hábitos (CAMARA, 2010). Nessa direção, Camara (2010) aponta que a Lei Orçamentária Federal de 1921, que visava à organização da proteção e assistência à infância abandonada e delinquente foi reforçada ao longo dos anos, culminando na promulgação do Primeiro Código de Menores em 1927⁶⁴.

Esse Código, representou “a primeira intervenção direta e sistemática do Estado na questão da infância pobre do país” (ALVIM, VALLADARES, 1998, p. 6). Uma virada no amparo à infância, considerando que na pobreza passou a identificar pelo termo “menor” as crianças com menos de 18 anos abandonadas ou delinquentes. Expressou ainda a necessidade de proteção da infância trabalhadora, bem como o combate aos males do abandono, da mendicância e da criminalização, encaminhando os menores às instituições⁶⁵ voltadas ao seu cuidado. Segundo Camara (2010), o Código “visava por um lado, prevenir contra a perversão e o crime os sujeitos identificados como potencialmente perigosos ou em risco de ser e, por outro lado, medicá-los, curá-los e regenerá-los dos males sociais, morais e hereditários” (2010, p. 276).

⁶⁴ Segundo Silva (2020) a aprovação do Código de Menores envolveu uma gama de intelectuais dos âmbitos médico, jurídico, político e jornalístico. Organizado pelo professor e primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, José Candido de Albuquerque Mello Mattos, expressava medidas protetivas, assistenciais, tutelares, educacionais, de guarda, reforma e vigilância sob os menores de 18 anos.

⁶⁵ De acordo com Camara (2010) essas instituições eram: Preventórios, Patronatos, Asilos, para prevenção, educação e regeneração dos menores pobres, abandonados, órfãos e delinquentes. No NIPHEI-UERJ há pesquisadores que se dedicam aos estudos das instituições de atendimento à infância, como: Alessandra Moura, Deilson Barbosa, Leonardo Fonseca, Luiza Pinheiro e Marcelle Haag.

Figura 4 - Menores apreendidos por furto na Praça XV de Novembro



Benedicto Marques dos Santos, Roberto José Sampaio, Oswaldo Ferreira e Lindolpho Oliveira, o "Matte doce"

Fonte: *Manhã*, 20/01/1927, p. 7.

Em matéria do jornal *A Manhã*, de 20 de janeiro de 1927, foi publicado o caso de meninos apreendidos por causa de um roubo de uma carteira na Praça XV de Novembro, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a publicação, denominados como “larapios de raça”, Benedicto distraiu uma mulher, enquanto Roberto ficou com a incumbência de furtar o objeto. Indignados, pessoas e guardas juntaram-se para perseguir os menores, que tinham como esconderijo um chafariz. Assim, o guarda ao dar um tiro para o alto, assustou os meninos, que saíram rapidamente com mais dois companheiros, Oswaldo e Lindolpho.

Apesar da situação, o mais interessante foi o desfecho da história: “Levados para a delegacia e interrogados, declararam eles, existir no interior do chafariz, uma grande ‘sala’, onde toda noite, dormiam, mais de 15 menores” (*A MANHÃ*, 20/01/1927, p. 7, grifo do autor). A grande sala no interior do chafariz, nos permite pensar sob diferentes perspectivas: um pequeno lugar amontado de menores, mas imenso por seus sonhos, bem como uma denúncia às urgências de atenção para a infância pobre e abandonada. De acordo com a matéria, os quatro meninos apresentados tinham residência fixa na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói (RJ), porém

independentemente disso encontravam-se moral e materialmente abandonados.

De acordo com Nascimento e Ferreira (2013, p. 323) “criar crianças eugênicas significaria uma população não degenerada no futuro, com plenas condições de se constituir em força de trabalho”. Assim, os debates eugênicos em voga na década de 1920 também influenciaram as legislações para a infância, onde a criminalidade e o vício, por exemplo, apareceram com um mal hereditário no comprometimento da espécie, mas que naquele momento seriam passíveis de transformação através de medidas regenerativas.

Como um aporte dessas iniciativas, estava a educação⁶⁶. Produzir um novo cidadão brasileiro apresentava-se entre as perspectivas dos intelectuais educadores do Brasil moderno. O olhar reformador enfatizou a necessidade de um amplo projeto educacional⁶⁷, na qual a escola tornaria o indivíduo disciplinado, produtivo e saudável. Os intelectuais educadores brasileiros, entre as décadas de 1920 e 1930, repensaram o cenário educacional, na tentativa de estabelecer estratégias consonantes à modernização e ao progresso da nação (CAMARA, 2013a).

⁶⁶ No Brasil Império, algumas iniciativas podem ser destacadas como a criação de internatos e escolas profissionais para meninos desvalidos. Cf. Rizzini e Pilotti (2009).

⁶⁷ Considerada uma das bases para solução dos males que assolavam o Brasil, a educação por meio da escolarização, seria instrumento chave para a concepção de uma nova sociedade, a ser alcançada por meio de reformas, ocorridas em São Paulo, Ceará, Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais. Sob a prerrogativa “escola para todos”, o amplo projeto nacional de educação ansiou uma nova escola. No Distrito Federal, Fernando de Azevedo, Diretor Geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro, no período de 1927 a 1930, deu ênfase à escola e à educação, para ele, forças essenciais na construção da nacionalidade. Credo na regeneração dos sujeitos e na renovação educacional, intelectuais como Fernando de Azevedo, se lançaram na organização de um sistema de ensino e cultura no país, à luz das ideias defendidas pela Escola Nova. O movimento escolanovista, visou reorganizar os comportamentos, as condutas e o pensar educativo. As ações dos intelectuais escolanovistas repensaram novas práticas no desenvolvimento e na aprendizagem no espaço escolar, bem como nas relações da educação com o Estado, a escola, a sociedade, a cidade e a família (CAMARA, 2013a).

Nessa direção, Dávila (2006) ressalta a inserção de crianças pobres e não brancas nesse projeto, na qual por meio da educação poderiam ascender socialmente. Assim destaca o autor: “Branco pobres podiam ser degenerados, e alguns brasileiros de cor podiam escapar à degeneração embranquecendo por meio da ascensão social. É esse detalhe crucial que conferiu à educação pública brasileira uma significação especial” (2006, p. 28). O embranquecimento, nesse contexto, estava para além da cor da pele, a conotação recaía na melhoria da saúde, do nível de educação, da moralização dos costumes, do dinheiro, na qual aumentavam o nível de brancura. Dessa forma, imprimiu-se a noção de que os não brancos poderiam escapar do “peso” histórico de sua categoria social.

As forças médica, jurídica, educacional, religiosa, dentre outras, foram importantes alicerces na constituição de iniciativas de intervenção sobre o futuro do país. A infância, em todas as instâncias, foi tomada como primordial rumo ao desenvolvimento e progresso da nação. Apesar disso, no contraponto dos ideais de intervenção na infância pobre, abandonada e delinquente, valorizava-se a criança ideal, ou seja, aquela que comportava as qualidades consideradas exemplares.

1.4.1 Os concursos de Eugenia e de robustez infantil: a criança ideal

Problema que é de grande relevância, vem, a Eugenia, preocupando os que se interessam pela melhoria das condições de saúde da nossa gente. Chave magna da regeneração da raça, tem por fim aperfeiçoar as qualidades, reduzir ao mínimo, as imperfeições humanas ideal corporificado do aforismo de *Juvenalis – mens sana in corpore sano*. [...] Foram criados varios premios tendo sido dado ao primeiro o nome de *Imperatriz Leopoldina*. Homenagem mais significativa não poderia ser prestada a quem tanto amou o Brasil (ACTA DO CONCURSO DE EUGENIA *apud* DIARIO NACIONAL, 26/02/1929, p. 6, grifos do autor).

Segundo Renato Kehl (1929), as ideias sobre o concurso começaram em 1926, por iniciativa dos engenheiros Francisco Pereira Macambira⁶⁸ e Heitor Freire de Carvalho⁶⁹ que objetivavam premiar as três crianças, que seriam consideradas o tipo eugênico ideal. Nesse sentido, promover esse tipo de concurso dava visibilidade à propaganda eugênica, além da disseminação de hábitos considerados fundamentais para a garantia de uma boa infância e conseqüentemente das futuras gerações.

Sob a direção de Cantídio de Moura Campos, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, o concurso recebeu o nome da Imperatriz Leopoldina (1797-1826) em virtude do centenário de sua morte. De acordo com o jornal *Correio Paulistano*, uma série de eventos e solenidades foram realizados neste ano em homenagem à Imperatriz, sendo mantido o nome do concurso em anos seguintes.

Visando estimular a formação eugênica e sadia das crianças, entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929, realizou-se, na capital paulista, o Concurso de eugenia⁷⁰, o primeiro da América do Sul

⁶⁸ Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo. Na ocasião do concurso, era membro da Secretaria de Viação do Estado de São Paulo.

⁶⁹ Engenheiro Geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Na ocasião do concurso, era membro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

⁷⁰ Encontramos nos jornais publicações do concurso realizado entre 1928 e 1929 como o Primeiro Concurso Brasileiro de Eugenia. Porém no *Correio Paulistano*, em 05/10/1926, foi noticiado o Concurso de eugenia “Imperatriz Leopoldina”, solicitando ser inscrito na Sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, durante todo o mês de outubro. Poderiam candidatar-se crianças brasileiras de 3 a 5 anos. Depois dessa ocorrência, notícias sobre o concurso só apareceram, no mesmo jornal, em 20/09/1927, no qual constava a informação: “Poderá concorrer qualquer criança branca [...]”, além da divulgação dos valores dos prêmios. Na mesma edição, na coluna “Edital”, Ayres Netto, o Secretário Geral, reforçou a seleção de crianças brancas e do valor do prêmio, salientando que ganharia a que fosse considerada sã. Já em 1928, também no *Correio Paulistano*, a chamada foi escrita da seguinte maneira: “As inscrições, que abrangem as crianças de 3 a 5 annos, brasileiras, sem distincção de côr e condições sociaes, podem ser feitas na Inspectoria de Educação Sanitaria e Centro de Saude, á rua Santa Iphigenia, 33” (28/11/1928, p. 4). O concurso iniciado em 1928 foi o que ganhou mais visibilidade nos jornais, tendo participado da premiação Renato Kehl, Fernando de Azevedo, Maria Antonietta de Castro, entre outros.

(OLIVEIRA, 2019), patrocinado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia e pelo Serviço Sanitário de São Paulo. Somente poderiam se inscrever crianças brasileiras, de 2 a 5 anos de idade. A partir de então seriam submetidas a um estudo genealógico, não se limitando à questão física como era aparente nos concursos de robustez infantil. Em matéria do *Correio Paulistano*, demarcou-se a diferença entre os concursos:

Convém relembrar que o Concurso de Eugenia, que, pela primeira vez⁷¹, se realiza nesta capital, não obedece às mesmas condições estabelecidas para os concursos de robustez infantil, sendo mais rigorosa a seleção dos inscriptos naquele do que nestes últimos; tanto assim que a sua syndicancia não se limita apenas ao candidato e vai aos ascendentes, até os avós (CORREIO PAULISTANO, 07/12/1928, p. 7).

Em São Paulo, no mesmo período ocorria o II Concurso de Robustez Infantil, também promovido pelo Serviço Sanitário⁷². Cabe ressaltar que concursos como esse aconteciam no Rio de Janeiro desde 14 de julho de 1902, organizados pelo médico higienista Moncorvo Filho, no Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI). Segundo Haag (2020), no IPAI, o concurso era realizado duas vezes por ano, premiando a criança considerada mais robusta, ou seja, mais forte, mais consoante aos ideais que conformavam o progresso da nação. Apesar da predominância de crianças brancas nas primeiras colocações, o concurso comportava as variedades étnicas do país, considerando que um dos requisitos para a sua inscrição era o atestado de pobreza.

De acordo com Bonfim (2013), o Concurso de Eugenia afirmava não ter cunho assistencialista, guiando-se pelo propósito de

⁷¹ O trecho explicitou que era a primeira vez da realização de um concurso de Eugenia na capital, mas de acordo com as publicações anteriores encontramos as chamadas para inscrições nos concursos em 1926 e 1927.

⁷² Pode-se entender os concursos como forma de disseminação das ações de saúde pública implantadas desde a gestão do médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951), que atuou na cidade de São Paulo, à frente do Serviço Sanitário Estadual entre 1922 e 1927.

formação de uma população eugênica e racialmente superior. Apesar das diferenças, os eventos visavam premiar uma infância sadia, de forma que o ideário eugenista interpenetrava o pensamento cientificista. Como destaca Veiga e Gouvea (2000, p. 150) “ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial” ainda segundo as autoras, o compromisso com a raça a partir da década de 1920 passou a compor o discurso nacional, onde a criança serviu como corpo exemplar da espécie. Portanto, tornava-se indispensável conhecer a genealogia da criança, através de estudos e exames, como revelam os itens para preenchimento da seguinte ficha:

Quadro 2 - Transcrição da ficha de inscrição do Concurso de Eugenia⁷³

N.....	Pae.....
Data.....	Saude.....
Peso.....	Nac.....
Estat.....	Prof.....
Nome.....	Sal.....
Edade.....	Ant. pess.....
Data Nascimento	Quantos irmãos?.....Quantos
	fall.?.....
	Causas.....
Sexo	Mãe.....
Côr	Saude.....
.....	Nac.....
Nacionalidade.....	Prof.....
.....	Sal.....
Residencia	Ant.
Bairro	pess.....
	Quantos irmãos?.....Quantos
	fall.?.....
	Causas.....
Vacc. c/ variola	Avó paterna.....
	Saude.....
	Quantos filhos?.....
	Abortos?.....
	Quantos fall. ?

⁷³ O inquérito foi redigido com a mesma grafia do jornal, incluindo as abreviações.

	Causas..... Quantos irmãos? Quantos fall.?.....
Parto.....Prematuro..... Ass. med. ou part..... Abortos..... Nati-mortos.....	Avô paterno..... Saude..... Quantos irmãos?..... Irmãos fall.?..... Causas.....
Irmãos?Vivos?..... Gosam saude?..... Irmãos fall.? De que? Já esteve em tratamento?..... Onde?.....	Avó materna..... Saude..... Quantos filhos?..... Abortos?..... Quantos fall. ? Causas..... Quantos irmãos? Quantos fall.?.....
Molestia anterior.....	Avô materno..... Saude..... Quantos irmãos?..... Irmãos fall.?..... Causas.....

Fonte: *Correio Paulistano*, 28/11/1928, p. 4.

A ficha do concurso de eugenia contemplava perguntas sobre a criança, seus pais, seus avós maternos e paternos. Percebemos uma preocupação com histórico de doenças; abortos; falecimentos e suas causas; nascimentos por parteira ou médico; quantidade de filhos, vacinação; mortalidade e natimortalidade infantil. Cabe ressaltar que por ser um concurso organizado por médicos, a saúde do participante e sua “linhagem”, “um critério de raça”, eram primordiais. As etapas envolviam: primeiro, o preenchimento do inquérito e segundo, a inspeção médica e exames laboratoriais, realizada no Centro de Saúde Modelo, à Rua Brigadeiro Tobias, 45 (*CORREIO PAULISTANO*, 07/12/1928, p. 7).

A comissão do Serviço Sanitário incumbida da inspeção era composta pelos médicos: Waldomiro de Oliveira, Cantidio de Moura Campos, Clemente Ferreira, Figueira de Mello, Dalmácio Azevedo, Garcia Braga e Octavio Gonzaga, considerados

“cavalheiros da nossa melhor sociedade” (*CORREIO PAULISTANO*, 04/01/1929, p. 9). Após fichas respondidas, exames e inspeção, foram selecionadas 70 crianças. Dessas, 40 foram eliminadas; sendo 7 selecionadas (*BOLETIM DE EUGENIA*, vol. 1, nº. 5, 1929), a saber:

Quadro 3 – Crianças selecionadas no Concurso de Eugenia (1928-1929)

Nome da criança	Idade	Nome da mãe	Nome do pai
Adenir	3 anos	Sophia B. Ferreira	João Ferreira Carvalho
Ruth	3 anos e 4 meses	Cecília C. Lopes	José Lopes
Cecilia	4 anos e 4 meses	Julieta Sohn	Paulo Sohn
Rachel	4 anos	Armagine Bonora	Avelino Bonora
Lourdes	3 anos	Annita Gadini	Fortunato Gadini
Teophilo	3 anos	Clementina O. Souza	Teophilo O. Souza
José	3 anos	Zulmira Braga	Francisco Braga Filho

Fonte: *Correio Paulistano*, 04/01/1929, p. 9.

Dentre os 7 selecionados, apenas 3 foram escolhidos conforme seguinte classificação: em 1º lugar, Adenir Ferreira Carvalho, premiada com a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis); em 2º, Ruth Carvalho Lopes, com 100\$000 (cem mil réis); e em 3º, Rachel Celeste Bonora, com 100\$000 (cem mil réis) (*CORREIO PAULISTANO*, 26/02/1929, p. 6). Os prêmios foram doados por beneméritos e jornais, bancos e empresas. Podemos constatar que as cinco primeiras colocadas eram meninas e todas brancas, porém um dos critérios para que Adenir fosse classificada como vencedora do concurso, foi ter 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios, além do interesse dos seus pais pela causa eugênica (KEHL, v. 1, nº. 5, 1929, p. 1).

A classificação, publicada no jornal *Correio Paulistano*, informava que dois meninos ficaram nas últimas posições. A escolha por meninas nas primeiras colocações pode indicar o

esforço da propaganda eugênica em estimular a reprodução das “boas” qualidades, na qual a menina, futura mulher, contribuiria na formação da geração esperada.

Figura 5 - Crianças no Concurso de Robustez Infantil e no Concurso de Eugenia (1929)



Legenda: Da direita⁷⁴ para esquerda, Teophilo, Adenir, Ruth, outra criança (não identificada) e Rachel.

Fonte: Revista *Fon-Fon*, ano XXIII, n. 10, 09/03/1929, p. 52.

Segundo Renato Kehl, a ciência de Galton consistia no incentivo à seleção dos “bem dotados”, dos considerados bons tipos para a hereditariedade, portando assim as melhores características físicas e mentais. A seleção dessas crianças no Concurso, segundo o eugenista deveria derivar em duas consequências, a primeira era despertar o interesse público entre as famílias para a constituição de uma prole sadia e bela e o segundo

⁷⁴ Na Revista *Fon-Fon*, em 09 de março de 1929, p. 52-53, há várias fotos de crianças dos dois concursos, mas não há legendas com seus respectivos nomes. A identificação de alguns se tornou possível pela comparação com fotografias publicadas em *A Gazeta* (SP), em 04 de janeiro de 1929. As fotografias não aparecem nítidas, onde foi possível reconhecermos apenas quatro, dificultando a identificação dos demais classificados no concurso.

“para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizado; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantíssimos estudos relativos à hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças” (v. 1, n. 5, 1929, p. 1). Nesse sentido, essas crianças tinham, segundo a seleção, a base da perfectibilidade da raça.

Adenir foi considerada a “primeira brasileirinha eugenizada” (*BOLETIM DE EUGENIA*, n. 5, 1929, p. 1). Isso significava que suas qualidades genéticas se sobressaíram diante dos outros concorrentes, na medida em que, além da avaliação sobre doenças e patologias, a boa índole e o histórico social familiar eram fatores que contavam na avaliação. Uma criança, com histórias familiares doentes ou viciosas, provavelmente seria considerada um mal à sociedade, não tendo chances, naquela conjuntura, de participar do concurso. De acordo com Renato Kehl, em conferência proferida no Congresso de Eugenia “a escolha das três brasileirinhas eugenizadas correspondeu, plenamente, aos propositos do valioso concurso, de que cabe a São Paulo a honra da primazia no nosso paiz, senão nas duas Americas, do Norte e do Sul” (1929, p. 57-58).

Figura 6 - Adenir



Fonte: *Boletim de Eugenia*, nº. 5, 1929, p. 1.

A cerimônia de premiação ocorreu no anfiteatro do Jardim da Infância, localizado na Praça da República, em São Paulo, no dia 24 de fevereiro de 1929, mesmo dia do julgamento do II Concurso de Robustez Infantil (*CORREIO PAULISTANO*, 26/02/1929, p. 6). Renato Kehl participou da entrega do prêmio à vencedora. Em artigo no *Boletim de Eugenia*, embora tenha reconhecido o valor do concurso, o eugenista gostaria que fosse com crianças em idade escolar, ou seja, maiores que 5 anos, pois para ele a avaliação eugênica deveria compreender crianças em “completo

desenvolvimento somato-psychico" (*BOLETIM DE EUGENIA*, n. 5, 1929, p. 1).

Figura 7 - Família da Adenir



Fonte: Souza et al., 2009, p. 774.

Na fotografia (Figura 7), a “brasileirinha eugenizada” aparece em pé entre dois adultos, que talvez fossem seus pais. Como noticiado nos jornais, Adenir tinha 8 irmãos vivos, que também poderiam ser identificados na fotografia, dentre eles um bebê. O estudo genealógico da menina confirmava questões dos eugenistas na avaliação dos ascendentes, bem como adiantava noções de “perfectibilidade da raça” projetadas nos descendentes. A imagem enfatiza não somente o ideal de criança, como também o de família: branca, saudável, numerosa e sem vícios. Assim reafirmava-se a ideia de perpetuar os brasileiros considerados mais “aptos”, e nesse caso, a menina escolhida simbolizava esse fim.

A beleza⁷⁵ não apareceu como requisito, pelo menos considerando os critérios de avaliação. Porém, analisando o tipo

⁷⁵ O quesito beleza também descortinava-se nos concursos de Miss. No ano de 1929, por exemplo, a vencedora foi Olga Bergamini de Sá, representante do

eugênico ideal, mais que a sua genealogia, suas características físicas também devem ter sido avaliadas, já que seu rosto estampou páginas de periódicos, ocupando inclusive a capa do *Boletim de Eugenia*. Podemos perceber os padrões de beleza ressaltados à época, à exemplo de alguns textos na *Revista da Semana*⁷⁶, assinados por Renato Kehl.

Na publicação de 14 de maio de 1927, intitulado *Crianças bonitas*, o médico afirmou que raramente as crianças nasciam feias, porém ao atingirem a vida adulta um pequeno percentual mantinha essa beleza (KEHL, 1927). Para ele, a beleza era inerente devido à natureza que favorecia a perfeição, mas a fealdade era resultado da falta de cuidados com a criança. Nessa direção, confiava às mães a missão de manter a “plastica de organização corporal”, isso significava desde escolher um bom marido a ter um filho e criá-lo com carinho, resguardo e aleitamento natural. Cuidados com a mente e corpo; atenção à profilaxia da doença; tratamento de moléstias com médicos estavam entre as recomendações⁷⁷ de Renato Kehl para a manutenção do belo e a prevenção da fealdade e da mortalidade infantil. Termina o texto parafraseando Hefhaistos⁷⁸, acrescentando suas palavras: “si fiquei feia não me cabe certamente a culpa. Que culpa tenho eu de não ter sido cuidada na minha infância?” (KEHL, 1927, p. 20).

Distrito Federal. De acordo com a Revista *Fon-Fon*, em artigo escrito por Beni Carvalho, para a escolha de misses predominavam-se critérios “da belleza technica, da belleza classica, da belleza digamos scientifica [...] Belleza deve ser uma coisa immutavel, um imperativo esthetico, sujeito a regras infalliveis, a mensurações pre-estabelecidas, a processos e methodos irrecorriveis” (CARVALHO, ano XXIII, n. 16, 20/04/1929). Assim, o belo era científico, baseado em cálculos e medidas, mensuradas pela antropometria.

⁷⁶ Revista semanal que passou a circular no Rio de Janeiro a partir de 1900.

⁷⁷ Nesse mesmo ano, Renato Kehl publicou o livro *Formulário de Beleza: Fórmulas Escolhidas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

⁷⁸ A frase pode ser uma referência ao deus Hefestos, o deus do fogo. Coxo e corcunda, era considerado o deus mais feio da mitologia grega. A frase original, de acordo com Renato Kehl era “si sou feio, certamente, não fui eu a causa; a culpa cabe a meu pai e a minha mãe, que não deviam me engendrar” (KEHL, 1927, p. 20).

As crianças “bonitas” como as escolhidas no Concurso de Eugenia e os “menores larápios de raça” apreendidos na capital, podem ser compreendidos como representações de infância que tencionam o seu conceito na década de 1920. Por um lado, tem-se o que se esperava de uma nação eugênica, e o que se realçava e enaltecia na infância ideal; por outro lado, a repressão aos meninos ladrões, materializava-se numa infância a ser segregada, institucionalizada. A valorização da criança ideal acentuava as diferenças, principalmente em relação aos meninos e meninas mantidos à margem da sociedade. No jornal *O Dia*, do estado do Paraná, em 24 de maio de 1929, sob o título de *Chroniqueta carioca*, Honorino Gonçalves denunciava a falta de cuidados com a criança, acreditando que o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia serviria como mais uma possibilidade no enfrentamento dos problemas da nação.

Com uma legislação capaz de resolver o problema, nada se tem feito, entretanto, de pratico, no sentido de dispensar á criança os cuidados que ella merece.

É possível que no proximo futuro Congresso de Eugenia esse assumpto venha a ser ventilado.

Acostumados, porém, a omissões de tal natureza, nos congressos de theorias, é conveniente e opportuno focalisar o problema, para que não tenhamos de condemnar, mais tarde, esse lapso dos congressistas assoberbados com questões outras, quando esta se afigura ser a base de uma futura geração de brasileiros fortes [...]

O capital humano é hoje uma questão vital para todas as nações do mundo. Todas ellas cuidam da saude de seus filhos, porque dessa saude resultarão capacidades e braços para o cultivo da sciencia, para o amanho da terra, para o beneficio da humanidade.

Por que não havemos de tomar a sério tão interessante problema?
(24/05/1929, p. 1).

O Congresso de Eugenia, na visão do autor, teria por perspectiva ser um evento capaz de trazer soluções para o cuidado e assistência às crianças, recaindo sobre elas expectativas quanto à construção dos “fortes braços” da nação. Assim, como parte do rol de comemorações do Centenário da Academia Nacional de

Medicina, em 1929, o evento foi realizado na cidade do Rio de Janeiro contando com representantes do país e do exterior.

2. POR UMA PÁTRIA MAIS FORTE, MAIS ÚTIL E MAIS BELA: O PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA (1929)

2.1 As Comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina

[...] salta aos olhos a importancia do problema immigratorio, capaz só elle de frustar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em pról da raça que habitará nosso sólo; e os brasileiros que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com a sua lição no anceo senão na esperança de fazer a pátria mais forte, mais util e mais bela (COUTO, 1929, p. 7).⁷⁹

Em 1929, a Academia Nacional de Medicina comemorava 100 anos de existência. Criada em 1829 por iniciativa de um grupo de médicos e cirurgiões da Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro (FERREIRA et al., 1998), foi inicialmente nomeada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ). A partir de 08 de maio de 1835 passou a denominar-se Academia Imperial de Medicina, (AIM), expandindo a visibilidade do saber médico⁸⁰ e o

⁷⁹ O título deste capítulo, parte da citação, constituiu o discurso do professor Miguel de Oliveira Couto (1865-1934), proferido em 30 de junho de 1928 nas comemorações pelo 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina (ANM). O texto compôs o folheto de divulgação do Congresso de Eugenia e também está presente nas Actas e Trabalhos (1929) do evento.

⁸⁰ Segundo Ferreira (et al., 1998) a partir da década de 1870 houve uma renovação da medicina com “reformas do ensino médico em 1879 e 1884; as reformulações da legislação sanitária em 1882 e 1884; a criação da Policlínica do Rio de Janeiro, em 1882, e do Instituto Pasteur do Rio de Janeiro, em 1888; a realização dos dois primeiros congressos médicos nacionais em 1888 e 1889 (uma iniciativa da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro); e o início da circulação regular do jornal *Brazil Médico* em 1887” (FERREIRA et al., 1998, p. 482). Todos esses movimentos fortaleceram a medicina no Brasil, independentemente da Academia Imperial de Medicina, com protagonismo de outras sociedades, à

exercício da profissão. Com a proclamação da República em 1889, instituições tiveram seus nomes modificados, no caso da Academia Imperial de Medicina, suprimiu-se o Imperial, passando a ser nomeada Academia Nacional de Medicina (ANM).

A sociedade congregou médicos renomados como Carlos Chagas, Carlos Seidl, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Abreu Fialho, Rocha Faria, Miguel Couto, entre outros. O exame das atas das reuniões, permite identificar a existência de embates internos à Academia. De acordo com Sá (2006), havia divergências de opiniões entre os “homens de ciência”, nos embates existentes entre o “academicismo teórico” e o “espírito prático” (2006, p. 111).

De acordo com periódicos consultados, a Academia Nacional de Medicina estava sediada no Edifício do Silogeu⁸¹, na Praia da Lapa, Rio de Janeiro. “Composta de homens de ciencia, cujos esforços convergem em beneficio da elevação da nossa cultura aqui e no estrangeiro” (*O PAIZ*, 02/06/1929, p. 6) e considerada pelo jornal *O Paiz*, como uma “das melhores organizações fundadas

exemplo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ). Periódicos especializados em medicina especificamente *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, *Gazeta Médica da Bahia*, *O Progresso Médico*, *Revista Médica*, *União Médica e Brasil Médico*; e faculdades de medicina contribuíram para fomentar o debate médico-científico no Brasil (FERREIRA et al., 1998).

⁸¹ O edifício do Silogeu foi sede da Academia Brasileira de Letras entre os anos de 1905 a 1923, depois de sediar a Academia de Medicina, do Instituto dos Advogados do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s.d.). Até o ano de 1904, a Academia nacional de Medicina já havia passado por vários locais, apesar de sua história e importância nos debates da medicina e da saúde pública. Foram eles: Irmandade do Rosário, na Rua do Rosário, nº 204 (1830); Casa do Consistório da Igreja do Rosário (1830-1834); Escola Militar no Largo de São Francisco (1834-1861); Paço Municipal da Corte, localizado próximo ao Campo de Santana (1861-1874); andar térreo do Recolhimento do Parto, na rua dos Ourives nº 1 (1874-1899); prédio do antigo Pedagogium, na rua do Passeio (1899-1901); uma casa na rua Evaristo da Veiga (1901-1902); Liceu de Artes e Ofícios, na rua Treze de Maio (1902-1903); sala no Colégio Pedro II, chamado Ginásio Nacional (1903); Silogeu Brasileiro, na praia da Lapa (1904-1958). (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, s.d.).

para desenvolver a nossa cultura científica” (02/06/1929, p. 6), a Academia Nacional de medicina passou por muitas dificuldades e “obstáculos de ordem material” e “crises transitorias” (*O PAIZ*, 30/06/1929, p. 1). Condição que talvez possa explicar os diferentes locais que sediaram a instituição, tendo permanecido em alguns por apenas um ano.

Conceituado como uma “autoridade científica e moral”, como assinalou o periódico *A.B.C.* em 29 de setembro de 1928, Miguel Couto⁸², presidente da Academia Nacional de Medicina, defendia a constituição de uma nova raça. Razão pela qual propôs em 1929, quando da comemoração do Centenário da Academia Nacional de Medicina, a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (*ACTAS E TRABALHOS*, 1929), proposta que sofreu críticas por parte da imprensa da época.

A Revista *A.B.C.* discordou da iniciativa de realização do Congresso de Eugenia, baseando-se numa conferência⁸³ apresentada por Antônio Carlos Penafiel (1883-1960) na Liga Brasileira de Higiene Mental. O argumento afirmava que um movimento desse tipo incentivava uma “eterna guerra civil”. Segundo a matéria, a “proteção da raça” desencadeou “políticas de repressão e preconceitos” e que uma nação não é uma coleção de indivíduos que se justapõem” (*A.B.C.*, 29/09/1928, p. 4).

⁸² Miguel de Oliveira Couto (1864-1934) formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Presidente da Academia Nacional de Medicina, eleito em 1914, onde permaneceu por 21 anos consecutivos. Presidente-honorário da Associação Brasileira de Educação, em 1927. Deputado federal na Constituinte que elaboraria a Constituição de 16 de julho de 1933. Terceiro ocupante da cadeira de nº 40 da Academia Brasileira de Letras (*ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS*, 2016). Primeiro professor a orientar uma tese sobre eugenia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendida por Alexandre Tepedino, em 1914 (*SOUZA*, 2006b).

⁸³ Apesar da *Revista ABC* confirmar que a conferência foi apresentada na Liga Brasileira de Higiene Mental, não foi possível encontrá-la nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, catalogados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pois há um salto das publicações presentes, do ano de 1925 para 1929, tendo ocorrido a conferência em questão em 1928.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o médico, político e jornalista, Carlos Penafiel, acreditava na proximidade das fronteiras e na valorização da humanidade, desse modo considerava a raça como algo menor, restrito, tendo em vista a mistura de povos componentes da nação, à exemplo da França e dos Estados Unidos (A.B.C., 29/09/1928).

Assim como Carlos Penafiel, outros intelectuais tomaram posição sobre a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, e desse modo participaram dos debates sobre a pertinência ou não de sua execução. Muitos jornais aclamaram a ideia do certame, como *O Paiz* em 19 de maio de 1929, que felicitou a iniciativa da seguinte forma: “Chega-se a não compreender porque só agora vai realizar o primeiro congresso sobre questões essenciaes á boa formação da nossa raça” (19/05/1929, p. 3). Na matéria, constava ainda que esse assunto já fazia parte das preocupações dos “homens de sciencia”, mas que ainda não havia sido dada a devida importância, destacando que nas grandes cidades do mundo moderno “a eugenia é o ponto de partida de fortalecimento e aperfeiçoamento da espécie humana” (19/05/1929, p. 3).

No *Diario Nacional*, em 23 de novembro de 1928, foi publicado um boletim convocando à comunidade científica a participar entre os dias 30 de junho e 7 de julho, dos atos comemorativos do Centenário da Academia Nacional de Medicina. Além do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido por Edgard Roquette-Pinto, as comemorações envolviam mais três congressos: a 4ª Conferência Panamericana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia, sob a presidência de Carlos Chagas⁸⁴; o 2º Congresso Panamericano de Tuberculose, sob a presidência de Antonio Fontes e o 10º Congresso Brasileiro de Medicina, sob a presidência de Azevedo Sodré⁸⁵; além de visitas às instituições científicas, à

⁸⁴ Segundo o *Diário Nacional*, na abertura da Conferência Pan-Americana de Higiene, Carlos Chagas estava ausente, sendo substituído por Alcides Godoy.

⁸⁵ Antônio Augusto de Azevedo Sodré faleceu em 01 de fevereiro de 1929, ou seja, antes das comemorações do Centenário da ANM, mesmo assim seu nome consta nas *Actas e Trabalhos* (1929) como presidente. Quem o substituiu na presidência do

exemplo, do Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional, Faculdade de Medicina e assistenciais, como o Preventório Rainha Dona Amélia na Ilha de Paquetá.

As comemorações do Centenário contaram com a participação de autoridades, corpo diplomático, estudantes⁸⁶ de medicina e delegações nacionais, com representantes do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, além de nações estrangeiras, como Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, Estados Unidos, França, Inglaterra, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai (*CORREIO PAULISTANO*, 07/07/1929, p. 4).

Foi expressiva a participação das delegações estrangeiras, especialmente as latino-americanas. No caso do Congresso de Eugenia, Stepan (2005) reforça que na história da eugenia, os cientistas latino-americanos queriam estar equiparados aos debates da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte. Somavam a essa vontade a necessidade de uma regeneração social, consoante às noções de patriotismo e melhoramento racial, que mobilizava a modernização e o progresso, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Apesar disso, o debate eugênico brasileiro estava para além dessas fronteiras e em sintonia com os estudos difundidos por “Galton, Leonard Darwin e Karl Pearson, os alemães Eugen Fischer, Herman Muckermann e Felix Von Luschan, os norte-americanos Charles Davenport, Harry Laughlin

10º Congresso Brasileiro de Medicina foi Aloysio de Castro, tendo como secretário Joaquim Moreira da Fonseca.

⁸⁶ Os estudantes de medicina do Rio de Janeiro tiveram grande importância na organização dos eventos. Miguel Couto designou ao diretório acadêmico que recebessem e acompanhassem aos hotéis os estudantes das delegações estaduais e estrangeiras. Para isso, contaram com o auxílio da *Caixa Beneficente Miguel Couto*, *Club Athletico Academicos de Medicina* e *Federação Acadêmica* (*O PAIZ*, 27/06/1929). Os estudantes aproveitaram as solenidades para fundar a *Federação Brasileira dos Estudantes de Medicina*.

e Herbert Spencer Jennings, o sueco Herman Lundborg e o norueguês Alfred Mjøen” (SOUZA, 2016, p. 98).

Quadro 4 - Delegações estrangeiras no Centenário da Academia Nacional de Medicina (1929)⁸⁷

Países	Delegados
Alemanha	Bernhard Nocht
Argentina	Araoz Alfaro, José Pizarro, Davi Speroni, Alois Bachmann, Gregorio Martinez, Fernando Torres, Bernardo Houssay, Victor Delfino, Antonio Navarro, David Basilari, Rafael Bullrich, Salvador Marino, Juan Beltran, Mauricio Pattin, Joaquim Duquet, Cecilio Castillon, Pablo Arata, Carlos Carrino, Jorge Orgaz, Deifor del valle, lucio Imaz, Carlos Alberto Castaño, Lopes Agrelos.
Bolívia	Nestor Morales Villazon e Daniel Bilbao
Chile	Manoel Vergara Keller, Roberto Jaramillo e Henrique Onetto
Equador	Miguel Couto
Estados Unidos	Richard Warner e Sweany
França	Chauffard, Achard e Darier
Cuba	José Barnet y Vinageras
Inglaterra	Douglas Willian Sibbald
Paraguai	Gerardo Laguardia
Peru	Paz Soldan
Portugal	Ricardo Jorge e Jorge Monjardino
Uruguai	José Scosseria, Luiz Morquia, Henrique Claveaux, Rafael Schiaffino, Guillermo Rodrigues Guerrero, Isidro Mas de Ayala, Ergasto Cordero, Roberto Jordero, caravana médica (estudantes de medicina e outros médicos)

Fonte: Jornal *O Paiz*, 24-25/06/1929, p. 1. Adaptado por nós.

⁸⁷ Um quadro com participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi organizado com nome, formação e atuação. Para a composição do quadro realizamos buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nos sites da Academia Nacional de Medicina (ANM), da Academia Brasileira de Letras (ABL) e dos verbetes do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Cf. Apêndice C, p. 264.

O jornal *O Paiz*, nos dias 24 e 25 de junho de 1929, salientou que o Uruguai enviou uma delegação “perfeita”, consoante à “representação de adiantamento científico do paiz” (24-25/06/1929, p. 6). A delegação foi saudada, em seu embarque para o Rio de Janeiro, por Cyro de Freitas Valle, o encarregado de negócios do Brasil no Uruguai. A matéria ressaltou ainda que a delegação uruguaia⁸⁸ veio acompanhada da caravana do Dr. Attilio Gaggero, que tinha o objetivo de prestar homenagem ao médico Nascimento Gurgel⁸⁹, salientando sua relação de amizade no Rio da Prata. Além dos médicos e estudantes, familiares como esposas e filhos também compuseram o grupo.

A delegação da Argentina tinha representantes do governo argentino, da Faculdade de Medicina, da Academia Nacional de Medicina, do governo da província⁹⁰ de Buenos Aires, do governo da província e da municipalidade da cidade de Córdoba, da Faculdade de Medicina de Córdoba e da municipalidade de Buenos Aires. Trouxeram consigo, cerca de 150 livros escritos por médicos argentinos, como presente à Academia Nacional de Medicina, além

⁸⁸ A delegação uruguaia ou “caravana médica uruguaia” foi muito bem recepcionada no Brasil por altas autoridades científicas, dentre elas Clementino Fraga, que lhes apresentou o *Departamento de Saúde Pública*, em que atuava como diretor, para compartilhar os métodos de combate na “guerra ao mosquito” (*O PAIZ*, 01-02/07/1929, p. 7).

⁸⁹ Nascido em 1878, em São Paulo, Luiz do Nascimento Gurgel formou-se na *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Foi médico na *Policlínica Geral do Rio de Janeiro*; membro titular da *Academia Nacional de Medicina*; presidente da *Sociedade de Medicina e Cirurgia* e da *Sociedade Brasileira de Profilaxia Sanitária e Moral*; foi pioneiro catedrático no ensino de ortopedia no Brasil; ocupou a cadeira da *Clínica de Pediatria e Higiene Infantil*; médico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Nascimento Gurgel no IPAI atuou ao lado de Moncorvo Filho, como chefe do consultório de crianças (CAMARA, 2014). O médico estava sempre em contato com a América Latina, onde através da *Caravana Médica* visitou o Uruguai e a Argentina para debater questões sobre a medicina (ANM, s.d.).

⁹⁰ A Argentina é dividida em 23 províncias e a capital, Cidade Autônoma de Buenos Aires.

do mesmo desejo de prestar homenagem⁹¹ à Nascimento Gurgel (*O PAIZ*, 24-25/06/1929).

Para tomarem parte das comemorações da Academia Nacional de Medicina, as delegações contaram com uma rede de transportes especialmente os navios⁹² Andes, Itapé, Itaimbé, Itassucê, Weser, Alcântara, Sierra Morena, dentre outros. Além dos navios, disponibilizaram-se duas composições de bondes que partiam da Galeria Cruzeiro (Hotel Avenida) em direção à Praia Vermelha, onde ficava localizada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, transportando estudantes e congressistas (*O PAIZ*, 30/06/1929).

O grande número de estrangeiros presentes, denota a força do evento, a disposição e vontade de participação das delegações, o que era benéfico ao Brasil, no sentido de estreitamento das relações entre cientistas da América Latina, além do alargamento das adesões aos congressos que não se restringiram ao campo da medicina. Além de médicos e estudantes da área, podemos perceber pelos jornais a chegada à cidade do Rio de Janeiro de políticos, militares, jornalistas e até autoridades religiosas, como o Bispo de Guaxupé. *O Paiz* salientou que o “contacto desses illustres nomes da sciencia estrangeira com os nossos institutos e com os seus confrades brasileiros, vale como o mais effectivo resultado de um intercambio cultural de reciprocas e profundas conveniencias” (29/06/1929, p. 1). O aspecto de aproximação entre as nações, salientado na matéria, deu a Academia Nacional de Medicina, o “titulo meritorio” em relação ao respeito à cultura brasileira (29/06/1929, p. 1).

O presidente da Academia Nacional de Medicina, professor Miguel Couto, encarregou-se de organizar as comemorações, contando com o apoio do Presidente da República Washington

⁹¹ Assim que aportaram no Rio de Janeiro, as delegações argentina e uruguaia dirigiram-se ao cemitério São João Baptista para visita aos túmulos de Oswaldo Cruz e Nascimento Gurgel. Lá prestaram suas homenagens depositando flores e uma placa de bronze (*O PAIZ*, 29/06/1929).

⁹² Identificamos pelos jornais os nomes dos navios e delegações que vieram ao centenário da ANM.

Luís (1926-1930), que concedeu ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁹³ um crédito especial no valor de 300:000\$000 (trezentos contos de réis) para o auxílio nas despesas do Centenário, segundo o decreto nº 18.641, de 11 de Março de 1929⁹⁴ (BRASIL, 1929). Patrocínio que pode ter possibilitado a movimentada agenda do Centenário, com duração de uma semana, iniciada na manhã de domingo do dia 30 de junho de 1929 com uma missa em ação de graças, na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro.

⁹³ “De acordo com a lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, competiam ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores todos os assuntos relativos à administração da justiça federal e à Guarda Nacional em todo país, à justiça local, Polícia e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, instrução, educação e desenvolvimento das ciências, letras e artes, incluindo a catequese dos índios e todas as atribuições que pertenciam à antiga Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Essas atribuições compreendiam as questões ligadas à saúde e à assistência pública, aos menores abandonados, aos alienados, à naturalização de estrangeiros e à organização dos estados” (CAMARGO, 2015, p. 12).

⁹⁴ “Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 300:000\$000, para auxiliar as despesas decorrentes da commemoração do 1º Centenario da Academia Nacional de Medicina. O Presidente da Republica dos Estados do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, resolve. usando da autorização do decreto legislativo numero 5.657-A, de 10 de janeiro ultimo, abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de tresentos contos de réis (300:000\$000), para auxiliar as despesas decorrentes da commemoração do 1º Centenario da Academia Nacional de Medicina e bem assim com a instalação e funcionamento do Congresso Pan-Americando de Tuberculose, Conferencia Pan-Americana de Hygiene, Medicina Experimental, Microbiologia e 9º Congresso de Medicina, a reunir-se, nesta Capital, em 30 de junho deste anno. Rio de Janeiro, 11 de março de 1929, 108º da Independencia e 41º da Republica. Washington Luis P. de Sousa. Augusto de Vianna do Castello” (BRASIL, 1929).

Figura 8 - Dom Sebastião Leme e participantes das comemorações do Centenário da ANM na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro ⁹⁵



Fonte: Revista *Fon-Fon*, ano XXIII, n. 27, 06/07/1929, p. 36.

A missa foi celebrada pelo Arcebispo coadjutor⁹⁶ do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, considerado influente na dimensão política⁹⁷ (MOREIRA, 2010), contando com os monsenhores Augusto Pereira dos Santos e Francisco Assis Caruso. De acordo

⁹⁵ Na fotografia, ao centro, Dom Sebastião Leme; ao seu lado esquerdo, o presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto; ao lado direito, Emília da Fonseca Cruz, esposa do falecido médico sanitarista, Oswaldo Cruz.

⁹⁶ Auxilia o Arcebispo titular no trabalho pastoral da arquidiocese, participa de tarefas, eventos e outras tarefas que lhe são designadas. Ele tem direito de sucessão.

⁹⁷ O nome do arcebispo esteve associado ao apoio à Jackson Figueiredo na criação do Centro Dom Vital em 1922. Nesse mesmo ano foi fortemente combatido pelo movimento tenentista em relação ao auxílio na eleição presidencial de Artur Bernardes (1922-1926). Ainda em 1922 fundou a Confederação Católica. Em 1925 com apoio presidencial e a proposta de uma reforma constitucional, Sebastião Leme lançou duas campanhas: uma para instituir uma posição privilegiada ao catolicismo reconhecendo-o como a religião da maioria e a outra para a obrigatoriedade do ensino católico nas escolas públicas, porém, não obteve êxito em nenhuma das duas (MOREIRA, 2010).

com o *Diário Nacional*, além das delegações, também compareceram suas famílias (02/07/1929, p. 2).

Pelos jornais, foi possível perceber o apoio da Catedral Metropolitana, à exemplo de uma reportagem do jornal *O Fluminense*, de autoria do Cônego Mello Lula. O periódico noticiou a “Comunhão dos intellectuaes” na qual a Igreja abriu-se, em celebração da Páscoa, para recepção de “[...] professores das nossas escolas superiores, ministros do Supremo Tribunal Federal, membros da Academia Brasileira, desembargadores, jurisconsultos, escriptores, estudantes, advogados, jornalistas magistrados, parlamentares, médicos” (MELLO LULA, 16/05/1929, p. 1).

Ainda na matéria, exaltou-se o “Rio intelectual”, a “cidade maravilhosa rica de fé e espiritualidade”, destacando que todos os anos essa Páscoa acontecia na Catedral, “[...] a prova mais bella e eloquente da harmonia entre a sciencia e a fé” (MELLO LULA, 16/05/1929, p. 1). A “Páscoa dos intelectuais” soa como exemplo, permitindo-nos pensar sobre a atuação de Dom Sebastião Leme e da proximidade entre os homens de ciência e a religião católica⁹⁸, mostrando-nos as diferentes influências exercidas sobre as questões políticas na capital.

Segundo Gomes (1993), o Rio de Janeiro diferenciava-se de outras cidades por causa da força do movimento católico, desde a criação do Centro Dom Vital⁹⁹ em 1922, evidenciando-se “uma elite intelectual capaz de exercer influência na sociedade e na política do país” (1993, p. 72). Wegner e Souza (2013), nesse sentido, ressaltam que o estreitamento dos diálogos tornaram-se mais ativos a partir

⁹⁸ No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, os intelectuais Joaquim Moreira da Fonseca, Eugênio Vilhena de Moraes e Carlos Américo Barbosa de Oliveira foram evidenciados no periódico *A Cruz* por defenderem os princípios católicos.

⁹⁹ No ano de 1921 foi fundada a revista *A Ordem*, por um grupo de intelectuais inspirados por Dom Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo. No ano seguinte, 1922, foi criado o Centro Dom Vital. De acordo com Velloso (1978, p. 121) “A fundação da revista *A Ordem* e do Centro D. Vital por Jackson de Figueiredo anuncia novos tempos para a Igreja, que, através da mobilização do elemento leigo, procura impor-se como força social significativa”.

da década de 1930, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), onde o intelectual católico Alceu Amoroso Lima¹⁰⁰, então presidente do Centro Dom Vital, sucedendo Jackson de Figueiredo em 1928, destacou-se nos debates sobre a nação.

Após a missa, seguindo as comemorações, os congressistas encaminharam-se à sede da Academia Nacional de Medicina, no Edifício do Silogeu, onde Miguel Couto reuniu os convidados para apresentar o programa oficial das comemorações. Na sessão preparatória foram indicados os presidentes e vice-presidentes dos congressos comemorativos, função que foi delegada a Miguel Couto (*O PAIZ*, 01-02/07/1929). Na parte da tarde, também na sede, realizou-se a sessão solene, e concomitantemente, a recepção dos delegados no Palácio Guanabara pelo Presidente da República, Washington Luís (*O PAIZ*, 01-02/07/1929).

Por meio das fotografias das solenidades do Centenário publicadas em periódicos da época é possível ver a imponência da elite presente evidenciada na indumentária, nas formas dos corpos se comunicarem e na emissão de códigos sociais e culturais. Havia uma tendência de comportamento compartilhada entre os homens, sendo difícil captar algo que neles destoasse. Nesse sentido, Bourdieu (2013) utiliza o conceito de “símbolo de distinção”, demonstrando que linguagens partilhadas, como a roupa, por exemplo, se fazem dentro de um sistema de classificação. Esses sistemas de signos são socialmente construídos, à medida que integram, distinguem e transmitem uma mensagem. Independentemente da legenda das fotografias, ao olhá-las, identificamos pessoas que ocupam posições sociais privilegiadas. A imagem produz e emite sentido, mostrando a unidade e afirmando a importância da Academia Nacional de Medicina.

¹⁰⁰ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) ou Tristão de Ataíde (seu pseudônimo), formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, era crítico literário e polígrafo. Em sua coluna “Vida Literária”, do *O Jornal*, iniciada em 07 de julho de 1929, percebemos fortes críticas e ironias aos ideais eugênicos. A publicação pós-congresso, ressaltou que a eugenia mais que ciência estava instaurando-se como religião.

Figura 9 - Delegações no Prédio do Silogeu



Fonte: Revista *Fon-Fon*, ano XXIII, n. 27, 06/07/1929, p. 37.

No mesmo dia 30 de junho, à noite, ocorreu a Sessão Magna no Palco do Teatro Municipal¹⁰¹ do Rio de Janeiro. Foram destinados às famílias, aos convidados e à imprensa os balcões, poltronas e camarotes de 2ª ordem; para os acadêmicos e as delegações nacionais e estrangeiras, o assento no palco; para os diplomatas e oficiais, as frisas e camarotes de 1ª ordem. Além disso,

¹⁰¹ O Teatro Municipal do Rio de Janeiro teve como inspiração o Ópera de Paris (1875), projetado por Charles Garnier. Outros teatros no Brasil e no exterior também tiveram influências francesas, como o Teatro de Manaus (1896), o Teatro Municipal de São Paulo (1911), o Teatro Colón de Buenos Aires (1892), o Teatro de Santiago do Chile (1910) (BARBOSA, 2002).

havia a exigência do uso de traje a rigor e um limite de 10 minutos para os discursos (*O PAIZ*, 29/06/1929). As exposições seguiram a ordem: 1º o ministro do interior em nome do Governo, 2º o presidente da Academia Nacional de Medicina, 3º delegados oficiais estrangeiros, 4º delegados oficiais estaduais e 5º delegados das instituições e sociedades científicas (*O PAIZ*, 30/06/1929). Ordem que denota determinadas classificação e hierarquia entre os participantes, arbitradas pelos organizadores do evento.

Estiveram presentes na sessão, o Presidente da República “acompanhado de todo seu Ministerio e de sua casa civil e militar”, além das delegações nacionais e estrangeiras, membros dos congressos e “grande numero de familias da mais alta significação social que enchia os camarotes, frisas e platea” (*A MANHÃ*, 02/07/1929, p. 1). A grandiosidade da celebração indica que o evento congregou a “elite”,¹⁰² ou seja, um grupo social eminente, prestigioso, evidenciado pela presença das autoridades, enfatizando assim o grau de importância da Academia Nacional de Medicina na cena pública.

Dando início à solenidade, o Hino Nacional brasileiro foi tocado pela orquestra, regida pelo maestro Francisco Braga e, em seguida a palavra esteve com o Ministro da Justiça, que prestou elogios à “classe medica brasileira pelo grande acontecimento que se estava realizando, enaltecendo o valor do medico na sociedade e declarando a plena solidariedade do governo com as comemorações da Academia” (*A MANHÃ*, 02/07/1929, p. 12). Logo depois foi executada a Sinfonia “O Guarani”¹⁰³, passando adiante a

¹⁰² De acordo com Pareto (1935 *apud* PEREIRA NETO, 2001, p. 32) “a elite seria composta pelas pessoas que apresentassem os mais altos índices em seu ramo de atividade e que integrassem o estrato superior da sociedade”.

¹⁰³ A Sinfonia “O Guarani”, conhecida também como Ópera “O Guarany”, Il Guarany, foi criada por Carlos Gomes com base no livro de José de Alencar de mesmo nome. A obra destaca como protagonista o Índio Peri, segundo Baseio, Silva e Sergl (2019) apresentando-o como o bom selvagem e trazendo reflexões sobre a identidade nacional, o sentimento pela terra, pelas belezas naturais, compondo o contexto romântico brasileiro. “[...] o índio de Carlos Gomes fala italiano e tem a mesma fluência de linguagem que os portugueses” (BASEIO;

palavra ao presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto. Colocada de maneira tão importante nessa cerimônia e em muitas outras solenidades brasileiras, a Sinfonia “O Guarani” foi amplamente difundida pelo território brasileiro, sendo identificada como “uma espécie de segundo hino nacional” (BASEIO; SILVA; SERGL, 2019, p. 71).

Em Santa Catarina, como homenagem ao Centenário da Academia, os edifícios públicos estaduais estiveram com a bandeira nacional hasteada e as fachadas iluminadas (*O PAIZ*, 01-02/07/1929). O sentimento de respeito à Academia pôde ser evidenciado por essas manifestações, reforçadas pelos símbolos nacionais como hino e bandeira, permitindo a identificação e o pertencimento ao Estado republicano.

SILVA; SERGL, 2019, p. 71). A Sinfonia teve sua estreia no Teatro Alla Scalla, em 1870, na Itália. Abertura, ato e partituras originais estão disponíveis integralmente no site da Biblioteca Nacional, na guia “destaques do acervo”. A música esteve presente como base na primeira rádio educativa do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923 por Edgard Roquette-Pinto. Além disso, a sinfonia, desde 1935, abre *A Voz do Brasil*, programa radiofônico, criado na Era Vargas (1930-1945).

Figura 10 - Sessão Magna do Centenário da Academia Nacional de Medicina no Palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro



Fonte: Revista *Fon-Fon*, ano XXIII, n. 27, 06/07/1929, p. 38.

Em meio à solenidade, foi dada maior notoriedade aos delegados estrangeiros: professor Nocht (Alemanha) que teve seu discurso traduzido pelo secretário da Academia Nacional de Medicina; professor David Eperon (Argentina), “um dos grandes amigos do Brasil” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 02/07/1929, p. 1); seguido dos representantes da Bolívia, Chile, Cuba, Equador, Estados Unidos, França, Peru, Paraguai, Portugal e Uruguai. Na ocasião, o professor Araoz Alfaro, representante da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, levou um pergaminho¹⁰⁴ com letras em

¹⁰⁴ “La Academia Nacional de Medicina, de Buenos Aires, presentes sus homenajes de hermandad científica a la excelsa Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em ocasion de cumprir hoy, 30 de junho de 1929, su primer centenário de fecunda existência, com férvidos votos por su incessante engrandecimiento y felicidade personal de todos sus membros”. A Academia Nacional de Medicina, de Buenos Aires, apresenta suas homenagens de irmandade científica à excelente Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, por ocasião de comemorar hoje, 30 de junho de 1929, seu primeiro centenário de frutuosa existência, com votos fervorosos por seu incessante

ouro. Depois desses, Jorge de Lima¹⁰⁵, representando os governos estaduais; Edgar Altino¹⁰⁶, pelas Faculdades de Medicina do Brasil e Renato Barbosa¹⁰⁷, simbolizando as sociedades médicas brasileiras.

Nos dias posteriores à sessão Magna, uma extensa agenda foi cumprida com as demais comemorações do Congresso. Esses eventos ocorreram de forma concomitante, onde participantes puderam visitar diferentes instituições do Rio de Janeiro. Agenda que pode ser compreendida como estratégia para afirmação e divulgação dos avanços alcançados pela nação brasileira nos âmbitos da ciência, educação e assistência. Na semana seguinte, o passeio estava organizado (a programação esteve dirigida) para as cidades de São Paulo (SP) e Poços de Caldas (MG).

engrandecimento e felicidade pessoal de todos os seus membros" (*O PAIZ*, 01-02/07/1929, p. 1 e 5, tradução nossa).

¹⁰⁵ Jorge de Lima (1893-1953), formado pela Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Médico, literato e político.

¹⁰⁶ Docente de Medicina Legal da Faculdade de Medicina e de Direito do Recife e diretor do Instituto Médico Legal de Recife.

¹⁰⁷ Médico atuante em Porto Alegre (RS), Secretário Geral da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Porto Alegre e Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Quadro 5 - Programa do Centenário da Academia Nacional de Medicina (1929)

01/07/1929	02/07/1929	03/07/1929	04/07/1929	05/07/1929	06/07/1929	07/07/1929
9h - Recepção na Faculdade de Medicina.	09h às 11h - Sessões dos Congressos.	09h às 12h – Sessões dos Congressos.	09h às 12h - Sessões dos Congressos.	09h às 12h - Sessões dos Congressos.	09h às 11h - Sessões dos Congressos.	11h - Almoço oferecido aos congressistas no Copacabana Palace.
10h às 12h - Sessões dos Congressos.	14h - Passeio na Baía de Guanabara. Visita ao	20h30min - Conferências na Academia Nacional de Medicina.	14h – Visita ao Instituto Oswaldo Cruz.	15h -Visita ao Museu Nacional.	11h - Sessão plenária de cada Congresso.	Corrida no Jockey Club.
14h - Inauguração da sala de operações da Faculdade de Medicina.	Preventório Rainha Dona Amélia ¹⁰⁸ . Almoço na Ilha do Viana à convite do empresário industrial		20h30min - Conferências na Academia Nacional de Medicina.	20h30min - Banquete aos professores oferecido pelo Departamento Nacional de Ensino.	15h - Visita às organizações sanitárias do Rio de Janeiro. Visita ao Hospital São Sebastião.	
15h - Lançamento da pedra fundamental do monumento à Oswaldo Cruz.					Inauguração da Fundação	

¹⁰⁸ Segundo Camara (2014b) o Preventório, foi uma instituição criada por iniciativa da Liga Brasileira Contra a Tuberculose, contando com o patrocínio de filantropos e associações, para atendimento às crianças do sexo masculino entre 5 a 12 anos, filhos de pais tuberculosos, que receberiam cuidados para o desenvolvimento físico, higiênico, moral e intelectual. Sua fundação ocorreu em 24 de maio de 1927, em propriedade do médico Gustavo Riedel. Cf. Camara, 2014b, 2016.

<p>17h - Visita ao Palácio do Itamaraty, recepção realizada pelo ministro das relações exteriores, Octavio Mangabeira.</p> <p>20h30min - Conferências na Academia Nacional de Medicina</p>	<p>Henrique Lage¹⁰⁹.</p> <p>20h30min - Conferências na Academia Nacional de Medicina.</p>				<p>Graffrée-Guinle¹¹⁰</p>	
--	--	--	--	--	--------------------------------------	--

Fonte: Elaborado por nós¹¹¹

¹⁰⁹ Henrique Lage (1881-1941), foi um importante industrial no Brasil. Filho de Antônio Lage, que tinha como propriedade a Ilha do Viana, na Baía de Guanabara, inicialmente organizou a firma Lage Irmãos, que posteriormente ficou conhecida como Império Lage. Com uma habilidade particular para os negócios, segundo Ribeiro (2007), Henrique Lage uniu carvão, ferro e navio consolidando-se como um grande industrial, com mais de 30 empresas, sendo a sua atuação fortemente difundida na década de 1920.

¹¹⁰ Segundo o programa oficial, a fundação ocorreria na quarta-feira, mas foi adiada para o sábado.

¹¹¹ Para elaboração do quadro tivemos como referências os periódicos: *Diario Carioca*, de 02 de julho de 1929 e *O Jornal*, dos dias 10 e 30 de junho de 1929.

A programação, que incluía visitas às instituições científicas, educacionais e assistenciais no Rio de Janeiro, não se restringiu apenas ao programa oficial. Em consulta aos periódicos de época, identificamos terem ocorrido eventos particulares como almoços, jantares, apresentações musicais e visitas às sedes de jornais. Durante o Centenário da Academia Nacional de Medicina outros eventos aconteceram, como a 2ª Feira de Amostras¹¹², por iniciativa do prefeito da Capital, Antônio da Silva Prado Júnior (1926-1930). Considerando a ocorrência simultânea dos quatro congressos médicos, é possível dimensionar a quantidade de pessoas circulando pelas ruas da então, Capital Federal e a grande demanda pela rede de transportes, hotelaria e outros serviços urbanos para atender necessidades dos congressistas.

2.2 A organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: os congressistas e o espaço

Um leigo ou um especialista, um ou outro, pois basta que tenha aninhado na alma um profundo sentimento de brasileiro, dando adesão do seu entusiasmo á idéa em marcha, percebe que se queremos construir uma nacionalidade bem cuidada, só o conseguiremos com o dedicar á eugenia o máximo interesse [...] O Brasil quer formar a sua raça [...] Só a eugenia pode completar uma obra que, para ser perfeita e propícia de bons resultados, precisa apoiar-se nas praticas eugenicas, afim de que sejamos grandes pela quantidade e pela qualidade (*O PAIZ*, 24/04/1929, p. 3).

¹¹² A *Feira de Amostras* foi um evento inaugurado em 1928, no Distrito Federal, criado pelo prefeito Antonio Prado Junior (1880-1955) e o presidente Washington Luis (1869-1857). Seu objetivo era realizar exposições, exibindo produtos e serviços de ordem manufatureira ou industrial, de origem nacional. As atividades também envolviam festejos; espetáculos; arrecadação de donativos para instituições de assistência; chás; e decoração do suntuoso Palácio das Festas. Também utilizado por ocasião da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (*REVISTA CARETA*, 06/07/1929, p. 16).

No Brasil, consoante às expectativas de progresso nacional do governo republicano, a eugenia era considerada por determinados grupos como mais uma via de enfrentamento aos problemas nacionais. Suas preocupações estavam voltadas para a constituição da família e os cuidados com a infância, considerados por eles elementos necessários para a constituição do Brasil do amanhã. Segundo Bonfim (2019) os eugenistas defendiam a preservação das famílias consideradas de “boa estirpe” e a regeneração das classes populares por meio da educação (higiênica, eugênica, moral, sanitária). Também denominada “Higiene da Raça ou “Ciência de Galton”, a eugenia no Brasil almejou a constituição de uma nova raça, estando ela distante dos vícios, educada, higienizada e moralizada, na esperança de formar uma nacionalidade em consonância com valores e ideais da modernidade.

A eugenia no Brasil era compreendida como o que havia de mais moderno e a adesão de significativo número de intelectuais – médicos, educadores, juristas, etc. ao movimento eugênico confirma seu caráter polissêmico (BONFIM, 2019). Suas diferentes abordagens e concepções, não permitem reduzir seu entendimento a um único viés. Por exemplo, segundo Stepan (2005), a heterogeneidade das concepções sobre a eugenia no Brasil pode ser classificada em: positiva, negativa e preventiva. A eugenia positiva estaria associada à preocupação em torno da geração, do matrimônio; a preventiva próxima das ideias sanitaristas, do combate às doenças; a negativa na defesa da esterilização e da segregação racial.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (PCBE) ao reunir adeptos dessa teoria, fez ressoar embates, consensos e dissensos, entre projetos ¹¹³de nação correspondentes a distintas acepções quanto à eugenia. Assim, podemos perceber projetos distintos, considerando discursos advindos das áreas da educação, da política, da medicina, da antropologia e do direito. Os caminhos traçados pelos

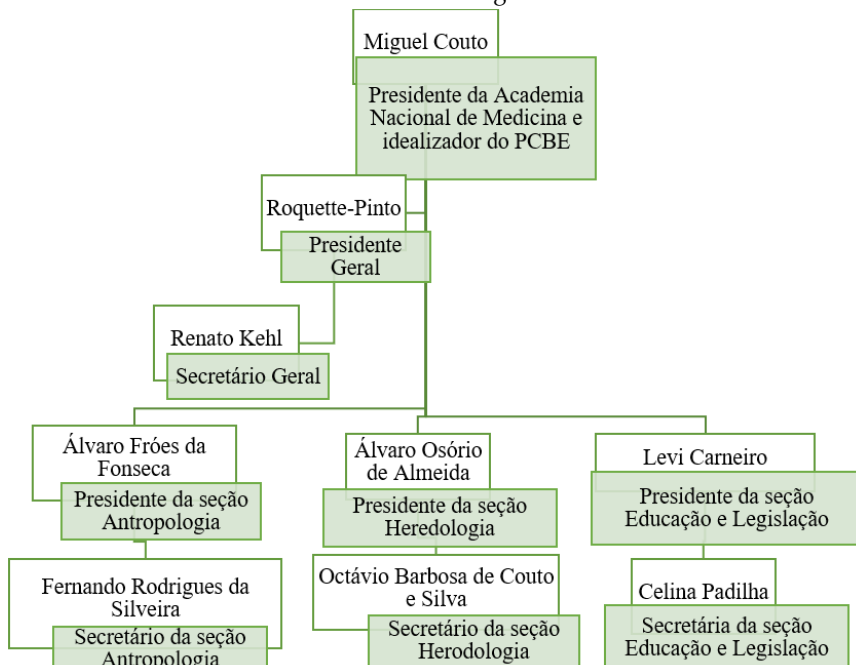
¹¹³ Segundo Velho (1987, p. 26) “Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações”.

congressistas para alcançar o melhoramento racial e, portanto, o sujeito considerado eugênico, foram múltiplos podendo, por exemplo, ter ênfase na educação escolar, ou na necessidade do controle imigratório de raças consideradas “inferiores”.

Na intenção de dar espaço às distintas formas de compreensão da eugenia e suas possibilidades de aplicação na sociedade brasileira, o Congresso foi organizado em três seções. Segundo Roquette-Pinto, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 27 de junho de 1929, seus objetivos eram: 1) *Anthropologia*, discutir os grandes problemas da antropologia e introduzir os fundamentos da Eugenia; 2) *Heredologia*, ser o núcleo teórico da língua, com teses sobre fisiologia humana, genética vegetal e 3) *Educação e Legislação*, oferecer processos ou métodos para melhorar a espécie. As seções conjugavam o objetivo central do certame: promover a melhoria racial.

O Presidente da Academia Nacional de Medicina delegou à comissão diretora a responsabilidade de organizar as seções do PCBE, a serem realizadas no edifício da Faculdade de Medicina e as conferências oficiais no Instituto dos Advogados do Brasil. Apesar da divisão em três seções, observando nas *Actas e Trabalhos* (1929) a forma como as reuniões transcorreram, ao que parece os trabalhos que haviam sido designados para serem apresentados e debatidos na seção de *Heredologia* integraram-se à *Anthropologia*, permitindo-nos uma compreensão da aproximação de ideias.

Figura 11 – Organograma da Comissão Diretora do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia



Fonte: *Actas e Trabalhos* (1929). Adaptado por nós.

Considerando ter sido a comissão diretora composta por Roquette-Pinto, Renato Kehl, Levi Carneiro, Celina Padilha, Álvaro Fróes da Fonseca, Fernando Rodrigues da Silveira, Álvaro Osório de Almeida e Octávio Barbosa de Couto e Silva, provavelmente suas escolhas deveram-se às ações e atuações em suas áreas de atuação profissional, por suas “trajetórias”¹¹⁴ (BOURDIEU, 1998) e “redes de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003). A disposição das seções e a seleção dos seus respectivos responsáveis nos fazem pensar: quem eram esses sujeitos?

¹¹⁴ A noção de trajetória em Bourdieu (1998) considera os acontecimentos biográficos como fatos em movimento, não devendo os fatos da vida constituir um fim em si mesmo, pois segundo o autor “é tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações” (1998, p. 189-190) .

Edgard Roquette-Pinto chegava em 1929 com respeito no meio intelectual, acumulando experiências no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro; no Museu Nacional, na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), na Academia Brasileira de Letras (ABL), na Escola Normal do Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (RANGEL, 2010).

O antropólogo, “pensante e agente” (GOMES; HANSEN, 2016), envolvido com um projeto de valorização da nação brasileira, atuou em renomadas instituições científicas. Transitando junto à *intelligentsia* brasileira em museus, faculdades, institutos e academias ou entre as populações pobres do interior e os indígenas do país. Sua ação mediadora dirigia-se “a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade” (2016, p. 21).

Quanto a Renato Kehl, podemos considerar que em 1929 estava em um bom ano, por sua dinamicidade e articulação intelectual. Produtor de vasto conhecimento, até aquele momento já havia publicado mais de dez obras¹¹⁵, guardando para o Congresso, *Lições de Eugenia*¹¹⁶. Comunicador de ideias e defensor da causa eugênica, atuou na propaganda desde a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), bem como em ligas e associações científicas do Brasil e do exterior. Diretor e proprietário do periódico *Boletim de Eugenia*, fundado também em 1929, contribuiu como editor de outros periódicos nos cenários nacional e internacional. Além disso, na ocasião do PCBE era diretor médico

¹¹⁵ “*Annaes de Eugenia*, reunindo as atividades da SESP (1919); *Diccionario popular de medicina de urgencia – Medico no Lar*, em co-autoria com o Prof. Eduardo Monteiro (1919); *Eugenia e Medicina Social* (1920); *O perigo venereo*, sob os auspícios da Inspectoria da Lepre e das Doenças Venereas - DNSP (1920); *Melhoremos a vida* (1922); *A Cura da fealdade*, grosso volume de quase 500 páginas (1922); *A Fada Hygia* (1923); *Como escolher um bom marido* (1923); *Como escolher uma boa esposa* (1924); *Biblia da Saude* (1926); *Formulario de Belleza*, livro de divulgação sobre questões de higiene, eugenia e cosmética (1927)” (OLIVEIRA, 1933, p. 9-10 *apud* BONFIM, 2013, p. 90).

¹¹⁶ A obra será abordada mais adiante.

e chefe de laboratório da Indústria Química e Farmacêutica Casa Bayer¹¹⁷, no Brasil (SOUZA, 2006b).

Porém, em 1929, o médico Renato Kehl, do Posto de Merity, eugenista que transitava entre as ideias da cura da doença e das medidas sanitárias, não era o mesmo. De acordo com Souza (2016), após uma viagem realizada em abril de 1928 para a Alemanha, ao desligar-se do Departamento Nacional de Saúde Pública, se aproximou das concepções mais “duras”. A eugenia negativa de Renato Kehl, inspirada por ideias arianistas, foi despertada por seu contato com eugenistas alemães, suecos, noruegueses e norte-americanos, propiciando o alargamento de sua rede de sociabilidade internacional.

Roquette-Pinto e Renato Kehl exemplificam distintas concepções sobre a eugenia brasileira, possuindo aproximações e distanciamentos. Nas aproximações concordavam que a eugenia “era uma ciência com fronteiras definidas a partir da genética mendeliana, e que nada tinha a ver com as concepções neolamarckistas e o ambientalismo higienista proposto por boa parte da comunidade médica brasileira” (SOUZA, 2016, p. 107). Diferenciavam-se quanto à forma de conceber os projetos para a nação. Enquanto o primeiro dava ênfase na propagação da educação e na miscigenação como a singularidade da força da raça, o segundo defendia a adoção de uma eugenia de controle matrimonial e segregação racial (SOUZA, 2016).

Roquette-Pinto, a partir do segundo semestre de 1921 intensificou suas pesquisas a fim de traçar os tipos antropológicos do Brasil. Para isso, contou com o auxílio de ex-alunas da Escola

¹¹⁷ Segundo Souza (2006b), Renato Kehl desde 1923 prestava assistência técnica como farmacêutico à Casa Bayer no Brasil, porém a partir de 1927 passou a dedicar-se como chefe de laboratório e diretor médico desta empresa, onde permaneceu até o ano de 1944. O autor ressalta que a ocupação do cargo pode ter se dado em função da influência do médico no cenário brasileiro, por sua origem alemã ou por sua fluência em alemão e inglês, já que a *Casa Bayer-Meister Lucius* tinha matriz localizada na cidade de Leverkusen, na Alemanha, com filiais em vários países.

Normal do Distrito Federal, dentre elas Laura Fonseca e Silva, Emile Saldanha da Gama, Noemi Sales e Heloísa Alberto Torres. Com suas colaborações, efetuou a coleta de dados antropométricos em “escolas públicas, associações femininas, fábricas têxteis, ateliers e outras fábricas que mantinham funcionários do sexo feminino” (SOUZA, 2017, p. 209). Segundo esse autor, em pesquisas realizadas no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional, as fichas deveriam ser preenchidas com informações físicas dos alunos, como cor dos olhos e da pele, tipo de cabelo, estatura, peso e idade. Assumindo essa direção, a Escola Municipal Vieira Souto, sob a direção de Celina Padilha, em 1923, chegou a solicitar ao Museu Nacional instrumentos (de medição) para serem utilizados em seus alunos (SOUZA, 2017).

Celina Padilha¹¹⁸ foi a única mulher na comissão diretora do PCBE, presidente da seção de Ensino Primário da Associação Brasileira de Educação. Além dela, destacaram-se mais duas¹¹⁹ mulheres, Maria Antonietta de Castro, chefe da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo e Antonina Martins, farmacêutica do Departamento de Saúde de Pernambuco e membro da Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil. Não contente com essa situação, Maria Lacerda de Moura (1887-1945), professora, escritora, jornalista, militante na defesa dos direitos da mulher, atuante em várias associações femininas e feministas (ROBERTO, 2019) enviou uma carta¹²⁰ a Roquette-Pinto, presidente do PCBE, questionando a possibilidade de fazer parte do Congresso com o trabalho intitulado *A emancipação feminina - liberdade sexual da mulher*. Nele, “Moura critica a não participação

¹¹⁸ Não encontramos sua data de nascimento e morte.

¹¹⁹ Nas *Actas e Trabalhos* (1929) aparecem os nomes de 3 mulheres, o que não significa que apenas essas fizeram parte do Congresso. Pelos jornais, não encontramos especificação de gênero para o envio de trabalhos. Segundo o *Boletim de Eugenia* dentre as inscrições para “tomar parte” do PCBE, estava Ítala Silva de Oliveira, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia (1922-1927).

¹²⁰ Luppi (2011) salienta que tal carta faz parte do acervo Renato Kehl. Não foram encontrados comentários a respeito de uma resposta à Maria Lacerda de Moura.

da mulher nos debates sobre o tema, afirmando: ‘Um congresso de eugenia só de homens é prova de que estamos muito distantes da solução do problema eugenico’” (DIWAN, 2003, p. 94 *apud* LUPPI, 2011, p. 148). A carta contestava o baixo número de mulheres no congresso, em que pese terem sido temas de debates por alguns congressistas o feminismo, a maternidade e o casamento.

O fato da professora Celina Padilha ter sido eleita como secretária pode ser compreendido por uma série de motivos. Formou-se pela Escola Normal do Distrito Federal, onde também foi estagiária, professora adjunta e catedrática municipal. Na década de 1910, foi redatora e colaboradora do periódico *O Estudo* e na década seguinte escreveu artigos que versavam sobre português, programas de ensino e reformas urbanas em *A Escola Primária* (DIAS; JARA, 2017). Segundo Dias e Jara (2017) foi a partir da sua incorporação à Associação Brasileira de Educação (ABE), 1927, que ela ampliou sua notoriedade no meio educacional, enquanto presidente da seção de Ensino Primário, tornando-se “recorrentes as aparições da intelectual nos jornais, em notícias sobre palestras, excursões e cursos oferecidos gratuitamente aos professores públicos e particulares da cidade” (DIAS; JARA, 2017, p. 235). Nesse tempo, participou da reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, dirigida por Fernando de Azevedo (1927-1930).

Para Celina Padilha, a educação¹²¹ tinha poder transformador, e desse modo, a mulher no magistério deveria exercer o papel de

¹²¹ Na I Conferência Nacional de Educação, organizada pela ABE, em 1927, realizada em Curitiba, Celina Padilha apresentou a tese de nº 74, intitulada *Sobre a educação sexual*. Na tese, a educadora ressaltou a necessidade dos pais auxiliarem os professores na promoção de uma educação sexual dos filhos, como um modo de sanar curiosidades, estabelecendo “um laço de confiança” que “os livrariam de muitos males, antecipando-se aos que lhes vão dar ensinamentos manchando-lhes a inocência” (PADILHA, 1927, p. 429). As noções expostas na defesa da educação sexual para as crianças, constituía-se como bases da moral, porém nas entrelinhas estavam postas a preocupação com o futuro da nação, da prole, perspectivadas em campanhas que versavam sobre orientação matrimonial, exame pré-nupcial, controle da natalidade, em suma, de uma reprodução eugenicamente orientada. Defensora da coeducação, questão que estava na base das propostas dos

agente dessa mudança. As ideias de Celina Padilha, de acordo com Barbosa (2013), foram consideradas como comunistas, por exemplo nos debates a favor da emancipação da mulher, que até o momento não podia votar em todos os Estados brasileiros. Em uma matéria publicada no jornal *A Notícia*, em 11 de junho de 1930, a educadora foi descrita como “nociva”¹²² às escolas pela defesa de suas ideias. Nesse contexto, cabe destacar sua proximidade não só na Reforma da Instrução Pública, como também suas relações com os signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932)¹²³, em especial com Anísio Teixeira¹²⁴.

Em relação a posição que ocupou no PCBE, em especial na seção *Educação e Legislação*, podemos considerar como definidor sua aproximação com Fernando de Azevedo, na Reforma da Instrução, com Levi Carneiro, na ABE e Roquette-Pinto, nos projetos educativos do Museu Nacional para escolas. Deste modo, levantamos como hipótese que Celina Padilha se apresentava como mais uma possibilidade no alargamento do projeto eugênico, onde a educação era elemento primordial. Enquanto educadora, ela se incumbia da missão de regeneração social, uma vez que para alguns eugenistas a educação seria o princípio da mudança. Para além desses elementos, podemos pensá-la enquanto mulher e

escolanovistas, acreditava que esse processo de ensino resultaria em pessoas mais conscientes, principalmente na escolha de seus companheiros e na preocupação com as gerações futuras. O pensamento eugênico esteve muito presente na exposição de Celina Padilha, o que remete ao fato de pensar suas interlocuções com essa ciência.

¹²² Esse caráter negativo dado à educadora foi levantado por Barbosa (2013) tendo como referência a publicação no jornal *A Notícia*, em 11 de junho de 1930.

¹²³ Segundo Xavier (2004) o Manifesto foi assinado por 26 intelectuais que conjugavam expectativas de renovação e organização político-educacional pós Revolução de 1930. Apesar de possuírem posições ideológicas distintas, os pioneiros da Educação Nova buscavam a modernização e democratização da educação.

¹²⁴ No CPDOC encontra-se correspondência, de 1933, de Celina Padilha relatando viagem de observação educacional nos Estados Unidos da América para Anísio Teixeira, então Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, sucessor de Fernando de Azevedo.

intelectual, que transitava em diferentes espaços, tendo de certo modo construído um lugar de destaque no âmbito educacional.¹²⁵

O presidente da seção *Anthropologia*, Álvaro Fróes da Fonseca¹²⁶ (1890–1988), diplomou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1914, o que lhe permitiu atuar na cátedra de Anatomia da instituição. A partir de então sua trajetória incluiu o magistério nas Faculdades de Medicina de Porto Alegre (1917) e da Bahia (1920). O conhecimento em anatomia, de acordo com Keuller (2012), chamou a atenção de Edgard Roquette-Pinto, que em 1926 o convidou para compor a Seção de Antropologia do Museu Nacional. Lá, Fróes da Fonseca encontrou um ambiente intelectual propício para o desenvolvimento de suas pesquisas, convivendo com intelectuais como Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes e José Bastos de Ávila (KEULLER, 2012).

O secretário dessa seção, Fernando Rodrigues da Silveira (1893-1970), formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo o jornal *Correio da Manhã*, em publicação do dia 15 de março de 1917, foi designado como professor da Escola Normal na cátedra de História Natural ao lado de Roquette-Pinto, professor no Instituto de Ensino Secundário, nas áreas de Zoologia e Botânica, nomeado pelo ministro da Agricultura, em 1928, para ser naturalista viajante interino do Jardim Botânico (*CORREIO DA MANHÃ*, 28/10/1928). Em 1929, Fernando da Silveira, ao lado de intelectuais como Miguel Couto, Carlos Chagas, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, entre outros, sob a presidência de Roquette-Pinto, fez parte da Comissão Nacional de Estudo dos Problemas de População¹²⁷ (SOUZA, 2017).

¹²⁵ Optamos por não estender a biografia de Celina Padilha.

¹²⁶ Concordante com as ideias defendidas por Roquette-Pinto, seu companheiro de pesquisas no Museu Nacional, Fróes da Fonseca apresentou sua tese com forte ataque à eugenia de Renato Kehl. Trabalho que será analisado mais adiante.

¹²⁷ Seção no Brasil da *Internacional Union for the Scientific Study of Population Problems*, fundada em 1928, na Europa, formada por pesquisadores e autoridades que estudavam as populações, a reprodução e as raças primitivas (SOUZA, 2017).

Segundo Souza (2006b), os antropólogos do Museu Nacional tinham mais autonomia, no sentido de uma tradição de seus estudos desde o século XIX, além da necessidade de inserir a antropologia no projeto de eugenia, com conhecimentos sobre reforma sanitária e educação. Deste modo, justifica-se a ligação entre Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto e Fernando da Silveira, mais que antropólogos, médicos e/ou botânicos e suas relações por afinidades, conjugavam um projeto de nação que carregava em si a regeneração da população pela educação, como pôde ser visto nos debates ocorridos durante o Congresso.

Álvaro Ozório de Almeida (1882-1952), da seção *Heredologia*¹²⁸, nasceu em Porto Alegre e se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905. Foi catedrático de fisiologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; diretor da Inspetoria Geral de Higiene e Saúde Pública do Rio de Janeiro; chefe de Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro; chefe do serviço de instrução técnica e profissional do *Lloyd Brasileiro*¹²⁹ (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, s.d.).

De acordo com Souza (2017) Álvaro Ozório de Almeida era próximo a Roquette-Pinto. Estudaram juntos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1901, mantendo vínculo com projetos comuns e trabalhos desenvolvidos na Academia Brasileira de Ciências e na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Ainda, segundo o autor, a obra *Seixos Rolados* (1927), de Roquette-Pinto, foi dedicada ao colega Ozório de Almeida e por indicação do antropólogo, ocupou a direção do laboratório de Antropologia Fisiológica do Museu Nacional.

Octavio Barbosa do Couto e Silva (1901-1979) formou-se em 1922 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi colaborador dos irmãos Ozório de Almeida, além de entusiasta das

¹²⁸ Não localizamos informações sobre as participações de Álvaro Ozório de Almeida e Octavio Barbosa do Couto e Silva no decorrer do Congresso.

¹²⁹ Companhia de navegação fundada em 1894.

questões educacionais atuando na Campanha Nacional de Educação (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA, s.d.). O médico foi sócio da Associação Brasileira de Educação (ABE), participando dos debates e atuando mais diretamente como docente na Faculdade de Medicina. Além disso, entre os anos de 1927 e 1928 recebeu bolsa da Fundação Rockefeller para estudar na Universidade de Chicago (WARDE; ROCHA, 2018).

Levi Fernandes Carneiro (1882- 1971) nasceu em Niterói (RJ), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito da Capital Federal. Foi secretário da delegação brasileira na Conferência Internacional de Jurisconsultos, em 1912; presidente da Caixa Escolar Benjamin Constant (1918-1927) e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (1922-1939) (SILVA, 2018). Em 1924 foi eleito membro da diretoria da Associação Brasileira de Educação (ABE), ano de sua fundação, ao lado de Heitor Lyra da Silva, Antonio Carneiro Leão, Bertha Lutz, Mario Paulo de Brito e Vicente Licínio Cardoso. Na ocasião do PCBE, exercia o cargo de presidente do Instituto dos Advogados do Brasil.

Como já afirmado anteriormente, a escolha dos presidentes de seções e seus respectivos secretários pode estar relacionada diretamente com as suas atuações, aproximações e pertenças institucionais, bem como por defenderem e propagarem a eugenia, seja no âmbito educacional, antropológico, médico ou jurídico. Assim, mais que comemorar o Centenário da Academia Nacional de Medicina era preciso projetar a nação republicana, onde essas “cabeças pensantes” continuassem a firmar sua posição para além do Congresso.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, como parte das comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina, pode ser entendido como um “espaço” ¹³⁰(CERTEAU, 1998) no qual

¹³⁰ O espaço, segundo Certeau (1998) é definido como: [...] um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de

ocorreram movimentos, cruzamentos, aproximações e distanciamentos, tendo em vista os polêmicos debates suscitados sobre temas referentes à eugenia, ao melhoramento da raça e das gerações futuras.

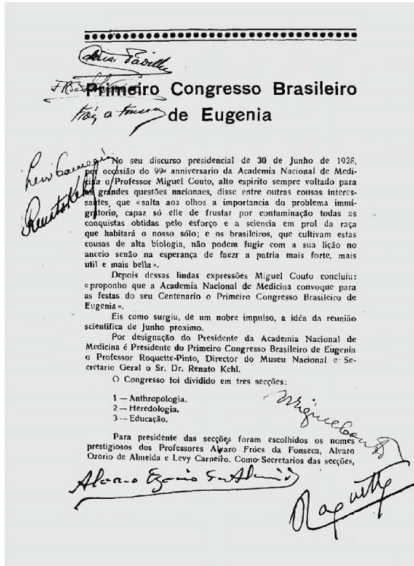
Tomando o PCBE enquanto “lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202), compreendemos as transformações temporárias do lugar destinado à sua realização, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir dos participantes do Congresso que dele se apropriaram, criando assim uma rede própria de significados compartilhados no interior do grupo. Ao pensar os trabalhos apresentados, conferências e debates, compreendemos que no conjunto dessas ações estiveram postas “estratégias” (CERTEAU, 1998) para construção da nação.

Josgrilberg (2005), em seus estudos sobre Certeau afirma que “as estratégias organizam, determinam um lugar que pode ser administrado em relação a uma exterioridade composta de alvos e ameaças” (2005, p. 50). Deste modo, se entendermos por “ameaças” a imigração, as doenças, o analfabetismo, os crimes e os vícios, os discursos do PCBE foram os cálculos pensados para a solução dessas questões. Mas dentro desse espaço, diferentes forças tentaram se sobressair, “falar mais alto”, portanto, ali estava a disputa, pois para Certeau (1998), “toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios” (1998, p. 99).

Para além do “bem comum”, interesses particulares estavam em “jogo” nas formulações estratégicas, porém apesar das exposições individuais, o consenso fazia-se necessário, pois como dizia o folheto de divulgação do PCBE, era preciso assegurar “as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em prol da raça”. Deste modo, com posições de destaque no congresso, presidente e secretários assinaram o folheto, afirmando essa vontade coletiva.

programas conflituais ou de proximidades contratuais [...] Em suma, **o espaço é um lugar praticado** (1998, p. 202, grifos do autor).

Figura 12 - Folheto de divulgação do Primeiro Congresso de Eugenia



Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

No seu discurso presidencial de 30 de Junho de 1928, por ocasião do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina o Professor Miguel Couto, alto espirito sempre voltado para as grandes questões nacionais, disse entre outras coisas interessantes, que “salta aos olhos a importancia do problema immigratorio, capaz só elle de frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em prol da raça que habitará o nosso sólo; e os brasileiros, que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com a sua lição no aneio senão na esperança de fazer a patria mais forte, mais util e mais bella”.

Legenda: Folheto de divulgação do PCBE com assinaturas dos organizadores (em ordem alfabética): Álvaro Fróes da Fonseca, Álvaro Ozório de Almeida, Celina Padilha, Edgard Roquette-Pinto, Fernando da Silveira, Levi Carneiro, Miguel Couto e Renato Kehl.

Fonte: Souza et al., 2009, p. 772.

As assinaturas¹³¹ demonstram mais que participação, era preciso confirmar e legitimar o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Sendo assim, tal documento deve ser compreendido de acordo com Le Goff (1990), como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (1990, p. 45). Por isso, o folheto de divulgação¹³² ressaltava o

¹³¹ Não consta no documento a assinatura do secretário da seção Heredologia, Octavio Barbosa do Couto e Silva.

¹³² O texto do folheto de divulgação é o mesmo do discurso de Miguel Couto, em 1928, no 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina, também presente nas *Actas e Trabalhos* (1929).

protagonismo daquele grupo diretor, que em 1929, queria demarcar a importância do movimento eugênico no Brasil.

As trajetórias estavam entrecruzadas desde o tempo de formação profissional, na medida em que, com exceção de Levi Carneiro e Celina Padilha, os demais advinham da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De acordo com Camara (2010), os juristas ajudaram a conceber ações em prol da infância pobre, abandonada e delinquente, e se organizaram, entre outros aspectos, na elaboração de leis de assistência e proteção. Levi Carneiro no I Congresso Americano da Criança (1922), contribuiu com o debate acerca da urgência em aprovar leis de assistência. Como primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE) em seu primeiro ano de existência, em 1924, já apresentava a confluência do Direito com a Educação. Assim, Medicina, Direito e Educação, tornaram-se pilares de projetos de nação desenhados para o Brasil nas primeiras décadas do século XX, na qual a eugenia serviria como importante suporte.

Apesar do Congresso de Eugenia ter sido constituído majoritariamente por médicos, segundo o regimento interno comum aos congressos, poderiam considerar-se membros, médicos, além de educadores, farmacêuticos, químicos, biólogos, instituições e autoridades científicas de qualquer país, sendo autorizada a participação e apresentação nas seções. Os alunos das escolas superiores tinham acesso livre para assistir às sessões ordinárias.

A inscrição ocorria de forma gratuita. Uma vez realizada, dava o direito de participação em quaisquer dos congressos: a 4^a Conferência Panamericana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia; o 2^o Congresso Panamericano de Tuberculose; o 10^o Congresso Brasileiro de Medicina; ou o 1^o Congresso Brasileiro de Eugenia. Na ficha do PCBE era preciso indicar nome, título e endereço. Porém, para garantir o direito ao recebimento das publicações do Congresso e outros benefícios como o banquete oficial e a medalha comemorativa, fazia-se necessário o pagamento de 30 mil réis.

De acordo com o Regimento Interno, para a redação dos trabalhos, havia um limite de 30 páginas datilografadas, que deveriam ser endereçadas ao professor Miguel Couto ou a Renato Kehl (*BOLETIM DE EUGENIA*, n.4, abril de 1929, p. 4), na sede da Academia Nacional de Medicina. Segundo o artigo VII do regimento, das *Actas e Trabalhos* (1929), os relatores dos temas oficiais tinham um prazo de 30 minutos para leitura, enquanto os outros congressistas de 20 minutos para a apresentação oral. Abrindo 10 minutos para discussão, podendo falar 2 vezes apenas os relatores. As pessoas ausentes nas reuniões tinham o resumo de seus trabalhos lidos pelo presidente, pelo secretário ou congressista. Ao término das leituras havia deliberação de votos em torno das conclusões levantadas pelo autor do trabalho, que eram postas em votação.

As reuniões aconteceram com cerca de 200 participantes, entre os quais médicos, políticos, militares, jornalistas e educadores do Brasil e do exterior, que se inteiravam sobre os trabalhos apresentados e suscitavam questões sobre eugenia. Nem todos os presentes apresentaram trabalhos, os jornais anunciaram pessoas que “tomaram parte”, à exemplo de Fernando de Azevedo, Theophilo de Almeida, Carneiro Leão, dentre outros.

A maioria dos congressistas pertencia ao Estado do Rio de Janeiro, outros vieram de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. E de diferentes áreas de atuação da Medicina e Farmácia, como: docentes das Faculdades de Medicina; efetivos em Hospitais e Policlínicas; especialistas em Medicina Legal; psiquiatras; redatores de periódicos. Das forças militares: especificamente do Exército Brasileiro e das Polícias Militar e Marítima. Dos Museus e Institutos Históricos Geográficos. Da Educação: professores das Escolas Normais, Escolas Politécnicas e educadores sanitários. Das áreas esportiva, jornalística, jurídica e política. Das academias, ligas e associações: Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Medicina, Academia Brasileira de Ciências, Associação Brasileira de

Educação, Liga Brasileira de Higiene Mental, Sociedade de Medicina e Cirurgia, dentre outras.

Deste modo, as “redes de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003)¹³³ no PCBE foram compostas por representantes das academias, ligas e associações, além de outras instituições, permitindo a compreensão dos laços, rivalidades e concepções conjugadas no interior do grupo. A “costura” desses diferentes pontos ajuda a ampliar o entendimento da influência de profissionais de diferentes áreas de atuação nos anos de 1920, onde o PCBE além de “espaço” (CERTEAU, 1998), também pode ser entendido como “um ‘ecossistema’ onde amores, ódios, ideais e ilusões se chocam” (GOMES, 1993, p. 65).

Assim, podemos considerar a sintonia das ideias sobre a eugenia, que romperam fronteiras no Congresso, a partir daqueles que compuseram o espaço, advindos de diferentes instituições. Se pensarmos para além das instituições, abrangendo a pertença na redação de periódicos, a rede tende a se ampliar, abrangendo o cenário internacional.

Houve expressiva participação de delegados da Argentina, Peru, Paraguai e Chile. Dentre os “hermanos” estavam Juan Ramon Beltran¹³⁴; Carlos Enrique de Paz Soldan¹³⁵, peruano que fora membro honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo, professor de Higiene da Faculdade de Lima e diretor dos serviços de proteção

¹³³ Segundo Sirinelli (2003), as “redes ou estruturas de sociabilidade” podem ser estabelecidas de duas maneiras diferentes: por meio “das forças antagônicas de adesão”, nesse aspecto relacionada à amizade, fidelidade, influência, em laços que aproximam. E de exclusão, que se relacionam às posições tomadas, debates, cisões. Esses pontos convergentes e divergentes ora estabelecem afinidades, ora rivalidades no interior do grupo (SIRINELLI, 2003, p. 49).

¹³⁴ Juan Ramon Beltran (1894-1947), professor de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires. Suas ideias se aproximavam dos estudos sobre criminologia (Lombroso, Ferrari, José Ingenieros); psicanálise; psicopatologia; tendo no ano de 1929 desenvolvido cursos em torno das causas da degeneração humana (RODRIGUEZ STURLA et al., 2015).

¹³⁵ Eugenista, sanitarista, editor da *Revista La Reforma Médica*, propagou a eugenia em seu país, na Venezuela e na Colômbia (SOUZA, 2006a).

às mães; além de Vergara Keller, redator da *Revista Médica de Chile*; e La Guardia, do Paraguai. Waldemar Coutts, do Chile, não estava presente, mas teve uma de suas teses lida por Levi Carneiro e publicada no volume I das *Actas e Trabajos* do Congresso.

Em função da presença latino-americana durante as reuniões, o médico Xavier de Oliveira apresentou duas propostas, a 1ª para convidar os delegados dos países americanos presentes na comemoração do Centenário da Academia Nacional de Medicina para participar no certame, e a 2ª para que o evento fosse nomeado: Primeiro Congresso Americano de Eugenia. Num primeiro momento a proposta foi aprovada de forma unânime, mas na reunião de encerramento voltou-se ao nome original. Isso ocorreu em função de um aviso do embaixador de Cuba comunicando que evento com esse nome¹³⁶ já havia ocorrido, em 1927.

Stepan (2005) chama atenção para a compreensão de estudiosos da eugenia, com uma visão que percebe a América Latina¹³⁷ apenas como “consumidora de ideias” da Europa e dos Estados Unidos da América. Suas características serviram por muito tempo como demarcadoras de diferenças, sem levar em conta as especificidades e potencialidades de cada local, região ou país. Embora se apropriasse de valores e ideias advindos dos europeus e norte-americanos, os cientistas latinos imprimiram características físicas e culturais próprias de suas populações à tais concepções, não somente transplantando ideias.

Os cientistas latino-americanos defendiam questões próprias, intimamente ligadas às suas histórias colonizadoras, à necessidade de melhorias na saúde pública e na composição racial (SOUZA, 2006a). Consoantes às noções republicanas de associação ao

¹³⁶ Apesar do que consta nas Actas sobre o mesmo nome, encontramos em nossas pesquisas que houve em Havana: o Congresso Médico Latino Americano (1922) e a Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia (1927). Nos Estados Unidos, Nova York, ocorreu em 1921 o Segundo Congresso Internacional de Eugenia.

¹³⁷ Segundo Stepan (2005), o termo “latina” designava países como Itália, França, Bélgica e países latino-americanos. Foram assim reconhecidos pela Federação Internacional de Sociedades Eugênicas (1935).

patriotismo e à nação na busca da modernização e do progresso, principalmente nas primeiras décadas do século XX, concentraram-se em ações que pudessem caminhar para o propósito comum: a melhoria da raça.

2.2.1 Pelos registros do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

De acordo com as *Actas e Trabalhos* (1929), a seção¹³⁸ *Educação e Legislação* ocorreu em três dias consecutivos (01, 02 e 03), voltando a se reunir somente nos dias 05 e 07 de julho. Nessa seção, cerca¹³⁹ de 48 trabalhos foram lidos nos cinco dias de reunião. Dentre os temas debatidos, estavam: política, educação, imigração, feminismo, casamento, alcoolismo, mortalidade infantil, maternidade, doenças venéreas, criminologia, esterilização. Uns mantiveram como nome o tema, outros criaram novos títulos, observação que explica os nomes repetidos em alguns trabalhos, como é possível no Quadro 6, em seguida.

¹³⁸ Os resumos das reuniões ocorridas apareciam no dia posterior em jornais como, *Jornal do Commercio, O Jornal, Jornal do Brasil, O Paiz, Diario Nacional*. A revista *O Brazil-medico* e o *Boletim de Eugenia* também publicaram.

¹³⁹ Essa contagem se baseou nas *Actas e Trabalhos* (1929). Os números, que podem não ser exatos, permitem que possamos considerar a expressiva participação na seção *Educação e Legislação*.

Quadro 6 – Sobre a seção *Educação e Legislação*

Data	Nome do trabalho	Autor	Leu	Trabalho lido por terceiros
1.01/07/1929	Política eugênica	Salles Filho	X	
2.01/07/1929	Organização pratica acção eugênica no Brasil	Achilles Lisboa		X
3.01/07/1929	Educação eugênica em geral	Alfredo Magalhães		X
4.01/07/1929	Educação Moral e eugenia	Carlos Américo Barbosa	X	
5.01/07/1929	A Educação como elemento primacial na Eugenia	Cesídio da Gama e Silva		X
6.01/07/1929	Educação moral e eugenia	Achilles Lisboa		X
7.02/07/1929	Problema eugênico da immigração	Azevedo Amaral	X	
8.02/07/1929	O problema immigratorio no Brasil	Raul Reynaldo Rigo		X
9.02/07/1929	Acção eugênica dos exércitos	Arthur Lobo		X
10.02/07/1929	A prophylaxia do espiritismo como hygiene mental	Mario Ferreira de Carvalho		X
11.02/07/1929	Toxicomania	José Ignacio Lobo	X	
12.03/07/1929	Da immigração européa para o nordeste brasileiro	Xavier de Oliveira	X	
13.03/07/1929	Dispensario psychiatrico	Gustavo Riedel	X	
14.03/07/1929	O feminismo e a raça	Fernando Magalhães	X	
15.03/07/1929	O feminismo e a raça	General Moreira Guimarães		X
16.03/07/1929	Eugenia e accordo conjugal	Medeiros e Albuquerque	X	
17.03/07/1929	Registro genealogico	Affonso Taunay	X	

18.03/07/1929	O problema do alcoolismo no Brasil	Severino Lessa	X	
19.03/07/1929	Exame pre-nupcial e alcoolismo	Galdino de Valle Filho		X
20.03/07/1929	A finalidade eugênica da luta anti-alcoolica	José de Moraes Mello		X
21.03/07/1929	O alcoolismo como fator disgênico	Gustavo de Rezende		X
22.05/07/1929	Tentativas eugênicas atravez da historia	Alberto Childe		X
23.05/07/1929	Mortalidade Infantil	Arthur de Sá	X	
24.05/07/1929	Mortalidade Infantil e a "Casa da Criança", de Jahú	Celso Barroso		X
25.05/07/1929	O problema da mortalidade infantil em São Paulo	Dalmacio de Azevedo		X
26.05/07/1929	A influencia da educação sanitária na redução da mortalidade infantil	Maria Antonietta de Castro	X	
27.05/07/1929	Mortalidade Infantil	Antonina Martins	X	
28.05/07/1929	Continência masculina antes do casamento	Moreira da Fonseca	X	
29.05/07/1929	A idade e o casamento	Leonídio Ribeiro	X	
30.05/07/1929	Maternidade consciente	Fernando Magalhães	X	
31.05/07/1929	A maternidade consciente	Edgard Braga		X
32.05/07/1929	Aspectos medico-eugenicos da assistência materna	Victor Russomano		X
33.05/07/1929	Maternidade consciente	Castro Barreto	?	
34.07/07/1929	Ficha familiar	Ernani Lopes	X	
35.07/07/1929	As mães solteiras sua proteção e dignidade	Astolpho de Rezende	X	
36.07/07/1929	A educação phisica na moderna practica pedagogica	Mario Cardim	X	
37.07/07/1929	Herencia psíquica intra-uterina	Waldemar Coutts		X
38.07/07/1929	A luca contra a syphilis e moléstias venéreas em São Paulo	Mendes de Castro	X	
39.07/07/1929	A luca contra as doenças venéreas no Exercito Brasileiro	Arthur Lobo	X	

40.07/07/1929	A lucta anti-venerea (tema)	Silva Araujo	X	
41.07/07/1929	Educação anti-venerea	Americo Valerio		Não foi posto em discussão
42.07/07/1929	Factores de contaminação	Motta Rezende		
43.07/07/1929	Delicto de contaminação	Oscar Fontenelle	X	
44.07/07/1929	Delicto de contaminação	Edgard Altino	X	
45.07/07/1929	Exame pre-nupcial e certificado medico	Boccanera Netto		X
46.07/07/1929	O exame pre-nupcial como fator eugenico	Julio Porto Carrero		X
47.07/07/1929	A "procreação consciente" e a cultura social da raça	Carlos Penafiel	X	
48.07/07/1929	Da esterelização eugênica nos degenerados	Alberto Farani	X	

Fonte: *Actas e Trabalhos* (1929). Adaptado por nós.

Ao que indicam as fontes consultadas, houve ordenação dos trabalhos conforme o dia, com um ou outro à parte da temática comum. Pela leitura dos seus títulos ou sinalização realizada nas *Actas*, tornou-se possível o agrupamento das temáticas afins, permitindo perceber o quantitativo de trabalhos e as diferentes abordagens. Cabe ressaltar que alguns trabalhos apresentados no Quadro 6 foram postos em discussão, sendo outros encaminhados diretamente aos anais do congresso por pedido do congressista, por sua ausência, pela falta de conclusões ou porque consideravam não haver necessidade de debatê-los. A falta do debate algumas vezes era definida quando as conclusões eram aclamadas por aplausos, em casos, por exemplo, como os trabalhos de Roquette-Pinto, Renato Kehl, Affonso de Taunay. Alguns foram lidos pela (o) secretária (o), presidente ou por outros congressistas, o que poderia indicar a ausência do autor.

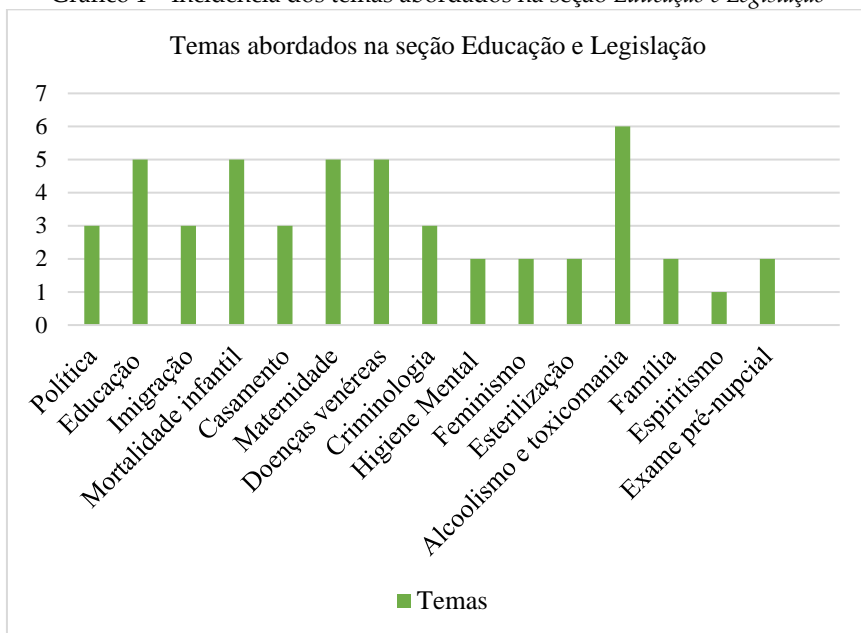
Ao assumir a seção *Educação e Legislação*, Levi Carneiro, juntamente com o professor Roquette-Pinto, deliberaram sobre o tempo de apresentação, divisão e agrupamento dos trabalhos por temáticas. A estrutura tinha como base: a leitura de uma ata de abertura, do trabalho e das conclusões¹⁴⁰ e, posteriormente a discussão e votação para aprovação ou reprovação. Alguns trabalhos apresentaram 10 conclusões, três, duas ou nenhuma. A falta de conclusões impossibilitava uma maior discussão do trabalho e assim ficou decidido que fosse encaminhado diretamente aos Anais. A seção *Anthropologia* transcorreu da mesma forma.

Consideramos que a maior adesão na seção *Educação e Legislação* ocorreu nas seguintes temáticas: maternidade; mortalidade infantil; educação eugênica, física e moral; e alcoolismo e toxicomania, que conversam entre si, como é possível ver no Gráfico 1, abaixo. Apesar dos destaques, isso não significa que tais discussões foram transcritas de forma fiel nas *Actas*; o tema

¹⁴⁰ Em um dado momento, ficou resolvido que se extrairia uma conclusão geral de cada tema para compor a redação final.

da imigração, por exemplo, foi percorrido em nove páginas, mesmo não tendo um alto número de trabalhos, enquanto o alcoolismo, tema recorrente no Congresso ocupou somente duas páginas.

Gráfico 1 – Incidência dos temas abordados na seção *Educação e Legislação*



Fonte: *Actas e Trabalhos* (1929). Adaptado por nós.

É possível notar maior incidência no tema sobre alcoolismo e toxicomania. Esses dados permitem compreender a urgência do debate em torno do álcool e no estabelecimento de propostas para atenuar esse “mal” no comprometimento da hereditariedade da espécie humana.

Já a seção *Anthropologia* estando nela incluída a seção de *Heredologia* ocorreu nos dias 04 e 06 de julho, num total de 16 trabalhos e duas moções sobre Educação Física apresentadas nos dois dias de reunião. A seção concentrou trabalhos sobre histologia, anatomia, genética, biologia, educação física, maternidade e paternidade.

Quadro 7 - Seção *Anthropologia*

Data	Título do trabalho	Autor	Lido pelo autor	Lidopela (o) secretária (o), pelo presidente ou por outros congressistas
1. 04/07/1929	Ghiandole sebacee libere dela mucosa geniana in varie razze umane	Alfonso Bovero	X	
2. 04/07/1929	Notas sobre os typos anthropologicos no Brasil	Roquette-Pinto	X	
3. 04/07/1929	Da educação physica como fator eugênico e sua orientação no Brasil (retificação de título)	Jorge de Moraes	X	
4. 04/07/1929	Duas moções sobre Educação Física	Faustino Espozel	X	
5. 04/07/1929	Situação do appendice Vermiforme em relação ao céco em diversas raças humanas	Renato Locchi	X	
6. 04/07/1929	Da aplasia clavicular	Vinelli Baptista	X	
7. 04/07/1929	Contribuição ao estudo da raça nos pontos de vista anthropologico e sociologico	Geraldo de Andrade	X	
8. 04/07/1929	Registro individual e archivo genealógico de familia	Renato Kehl	X	
9. 06/07/1929	Genetica Vegetal	Alberto José de Sampaio	X	
10. 06/07/1929	Estatística dos tarados no Brasil	Bulhões Carvalho		X
11. 06/07/1929	Zea Mais	Fernando Rodrigues da Silveira		

12. 06/07/1929	Necessidade de Uniformização dos serviços Anthropometricos no Brasil	Não consta autoria		X
13. 06/07/1929	Estado actual da questão dos grupos hemáticos	Roberto Hinrichsen	X	
14. 06/07/1929	Duas moções sobre Educação Física	Faustino Espozol	X	
15. 06/07/1929	Consanguinidade	Newton Belleza		X
16. 06/07/1929	Considerações em torno do indice túbio-pelvico de Lapcique e túbio-pelvico de Fróes da Fonseca	Ermirio Lima e Fernando da Silveira, orientado por Fróes da Fonseca	X	
17. 06/07/1929	Proyecto de Ley sobre investigacion de la paternidade lilegitima; Proyecto de Ley de la Proteccion a la madre y al hijo	Vergara Keller	X	
18. 06/07/1929	Alguns casos authenticos de prolificidade	Padberg Drenkpol	X	

Fonte: *Actas e Trabalhos* (1929). Adaptado por nós.

Identificamos alguns trabalhos publicados no volume I e outros a serem publicados nos volumes II e III que não entraram em debate nas reuniões, sendo encaminhados diretamente aos Anais. No volume I, por exemplo, os trabalhos de Ubirajara da Rocha e Arnauld Bretas, *Contribuições dos estudos dos psychogrammas*; de Antonio Carlos Pacheco e Silva, *Quadros demonstrativos das moléstias mentaes observadas no Hospital Juquery, de 1925 a 1928*; e de Jorge de Lima, *A procriação voluntaria do sexo de acordo com epocha da cohabitação*.

O mesmo caso para os volumes II e III, de Alfredo Ellis Junior, *Typos raciais brasileiros e A eugenia paulista nos I, II e III séculos*; de Vergara Keller, *Leys y Embarazo*; de Alberto Childe, *Tentativas eugênicas através da historia*; de Alfredo Ellis, *Immigração japonesa*; de Samuel Uchoa, *Alguns aspectos sobre o problema sanitário das zonas rurais do Brasil*; de Levi Carneiro, *A esterelisação eugênica dos degenerados*; de Jose Ignácio Lobo, *Prophylaxia social da toxicomania*; de Clemente Ferreira, *Legislação social e eugenia*; de Waldemar Coutts, *Algunas consideraciones em relacion com su aspecto científico y social*; e de Oscar Coelho de Souza, *Immigração*.

Os 20 trabalhos selecionados para publicação comportavam temáticas com tendências interpretativas variadas, o que indica as distintas percepções do movimento eugênico. O documento de 370 páginas, dividido em atas, conferências e trabalhos, na parte destinada aos trabalhos inicia-se com a publicação de *Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil*, de Roquette-Pinto, responsável pela publicação do volume I e encerra-se com *O problema eugenico da immigração*, de Azevedo Amaral. Esse aspecto nos parece sugestivo, tendo em vista os debates suscitados quanto à restrição a certos grupos de imigrantes, em contraste com a defesa das potencialidades dos “tipos brasileiros”.

Para melhor compreensão quanto ao processo de elaboração dos registros do Congresso, nos reportamos à escrita e organização das *Actas e Trabalhos* (1929). Como indica Le Goff (1990, p. 547) “O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da

sociedade que o produziram”. O que se percebe são critérios de escolha na elaboração das Actas, suprimindo debates; enfatizando determinados congressistas e selecionando o que de fato seria conveniente para a publicização, de acordo com preferências e a necessidade de atender determinada demanda¹⁴¹.

Quadro 8 - Trabalhos publicados no volume I das *Actas e Trabalhos* (1929)

Título do trabalho	Autor
1.Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil	Edgard Roquette-Pinto
2. <i>Ghiandole sebacee libere dela mucosa genianain varie razze Umane</i>	Alfonso Bovero
3.Situação do appendice vermiforme em relação ao céco em diversas raças humanas	Renato Locchi
4.Considerações em torno do índice radio-pelvico de Lapcique e tibio-pelvico de Fróes da Fonseca	Ermiro Lima
5.Estado actual da questão dos grupos hemáticos	Roberto F. Hinricksen
6.Da aplasia clavicular	Benjamin Vinelli Baptista
7.Genetica Vegetal	Alberto José de Sampaio
8.Contribuição ao estudo dos psychogrammas	Ubirajara da Rocha e Arauld Bretas
9.Estatistica dos tarados no Brasil	Bulhões Carvalho
10.Quadros demonstrativos das moléstias mentaes observadas no Hospital de Juquery, de 1925 a 1928	Antonio Carlos Pacheco e Silva
11.Herança psiquica intra-uterina (espanhol)	Waldemar Coutts

¹⁴¹ No periódico *A Cruz*, em 25 de abril de 1937, Joaquim Moreira da Fonseca ressaltou que apresentou o trabalho *Continencia masculina antes do casamento* conforme atestado pelas *Actas*. Foi possível encontrar um erro na publicação do volume I. A comunicação foi publicada como *Casamento e Eugenia*, duas vezes, uma com sua autoria e a outra por Leonídio Ribeiro, intitulada *A idade e o casamento*. Dois trabalhos exatamente iguais, com exceção dos títulos e uma epígrafe, na qual Moreira da Fonseca identificou como uma de suas conclusões. Indignado com a associação errônea do seu nome, Moreira da Fonseca trocou correspondências com Roquette-Pinto, que reconheceu o erro duplicado da publicação.

12.A procriação voluntaria do sexo de acordo com a epocha da cohabitação	Jorge de Lima
13.Consanguinidade	Newton Beleza
14.Casamento e Eugenia	Joaquim Moreira da Fonseca
15.O Dispensario Psychiatrico como elemento de educação eugenica	Gustavo Riedel
16.Da educação physica como factor eugenico	Jorge de Moraes
17.Factores de degeneração observados nas Praças da Polícia Militar	Motta Rezende
18.A idade e o casamento	Leonídio Ribeiro
19.Maternidade Consciente	Castro Barreto
20.O problema eugenico da immigração	Antônio José de Azevedo Amaral

Fonte: *Actas e Trabalhos* (1929). Adaptado por nós.

O programa foi publicado nos jornais meses antes do congresso. A análise dos periódicos permitem identificar autores que previamente aderiram, mas que não tiveram seus nomes presentes às sessões, à exemplo de: Victor Vianna, *Politica Eugénica*; Basilio de Magalhães, *Feminismo e a raça*; Oliveira Vianna, *Typos anthropologicos da população do Brasil*; Plinio Olintho, *Hygiene mental e excitantes cerebraes*; Alvaro Osorio de Almeida; *Metabolismo basico nas raças*; Juliano Moreira, *Luta contra as doenças mentaes*. Outros apresentaram trabalho, mas não foram mencionados nas *Actas*, apenas nos jornais, foi o caso do psiquiatra da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, Plínio Olintho (1886-1956). Seu trabalho *O café como substitutivo do álcool, com as vantagens desvantagens e sem os seus inconvenientes*¹⁴², segundo o *Jornal do Brasil*, em 04 de julho de 1929, causou excelente impressão.

Na organização das *Actas e Trabalhos* (1929) é possível observar ter sido dado prioridade às conferências, realizadas na parte da noite, por Renato Kehl, Álvaro Fróes da Fonseca, Fernando Rodrigues da Silveira e Levi Carneiro. Analisando os nomes,

¹⁴² Podemos considerar que *Hygiene mental e excitantes cerebraes* era o tema na qual Plinio Olintho se inscreveu com o trabalho *O café como substitutivo do álcool, com as vantagens desvantagens e sem os seus inconvenientes*.

observamos que todos compunham a comissão diretora, com exceção de André Dreyfus¹⁴³ que apesar de ter seu artigo foi publicado no volume I, não pôde comparecer ao Congresso, sendo substituído por Cândido Mello Leitão¹⁴⁴. As conferências desses congressistas correspondem à multiplicidade de assuntos dentro do movimento eugênico comportando: o histórico da eugenia no Brasil; a antropologia; o estudo das gerações; a biometria e a educação.

Renato Kehl, em *A Eugenia no Brasil*, apresentou um levantamento histórico e bibliográfico sobre a eugenia, misturando-o à sua própria trajetória enquanto propagandista e difusor da causa eugênica no Brasil e no exterior. Apesar de compreender a educação como impulsionadora do progresso social, para ele somente ela não seria suficiente para a regeneração dos homens, sendo preciso também o progresso biológico com a aplicação das leis da hereditariedade.

Álvaro Fróes da Fonseca, em *Os grandes problemas da Antropologia*, definiu a Antropologia como “Biologia comparativa dos grupos humanos no tempo e no espaço” (FRÓES DA FONSECA, 1929, p. 64). Acreditando na múltipla origem da humanidade - concepção poligenista -, ressaltou que os estudos antropológicos confirmavam não haver padrões raciais. Além disso, para ele, a mestiçagem não seria a causa da degradação. Rebatendo as ideias de superioridade racial, atestava que o adiantamento ou atraso culturais não eram provenientes da raça e que afirmações contrárias a essa, careciam de estudos, análise e aplicação das leis de Mendel. O antropólogo atacou os “proveitadores” e sua capacidade de persuasão na divulgação de

¹⁴³ André Dreyfus (1897-1952), professor de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de São Paulo.

¹⁴⁴ Cândido Firmino Mello Leitão (1886-1948), zoólogo do Museu Nacional, professor de História Natural na Escola Normal de Niterói e na Escola Normal do Rio de Janeiro. Participou da primeira diretoria da ABE

teses que rapidamente se popularizavam, apontando a obra de Renato Kehl *Lições de Eugenia*¹⁴⁵ como exemplo.

André Dreyfus, em *O estado actual do problema de hereditariedade*, discorreu sobre a transmissão de caracteres de Mendel, a ciência dos cruzamentos, que também ficou conhecida como mendelismo. Mostrando as aplicações da lei em vegetais, animais e no homem, dialogou com os estudos realizados por Davenport, Roquette-Pinto, Morgan, Guinot. A partir de esquemas, sob o ponto de vista biológico, Dreyfus afirmava que nas uniões era possível saber o resultado hereditário, considerando os caracteres dominantes e recessivos e dessa forma estimular os melhores pares, mesmo em casamentos consanguíneos.

Fernando Rodrigues da Silveira, em *Biometrica*, defendeu a importância da Biometria, que abarcava: Antropologia, Genética e Sociologia. O médico ressaltou os estudiosos no desenvolvimento dessa ciência, dentre eles, os estudos antropométricos de Roquette-Pinto no Museu Nacional; do seu companheiro de trabalho Tobias Moscoso, “o primeiro professor de Biometria no Brasil” (SILVEIRA, 1929, p. 105); bem como os estudos sobre Estatística de Bulhões de Carvalho; e dos serviços de São Paulo, Belo Horizonte e da Prefeitura do Distrito Federal, da Seção de Demografia da Saúde Pública, composta por José Florindo de Sampaio Vianna, Eurico Rangel, Luiz Nunes Briggs e outros.

Levi Carneiro, em *Educação e Eugenia*, destacou a importância da educação intelectual, física, moral, sanitária, para curar, corrigir, nutrir, fortalecer e principalmente extirpar os vícios, como o alcoolismo. Esse último, para ele, um dos grandes males que impediam o melhoramento da raça. Ainda em sua apresentação, percebendo a educação como um problema nacional, o presidente da ABE, saudou a iniciativa do professor Miguel Couto quanto à realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Independentemente da formação do povo brasileiro, Levi Carneiro

¹⁴⁵ Lançada no PCBE, a obra versava sobre ideias rígidas de controle e seleção racial, dentre elas limitar a o nascimento de degenerados (SOUZA, 2016).

percebia a potência da etnicidade, ressaltando que pela educação o país se elevaria.

De certa maneira, a conferência de Levi Carneiro imprimiu a ideia de que, em sua maioria, a essência dos projetos eugênicos era educativa. A ênfase dada aos preceitos sanitários e higiênicos, as noções quanto a moral e o inculcamento de hábitos apontavam às reorientações de condutas dos adultos, bem como a formação de valores para as crianças. Nesse contexto, ainda que a infância não tivesse sido diretamente abordada, estavam atribuindo a ela papel de relevância para o desenvolvimento da nação.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia ao ser idealizado por Miguel Couto partiu do princípio de que a imigração realizada desde a colonização do Brasil havia se tornado um problema. As ondas imigratórias conferiram dificuldades em caracterizar a “raça nacional”. Dessa forma, era preciso debater essas questões consideradas fundamentais para os eugenistas, a fim de estabelecer parâmetros para a entrada de futuros imigrantes de modo a qualificar a raça e conseqüentemente a nacionalidade.

3. A EUGENIA MODELA O FUTURO DA RAÇA: A CRIANÇA DO AMANHÃ

3.1 A imigração e os tipos brasileiros: projetos de nação em disputa

Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1942), jornalista¹⁴⁶, colaborador de alguns jornais do Rio de Janeiro, como *Correio da Manhã*, *O Paiz*, apresentou o trabalho *Problema eugenico da imigração*, sendo elogiado por Levi Carneiro, o que salientou sua participação no Congresso. Azevedo Amaral se destacou, também por apresentar suas concepções na seção *Educação e Legislação*, no qual ressaltou a importância de qualificar a “raça brasileira” selecionando os “melhores tipos” de imigrantes. De acordo com ele, entrariam no país pessoas advindas da Alemanha e da Europa Setentrional (Dinamarca, Estônia, Suécia, Noruega, Finlândia entre outros), que contribuindo positivamente para a constituição de uma nova raça.

Nesse sentido, a defesa de Azevedo Amaral tinha uma preocupação para com a mestiçagem, no que concernia aos resultados das uniões inter-raciais. Por exemplo, em seu discurso, questionava sobre quais crianças seriam geradas a partir do incentivo às ondas imigratórias para o Brasil. Porém o estopim da proposição do médico foi dizer a frase: “Civilisar é domesticar” (AZEVEDO AMARAL, 1929, p. 16), sendo por isso interpelado pelo antropólogo e médico Roquette-Pinto.

Para Roquette-Pinto o indivíduo estava acima da raça, sendo o mais importante a sua saúde física, moral e intelectual. Os dois travaram debate na segunda reunião, no dia 02 de julho de 1929, contrapondo posições distintas. A visão de Azevedo Amaral pautava-se na concepção de que a miscigenação era “como um

¹⁴⁶ O jornalista era médico por formação.

caminho incontornável rumo ao branqueamento da nacionalidade” (SOUZA, 2008, p. 163). O jornalista compreendia que a imigração ocorria de duas maneiras: países superpovoados querendo escoar para outros “seus superavits demographicos”, o que ele chamou de “congestão humana” e, outros países cuja necessidade era atrair as correntes imigratórias para suprir a falta de mão-de-obra (AZEVEDO AMARAL, 1929, p. 328).

O trabalho de Azevedo Amaral visava externar e sugerir a necessidade do controle sobre a imigração, a fim de dificultar, impossibilitar e, portanto filtrar¹⁴⁷ a entrada de estrangeiros no país. Estava disposto a assumir suas afirmações, no sentido de que seu estudo se solidificasse nas ações legislativas brasileiras. Para ele, a regeneração pelo meio não era a forma de resolver o problema da raça; a verdadeira solução era trazer os “melhores” elementos para formar a boa geração.

Estaremos, portanto, com a razão, com a sciencia, e com os nossos interesses eugênicos, estipulando regras, pelas quaes diffcultemos, impossibilitemos mesmo a entrada daquele resíduo, que vae sendo gradualmente eliminado pela seleção social nas collectividades civilizadas. [...] Seria insânia [...] continuar a entreter a ilusão pueril de que o nosso ambiente pode regenerar esses infelizes condenados pela fatalidade hereditária. Com a suas taras eles serão elementos obstructivos das engrenagens da nossa machina econômica, factores de perturbação social, elementos addicionaes a reforçar as nossas estatísticas criminaes, parasitas que viverão á custa do nosso trabalho, e, o que é mil vezes mais grave, esses indesejáveis de hoje perpetuarão na sua prole as misérias que trazem impressas no plasma germinativo e se multiplicarão pela terra brasileira como legião malfazeja de improductivos

¹⁴⁷ Nessa mesma reunião Ernani Lopes propôs que deveria constar nas *Actas e Trabalhos* (1929) a ação da Liga Brasileira de Hygiene Mental em relação a profilaxia mental, referindo ao artigo 9º do projeto sobre imigração no qual proibia a entrada de cegos, paralíticos e portadores de moléstias contagiosas que não tivessem renda para se manter. Mas salientou que não somente essas especificidades deviam ser proibidas, como também deficiências leves, para que não houvesse influência na raça. Afirmando ser a favor do exame individual em face da família como proposto por Juliano Moreira, “pois há mais perigo num indivíduo são de família degenerada do que num degenerado de ascendência sã” (LOPES, 1929, p. 24), além de testes por figuras para os analfabetos.

e de rebeldes, repetindo em cada geração a tragédia em que os seus antepassados naufragaram socialmente nas suas patrias originárias (AZEVEDO AMARAL, 1929, p. 339).

Assim como Azevedo Amaral, apresentaram trabalhos sobre a temática, o jornalista Reynaldo Rigo e o médico Xavier de Oliveira. Reynaldo Rigo teceu alguns comentários em publicação no *Jornal do Brasil*, de 04 de julho de 1929. Para o jornalista, o tema da imigração “despertou o mais vivo interesse e animou por tal forma os debates, que os animos se exaltaram quase ao máximo possível” (RIGO, 04/07/1929, p. 10).

Reynaldo Rigo mostrou-se a favor da imigração branca, mas com restrições, afirmando que a moral era mais importante que a estética. Apesar de posicionar-se a favor da imigração amarela, japonesa¹⁴⁸, que já vinha acontecendo principalmente em São Paulo, acreditava que essa entrada deveria ser limitada. Também aceitava a entrada dos “imigrantes de côr preta”, mas

[...] em proporções reduzidíssimas, apenas para não annular de vez as tradições de humanidade, generosidade, liberalismo da nossa terra. Pelo meu plano, pois o Brasil do futuro seria constituído de elementos muito aperfeiçoados moralmente e o seu povo se tornaria branco, por assim dizer, conservando, comtudo, pequena porcentagem de morenos e pretos (pequena minoria, apenas) o que é perfeitamente toleravel e no intuito de não abandonar inteiramente esse aspecto polychromico (RIGO, 04/07/1929, p. 10).

Ao mesmo tempo em que Rigo defendia a miscigenação como um aspecto positivo, afirmava a crença de que o aperfeiçoamento

¹⁴⁸ Os imigrantes em parte foram tomados como objetos, na esteira da reprodução e dos cruzamentos para “branquear” a nação. Estava posta também uma necessidade de se equiparar economicamente às potências europeias, deste modo a conotação de imigração muitas vezes foi associada ao trabalho, à produção. O filme *Perigo Amarelo*, produzido pelo NIPHEI, aborda a trajetória nipo-brasileira. Ressalta ainda, que no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os residentes japoneses do Brasil tornaram-se inimigos, passando por humilhações e maus tratos. Conferir em: https://www.youtube.com/watch?v=YUYECJKEET4&ab_channel=TakakoYamashita

moral condizia com o branco. Deste modo, ele levantou alguns números, a partir dos quais considerou que o Brasil deveria receber cerca de 200 mil imigrantes anualmente, dentre os quais 140 ou 150 mil brancos, 40 ou 50 mil amarelos e 10 mil pretos, tendendo às modificações e restringindo os que tivessem predisposição ao crime. Afirmou ainda que para isso, era necessária uma política repressiva¹⁴⁹, para evitar que os “bens comportados”, se tornassem “nocivos”. Dentre as conclusões apresentadas solicitou proteção aos brasileiros dignos, que não os colocassem como inferiores perante o estrangeiro e também a mistura dos elementos nacionais e estrangeiros, para evitar a criação de núcleos isolados e o entrave ao projeto nacional (RIGO, 04/07/1929, p. 10).

O médico Antônio Xavier de Oliveira¹⁵⁰ (1892-1953) apresentou o trabalho *Da imigração europeia para o nordeste brasileiro*. O autor trouxe o exemplo da “história da descendência de duas irmãs cearenses, fortes, robustas, que, se tendo casado há cem anos, tiveram a descendência cada vez mais diminuída até que está em via de desaparecimento” (XAVIER DE OLIVEIRA, 1929, p. 22). Para o autor a descendência diminuída se deu pelos cruzamentos “inferiores” no Nordeste, fato por ele constatado ao dizer que uma das bisnetas ao casar-se com alemão “deu à luz duas crianças muito bem constituídas” (1929, p. 22). Para terminar sua exposição, defendeu a imigração com maior intensidade no Nordeste, dando preferência a “colonos agricultores europeus latinos e anglo-

¹⁴⁹ Algumas políticas de repressão foram estabelecidas no período, a exemplo do que pontua Menezes (1997). A autora apresenta em seu texto um novo olhar sobre a imigração, que agia em prol da ordem civilizatória: a expulsão. Ela traz, dentre vários casos, o do português Manuel Real, ocorrido em 1928. Analfabeto, solteiro, padeiro, porém mendigo, após 38 anos no Rio de Janeiro foi mandado de volta para a terra natal. Assim, não somente incentivar a imigração estava no bojo das ações dos homens que buscavam a transformação nacional, mas também o intento de que era preciso “livrar” o país dos que representavam um entrave para o seu desenvolvimento.

¹⁵⁰ Segundo as *Actas*, Xavier de Oliveira elaborou outro trabalho sobre imigração, mas Ernani Lopes ao consultar a mesa sobre a leitura do mesmo foi informado ter sido encaminhado para outro Congresso.

saxões, como medidas restritivas a imigração asiática para essa região” (1929, p. 22).

Geraldo de Andrade, médico, representante do estado de Pernambuco, não foi contrário aos apontamentos levantados por Xavier de Oliveira, afirmando que quando chefiava o Departamento de Saúde do Recife percebeu a inferioridade dos mulatos. Um dos critérios de Geraldo de Andrade para a constatação da inferioridade foi a estatura, ele contou que ao medir 4.681 mulheres, a partir dos 20 anos de idade, a menor delas tinha em altura 1,26 m e poucas mediam 1,61m. Mello Leitão apartou, dizendo que isso devia acontecer por causa das glândulas de secreção interna, sugeriu que fosse feita uma curva de frequência, pois um povo de estatura baixa também podia ser robusto, isso não era argumento de julgamento para raça.

Nas explicações sobre imigração Azevedo Amaral, Xavier de Oliveira e Geraldo de Andrade apresentaram ideias convergentes. O jornalista Reynaldo Rigo, apesar de concordar, divergia em alguns pontos, aceitando a imigração dos negros, mas em baixa proporção. Pelos jornais podemos acompanhar distintas concepções a respeito da imigração brasileira por parte de intelectuais brasileiros, como na matéria do jornal *Correio Paulistano*, em 13 de dezembro de 1923, intitulada *Cousas Brasileiras* de autoria de Paulo Menotti Del Picchia (1892-1988)¹⁵¹, sobre os imigrantes negros, disse ele:

Erro grave seria admittil-os. Não que os repilla apoucação instincto de humana solidariedade, tão acendrado em nós, a ponto de não existir, aqui, entre brancos e pretos, preconceitos arraigados. Mas, pondo de lado a sentimentalidade incompativel, nos organismos nacionaes, com seus interesses eugenicicos, é perigosa, uma vez que se elaborou, no instincto da raça quasi formada, uma physiologica repulsa para os typos humanos que não sejam syngeneticos [...]

O colono latino, plastico, adaptavel moral e pshysiológicamente ás nossas condições de vida, é o único que nos serve. E, que si de certas outras raças,

¹⁵¹ Poeta, jornalista, tabelião, advogado, político, romancista, cronista, pintor e ensaísta brasileiro.

suas condições organicas seriam optimas para o aperfeiçoamento da nossa - pelo seu typo, côr, resistencia, actividade – suas condições espirituales continuariam a constituir uma dygcrasia para o almagama, mal de semente nos livrariamos em longiquas gerações (MENOTTI DEL PICCHIA, 13/12/1923, p. 5).

A proposição do autor rechaçava a entrada de negros e dava ênfase aos latinos. É preciso considerar que essas ideias estavam assentadas em debates que já vinham acontecendo em torno da imigração. Em 1922, havia sido vetado no Instituto dos Advogados, na cidade do Rio de Janeiro, o parecer que considerava constitucional o projeto proibindo a entrada de negros. A situação ocorreu em virtude do sindicato norte-americano que pretendia transportar 500.000 negros dos Estados Unidos para o Estado do Mato Grosso (*A NOITE*, 14/07/1922, p. 2).

Sobre a imigração, na Tabela 1 podemos perceber em números a entrada de estrangeiros no Brasil entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

Tabela 1 – A imigração líquida no Brasil, 1881-1930 (em milhares)

Período	Chegada	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	-
1886-1890	391,6	19	59	8	3	-
1891-1895	659,7	20	57	14	1	-
1896-1900	470,3	15	64	13	1	-
1901-1905	279,7	26	48	16	1	-
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3964,3	29	36	14	5	3

Fonte: Bethell, 1986, *apud* Fausto, 2006, p. 275.

Segundo Fausto (2006) no período compreendido entre 1887 e 1914, a entrada de imigrantes coincidiu com o alavancamento da economia brasileira, em virtude do trabalho nas lavouras de café. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma redução significativa, passando a retomar o crescimento após esse período. Com base nos dados estatísticos apresentados (Tabela 1) é possível

identificar a urgência em debater o progressivo aumento da entrada de estrangeiros na década de 1920, em especial o crescente índice de imigração de japoneses e alemães.

Tanto na apresentação de Azevedo Amaral quanto na de Geraldo de Andrade, Roquette-Pinto realizou intervenções mostrando-se contrário às afirmações de ambos. Desse modo, com o trabalho *Notas sobre os tipos anthropologicos do Brasil*, expôs sua visão a respeito da miscigenação brasileira, demonstrando não serem os problemas do Brasil provenientes da raça.

Figura 13 - Tipos brasileiros



Fonte: Roquette-Pinto, 1929.

Roquette-Pinto adensou estudos sobre a formação racial brasileira, categorizando-a em quatro tipos, denominados: *Leucodermos* (brancos); *Phaiodermos* (mestiços= negro + branco); *Xanthodermos* (mestiços= branco+ índio) e *Melanodermos* (negros). Não incluiu outros tipos raciais, também por ele identificados: *Cafusos*, *Xibáros*, *Caborés*, por serem “numericamente

insignificantes¹⁵² (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 125). Considerados, estatisticamente, a partir dos estudos realizados no Museu Nacional em 1922, por: 51% brancos; 22% mulatos; 11% caboclos (assim chamavam em 1922 os *Xanthodermos*); 14% negros; e 2% indígenas.

Em seu estudo, analisou as características: estatura, índice cefálico, índice nasal, perímetro torácico e a pele dos tipos raciais do Brasil e de outros países. Assim, ao desenhar o “retrato antropológico do Brasil” (SOUZA, 2017), o autor encontrou mais semelhanças do que diferenças nos “tipos brasileiros”, onde percebeu que a população estaria sendo conduzida ao mestiço, por sua variada composição racial, não prevalecendo um tipo dominante. Assim, encerrou o trabalho:

É preocupação ociosa e anti-científica pretender que o Brasil seja um dia habitado por um typo anthropologico. Só os que erradamente, confundem raça e povo desejam para este paiz aquella utopica unidade.

Resta agora saber se os typos de raça branca poderão um dia por si só crescer e dominar todo paiz; si não lhes farão falta alguma gottas de sangue amarello ou negro[...]

Aos responsaveis pelos destinos deste paiz presta, assim, a anthropologia, um enorme serviço, apresentando-lhes documentos que não devem ser desprezados em beneficio de phantasias rhetoricas desanimadoras.

A anthropologia prova que o homem no Brasil, precisa ser **educado** e não **substituído** (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 146-147, grifos do autor).

O trabalho de Roquette-Pinto caminhou na contramão das discussões prevalentes no Congresso acerca da imigração. Apesar de ter sido apresentada na seção *Anthropologia*, abarcou as discussões que versavam sobre a degenerescência da raça na seção *Educação*. Ao dar ênfase nos diferentes tipos brasileiros, o antropólogo exaltava a formação racial brasileira, que através de combinações, para ele o termo mistura era absurdo, trouxe uma

¹⁵² De acordo com Souza (2017), em artigo publicado no *Diário Nacional*, de São Paulo, em 12 de abril de 1929, Roquette-Pinto ressaltou que esses tipos raciais eram interessantes, mas que poderiam se considerar extintos.

nova conotação sobre a brasilidade, essa que era multirracial, mestiça e carente de educação. O projeto nacional de Roquette-Pinto tinha uma dimensão educativa e civilizadora. Assim, para a construção do Estado-nação moderno e consoante aos ideais de progresso, era preciso romper com a definição pessimista da composição étnica do povo (RANGEL, 2014).

Ao balizar as proposições de Azevedo Amaral e Roquette-Pinto, os projetos “potencialmente públicos” (VELHO, 1987) descortinaram-se em concepções semelhantes, à medida que deram ênfase a formação étnica brasileira, e as distinções em sua forma de concepção. Segundo Velho (1987, p. 28) “O projeto, enquanto conjunto de ideias, e a conduta estão sempre referidos a outros projetos e condutas localizáveis no tempo e no espaço”. Considerando a geração científica da época, suas posições de destaque no jornalismo, de Azevedo Amaral, e na antropologia, de Roquette-Pinto, colocavam em evidência esses atores, que à sua maneira ajudaram a conformar o pensamento social brasileiro à época.

O trabalho apresentado por Azevedo Amaral repercutiu no Congresso, considerando que suas palavras culminaram em embates, ressaltando assim as distintas posições em torno da imigração, e particularmente da eugenia. O jornalista já vinha adiantando suas proposições em artigos publicados em *O Paiz*, como na publicação intitulada *Abandono da Raça*, em 19 de junho de 1929, na qual dizia não adiantar ser tomado por ilusões de que investindo em educação e no meio trariam as melhorias raciais.

Entre nós, como em todo o mundo, depara-se nos o espetáculo melancólico da fallencia dos methodos em que tantas esperanças foram depositadas. A melhora das condições sociaes, por mais util e desejavel que seja sob outros pontos de vista, não impede – e infelizmente estimula mesmo – a multiplicação dos indesejaveis. O humanitarismo moderno interpôz a bandeira de misericordia das nossas instituições philantopicas, impedindo a purificação da raça pela acção implacavel da selecção natural. A propria medicina, perdendo de vista a sua finalidade social, para consagrar-se ao bem do individuo, **vai deixando vivos e capazes de desdobrar a sua**

inferioridade em uma prole tarada, muitos que o bem geral aconselharia a fazer desaparecer antes de se reproduzirem (AZEVEDO AMARAL, 19/06/1929, p. 5, grifos nossos).

Azevedo Amaral confrontava as ações da filantropia e da medicina, que pelo humanitarismo, pelo bem do indivíduo, impedia a purificação da raça. Além disso, levantava aspecto próximo a uma eugenia negativa, ao apresentar ideias segregacionistas. Das 10 conclusões apresentadas por ele, duas foram debatidas:

[...] 7ª) O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, entre as manifestações mais frequentes das taras hereditarias que incapacitam o immigrante como elemento ethnico indesejavel, figura formas de desequilibrio mental traduzido em tendencias anti-sociaes, aconselha a exclusão inflexivel de todos os immigrantes com antecedentes criminaes;
[...] 10ª) O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a exclusão de todas as correntes immigratorias que não sejam da raça branca (AZEVEDO AMARAL, 1929, p. 339-340).

A 7ª conclusão foi considerada imprecisa, sendo sugeridas mudanças por congressistas como o deputado federal Salles Filho, o presidente da seção *Educação* Levi Carneiro e os médicos Edgar Altino e Miguel Ozório de Almeida. Essa agitação pode ter causado desconforto no autor, que pediu à mesa que não dificultasse o trabalho e para isso, retirou a parte final da 7ª conclusão, decisão que foi aprovada (*ACTAS E TRABALHOS*, 1929, p. 20).

Quanto à 10ª conclusão, sobre a exclusão das correntes imigratórias não brancas, Roquette-Pinto pediu à assembleia que não fosse aprovada. Tal conclusão ao ser posta em votação, foi reprovada por 20 votos contra 17. Apesar da reprovação, a diferença foi pequena, o que denota as posições e as ideias em disputa. Parte dos congressistas aceitava correntes imigratórias não brancas e parte às recusava. Apesar disso, Roquette-Pinto, em suas intervenções, colocava em xeque as reflexões sobre a seriedade de aprovar uma conclusão que desenharia o futuro do país. Tal debate e posições contrárias à imigração de não brancos para o Brasil

revelam “[...] a noção generalizada sobre a suposta inferioridade biológica de raças não brancas, que preponderou entre o fim do século XIX e início do XX e, baseada nas premissas do racismo científico, se transformou em expressão máxima do saber” (ANDRADE, 2013, p. 58).

Sobre esse aspecto, Renato Kehl, apresentou no *Boletim de Eugenia*, em publicação da edição junho- julho de 1929, como estava classificada a população brasileira a partir de fichas organizadas pelo serviço militar: “39% de brancos, 50% de mestiços, 10% de pretos e 1% de caboclos (índios)” (1929, p. 3). De acordo com o médico, a partir de estudos realizados por cientistas, o grande contingente de negros no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Minas Gerais e Piauí, tenderia a diminuir devido às mortes e cruzamentos e o branco se tornaria preponderante, pela imigração de portugueses, italianos e polacos. Os indígenas, caboclos e mestiços também desapareceriam gradualmente por causa de moléstias, como a tuberculose, assim o brasileiro se aproximaria ainda mais do aspecto do europeu.

Para Kehl (1929), segundo a publicação do *Boletim de Eugenia*, os “mulatos” eram feios, fracos e tinham como herança as taras degenerativas de seus ancestrais. Os “mamelucos” eram mais “bem conformados”, fortes e inteligentes. Apesar do pensamento difundido no *Boletim de Eugenia* e exposto em suas publicações, como em *Lições de Eugenia* (1929), lançado especialmente no Congresso, não identificamos¹⁵³ nas *Actas e Trabalhos* (1929) qualquer refutação ou observação sobre essas considerações. O médico além de ocupar cargo na comissão diretora do evento, teria muito a interferir no debate, acentuando e/ou até concordando com as proposições levantadas por Azevedo Amaral.

¹⁵³ Consta nas *Actas e Trabalhos* (1929), que Renato Kehl, apresentou o trabalho *Registro Genealógico* na quarta reunião, em 04 de julho de 1929, na seção *Anthropologia*, onde, após sua exposição, ninguém pediu a palavra e todas as conclusões foram unanimemente aprovadas.

Entrando novamente em votação a 10ª conclusão do trabalho de Azevedo Amaral, por pedido de Oscar Fontenelle, o resultado da rejeição manteve-se, por 25 votos contra 17. Dessa vez, houve uma alteração nos números, antes se tinha 37 votantes, passando a 42. É preciso considerar que o número de votos a favor manteve-se como na votação anterior e, quanto à alteração no número de votos pela reprovação, supomos que outros congressistas que não estavam desde o início da explanação ou que pelas exposições principalmente de Roquette-Pinto, votaram a favor da 10ª conclusão.

Podemos capturar desses embates posições distintas quanto às causas para os males e as soluções para o futuro da nação. Para Azevedo Amaral e aqueles que o apoiavam a infância ideal seria a de forma mais branca, forte, inteligente e qualificada; em Roquette-Pinto o mestiço, o brasileiro, apesar de ser um sujeito forte em potencial, era carente de educação. É preciso considerar que nesse debate, outros problemas estavam inscritos, afinal, como assegurar a geração vindoura, se a mortalidade infantil ainda era presente?

3.2 Resguardar o patrimônio étnico e promover uma orientação segura: proteção à infância, à maternidade e à família

Encarai o espectáculo doloroso do pequenito que vae definhando , porque a miseria a mais negra priva-o dos alimentos e do conforto que a sua fragil natureza reclama quem falta o doce seio materno, pois que a fome e os padecimentos seccaram-n'ó por completo; que no inverno estremece de frio e não tem, muitas vezes, um trapo, siquér, com que lhe seja possível aquecer-se por algumas horas (VAZ, 1905, p. 3).

Dentre os principais temas abordados pelos congressistas, estava a mortalidade infantil. Um problema de preocupação, principalmente para os médicos, que por meio da profilaxia, tentavam instaurar novos hábitos a fim de atenuar os males que levavam crianças à morte. No relatório apresentado por Mario Franco Vaz, em 1905, encomendado pelo Ministro da Justiça e dos

Negócios Interiores, Joaquim José Seabra, intitulado *A infância Abandonada*, o autor aponta que na capital, Rio de Janeiro, o problema da mortalidade infantil, era resultado da “falta de educação do nosso povo” (VAZ, 1905, p. 13). Para ele, a ausência de conhecimento higiênico nos cuidados com a criança seria uma das principais causas para aumento desse mal.

Sobre o tema da mortalidade infantil, pudemos verificar nas *Actas e Trabalhos* (1929) que o debate ocorreu na seção *Educação e Legislação*, no dia 05 de julho de 1929. Foram apresentados trabalhos do médico Arthur de Sá¹⁵⁴; os de Celso Barroso¹⁵⁵ e Dalmacio de Azevedo¹⁵⁶ foram anexados aos Anais, um por falta de conclusão e o outro pela ausência do autor. O trabalho da farmacêutica Antonina Martins¹⁵⁷ foi considerado uma “comunicação interessante sobre o assunto em questão” (*ACTAS E TRABALHOS*, 1929, p. 32) e o de Maria Antonietta de Castro¹⁵⁸ muito aplaudido.

Em entrevista ao Jornal *A Província* do Estado de Pernambuco, em 21 de julho de 1929, Arthur de Sá se referiu à Antonina Martins como uma auxiliar inteligente e ativa, que apresentou trabalho sobre à Casa Maternal¹⁵⁹ e a atuação da Liga Pernambucana contra

¹⁵⁴ Médico do Departamento de Saúde de Pernambuco, diretor da Inspectoria de Higiene Infantil, médico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Pernambuco (1906) e um dos fundadores da *Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil*.

¹⁵⁵ Médico pediatra e fundador da *Casa da Criança* (1924) em Jaú, São Paulo.

¹⁵⁶ Médico do Serviço de Higiene Infantil do Centro de Saúde Modelo, da Inspectoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo (IECS).

¹⁵⁷ Farmacêutica do Departamento de Saúde de Pernambuco e membro da *Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil*.

¹⁵⁸ Chefe da Inspectoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo (IECS).

¹⁵⁹ Em Pernambuco os médicos reivindicavam a criação de uma Casa Maternal para o cuidado das mães e seus filhos. Na cidade do Rio de Janeiro, o juiz de menores, Mello Mattos, inaugurou em 25 de dezembro de 1924 a Casa Maternal, destinada a atender crianças de até 7 anos, desamparadas. Após completarem 7 anos, seriam transferidas para escolas oficiais ou subvencionadas para o recebimento de educação e instrução profissional (CAMARA, 2010).

a mortalidade infantil no PCBE. Criada em 1927, a Liga tinha como propósito melhorar o quadro que se apresentava principalmente na cidade do Recife, capital de Pernambuco, onde ocorria a morte, em média, de mil crianças anualmente antes de completarem o primeiro ano de vida (*JORNAL DO RECIFE*, 02/09/1927) porém, segundo Arthur de Sá, em 1929, possuía um dos menores índices do Brasil. Assim, num trabalho associado ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Pernambuco, no intercâmbio com filantropos do Brasil, Arthur de Sá e outros, se imbuíram de esforços para a salvação da infância pobre nesse estado nordestino.

Arthur de Sá declarou que uma das conclusões de Antonina Martins foi impugnada por um dos congressistas, por se referir às ações para evitar o nascimento de bebês débeis e prematuros realizadas pela Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil. Em resposta ao congressista, segundo o médico higienista, a farmacêutica respondeu que isso era fazer eugenia (*A PROVINCIA*, 21/07/1929). Pelos periódicos médicos, como os *Archivos de Assistencia a Infancia*, a classificação de crianças débeis¹⁶⁰ estava em oposição às crianças que gozavam de saúde. Intensificar ações que permitissem o nascimento de bebês mais saudáveis estava entre as prioridades dos médicos da Liga Pernambucana. Não conseguimos precisar exatamente qual a conotação dada à iniciativa de “evitar” o nascimento de bebês prematuros e débeis em Pernambuco, porém matérias encontradas em jornais referem-se às ações que

¹⁶⁰ No Rio de Janeiro, Moncorvo Filho, diretor da instituição *Heliotherapium*, fundada em 1924, incentivava os banhos de sol como medida curativa e profilática. Apresentada nos *Archivos de Assistencia a Infancia*, como um “Parque de creanças debeis” (1925, n.,2, p. 34), era destinado a promover a robustez física de crianças que careciam de saúde. Em 1929 vigoravam em Pernambuco as reformas educacionais, chefiadas por Carneiro Leão, na qual ficou definido que a educação dos débeis deveria ser realizada em escolas ao ar-livre. Mais tarde, em 1931, de acordo com Santos (2005), Renato Kehl, viria criticar no *Boletim de Eugenia* as políticas protetivas dos considerados inaptos, anormais, degenerados. Intitulado *Os erros da filantropia: filantropia contra-seletiva*, segundo a autora, o médico desaprovava os esforços despendidos a favor dessa parcela da sociedade.

envolviam um trabalho de assistência, profilaxia, proteção e cuidado de mães e crianças.

Em seu trabalho, apresentado no PCBE, Arthur de Sá ressaltou que a luta contra a mortalidade infantil carecia de investimento financeiro, portanto um problema possível de ser resolvido. De acordo com o jornal *A Província*, em 21 de julho de 1929, o médico enfatizou a originalidade de seu trabalho, mostrando que o estado de Pernambuco havia reduzido a mortalidade infantil. Dentre as ações para atenuar esse mal, estavam o incentivo ao aleitamento e o apoio às mães para que não se separassem de seus filhos.

Figura 14 - Beneficiária da Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil



Fonte: *Jornal Pequeno*, 29/02/1928, p. 1.

No ano de sua fundação, 1927, a Liga Pernambucana premiou as mães que tivessem dado à luz no dia 12 de outubro, em função

do dia das crianças¹⁶¹. Essas mulheres ganharam uma ajuda mensal de cinquenta mil réis, com a condição de amamentar sob a fórmula de *Lagneau*, ou seja, “a mãe pobre ser a ama remunerada do próprio filho” (*JORNAL PEQUENO*, 29/02/1928, p. 1). Uma das contempladas foi Antonia Rosario, que ao dar à luz, havia decidido deixar a pequena Maria com a madre superiora do Hospital Pedro II, no Recife. Uma visitadora da Liga ao chegar ao Hospital, expôs que as crianças nascidas naquele dia seriam assistidas e assim a pobre mulher “com os risos nos lábios, disse logo que se fosse contemplada não abandonaria mais a sua filhinha, indo crea-la” (*JORNAL PEQUENO*, 29/02/1928, p. 1).¹⁶²

A matéria do *Jornal Pequeno* denunciava as dificuldades da mãe pobre para a criação do filho. O que podemos considerar com base na publicação é a falta de assistência do Estado em estabelecer políticas públicas garantidoras de direitos básicos, como alimentação, trabalho, educação e saúde para a população brasileira. Outros casos foram relatados nos jornais pernambucanos, com o propósito de chamar atenção para esse abandono, trazendo a ideia da criação de uma Casa Maternal¹⁶³, mas que necessitava de contribuições financeiras para a sua fundação. Dentre as iniciativas para arrecadar fundos, estava a taxa

¹⁶¹ No dia 5 de novembro de 1924, o decreto nº 4867, instituiu o dia 12 de outubro como dia de festa da criança em todo território nacional (BRASIL, 1924).

¹⁶² Tal condição apresentava-se como semelhante a da instituição criada em 1738 por Romão Mattos Duarte, a Roda de expostos, Casa dos Enjeitados, Casa da Roda ou simplesmente Roda. Prática comum no período do Brasil colonial, portanto uma condição que permanecia há séculos no Brasil: o abandono de crianças recém-nascidas por mães sem condições de criá-las, geralmente entregues ou abandonadas em instituições religiosas. De acordo com Costa (1999, p. 65) “Entre 1861 e 1874, foram entregues a instituição 8086 crianças, dos quais 3545 morreram”.

¹⁶³ Em Pernambuco os médicos reivindicavam a criação de uma Casa Maternal para o cuidado das mães e seus filhos. Na cidade do Rio de Janeiro, o juiz de menores, Mello Mattos, inaugurou em 25 de dezembro de 1924 a Casa Maternal, destinada a atender crianças de até 7 anos, desamparadas. Após completarem 7 anos, seriam transferidas para escolas oficiais ou subvencionadas para o recebimento de educação e instrução profissional

sobre bebidas e hotéis, bem como a vendas de selos, como reversão à Liga Pernambucana. Podemos considerar que os dois representantes de Pernambuco, Antonina Martins e Arthur de Sá tiveram por objetivos no Congresso de Eugenia divulgar ações em prol da infância pobre, bem como disseminar a ideia da fundação da instituição pernambucana¹⁶⁴.

Apesar da importância do tema da mortalidade infantil, poucas linhas lhe foram dedicadas nas *Actas* e nenhum dos trabalhos foi publicado no primeiro volume. Com relação a essas ausências, supomos que podem ser explicadas a partir da seleção do que deveria compor as publicações do Congresso. Assim, como nesses trabalhos que versaram sobre o tema da mortalidade infantil a eugenia tinha uma preocupação com as crianças a partir de ideias de regeneração, numa perspectiva positiva e prospectiva. A ideia dos organizadores não era colocar nas *Actas e Trabalhos* (1929) ações de assistência e filantropia, mas sim enfatizar estudos mais adensados que tivessem a eugenia como centralidade.

A chefe da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo, Maria Antonietta de Castro (1892-1984), apresentou o trabalho *A influencia da Educação Sanitária na redução da mortalidade infantil*¹⁶⁵. A educadora paulista deteve-se a falar da criança, percebendo a necessidade de melhorar suas condições de saúde, pois assim “é faze-la triumphar na vida, é ganhar homens validos para a Patria, é fazer o trabalho da **eugenia**” (CASTRO, 12/07/1929, p. 5, grifo da autora).

¹⁶⁴ Podemos acompanhar pelo *Jornal do Recife*, em 06 de setembro de 1929, que Arthur de Sá e a Liga ainda estavam tentando fundar a Casa Maternal. Apesar de terem escolhido para tal, o município de Caxangá, reclamavam sobre a distribuição de água na região.

¹⁶⁵ O trabalho não foi publicado nas *Actas e Trabalhos* (1929). Foi possível localizar seu resumo no *Correio Paulistano*, em 12 jul. 1929. Segundo Souza et al. (2009) o trabalho de Maria Antonietta de Castro estava disposto na íntegra, com gráficos, ilustrações e mais de 40 fotografias sobre os serviços de inspeção, no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional.

Formada pela escola normal de São Paulo, no magistério lecionou por 14 anos no ensino primário até ser convidada pelo diretor geral da Instrução Pública, Pedro Voss, para ser educadora sanitária do *Instituto de Hygiene de São Paulo* atuando no curso de educadores sanitários, recém-criado, à época (ROCHA, 2005).

De acordo com Bonfim e Kuhlmann Jr. (2013), em São Paulo, no ano de 1925, ocorreu uma Reforma Sanitária (Decreto nº3876/1925), autorizada pelo governador do Estado, Carlos de Campos (1924-1927), proposta pelo diretor do Serviço Sanitário Geraldo Horácio de Paula Souza. A Reforma Paula Souza afirmou algumas noções voltadas à política de saúde pública¹⁶⁶, e para auxiliar na difusão e propagação de uma consciência sanitária foi criado o cargo de educador sanitário.

Rocha (2005) salienta que Maria Antonietta de Castro em seu discurso da primeira turma de formandos, evocou os esforços das educadoras e chamou-as para aceitar o desafio “que se consubstanciava na ‘missão apostólica’ de propalar os preceitos de higiene, contribuindo decisivamente no ‘revigoramento da raça brasileira’” (2005, p. 77). Deste modo, as educadoras tinham a missão de auxiliar no aperfeiçoamento dos homens, diante de um cenário urbano que apresentava grandes problemas em face ao seu crescimento, tornando-os cultos, sadios, fortes e virtuosos, consoantes aos ideais de modernização e progresso da pátria. Havia assim o princípio eugênico nas ações das educadoras sanitárias,

¹⁶⁶ Geraldo Horácio de Paula Souza em 1918 foi indicado à Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a partir do convênio com a Fundação Rockefeller e o governo de São Paulo. A Fundação, criada nos Estados Unidos em 1913, até os dias de hoje, financia projetos voltados à saúde, ao ensino, à pesquisa e à filantropia. Em 1918, Geraldo de Paula Souza foi cursar Doutorado em Higiene e Saúde Pública pela Johns Hopkins University, sendo considerado um dos primeiros a receber o grau de doutor nessa área. No retorno ao Brasil, em 1921, ocupou a direção do Instituto de Higiene de São Paulo, e em 1922, assumiu a direção do Serviço Sanitário. Segundo Campos (2002, p. 78): “[...] lá irá aplicar os preceitos de administração sanitária aprendidos nos Estados Unidos, bem como tentar instituir a mentalidade sanitária difundida pela Fundação Rockefeller”.

O emblema estampado no diploma traduzia os ideais de “regeneração da raça” que perpassariam as várias frentes de atuação em que se engajaram as educadoras sanitárias, sob a firme orientação de Maria Antonietta. Movidas pelo lema ‘A educação sanitária semeia, a raça colherá o fruto’, as suas iniciativas deveriam contribuir para fazer brilhar e resplandecer “o sol da saúde” (ROCHA, 2005, p. 79).

O lema “A educação sanitária semeia, a raça colherá fruto”, das educadoras sanitárias de São Paulo, imprimia a necessidade do cuidado perspectivando a formação da geração do amanhã. Nesse sentido, a criança seria o resultado das ações cultivadas, do terreno semeado, apesar das causas sociais e raciais apontadas. Sob essa perspectiva, a eugenia propagada pelas educadoras sanitárias tinha uma proposta regeneradora, na qual a mortalidade infantil foi uma das preocupações. Maria Antonietta de Castro identificou as causas dessa mortalidade, classificando-as como aparecem no quadro abaixo:

Quadro 9 - Causas da mortalidade infantil apresentadas Maria Antonietta de Castro¹⁶⁷

Classificação	Causas
1) Gerais	Pauperismo, alcoolismo e alimentação imprópria
2) Especiais	Perturbações digestivas, raquitismo, dispepsia, sarampo e coqueluche
3) Parcialmente preveníveis	Desnutrição, afecções pulmonares e sífilis.
4) Não preveníveis	Má formação congênita
5) Única	Ignorância da mãe

Fonte: Castro (12/07/1929, p. 5).¹⁶⁸ Adaptado por nós.

Nos aspectos levantados pela educadora, a “causa única seria” a base de todas as outras, onde a ignorância da mãe tenderia a comprometer o desenvolvimento saudável da criança. Para Maria

¹⁶⁷ É importante enfatizar que a educadora estava como representante da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo. As causas por ela apresentadas fizeram parte dos estudos realizados por essas instituições a partir das reformas sanitárias empreendidas no estado de São Paulo.

¹⁶⁸ *Correio Paulistano*, 12 de julho de 1929, p. 5.

Antonietta de Castro “A vida da criança não começa no dia em que nasce [...] É fora da vida que as questões anti-nataes da mãe tem uma grande influência sobre o filho antes e após seu nascimento” (CASTRO, 12/07/1929, p. 5).

Ao indicar as causas para altas taxas de mortalidade infantil, Maria Antonietta de Castro destacou, dentre elas, uma proposta que caminhava na direção da profilaxia e da instrução, apontando a ignorância da mãe como causa única e de certo modo, geradora do problema. Sendo assim, é possível perceber as ações sanitárias como possíveis atenuantes de males que atingiam a sociedade brasileira, sendo, a ciência e a educação compreendidas como soluções para, por exemplo, a redução da mortalidade infantil.

Quanto a este aspecto, Camara (2014a) demonstra o papel assumido pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância na educação das mulheres/mães vistas como “missionárias e propagandistas das ‘boas práticas’ advindas com os saberes científicos e racionais da puericultura e da higiene infantil” (2014a, p. 74). Deste modo, a educadora sanitária confirmava essa noção, acreditando que pela mãe seria possível alcançar a criança e assim, era preciso educá-las, orientá-las, para que seus filhos se tornassem fortes e saudáveis.

Para Maria Antonietta de Castro, a falta de direitos da mulher gestante, era impedimento à garantia do desenvolvimento pleno do bebê e até mesmo de uma dedicação maior aos cuidados necessários para a manutenção da vida. A mãe trabalhadora, segundo ela, deveria ter mais tempo para dedicar-se ao filho. Nesse caso, uma das críticas estava no trabalho das fábricas, onde as mulheres exerciam suas atividades até o fim da gestação e retornavam rapidamente após o nascimento, prejudicando o aleitamento natural ou sendo entregues aos cuidados de terceiros sem responsabilidade.

Compreendendo que a criança tinha o direito de ser “bem-nascida” (CASTRO, 12/07/1929, p. 5), levantou a necessidade que

os direitos da gestante fossem assegurados conforme a Convenção de Genebra¹⁶⁹ realizada em 26 de setembro de 1924.

I - A mulher, qualquer que ella seja, que encerra em seu seio um germen de vida e cheio de porvir, é sagrada. A Maternidade é uma função social que deve ser honrada, protegida e retribuida pela Nação.

II – A sociedade deve assegurar, a toda mulher durante a função maternal as condições de hygiene necessarias para o desenvolvimento normal da criança.

III – Toda gestação deve ser **obrigatoriamente** declarada desde que seja provavel.

IV – Depois da **declaração da gestação, durante a função maternal** e até o **final da amamentação**, a mãe e a criança devem ser submettidas à vigilancia medica obrigatoria. **A cada mulher em estado de gravidez** será assegurado um medico parteiro. A mãe terá a liberdade de escolher o medico sob o controle do Estado.

V – **Toda a mulher em estado de gestação**, operaria, industrial ou agricola, empregado no commercio ou criada, **deve cessar de trabalhar**.

VI – **Toda a criança** tem o direito ao leite e aos **cuidados de sua mãe**.

A alimentação materna ao seio é obrigatoria durante, pelo menos, 10 mezes. Salvo incapacidade natural da mãe, comprovada por exame medico, o aleitamento artificial é prohibido (CASTRO, 12/07/1929, p. 5, grifos da autora).

Os seis direitos da gestante aprovados na Convenção de Genebra e endossados por Maria Antonietta de Castro foram apresentados no PCBE. Centravam-se na saúde da mulher e na sacralização da maternidade. Além disso, evidenciavam a função social maternal, considerando que o bebê era o “preparo para a colheita do amanhã”, ou seja, dos homens e mulheres servidores e úteis à pátria. Assim, ao defender que à gestante deveriam ser assegurados: cuidados médicos sob orientação do Estado; interrupção da rotina de trabalho e aleitamento natural por 10

¹⁶⁹ Camara (2010) ressalta que nesse evento, a União Internacional de Proteção à Infância estabeleceu “a criação do fundo Internacional de Socorro à Infância e instituiu a carta dos ‘Direitos da Criança” (2010, p. 192). A Carta de Genebra coligava os âmbitos jurídicos, médicos e pedagógicos com medidas voltadas à proteção e assistência à infância.

meses, a autora chama atenção para a necessidade de políticas para a proteção e assistência das mulheres e crianças.

Após o nascimento do bebê, outros fatores foram levantados pela educadora, considerando as circunstâncias nas quais as famílias mais pobres estavam imersas. As pequenas casas nos centros urbanos, compostas por muitas pessoas e carentes de ar e luz, eram entraves ao bom desenvolvimento da criança. Nesse sentido, também denunciava as situações de insalubridade das cidades e na vida das crianças pobres, que interferiam em um crescimento saudável.

Sobre essa questão da mortalidade infantil, o médico riograndense, Victor Russomano (1929), a reconheceu como um problema nacional, enfatizando que a sua maior incidência estaria nos centros urbanos, ressaltando que a ignorância materna não seria a causa preponderante. Sua argumentação pode ter relação com o trabalho de sua autoria, *Aspectos medico-eugenicos da assistência materna*, mas isso não ficou claro nas *Actas e Trabalhos* (1929).

Em matéria publicada no periódico *O Regional*, intitulada *As senhoras grávidas*, o médico mostrou preocupação em torno da mortalidade infantil, chamando atenção para seu crescimento nos centros urbanos, sendo para ele a sífilis a maior causa dessa calamidade. Na publicação, afirmou que “Esta infecção [...] fêre de tal modo o organismo tenro da creacinha que vem a morrer por qualquer desvia de saude. Por isso se impõe um tratamento preventivo” (28/05/1927, p. 4). A partir dessas considerações, compreendemos que Russomano colocou em evidência a apresentação de Maria Antonietta de Castro, endossando pontos por ela levantados, porém eximindo a mãe de sua responsabilidade.

Para a garantia de uma infância sadia, Maria Antonietta de Castro defendia a puericultura, definida como “a sciencia que cuida do ser humano na sua evolução intra e extra-uterina pondo em pratica todos os meios e providencias atenuantes a favorecer, facilitar e melhorar o desenvolvimento do feto e da criança”

(12/07/1929, p. 5). Como colaboradora desse processo, estaria a educação sanitária, também capaz de transformar as futuras gerações. Corroborando aspectos de melhoria das condições de vida e saúde infantil, apresentou uma série de dados estatísticos demonstrativos do decréscimo da mortalidade entre a população infantil de São Paulo. Terminando sua exposição com a questão “[...] não sendo licito, attribuir tal mudança meramente ao factor ‘acaso’ em que pese ao nosso optismo, não poderíamos, talvez, attribuil-a á campanha intensiva **pró-saúde da criança** desenvolvida pela Inspectoria de Educação Sanitaria?” (CASTRO, 12/07/1929, p. 5, grifos da autora).

Entre as ações¹⁷⁰ desenvolvidas em prol da infância, Maria Antonietta de Castro chamou atenção para as instituições como os Centros de Saúde, o Instituto de Hygiene de São Paulo, a Escola das Mãezinhas e cursos para educadores sanitários, visitas domiciliares às gestantes, pré-natal, palestras, pesagem, concursos de robustez e de eugenia.

Ao fazermos o cruzamento de propostas e ações do Serviço de Inspeção de Educação Sanitária de São Paulo, da Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil e do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, percebemos o intercâmbio de ideias quanto à infância pobre, sendo a educação higiênica, eugênica e sanitária alicerces para superação dos seus males. Considerando a criação do IPAI em 1899, podemos perceber que suas ações influenciaram instituições em São Paulo, Pernambuco, no Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil¹⁷¹.

¹⁷⁰ Um dos frutos dessas ações se deu em 12 de agosto de 1930, quando Maria Antonietta de Castro junto à Pérola Byington e outras educadoras sanitárias fundaram a Cruzada Pró-Infância para o cuidado com a gestante, a mulher e a criança. Cf. Mott, Byington e Alves (2005).

¹⁷¹ De acordo com Camara (2017), sob influência do IPAI do Rio de Janeiro foram criados institutos em diferentes regiões do país, como: Bahia (1903), Pernambuco (1906), Rio Grande do Norte (1910), Ceará (1913), Belo Horizonte (1919), Ribeirão Preto (1919), Paraná (1921). Cf. Moura (2018), a autora analisa o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói, RJ.

3.2.1 A maternidade deve ser honrada e remunerada

Segundo as *Actas e Trabalhos* (1929) do Congresso de Eugenia discutiram sobre a temática “Maternidade consciente”, os médicos: Fernando Magalhães, Edgard Braga, Victor Russomano, Paz Soldan, Emílio Pimentel de Oliveira, Vilhena de Moraes e Castro Barreto. Considerando o destaque da maternidade, é preciso perceber sua importância no projeto nacionalista de modernidade. De acordo com Freire (2008), o exercício da maternidade no século XX ultrapassou o âmbito doméstico, pois mais que gerar, era preciso garantir cidadãos úteis à pátria. A década de 1920, acompanhada dos princípios eugênicos, higienistas e sanitaristas colocaram a maternidade em evidência, como no crescimento mais intenso e consumo das revistas femininas na cidade do Rio de Janeiro, à exemplo da *Vida Doméstica* (1920-1963) e *Revista Feminina* (1914-1936), que serviram como um dos elementos indispensáveis para a disseminação do discurso médico e de um modelo ideal de mãe/esposa.

Refutando a denominação do tema “maternidade consciente”, o advogado e médico Emílio Pimentel de Oliveira, afirmou que a maternidade era inconsciente e involuntária. De acordo com ele, o ato de procriar era complexo, considerando suas especificidades, como por exemplo, as dificuldades de muitos casais em não conseguir gerar um filho; os abortos; a vontade de interromper a gestação, mas mantê-la por conta do crime registrado no Código Penal (1890), art. 300¹⁷², sob pena de prisão. Nesse aspecto, considerava necessária a proteção legal do Estado à mulher grávida

¹⁷² “Art. 300. Provocar abôrto, haja ou não a expulsão do fructo da concepção: No primeiro caso: - pena de prisão cellular por dous a seis annos. No segundo caso: - pena de prisão cellular por seis mezes a um anno. § 1º Si em consequencia do abôrto, ou dos meios empregados para provocal-o, seguir-se a morte da mulher: Pena - de prisão cellular de seis a vinte e quatro annos. § 2º Si o abôrto for provocado por medico, ou parteira legalmente habilitada para o exercicio da medicina: Pena - a mesma precedentemente estabelecida, e a de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação” (BRASIL, 1890).

abandonada pelo marido, que deveria ter seus direitos assegurados. Apesar disso, via a maternidade como um ato patriótico e de dever na perpetuação da espécie:

[...] a procreação é dever imposto aos seres vivos sobre o qual se funda a perpetuidade da espécie e, na espécie humana, é ainda dever social e de patriotismo em que se baseia a razão da organização e estabilidade do Estado, factos de consenso universal e que dispensam quaesquer commentarios (PIMENTEL DE OLIVEIRA, 1929, p. 34).

É importante destacar que as mulheres nos movimentos feministas na década de 1920, reivindicavam maior autonomia, com debates sobre educação, família, posição social e direito ao voto (CAMARA, 2013). A expressão desses movimentos ressalta uma luta já estabelecida há tempos, desde finais do século XIX, que em seu interior também era cercado por embates¹⁷³. Nesse sentido, Camara (2013) afiança que as mulheres não negaram a maternidade, mas buscaram a redefinição de seus papéis que estavam para além do lar e da filantropia.

Paz Soldan, médico peruano, declarando-se socialista e liberal, apresentou conclusões sobre seu trabalho, no que concerne à maternidade: “1º - povoar o Peru com individuos que se sintam verdadeiramente peruanos; 2º - a contribuição do pae na formação do filho não é identica á da mãe; uma é de prazer, outra é de dôr; que no Peru se procura o mais possível cercar as gestantes de conforto material e moral” (PAZ SOLDAN, 1929, p. 34). As conclusões levantadas pelo médico tencionam o papel da mãe e do pai, polarizando prazer na paternidade e dor na maternidade. Assim, concordando com Pimentel Oliveira, se colocou a favor da proteção à gestante.

De acordo com o jornal *O Paiz*, que publicou resumo da reunião, Fernando Magalhães, ao se manifestar sobre o tema da maternidade, argumentou sobre o domínio dos corpos exercido

¹⁷³ Camara (2013) destaca algumas discordâncias no interior do movimento feminista entre Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura.

pelos médicos. Para ele, caberia à medicina à proteção, o cuidado e o ensino e assim, finalizou:

Chamam isso tudo de maternidade consciente, consciência de quem? [...] A locução maternidade consciente está adulterada; melhor será dizer “maternidade consagrada”. A responsabilidade dos dirigentes intellectuales e politicos está traçada na phrase de Picard: ‘Sendo a maternidade uma função social, é preciso honrar e remunerar essa função’ (MAGALHÃES, 06/07/1929, p. 4).

Apesar das diferenças entre os posicionamentos de Pimentel de Oliveira, Paz Soldan e Fernando Magalhães, as discussões ressaltavam a preocupação em torno do abandono da mulher gestante, o que de certa maneira invocava medidas protetivas que se estendiam à criança. Ter políticas de proteção à mulher gestante era como uma via para atenuar os problemas da mortalidade infantil, bem como de uma infância abandonada e desvalida, tomada pela pobreza e mendicância.

Na reunião em que se discutiu o problema da mortalidade infantil, Cândido Firmino Mello Leitão, ressaltou que não era uma questão eugênica, mas eutênica¹⁷⁴. Apesar de acreditar que era preciso melhorar as condições ambientais da gestante, também ressaltou que o governo deveria tornar gratuitos os registros de nascimento “a fim de torná-los exequíveis em todas as classes, excluindo-se a exigência de certas declarações de paternidade, etc, que poderiam prejudicá-los” (MELLO LEITÃO, 1929, p. 32).

No tocante ao registro civil¹⁷⁵ de nascimento, a Lei 3.071/1916, no art. 12 instituiu: “Serão inscritos em registro público: I – os

¹⁷⁴ A eutenia de acordo com Masiero (2014, p. 174) “é a ciência do desenvolvimento das melhores contingências ambientais”. O autor reconhece essa questão discorrida nas obras psicológicas de Renato Kehl: *Tipos vulgares: introdução a psicologia da personalidade* (1927); *Conduta: guia para formação do caráter* (1934); *Psicologia da personalidade* (1941); *A cura do espírito* (1943); e *A interpretação do homem: ensaio de caracterologia* (1951) (MASIERO, 2014).

¹⁷⁵ A lei que determina a gratuidade universal do registro civil de nascimento data de 10 de dezembro de 1997. Assim, a lei n. 9.534/97, art. 30, estabelece: “Não serão

nascimentos, casamentos, separações judiciais, divórcios e óbitos” (BRASIL, 1916). Sobre essa determinação legal, em 1929, Mello Leitão reconhecia sua importância, dando ênfase àqueles relativos às mães pobres e abandonadas. O diretor do Museu Paulista, colega de Roquette-Pinto, Affonso de Taunay¹⁷⁶ que teve seu trabalho *Registro Genealogico* aplaudido “calorosamente” pela assembleia do PCBE, solicitou em uma de suas conclusões que os poderes públicos disponibilizassem fichas mais completas sobre os recém-nascidos (*ACTAS E TRABALHOS*, 1929). Em relação a essa solicitação, o médico Fernando Magalhães acrescentou: “pelo menos nos grandes centros o registro de nascimento dê ao recém nascido as condições somáticas, relativas a peso e dimensões” (1929, p. 26).

Em *Maternidade Consciente*, o inspetor médico-escolar, Castro Barreto¹⁷⁷ apontou que a educação era problema nacional, no qual a maternidade inconsciente apresentava-se como resultado dessa situação. O inspetor médico-escolar salientava que nesse entendimento consciente, fatores como instrução e educação higiênica contribuiriam para o serviço à pátria das mães brasileiras (CASTRO BARRETO, 1929).

De todos os problemas nacionaes, é sem duvida o da educação o mais imperioso, aquelle para o qual se voltam no momento os esforços das elites, traduzidos em programmas sadios das grandes instituições nacionaes.

Nenhum meio mais simples de verificar os efeitos do estado precario da educação do nosso povo do que nas condições em que opera a maternidade: num alto percentual é ella inconsciente, sem a mais vaga noção da grande

cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva” (BRASIL, 1997).

¹⁷⁶ Affonso de Taunay (1876-1958), formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Diretor do Museu Paulista.

¹⁷⁷ Na parte dos trabalhos publicados, o texto *Maternidade Consciente* está com autoria de Castro Barreto. Nas *Actas* das reuniões não identificamos o nome do intelectual, apenas o de Fernando Magalhães, Edgard Braga e Victor Russomano que apresentaram trabalho sobre a mesma temática. O nome de Castro Barreto aparece como autor ao final das *Actas* da quinta reunião para salientar que suas conclusões foram recusadas por 8 votos contra 4.

responsabilidade que acarreta nos aspectos varios que vão do sentimental ao eugenético, do económico ao patriótico (CASTRO BARRETO, 1929, p. 321).

De acordo com o médico, o trabalho educativo e consciente começaria na puberdade, com o curso na “Escola de pequenas mães”, com meninas de 12 a 14 anos, selecionadas em escolas, colégios e internatos na qual teriam aulas ministradas por puericultores, duas vezes por semana, durante 1 hora. As aulas durariam 6 meses, considerado por ele um período suficiente para a aquisição de conhecimentos voltados “a sua futura e primacial função na existência” (CASTRO BARRETO, 1929, p. 322), ou seja, a função de procriação.

Em consonância com tais preocupações, Fernando de Azevedo, enquanto diretor da Instrução Pública no Distrito Federal (1927 – 1930) buscava assentar uma nova cultura escolar, com ênfase também nos princípios da higiene. Segundo Camara (2004), foi implantada a partir do Programa para as Escolas Primárias, a disciplina Educação Higiênica, ministrada em cinco anos, ensinando à criança no primeiro ano a adquirir hábitos de higiene pessoal e nos três anos seguintes enfatizavam-se as relações com a natureza, trabalho e sociedade. No 5º ano, designada como Puericultura, a disciplina estaria completando seu fim: promover novos hábitos e modificar os costumes (CAMARA, 2004).

O projeto de Castro Barreto, não visava uma educação higiênica, mas sim uma educação sexual, tão defendida entre os eugenistas como fundamental para o “desvio da ignorância”. Para ele, noções sobre a sexualidade e a gestação se bem ensinadas nas escolas, como em História Natural, auxiliaria no processo de aprendizagem, não causando estranhamento no decorrer do curso (CASTRO BARRETO, 1929).

A educação sexual aparece recorrentemente como um dos pilares da eugenia. Cabe ressaltar que alinhado a essa compreensão estavam também preocupações com as doenças venéreas, os cuidados de higiene, a escolha de bons maridos e esposas, porém o ideal comum: a geração de uma prole sadia.

A infância do amanhã dependia das providências que deveriam ser tomadas naquele presente. Assim, Castro Barreto chamava atenção para os cuidados a serem adotados para com a gestante: “A sociedade moderna pode expressar absolutamente o seu grau de civilização, pelo *quantum* de protecção á infancia, cujo aspecto principal consiste na instrucção e protecção da gestante” (CASTRO BARRETO, 1929, p. 322). Considerando os cuidados com a vida intrauterina, o médico ressaltou a necessidade dos cuidados pré-natais, elencando alguns deles:

Ensinar a nutrir-se de accordo com as necessidades excepçionaes do organismo; ensinar a trabalhar e a exercitar-se na medida do razoavel; a repousar e a evitar os choques moraes e physicos, emfim, conduzir a mulher grávida hygienicamente, supprindo-a nas suas deficiencias organicas; tratá-la quando isso for indicado; examina-a periodicamente durante a gestaço, taes são os cuidados prenataes que ao lado da assistencia material que as leis sabias da sociedade moderna, offerecem, constituem os melhores elementos para a formação da consciencia da responsabilidade de ser mãe (CASTRO BARRETO, 1929, p. 323).

A partir desses cuidados, de acordo com o autor do trabalho, seria possível conceber uma maternidade consciente, que começaria na infância e se estenderia às escolas médias, por meio de cursos de higiene social e dispensários¹⁷⁸. Ressaltou que essas ações nos dispensários já vinham sendo realizadas pelos Centros de Saúde de São Paulo, como também foi salientado pela educadora sanitária Maria Antonietta de Castro. Castro Barreto, para legitimar sua proposta, tomou como exemplo a legislação da Inglaterra, a qual assegurava proteção à gestante na ausência da responsabilidade do pai.

Nesse tempo, também expressando preocupações com questões sociais, a literatura esteve voltada para problemas

¹⁷⁸ Compreendemos os dispensários a partir de Camara (2014a). Segundo a autora, no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI), o dispensário foi a primeira seção criada, que tinha o objetivo de socorrer, promover educação, regenerar e preservar a saúde física, moral e intelectual.

relativos à maternidade, como por exemplo, em Lima Barreto¹⁷⁹. Dentre suas obras, destacamos, em especial, *Clara dos Anjos*, escrita em 1922, ano de seu falecimento, e publicada somente em 1948, denunciava a questão do abandono da mulher grávida, ressaltando dentre muitos aspectos, a questão racial.

No romance, o autor conta a história da menina Clara, negra, moradora do subúrbio do Rio de Janeiro, que se relacionou com Júlio, um homem de pele branca. Jogada à sorte, terminava grávida e sem perspectiva de futuro em meio a uma sociedade que não dava a ela a possibilidade de sonhar, principalmente pela cor da sua pele. A fala enfática de Clara encerra a obra: “Mamãe, eu não sou nada nesta vida”. Segundo Schwarcz (2017) a questão racial impedia qualquer idealização de romance à moda Romeu e Julieta, entre Clara e Júlio, pois a cor da pele apresentava-se como uma determinação social, que hierarquizava os sujeitos.

3.2.2 Casamento eugênico: a “esperança” de uma prole hígida

Das questões abordadas no PCBE, o casamento evocava diretamente à constituição da raça na medida em que fora considerado que boas escolhas entre nubentes resultariam numa prole ideal. Na seção *Educação e Legislação* abriram-se discussões sobre idade, exames pré-nupciais e continência masculina, este aparecendo duas¹⁸⁰ vezes no conjunto das reuniões, na terceira reunião, em 03 de julho, aleatoriamente com a comunicação *Eugenia e accordo conjugal* apresentada por Medeiros e Albuquerque¹⁸¹,

¹⁷⁹ Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), nasceu no Rio de Janeiro. Foi jornalista, cronista, contista e romancista.

¹⁸⁰ Nas *Actas* da 5ª reunião da seção *Educação e Legislação*, em 05 de julho de 1929, apenas Medeiros e Albuquerque, Moreira da Fonseca e Leonídio Ribeiro apresentaram trabalhos dentro da temática do casamento. Na lista dos trabalhos que seriam publicados nos próximos volumes estão os textos de Bocannera Netto, *Exame pre-nupcial e certificado medico*, de Julio Porto Carrero, *O exame pre-nupcial como fator eugênico* e de Medeiros e Albuquerque, *Eugenia e accordo conjugal*.

¹⁸¹ José Joaquim de Campos de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), formado pela Escola Acadêmica em Lisboa. Fez curso de História Natural com Emílio Goeldi e

discutida por Joaquim Moreira da Fonseca, Vilhena de Moraes, Fernando Magalhães, Mello Leitão e Barbosa de Oliveira e, na quinta reunião, em 05 de julho, com Moreira da Fonseca, em *Continência masculina antes do casamento*, e Leonídio Ribeiro, em *A idade e o casamento*, sobre a qual debateram Joaquim Moreira da Fonseca, Mello Leitão, Victor Russomano, Edgard Altino, Paz Soldan, Fernando Magalhães, Roquette-Pinto e Henrique Tanner de Abreu¹⁸².

De acordo com o periódico *A Cruz*, os católicos Vilhena de Moraes, Joaquim Moreira da Fonseca e Barbosa de Oliveira foram considerados heróis, pois defenderam a seriedade das discussões do Congresso diante do “desplante e ousadia de um verdadeiro intruso no meio de homens de bem” (*A CRUZ*, 14/07/1929, p. 5). O intruso ao qual o periódico referia-se era Medeiros e Albuquerque, considerado,

[...] um intelectual Larrousiano e, por isso mesmo sabio de bobagem, que, á semelhança, do idiota, de quem fala o Psalmista, disse não sómente, *in corde suo*, mas proclamou ao Mundo que não ha Deus, foi inscripto e compareceu a uma das sessões do Congresso de Eugenia, para contar vinte e quatro anedotas de casaes desunidos, e pedir depos que fossem approvadas duas tôlas conclusões, que só podiam ser tão ridículas e inopportunas como as pilherias que contara.

O mais admiravel em tudo isso é que Medeiros tenha conseguido falar numa reunião de homens sérios, para assumptos que só devem ser levados a sério e conseguisse ainda, em favor de suas debochadas conclusões, votos de homens sérios...

Venceu, porém, o bom senso da maioria, e as tolices de Medeiros.

Conquanto lamentabilissimo que tivesse usado da palavra, não reprovariamos, em absoluto, que o Sr. Medeiros comparecesse ao Congresso para amenizar um pouco o e ambiente sizudo e grave duma sessão de estudos. Mas não precisava, evidentemente, abrir a boca para fazer espirito,

foi aluno particular de Sílvio Romero. Autor da letra do Hino da República, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista

¹⁸² Henrique Tanner de Abreu (1870-?), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Docente de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

porque, em assumpto de pilheria, não conhecemos melhor pilheria que a simples presença desse homem num congresso de medicina (*A CRUZ*, 14/07/1929, p. 3).

Julgado como “larrousiano”, talvez por suas vivências e experiências, quase uma enciclopédia, porém apontado como um “sábio de bobagem” e um “idiota”. No congresso, os três católicos Vilhena de Moraes, Joaquim Moreira da Fonseca e Barbosa de Oliveira rebateram o trabalho apresentado por ele. Tal episódio, pode ser compreendido como defesa e tentativa de preservação dos princípios católicos, no que concerne ao sacramento do matrimônio, considerado indissolúvel. Nesse tempo, o divórcio ou o desquite, se apresentavam como ameaças às “leis de Deus” e à manutenção da família.

O *Jornal do Commercio*, em 21 de julho de 1929, publicou integralmente o trabalho que tanto agitou o debate. Nele, o autor, Medeiros de Albuquerque, ressaltou que o acordo conjugal era fundamental na eugenia, não bastando apenas a união de dois sujeitos fortes e sadios. Assim, chamou a atenção para o casamento, considerando que a relação de harmonia deveria permanecer entre os casais e isso refletiria em seus futuros filhos. Com apoio nos discursos psicanalistas, ele acreditava que a desunião no matrimônio poderia resultar numa prole de “criminosos, revoltados e prostitutas” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 21/07/1929, p. 4).

Criticando os preceitos católicos, na honraria do pai e da mãe como autoridade sagrada, afirmou que um casal em desarmonia quebraria na criança a ideia do respeito pela autoridade, trazendo conseqüências ao longo dos anos. Dessa maneira, um acordo conjugal psicológico contribuiria para a prevenção de problemas futuros e na qualidade de vida da família. Isso significava, para o autor, que o casal deveria ter um pensamento entrosado, externando os mesmos pontos de vista, que poderiam ser percebidos através de alguns testes, como por exemplo, na utilização da “palavra-estímulo”, como sugeriu:

A certas pessoas si se dá, por acaso a palavra “rosa”, responderão: flor, arbusto, vegetal...

A outras, dando essa mesma palavra-estímulo, as respostas que lhe acodem são: pétalas, sépalas, pólen...

Analisando esses dois grupos de respostas, o que se vê é que a primeira pessoa tem tendencia a partir sempre para generalizações cada vez mais amplas, ao passo que a segunda toma o caminho exactamente opposto e desce cada vez a minucias menos largas. É como si a segunda se transformasse em um pequeno verme microscopico e penetrasse pela flor a dentro ao passo que a primeira se transformasse em borboleta e pairasse de mais em mais alto (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 21/07/1929, p. 4)

O teste proposto pelo intelectual pretendia demonstrar que pessoas com pensamentos tão diferentes, em situações cotidianas poderiam ter problemas de divergência de opinião, um por ser atento às minúcias e outro por se apegar às generalizações. Ainda ressaltou que no casamento, o par tem de “puxar junto”, se o faz em direções opostas “o mais forte faz o outro cair” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 21/07/1929, p. 4). Como parte dos testes, o casal deveria ler algumas anedotas e classificá-las de acordo com as suas preferências. Segundo Medeiros e Albuquerque, essa escolha deveria ser feita comparando a 1ª com a 2ª, a preferida dessas com a 3ª e assim sucessivamente, até comparar todas. A partir de então seria possível a análise, com base na lista de classificações dos dois.

Joaquim Moreira da Fonseca lamentou o humorismo sobre a eugenia no trabalho de Medeiros e Albuquerque. Vilhena de Moraes ressaltou que o acordo conjugal já existia, considerando a manutenção da família diante das tentativas de destruição existentes. Fernando Magalhães levantou dúvidas quanto à aplicação dos testes, se antes ou depois do casamento. Já Mello Leitão apresentou o seguinte posicionamento:

O que se teria aqui a discutir nesse caso, seria saber, se ver tudo igual ou ver tudo diferente seria máu ou bom, portanto qualidade preconizada ou não para ser mantida na especie. Por outro lado, a influencia má que diz o Dr. Medeiros e Albuquerque soffrer a criança, presenciando os attrictos que a desharmonia de pontos de vista provocará entre seus paes, nada tem que ver com a eugenia (MELLO LEITÃO, 1929, p. 25).

De acordo com Mello Leitão o que Medeiros Albuquerque apresentou sobre concordar e discordar e os atritos do casal ocasionados pela diferença, não contribuía com a causa eugênica. Externando a mesma opinião, Barbosa de Oliveira afirmou que jamais haveria um acordo perfeito, o que ocasionaria a impossibilidade do matrimônio ou a dissolução de casamentos já realizados. As seguintes conclusões também foram rebatidas: “1ª - A procura de accordo psychologico entre conjuges, aparte o seu character moral, tem tambem indiscutivel valor eugenico. 2ª Seria util organizar testes os quaes pudessem medir esse accordo” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1929, p. 25).

Medeiros e Albuquerque explicou suas conclusões, mesmo assim obteve uma rejeição de 30 votos contra 23 na 1ª, tornando a 2ª prejudicada, conforme sinalizado nas *Actas*. Podemos considerar que rejeições ou aprovações além de estarem relacionadas à apresentação da tese, também poderiam ressoar conforme persuasão de seus debatedores. A tríade dos católicos: Barbosa de Oliveira, Vilhena de Moraes e Moreira da Fonseca, reforçada por Mello Leitão, podem ter contribuído para a rejeição.

Apesar disso, no jornal *A Gazeta* de São Paulo, em 08 de julho de 1929, as posições dos congressistas contrários ao trabalho foram descritas como preconceito religioso. No jornal, ressaltou-se que o tema de Medeiros e Albuquerque era mais amplo, pois ao discutir acordo conjugal exprimiu implicitamente ser a favor do divórcio, quando o casamento já não contribui para a harmonia familiar. Assim, na defesa da boa constituição física e mental da prole, o divórcio poderia ser um mecanismo de ação contra a degeneração da raça. Deste modo, o texto ressaltou: “Tempo virá em que o medico, investido necessariamente de dupla funcção nos lares, a de director clinico e director moral, há de demonstrar a necessidade da separação de certos casaes, afim de que a sociedade não venha a arcar com o peso morto de novos degenerados” (*A GAZETA*, 08/07/1929, p. 1).

O “acordo conjugal” apresentado por Medeiros e Albuquerque expressou sua forma de defender o exame pré-nupcial. Consistia em

testes psicológicos para avaliar a compatibilidade ou incompatibilidade dos casais. Grande parte dos eugenistas defenderam o exame médico pré-nupcial¹⁸³, colocando-o como fundamental na reprodução eugênica, mas em uma linha diferente da que foi apresentada pelo jornalista. Concentrando o poder nas mãos do médico, essa forma de intervenção, não cirúrgica, tinha como objetivo garantir uma prole saudável, não degenerada, sem doenças, como a tuberculose e a sífilis; sem vícios e taras, como o alcoolismo e as deficiências físicas e mentais.

No PCBE, Leonídio Ribeiro e Castro Barreto, por exemplo, também defenderam o exame pré-nupcial. Para Leonídio Ribeiro o exame seria capaz de identificar a capacidade de procriar dos noivos, atendendo a necessidade da garantia de uma prole forte e sadia. Para Castro Barreto o exame seria mais um integrante na promoção de uma maternidade consciente, antecipando principalmente à mulher possíveis problemas à sua prole. Assim, boa parte dos eugenistas defendia que todos que desejassem casar-se deveriam fazer o exame médico pré-nupcial, a fim de averiguar a saúde dos nubentes, para atestar se estariam aptos a formar uma prole sadia, forte e hígida. Esse debate colocava em pauta os poderes intervencionistas dos médicos na vida dos indivíduos, onde através dele se exerceria o controle na constituição da raça.

Julio Porto-Carrero, em seu trabalho *O exame pre-nupcial como factor eugenico*¹⁸⁴ argumentou que desde 1890 com a Lei do Casamento Civil (decreto n. 181), o artigo 20, determinava que pudesse ser exigido do noivo ou da noiva, antes do casamento, certidão de vacina e exame médico como provas de que o sujeito apresentava-se saudável, ou seja, sem moléstias incuráveis ou transmissíveis. Considerando essa legislação pouco efetiva, saudou

¹⁸³ Em 1897, o médico e deputado federal Agostinho Souza Lima defendeu na Câmara a obrigatoriedade do exame médico pré-nupcial, pedindo apoio à Academia Nacional de Medicina (KEHL, 1929).

¹⁸⁴ Localizamos o trabalho publicado integralmente nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, na edição n. 2, ano VI, abril-junho de 1933.

o deputado, já falecido, Amaury de Medeiros, que em 1927 apresentou à “Comissão de Saude Publica da Camara dos Deputados um projecto instituindo o exame medico pre-nupcial”. (1933, p. 88).

Porto-Carrero (1933) afirmava que só poderiam casar-se pessoas que fossem consideradas “individuos completamente hygidos e em condições de procrear filhos physica e psychicamente perfeitos” (1933, p. 88). Para o médico era preciso mais que um exame médico pré-nupcial, era necessário garantir que as pessoas pudessem estar em boas condições de assistência, higiene e educação.

A procreação eugenica é uma questão de hygiene, em geral, é uma questão de assistencia; é, porém, antes de tudo, uma questão de educação. A consciencia sanitaria popular forma-se no berço e no jardim da infancia. A educação das massas será tarefa suave, quando ellas todas hajam passado pela escola. Então, sera mais facil fazer a propaganda do exame medico annual, da consulta pre-nupcial, do tratamento das grandes doenças transmissiveis. E menos ao Estado, em que demasiado se confia, do que ao capitalista que se deve ao povo, incumbe o versar do dinheiro bastante para que taes exames, consultas e tratamentos sejam gratuitos (1933, p. 93).

Dessa forma, Porto Carrero (1933) destacou a educação como aspecto importante na procriação eugênica, considerando que esse trabalho consciente deveria acontecer desde a infância. Como forma de disseminar a importância da saúde também na procriação, a propaganda educativa facilitaria as iniciativas médicas, cabendo ao Estado garantir seu acesso gratuitamente ao povo. Cabe ressaltar que campanhas em torno dos exames já vinham sendo realizadas por médicos, como na Sociedade Eugénica de São Paulo (1918).

No trabalho *A idade e o casamento*, Leonídio Ribeiro (1929) expressou questões que envolveram a idade considerada ideal para o casamento. O médico destacou imaturidade física e moral para as

idades consentidas no Brasil, a partir dos 18 anos¹⁸⁵ para os homens e 16 anos para as mulheres. Dentre seus argumentos, indicou a alta taxa de mortes nos partos devido ao desenvolvimento incompleto do corpo. Apoiando-se em argumentos apresentados por Afrânio Peixoto e Renato Kehl, Leonídio Ribeiro ressaltou que a incompletude do corpo, correspondia à imaturidade dos órgãos necessários à reprodução.

É importante destacar as considerações feitas pelo médico e poeta Jorge de Lima¹⁸⁶ (1929) sobre as questões reprodutivas com o trabalho *A procriação voluntaria do sexo de acordo com a epocha da cohabitação*. De acordo com ele, experimentos realizados pelo cientista Siegel, indicaram o quanto o dia da cópula pelos casais e o ciclo menstrual das mulheres poderiam influenciar no sexo do bebê. Além disso, em um conjunto de análises realizadas, uma, sobre a idade da mãe, ressaltava que as mulheres jovens tinham mais chances de terem meninos.

Considerando as questões relativas à mulher e à maternidade à época, é possível afirmar que a idade ideal para o casamento foi um dos pontos polêmicos em debates na sociedade, também ocorridos entre congressistas participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. De forma geral, nos trabalhos apresentados, é possível inferir que a referência base para refletir sobre a união matrimonial era a necessidade da procriação. A geração de uma prole sadia era um dos esteios da eugenia, por isso o casamento e a reprodução eram motivos de preocupação de congressistas.

¹⁸⁵ O médico apresentou a idade mínima para as uniões matrimoniais em diferentes países com base no Código Civil. Brasil e Alemanha se igualavam nas idades, e segundo Leonídio Ribeiro, a Noruega, a Dinamarca e a maioria dos estados da América do Norte consentiam as idades mínimas de 21 para homens e 18 para mulheres, as quais considerava adequada ao casamento. Já a Itália, a França, a Bélgica e a Romênia, (a idade mínima para mulheres encontrava-se abaixo do Brasil, já que poderiam casar-se a partir dos 15 anos.

¹⁸⁶ Jorge de Lima (1893-1953) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Também era poeta e escritor.

Por exemplo, para Leonidio Ribeiro, para casar não bastava considerar apenas os primeiros sinais da puberdade nos meninos e meninas, pois, nos primeiros sinais da puberdade, outros fatores também deveriam ser considerados como: a raça, o clima, o meio ambiente e as condições de vida. Por isso demarcou a diferença entre puberdade e nubilidadade. A primeira relacionada à capacidade de procriar e a segunda à capacidade de maternar, que para o médico envolvia “poder vencer os abalos provocados pela prenhez, conseqüentemente, pelo trabalho de parto, puerperio e amamentação” (RIBEIRO, 1929, p. c8). Por esses motivos defendia que a idade certa para o casamento deveria ser a partir dos 20 anos para os homens e 18 anos para as mulheres.

A respeito do Código Civil Brasileiro, Roquette-Pinto alertou para as especificidades do país, chamando atenção para diferentes culturas existentes no país e suas regionalidades. Como exemplo, ressaltou que uma menina de 12 anos na Amazônia era considerada mulher, enquanto uma de 16 no Sul ainda não. Assim, defendeu que o consentimento para a realização do casamento deveria abarcar condições biológicas e patológicas, morais e intelectuais, bem como a opinião dos: “paes, juiz, medicos, sacerdotes e outros órgãos da sociedade” (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 34).

Questões relativas ao Código Civil Brasileiro já haviam sido debatidas na Sociedade Eugênica de São Paulo. Os eugenistas a ela associados propuseram a reforma do Código, especificamente do artigo 183-IV que versava sobre a proibição de casamento entre “os irmãos legítimos ou ilegítimos, germanos ou não e os colaterais, legítimos ou ilegítimos até o terceiro grau inclusive” (BRASIL, 1916). No artigo, acrescentaram que no caso dos parentes colaterais, à exemplo do tio com a sobrinha, o casamento poderia acontecer, desde que comprovado sanidade dos noivos por exame pré-nupcial (CASTAÑEDA, 2003).

Em uma sessão da Academia Nacional de Medicina, ocorrida em 1919, o médico Moncorvo Filho debateu essa questão com Fernando Magalhães, colocando-se contra os casamentos consanguíneos, justificando-se sob argumentos morais (ZANIANI;

SILVA, 2019). Sendo a favor dos exames pré-nupciais, dos cuidados da higiene, alimentação, tratamentos de moléstias e da puericultura, assim expressou:

[...] enquanto o Código Civil impede a união de tios e sobrinhas, embora provavelmente sadios, deixa aos alcoolatras, tuberculosos, aos avariados, aos epiléticos, aos surdo-mudos, aos cegos, estropiados e malformados a liberdade de cometerem o crime de se unir, sem a menor restrição, contra todos os princípios da Eugénica, estigmatizando a prole e concorrendo para estragar a raça (MONCORVO FILHO, 1919, p. 20 *apud* ZANIANI; SILVA, 2019, p. 122).

Moncorvo Filho compreendia ser esse debate dos casamentos consanguíneos circunscrito a uma elite minoritária. Esse consentimento se alicerçava apenas nas famílias consideradas de boa estirpe, bem colocadas moral e socialmente. E quanto aos que eram mantidos às margens? Para além do Código Civil, o médico concentrava-se em outras questões que condiziam à saúde e robustez física dos indivíduos, principalmente da criança.

Sobre esse aspecto, o trabalho *Consanguinidade* do escritor Newton Belleza¹⁸⁷ (1929), explorou alguns pontos a respeito dos casamentos entre indivíduos da mesma família, restringindo-se ao “conceito actual de familia, em linhas directas, como avós, paes, filhos, irmãos, netos, etc., ou collateraes, como tios, sobrinhos e primos nos diversos graus” (1929, p. 294). De acordo com o autor, as “deformações existentes”, como o “rachismo, a escrofulose, a imbecilidade, a cretinice, a surdo-mudez, a impotencia, a esterilidade, etc.” (1929, p. 293) por muito tempo foram colocadas como provenientes das fecundações consanguíneas.

Valorizando a ciência, colocando-a como a verdade através da experiência e como uma das maiores conquistas daquele momento, Newton Belleza enfatizou que a “Genetica possibilitou á biologia o que era uma victoria consgarada nos estudos physico-chimicos[...] Della se derivou a Eugenia, que se propõe ao aperfeiçoamento

¹⁸⁷ Agrônomo, poeta e escritor. Foi professor da Escola Mineira de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte.

physco e moral da nossa especie” (1929, p. 294). Dessa forma, pelos estudos da hereditariedade proporcionados pelas Leis de Mendel, o autor ressaltou que os males que deformavam os indivíduos estariam relacionados aos fatores recessivos dos genitores, o que explicava porque em algumas famílias nasciam “productos inteiramente degenerados: inactivos, idiotas, vivendo em prostituição e vicio” e outras famílias eram “possuidoras dos melhores attributos physicos e moraes” (1929, p. 294-295).

Para Newton Belleza, através de fórmulas biológicas seria possível verificar a composição do germoplasma do indivíduo, avaliando seus caracteres dominantes e recessivos. Assim, independentemente do grau de parentesco, o que estava em jogo, eram os gametas do casal. Nessa condição, o trabalho apresentado defendia os casamentos consanguíneos, desde que basedos em estudos que revelassem de forma mais “eficiente” os indivíduos considerados indesejáveis à procriação.

As discussões sobre a maternidade, a idade para o casamento, a constituição da família, concentravam os seus argumentos na mulher. De acordo com Voks (2012), comportamentos de independência ou vaidade feminina, por exemplo, muitas vezes foram definidos como “loucura moral”. O autor destaca a diferença do que era aceitável no comportamento das mulheres pobres e ricas. Tendo como fonte de análise a *Revista Careta*, percebeu que nos discursos publicados nesse periódico a mulher pobre estaria predisposta ao trabalho, enquanto às mulheres ricas eram representadas como frágeis e necessitadas de proteção.

Apesar das diferenças relativas à posição social que ocupasse a mulher, os valores patriarcais faziam-se presentes nos debates. Dessa maneira, conforme avalia Stepan (2005, p. 122): “Ideias antimodernistas sobre as mulheres e seus papéis eram amplamente compartilhadas por homens da esquerda e da direita, no momento em que o comportamento e as experiências reais das mulheres estilham os mitos de gênero e da família”. Assim, pairava uma preocupação: sendo a mulher considerada esteio da família, como mantê-la dentro dos padrões morais esperados pelos eugenistas?

Considerando as perspectivas que se abriam pelas lutas femininas desde a virada do século, como também pelas sufragistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (1922) e de outras associações nacionais e internacionais ao longo dessa década, no PCBE o feminismo também foi um tema.

Tencionava-se o papel da mulher, mas sobretudo, da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos (COSTA, 1999). Porto Carrero (1933) em seu trabalho sobre exame pré-nupcial, ressaltou que a mulher estava cada vez mais fora do lar, por suas conquistas emancipatórias, seu trabalho e a educação dos filhos “em educandários, desde as curtas idades do jardim da infância -tudo está a demonstrar que o lar perde a pouco e pouco a sua razão de ser; que a família se torna conceito cada vez mais abstracto” (1933, p. 90).

Com teses denominadas *Feminismo e a Raça*, o General Moreira Guimarães e Fernando Magalhães dissertaram sobre o tema. O trabalho de Fernando Magalhães foi contestado por Medeiros e Albuquerque no que tangia às ameaças do feminismo sobre a raça. Assim considerou: “[...] lembrando que a patria do fundador da Eugenia, habitada por uma raça forte, intelligente e activa, acaba de conduzir por eleição mulheres ao seu parlamento e até uma ministra” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1929, p. 26).

O mesmo trabalho foi elogiado por Levi Carneiro (1929) em sua conferência *Educação e Eugenia*:

Ainda a preocupação dos problemas sociaes revelou o Congresso ao applaudir – com extraordinario calor, e não applaudiria apenas o orador eloquente e apaixonado – as palavras do Sr. Professor Fernando de Magalhães, sobre o feminismo. Furtou-se o brilhante conferencista a formular conclusões, mas advertio, por forma impressionante, declarando que o fazia como gynecologista, dos perigos, que o feminismo acarreta para a raça, perturbando a função genetica (1929, p. 114).

Percebemos distintos discursos sobre a mulher, na condição de mãe a ser protegida e amparada e como necessária à reprodução de uma prole sadia. Essas definições davam à eugenia, ora caráter conservador e antifeminista, ora progressista e protofeminista

(STEPAN, 2005). Assim, os “significados de gênero na eugenia dependem claramente de para onde se olhe. As mulheres, da mesma forma que os homens, não formavam uma categoria unitária, e as políticas eugênicas sobre a reprodução refletiam a divisão do gênero e da vida social” (2005, p. 117).

Dentre as medidas para tornar a mulher instrumento de trabalho a favor da eugenia, estava o controle direto na reprodução. À mulher, foi dada uma identidade eugênica e sobre ela delegada a responsabilidade da boa geração. O corpo como objeto, parece mecanizado nos discursos, sem autonomia. Idealizados como marionetes eugênicas, por vezes, os discursos emanavam “estratégias” sem considerar as “táticas” e práticas subversivas de resistência, como se o corpo pudesse ser objeto de reparo, de correção (CERTEAU, 1998).

3.3 Extirpar os vícios e regenerar os indivíduos para o bem da infância: esterilização, doenças venéreas, toxicomania, alcoolismo e higiene mental

3.3.1 Esterilização e doenças venéreas

Tomando o outro, como elemento passível de controle para a conjugação das boas características hereditárias das futuras gerações, alguns eugenistas defenderam a esterilização no PCBE, como por exemplo, o presidente da seção e jurista, Levi Carneiro e o médico, Alberto Farani¹⁸⁸. A definição de tal prática foi apresentada pelo jurista no I Congresso de Proteção à Infância e no III Congresso Americano da Criança, de 1922, que na ocasião se mostrou entusiasta da prática que já ocorria nos Estados Unidos da América desde o início do século XX.

A legislação que mais impressionantemente se tem inspirado nos ensinamentos da eugenia, se encontra, em verdade, em alguns Estados

¹⁸⁸ Alberto Farani (1883-1937). Presidente da seção de cirurgia e sistema nervoso da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

americanos – e, apesar de datar de antes da guerra, merece aqui referência, pois representa as tendências mais avançadas. Trata-se nada menos do que a “assexualização” de idiotas, loucos, imbecis e criminosos habitues – menos como castigo, que para evitar a transmissão hereditária desses vícios (CARNEIRO, 1922, p. 334).

A esterilização se apresentava como forma direta de controle e intervenção cirúrgica sobre a reprodução. Dessa forma chegaria aonde o matrimônio não conseguiria alcançar, rompendo a transmissão de características disgênicas. Cabe ressaltar que alguns eugenistas defendiam a esterilização involuntária, ou seja, sem o consentimento dos sujeitos, que considerados degenerados, inaptos ou anormais¹⁸⁹, estariam no grupo dos loucos, idiotas, imbecis e criminosos.

Outros congressistas também se colocaram a favor dessas ideias, como Renato Kehl, Antônio Carlos Pacheco e Silva e Ernani Lopes (WEGNER; SOUZA, 2012), todos presentes ao PCBE e pertencentes a Liga Brasileira de Higiene Mental. Em *A esterilização dos grandes degenerados e criminosos* (1925), texto publicado nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Renato Kehl defendeu a esterilização enquanto política eugênica, ressaltando que sua aplicação devia ser realizada em casos de doença, miséria, podendo ser aplicada compulsoriamente em criminosos e degenerados, com o objetivo de reduzi-los na sociedade. Mas apesar disso, acreditava que a prática por si só não era suficiente para constituir a “elite eugenica” (1925, p. 74).

A esterilização configurou-se como uma vertente da chamada eugenia negativa. No Brasil esteve em debate em que pese o lugar de poder ocupado pela Igreja Católica e sua contrária à tal prática.

¹⁸⁹ Bulhões Carvalho, da Directoria Geral de Estatística, com seu trabalho *Estatística dos Tarados no Brazil* (1929) no PCBE, contribui para compreendermos quem eram esses sujeitos, também chamados de tarados. Nesse grupo, estavam “cegos, surdos-mudos, debeis mentaes e atrazados, epilepticos, toxicomanos, alienados e vagabundos” (1929, p. 225). Cabe destacar os estudos do professor, filósofo e historiador Michel Foucault que tem importante papel nas análises sobre anormalidade, loucura, sexualidade, entre outros.

Segundo Stepan (2005, p. 123), “[...] a Igreja rejeitava a esterilização como um assalto à integridade do corpo humano sem justificativa, seja na ciência, seja na moralidade ou na doutrina católica”. Assim, apesar de alguns defenderem práticas de esterilização para diminuição progressiva dos “inferiorizados”, encontravam resistências a sua aplicação devido à tradição católica e ideias em circulação baseadas numa perspectiva eugênica preventiva e regeneradora, que para alguns eugenistas melhor compactuavam com os propósitos na construção do projeto nacionalista.

De acordo com *Actas e Trabalhos* (1929), até onde foi possível verificar, no PCBE não foi dado ênfase ao assunto, sendo apenas o trabalho de Alberto Farani debatido, enquanto o de Levi Carneiro foi encaminhado diretamente aos anais. Quanto ao debate sobre o tema da esterilização, consta que Jorge Prazeres propôs a troca de termos “esterilização cirúrgica” por “esterilização pelos raios X”, enquanto Fernando da Silveira o rebateu dizendo não caber à eugenia a forma como os processos seriam realizados. As conclusões apresentadas e aprovadas nos indicam os termos técnicos da prática de tornar os sujeitos estéreis, como: “1) São benignas sob o ponto de vista cirurgico a vasectomia e a resecção tubaria. 2) É legitima a esterilização dos degenerados, dentro das indicações neuro-psiquiatras” (FARANI, 1929, p. 38).

Em consonância com trabalhos e debates por eles provocados em que se previa extirpar os males que atrapalhavam a construção da “raça eugênica”, das crianças e futuros cidadãos do amanhã, houve, nesse tempo, intensa campanha contra as doenças venéreas. No PCBE o tema apareceu em Waldemar Coutts, Mendes de Castro, Arthur Lobo, Motta Rezende, Oscar Fontenelle e Edgard Altino.

O trabalho do médico chileno Waldemar Coutts, *Herencia psiquica intra-uterina*, expressou as ideias sobre as trocas de substâncias do corpo levadas pelos vasos sanguíneos e pela placenta durante o período gestacional entre a mãe e o filho. Assim, de acordo com o médico, ao nascer, a criança traria consigo toda a “herança” psíquica advinda desse período, não podendo dessa forma ser vista como “tábula rasa”, como defendido por muitos

intelectuais à época. Para o médico, “corresponde à eugenia, estudando a possibilidade de se estabelecer uma puericultura psíquica intra-uterina para evitar a manutenção e o desenvolvimento do psiquismo mórbido” (COUTTS, 1929, p. 276, tradução nossa)¹⁹⁰.

Coutts esboçava uma preocupação com o desenvolvimento intrauterino, terreno na qual a puericultura ampliava seu espaço de atuação. Estavam em discussão na medicina, na década de 1920, questões que envolviam as doenças venéreas e seus modos de transmissão, que não causavam danos somente ao portador da doença, mas também no desenvolvimento de uma prole saudável física e moralmente. Das doenças de maior incidência, estava a sífilis, inclusive dada como uma das principais causas da natimortalidade. Discutida como hereditária ou congênita, se destacou entre os estudos dos médicos que desenvolveram estudos e tratamentos¹⁹¹ para a doença.

A luta antivenérea se apresentou como uma das bandeiras dos eugenistas. Uma população de doentes impedia os avanços da nação na direção do progresso. No debate sobre o contágio das doenças venéreas estava Oscar Fontenelle. Em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, em 18 de janeiro de 1929, o deputado federal apresentou o projeto de lei que versava sobre o crime de contágio consciente de doenças. Colocando a saúde como “um bem individual e social sagrado e inviolável” (18/01/1929, p. 3), visando conter a reprodução de degenerados, podemos considerar que o trabalho de Fontenelle no PCBE foi ao encontro dessa perspectiva.

¹⁹⁰ “[...] corresponde la eugenesia, estudiando la posibilidad de establecer una puericultura psíquica intra-uterina evitar el mantenimiento y desarrollo del psiquismo morboso”.

¹⁹¹ Em relação à sífilis infantil, encontramos nos jornais muitos medicamentos para o seu tratamento: Treparsol, Hemopatol-Gottas, Lactargyl, Elixir de iodo caroba, Sigmargyl, Mergothiol, entre outros. Uma matéria intitulada *Combatamos a syphilis infantil!*, publicada no Jornal *A noite*, em 30 de janeiro de 1926, convocava à mãe a responsabilidade no tratamento preventivo da sífilis. Propagando o remédio Sigmargyl, dizia que era possível o tratamento de forma eficaz e econômica em qualquer período da gravidez.

Ainda nesse tema, de acordo com as *Actas e Trabalhos* (1929), Edgar Altino¹⁹², escolhido na cerimônia de abertura das comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina como representante de todas as faculdades do Brasil, foi aparteado e “interrompido constantemente” por muitos congressistas após a apresentação de seu trabalho no PCBE, “em torno de pontos controversos em Criminologia e Penalidade” (1929, p. 37). Dentre os rebatedores estavam: Oscar Fontenelle, Silva Araujo, Gabriel de Andrade, Levi Carneiro, Roquette-Pinto, Azevedo Amaral, Alberto Farani, Victor Russomano e Fernando da Silveira, sendo apenas os dois últimos seus apoiadores.

3.3.2 Alcoolismo

Apresentando uma perspectiva regeneradora, o médico Gustavo Riedel¹⁹³ apresentou a tese *O Dispensario Psiquiatrico como elemento de Educação Eugênica*, que foi aprovada por aclamação a pedido de Xavier de Oliveira. Seu trabalho versou sobre a importância de uma educação eugênica orientada aos considerados “inaptos”, “incompletos” da sociedade, como os alienados, psicopatas, criminosos, epiléticos, idiotas e cretinos. De acordo com fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, no Brasil o número de pacientes em asilos chegava a 35.000, sem considerar os psicopatas e “alcoolistas” não internados.

Assim, teceu elogios à Liga¹⁹⁴, sob direção de Ernani Lopes, que vinha fazendo vasta propaganda contra as causas da inferioridade, com divulgação entre estudiosos do assunto, nas

¹⁹² Docente de Medicina Legal da Faculdade de Medicina e de Direito do Recife e diretor do Instituto Médico Legal de Recife.

¹⁹³ Gustavo Kohler Riedel (1887- 1934), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental.

¹⁹⁴ Mello Leitão e Ernani Lopes saudaram o trabalho, ressaltando que a Liga possuía dispensários em funcionamento e anunciaram a criação de um voltado a neuropsiquiatria infantil. Mendes de Castro indicou haver um dispensário de higiene mental anexo ao Centro de Saúde de São Paulo.

escolas e nas fábricas. A proposta eugênica de Gustavo Riedel defendia um programa de profilaxia mental, onde os dispensários psiquiátricos auxiliariam no processo educativo.

[...] não é só pela selecção da reprodução, supprimindo a procreação de psychopathas e anormaes, que se alcançara a finalidade dos ideaes eugenicos. Um complemento se impõe decisivo, - a suppressão dos tóxicos, sobretudo o álcool e a educação hygienica, physica e moral, que synthetisam em conjuncto a acção da prophylaxia mental (RIEDEL, 1929, p. 306).

Definindo-se como “biologista e eugenista apaixonado” (RIEDEL, 1929, p. 306), defendeu a instalação de dispensários psiquiátricos anexados aos hospitais de psicopatas e os gerais de assistência pública, alegando seu sucesso na Colônia de Alienados do Engenho de Dentro. Nessa direção, o dispensário tinha o objetivo de realizar a medicina preventiva contra a degeneração humana, bem como, segundo Riedel, trazer melhor qualidade de vida às crianças retardadas; correção dos anormais; método de vida e cura dos epiléticos; amparo e assistência aos degenerados com tendências ao crime, psicoterapia aos histéricos e neuropatas e integração à vida normal aos “alcoolistas” (RIEDEL, 1929, p. 307).

Gustavo Riedel, em defesa pelos dispensários psiquiátricos, nos permite pensar na ideia de regeneração dos indivíduos por meio de medidas educativas e preventivas. As concepções de alguns eugenistas enfatizavam a necessidade de exclusão dos “maus” frutos, colocando à parte os sujeitos que não estivessem de acordo com o projeto que se desenhava de uma nação sadia. Nesse sentido, Riedel ao jogar luz nos excluídos sociais, nos apresenta uma proposta de inclusão, acreditando num projeto eugênico que pudesse atingir às diferenças.

Um ponto de destaque foi à normalidade da vida aos “alcoolistas” pelas propostas de higiene mental. O alcoolismo foi considerado por boa parte dos congressistas um fator de degeneração, mas apesar disso nenhuma das teses sobre esse tema foi publicada nas *Actas e Trabalhos* (1929). Sobre a temática, localizamos os trabalhos apresentados por: Ernani Lopes, Victor

Russomano, Severino Lessa, Galdino do Valle Filho¹⁹⁵, José Moraes Mello¹⁹⁶, Arthur de Sá, Tobias Machado¹⁹⁷ e Murilo Campos¹⁹⁸. Apesar de nem todos estarem presentes à reunião, as ideias por eles apresentadas quando da leitura de suas teses provocaram debates.

O médico Ernani Lopes salientou que a propaganda e a divulgação eugênica vinham sendo realizadas pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Brasileira de Hygiene Mental. Em concordância com o deputado Oscar Fontenelle, acreditava que o Governo não deveria ficar indiferente ao problema do alcoolismo. Assim, na tentativa de compreensão da raiz do problema, Ernani Lopes alegou ser contra a ideia de que o alcoolismo estaria associado à deficiência alimentar, enquanto Salles Filho afirmou que era fruto da pobreza.

Apontado como “inimigo da raça”, “veneno racial”, o alcoolismo esteve associado especialmente às populações mais pobres. Como um mal hereditário, o vício estabeleceu relações com crime, doenças mentais, prostituição, delinquência infantil, más condições de vida, considerando que seus efeitos perdurariam nas gerações futuras. Nessa direção, a propaganda de combate ao consumo de álcool, foi uma marca definidora de fronteiras entre comportamentos socialmente aceitáveis ou inaceitáveis, além da separação entre as camadas classificadas como “os pobres da classe média, os trabalhadores braçais da elite, os segmentos brancos da população” (STEPAN, 2005, p. 99) e os negros.

Souza (2006) ressalta que em *Lições de Eugenia*, Renato Kehl afirmava que mestiços, negros e indígenas, por serem considerados

¹⁹⁵ Galdino do Valle Filho (1879-1961) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Médico e político na cidade de Nova Friburgo/ RJ.

¹⁹⁶ Médico psiquiatra do presídio do Carandiru (São Paulo).

¹⁹⁷ Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Diretor da Associação Fluminense dos Estudantes de Medicina.

¹⁹⁸ Murilo de Souza Campos (1887-1968) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Encarregado da Seção Militar de Observação do Hospital Central do Exército e Hospital Nacional; docente livre de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

biologicamente inferiores, estavam mais propensos a desenvolverem doenças e vícios. Nesse sentido, vemos um discurso associado à pobreza, bem como à etnicidade, que naquele momento era uma linha tênue entre criminalidade, prostituição e loucura. Nessa direção, era preciso isolar esse mal, por isso muitas pessoas nesse período, consideradas alcoólatras, foram internadas e isoladas em instituições destinadas a esse fim, à exemplo do Hospital Nacional de Alienados, Colônia do Engenho de Dentro, Sanatório Botafogo e Casa de Saúde Oliveira Motta, na cidade do Rio de Janeiro (BULHÕES CARVALHO, 1929).

Ernani Lopes demonstrou admiração pelo trabalho *O alcoolismo e a raça*, de Severino Lessa. O higienista mental trouxe como exemplo parte de uma moção unanimemente aprovada na Primeira Conferencia Latino-Americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (1929), da qual fez parte como membro da delegação brasileira. Parte dela expressava a necessidade de encarecimento progressivo das bebidas alcoólicas, exaltando a Lei Seca nos Estados Unidos¹⁹⁹, que desde 1920, proibiam sua fabricação, comercialização e transporte de bebidas alcoólicas.

Uma matéria no *Jornal do Brasil*, datada em 05 de junho de 1929, associou o café como uma bebida passível de substituição do álcool, salientando o aumento do consumo dessa bebida nos Estados Unidos diante das proibições da Lei Seca. Cabe ressaltar, que esse mesmo jornal noticiou que o médico Plínio Olinto apresentou a tese *O café como substitutivo do álcool, com as vantagens desvantagens e sem os seus inconvenientes*, no Congresso de Eugenia, que não foi mencionada nas *Actas*. Um ponto de destaque da matéria foi mais uma vez a tônica dada aos pobres como maiores consumidores de álcool.

¹⁹⁹ A Lei, aprovada pelo Congresso Norte-Americano, ficou conhecida como Ato de Volstead ou Ato de Proibição Nacional, entrando em vigor no dia 17 de janeiro de 1920.

Já está demonstrado, pelas estatísticas, que são as classes operárias, ou as mais pobres, precisamente as que consomem, em maior percentagem, as bebidas mais fortemente dosadas em álcool.

A aguardente, por exemplo, tem um saída muito maior do que as cervejas e os vinhos, que por seu turno, são consumidos em maior escala do que os licóres e a champagne.

Dest'arte, são aquelas classes trabalhadoras, ou proletárias, que, no entanto, constituem o grosso das populações, em todos os países do mundo, as que mais são atingidas pelo terrível flagello do alcoolismo. E este, assim, exerce a sua acção danosa, corruptora, dissolvente exactamente nas camadas que representam os alicerces materiais das organizações económicas de todos os países [...]

E, se um dos elementos preciosos nesse combate é o café, é evidente que todas as nações devem ter, talvez mais do que nos em vender, interesse em comprar e consumir a já famosa rubiacea do Brasil (*JORNAL DO BRASIL*, 05/06/1929, p. 5)

A ênfase recaía nos pobres, nomeados como classe trabalhadora, proletária ou operária. Reconhecendo os pobres como os “braços” que movimentavam a economia do país, o álcool além de ser visto como fator degenerativo no melhoramento racial, também atrapalhava a economia, considerando que o Brasil, na época, era um dos maiores produtores de café. Incentivar o consumo do café, não era um ato em vão, estava carregado de intencionalidades, como forma de alavancar a exportação das sacas que já se acumulavam²⁰⁰.

Segundo Murillo de Campos, a questão antialcoólica devia ser comparada aos demais tóxicos. Nessa direção, Edgar Altino ressaltou a ação envenenadora do álcool tão prejudicial quanto outras substâncias. Identificamos nas *Actas e Trabalhos* (1929), sob o título *Toxicomania* a tese apresentada por José Ignácio Lobo²⁰¹. Supomos que a referência a “outras substâncias”, à época, dizia

²⁰⁰ A economia cafeeira brasileira veio a sofrer grande impacto com os efeitos da crise americana em outubro de 1929, ampliada pelas transformações na política com a Revolução de 1930 e as ações de Getúlio Vargas para conter a queda do valor do café nos anos subsequentes.

²⁰¹ Nas *Actas e Trabalhos* (1929) identificamos erro no nome do médico paulista, sendo nomeado Arthur Ignácio Lisboa.

respeito a outros componentes do grupo de tóxicos: cocaína, morfina, ópio, heroína e novocaína (SILVA, 2010).

Silva (2010), ao analisar os relatórios dos chefes de polícia entre a segunda metade da década de 1920 e início dos anos 1930, percebeu constante preocupação quanto à comercialização e consumo de entorpecentes na capital federal. Segundo a autora, o início da criminalização das drogas data do ano de 1921, a partir do decreto 4.294, de 06 de julho de 1921, que proibia vender, expor ou ministrar substâncias consideradas venenosas sem a prescrição médica. Sem determinar quais as substâncias, somente no decreto 14.969, de 03 de setembro do mesmo ano, foram definidas como “substâncias venenosas ou entorpecentes [...] o ópio e seus derivados, a cocaína e seus congêneres” (BRASIL, 1921 *apud* SILVA, 2010, p. 11).

De acordo com *Actas e Trabalhos* (1929), a maior parte das conclusões dos trabalhos sobre alcoolismo foram aprovadas, com destaque para proposta de revisão da legislação penal para uma orientação antialcoólica²⁰², a educação antialcoólica, bem como a equiparação do álcool aos demais tóxicos. Apesar das urgências evidenciadas pelo uso de entorpecentes na degeneração racial, a toxicomania, nas *Actas*, não foi amplamente debatida. Cabe ressaltar que intensas campanhas foram empreendidas pelos médicos higienistas mentais e sanitaristas no combate ao álcool, desde a virada do século, por Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Antônio Austregésilo, Ernani Lopes, Juliano Moreira, Souza Lima, Azevedo Amaral, entre outros, cujo objetivo era despertar a atenção das autoridades públicas em relação aos perigos provocados pelo álcool na degeneração da raça (SOUZA, 2006a).

Nessa direção, percebemos a urgência da questão que não se restringia apenas aos homens e mulheres, mas à infância, evidenciada, por exemplo, nos *Archivos de Assistência à Infância* e *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, órgãos oficiais do Instituto de

²⁰² No PCBE, o médico higienista Arthur de Sá citou como exemplo o que vinha sendo realizado em Recife: a taxação antialcoólica com benefícios revertidos a Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil.

Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI) e da Liga Brasileira de Higiene Mental, respectivamente.

No IPAI, duas conferências, em específico, tiveram a temática como centralidade, em 30 de abril de 1903, pelo médico Nascimento Gurgel, *Do alcoolismo na infância*, e em 15 de março de 1905, pelo médico Moncorvo Filho, *O alcoolismo infantil*. Além das conferências, uma extensa campanha foi executada, reforçada com o uso de cartazes sobre os malefícios do álcool associados à criminalidade, analfabetismo, aleitamento, que conformavam uma noção sobre as más consequências ao desenvolvimento da criança, na vida extra e intrauterina.

Figura 15 - O álcool e a criança, por Moncorvo Filho



Fonte: Moncorvo Filho. O alcool e a creança: reprodução de quadros no Museu da Infancia, 1929²⁰³.

²⁰³ Esses cartazes e outros foram expostos no Museu da Infância em 1922. A compilação é de 1929.

Camara (2010) aponta que os desenhos, dados estatísticos e informações apresentadas nos cartazes evidenciaram um caráter educativo e moralizador, atestando a necessidade da conscientização da população. “Moncorvo Filho empenhou esforços no sentido de demonstrar que o álcool comprometia, de maneira insofismável, o desenvolvimento da força do trabalho em potencial, mas também da prole quando mãe ou pai fosse viciado” (2010, p. 164).

De acordo com Reis (1994), desde a fundação da Liga Brasileira de Hygiene Mental, havia uma preocupação para com a infância, com uma seção exclusiva denominada “Seção de Puericultura e Higiene Infantil”, da qual faziam parte os médicos do IPAI como Olinto Oliveira (presidente), Moncorvo Filho (vice-presidente), Fernandes Figueira²⁰⁴ e José Paranhos Fontenelle²⁰⁵. Havia um intercâmbio de ideias, que não se limitava ao espaço do Instituto, mas que se estendia pela Liga, colocando o álcool como fator de preocupação da ciência, de maneira geral.

Uma campanha constante e efetiva foi realizada por educadores, médicos, políticos, pela imprensa, etc., na tentativa de extirpar os males e promover a regeneração das famílias, bem como a fecundação de uma geração mais forte, educada, eugênica e sadia. Miguel Couto, em 1928, no discurso do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina sinalizou a importância da educação promovida pela *Associação Brasileira de Educação (ABE)*, bem como do efetivo combate ao alcoolismo e toxicomania pela *Liga Brasileira de Hygiene Mental*.

Não podemos deixar a nossa Patria em atrazo; cada geração plasma a seguinte, por meios suaves e suasorios se possivel, e coercitíveis se necessario. Entre esses figura em primeiro lugar a instrução do povo, e nenhum brasileiro que conheça as coisas do seu paiz ignora o surto de progresso que neste ambito se effectúa nas mais remotas aldeias e mais

²⁰⁴ Antônio Fernandes Figueira (1863-1928) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicou-se à saúde da criança e da mulher.

²⁰⁵ Médico e professor de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal.

longínquos recantos, em todos os Estados da União, fruto do descortinar dos nossos estadistas, e da propaganda superior e pertinaz da Associação Brasileira de Educação. O combate ao alcoolismo e outras toxicomanias ainda não obteve o seu êxito em medidas governamentais indispensáveis e urgentes, mas já deu um grande passo para diante, graças à Liga de Higiene Mental, que não cansa nem descansa (COUTO, 1928, p. 2).

Como parte das iniciativas de combate ao alcoolismo, a Liga promovia campanhas e concursos, como o de composições literárias de propaganda antialcoólica. Em 1929, a educadora sanitária Maria Antonietta de Castro foi premiada por apresentar a melhor história. Intitulada *A garrafa, a taça e a moringa*, o conto foi publicado integralmente no periódico infantil *O Tico-Tico*, em 05 de fevereiro de 1930. No conto, as personagens garrafa, taça, moringa e barril conversam sobre suas trajetórias. Com exceção da moringa, os demais acentuam o mal que causaram a humanidade por carregarem “cerveja, pinga, champanhe e outras, o germen nefasto do roubo, do crime, da loucura e da morte” (CASTRO, 05/02/1930, p. 25). A moringa, vangloriando-se por ser recipiente da água, enfatiza o bem que seu “thesouro” traz à saúde. Mesmo após ser golpeada por um machado para seus pedaços servirem como lenha, seu bojo não perdeu a utilidade, passando a abrigar “cabecinhas de rôxas violetas” (CASTRO, 05/02/1930, p. 25).

O conto de Maria Antonietta de Castro, ao ser divulgado num periódico infantil, ressalta o empreendimento daqueles empenhados na luta contra os perigos causados pelo álcool, instrução que deveria ser dada desde a mais tenra idade. Considerado um fator disgênico, propulsor do crime, do vício, da doença e da loucura, o álcool nesse período esteve associado à desarmonia familiar, brigas e infelicidade. Num processo de conscientização, a educadora exaltou a água como a bebida do bem, do sossego, da alegria e da felicidade. Seu discurso de premiação foi publicado nos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, no qual reforçou a defesa pelo combate ao alcoolismo:

[...] era preciso começar por falar às crianças. Foi o que depreendemos do concurso por vós instituído. De facto, fazer-nos dellas compreendidos para

que compreendam os males que o alcool produz. Fazer-nos pequeninos, descer até ellas, não esperando que subam até nós. Foi o que procuramos fazer, na linguagem simples com que lhes falamos. Quer-nos parecer que tal era o intuito da Liga benemerita. Parece que acertamos. [...] Por isso que vossa tarefa é, assim, nobilitante. A de collocar toda uma sociedade em guarda contra um dos perigos que mais a ameaçam a e mais conspiram contra a sua estabilidade. A de zelar pela indissolubilidade do vinculo da familia, não afrouxado, não enfraquecido, não desfeito pelo abuso do alcool. A de pugnar pelo advento de uma patria nova cujos cidadãos sejam mais fortes, mais sadios. [...] por que para elevar bem alto o edificio de nossa democracia, é preciso que as mãos não tremam, que as cabeças não vacillem, que os olhos vejam claros nos ares do presente sob a claridade annunciadora do porvir (CASTRO, 1929, p. 140-141).

O discurso proferido pela educadora sanitária apresentou a perspectiva conjugada por boa parte dos eugenistas. Como tornar uma nação sadia e forte se os vícios continuassem a impedir esse propósito? Ao começar o programa de conscientização desde a infância, os seus idealizadores e defensores acreditavam na progressiva e constante melhoria racial. Nessa direção, Reis (2000) ressalta o alargamento da atuação dos psiquiatras, que nesse processo, cada vez mais chamavam para si a preocupação com a infância. De acordo com o autor, o psiquiatra Henrique Roxo defendia a necessidade da profilaxia mental em crianças em idade escolar, que para ele estariam mais propensas às ordens médicas.

Dessa forma, buscando intervir na escola, na propaganda da higiene mental, as propostas debatidas na década de 1920 acreditavam que ao observar a criança desde cedo, seria possível perceber suas aptidões e desenvolvimento intelectual, garantindo dessa forma a criação de bons hábitos mentais e futuros adultos equilibrados. Mas também por esse meio, poderiam identificar menores “incorrigíveis”, “pré-delinquentes”, “amorais por nascença”, “perversos irreformáveis”. De forma a afirmar-se enquanto ciência necessária na construção de um projeto de nação, a psiquiatria infantil reivindicava seu lugar.

Com estudos influenciados pela eugenia, biologia²⁰⁶, psiquiatria, psicologia e psicanálise, muitos dos “incorrigíveis” foram segregados em instituições, considerando que já estava estabelecido o comprometimento de sua espécie e conseqüentemente de sua descendência. Mas de acordo com Reis (2000), a proposta da higiene mental via a intervenção, especialmente na escola e na família, como meio de agir de forma a evitar a perversão.

3.4 Educação: sexual, escolar, eugênica e física

A educação sexual²⁰⁷ foi defendida por muitos eugenistas, envolvendo os cuidados higiênicos com o corpo; a escolha de bons maridos e esposas; a realização de exames pré-nupciais, a fim de detectar doenças venéreas, como a sífilis e formar uma prole sadia. A educação sexual eugenicamente orientada serviria como auxiliadora no processo de melhoramento racial. O tema apareceu entre os trabalhos apresentados no PCBE, bem como na I Conferência Nacional de Educação por Celina Padilha e Renato Kehl, estendendo-se uma longa campanha, pelo periódico *Boletim de Eugenia*²⁰⁸.

²⁰⁶ Em julho de 1935 foi criado o Laboratório de Biologia Infantil (LBI), instituição idealizada pelo médico Leonídio Ribeiro, marcada pela influência do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro (IIRJ). Os médicos do LBI tinham o objetivo de promover o controle da delinquência infantil, por meio de uma profilaxia criminal, bem como ações assistencialistas sobre as crianças abandonadas.

²⁰⁷ Segundo Francescon (2017), a educação sexual amplamente discutida na década de 1920 adensou os contornos para a década de 1930, na qual o médico sexólogo José de Albuquerque (1904-1984), fundou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) (1933), que compreendia a educação como força motriz do processo civilizatório do Brasil republicano.

²⁰⁸ A partir, principalmente, de 1930, o periódico manteve ampla difusão de uma educação sexual eugenicamente orientada para a infância. Inclusive, na edição n. 19, Renato Kehl lançou o *Inquérito sobre a educação sexual da Infância e da Mocidade* com 8 perguntas para serem respondidas pelos leitores do periódico. As perguntas versavam sobre como mães e professores deveriam tratar da educação sexual com seus filhos e alunos.

Nesse sentido, a educação sexual se apresentava como a base de sustentação de uma educação eugenicamente orientada, alicerçada na moral. Sob a prerrogativa do “Corpo são, mente sã”, os eugenistas elegeram o corpo como fundamental no processo de construção da nação. Apoderaram-se do discurso de poder vê-lo, lê-lo, traduzi-lo e adestrá-lo para o trabalho a favor da eugenia.

O trabalho *Educação moral e eugenia* de Achilles Lisboa foi lido pelo presidente Levi Carneiro, que anunciou a seguinte proposta: “que sejam feitos cursos de eugenia em todas as escolas e mais aprofundadamente nas faculdades de medicina” (CARNEIRO, 1929, p. 12). Oscar Fontenelle alegou que propostas para a criação de cursos de higiene individual e sexual já tinham sido apresentadas por ele à Câmara dos deputados do Rio de Janeiro.

Sobre esse trabalho, Levi Carneiro ressaltou que Achilles Lisboa apresentou a hereditariedade social em paralelo à hereditariedade germinal. Nesse sentido, mais uma vez, percebemos a proximidade com as ideias regenerativas e preventivas, na qual o meio poderia ser capaz de transformar o sujeito, nesse caso, por meio da educação moral. Na defesa pela educação moral dentro e fora da escola, acentuou que essa educação se fortalecia na vida pública.

Apesar dessa posição, esboçou dúvidas quanto à aquisição da educação moral: “Nem será possível consegui-la, a meu ver, sinão pela educação religiosa. Como quer que seja, o Congresso terá querido manifestar as suas preocupações de ordem moral” (CARNEIRO, 1929, p. 112). Apesar de estar na posição de presidente da seção, ao fazer tal observação em sua conferência *Educação e Eugenia*, Levi Carneiro nos convoca a perceber o tom irônico dessa afirmação, no que concerne a influência da Igreja na construção do pensamento social brasileiro. Por um lado, apresenta-se Levi Carneiro envolvido com questões sobre a infância e à educação, se aproximando de uma perspectiva regeneradora; por outro lado, defensor da esterilização para os considerados degenerados, próximo das ideias de uma eugenia negativa.

A conclusão desse trabalho ao ser posta em votação, teve a manifestação de Roquette-Pinto e dos delegados de São Paulo, Maria Antonietta de Castro e Mendes de Castro, que julgaram necessário o ensino da eugenia em todas as escolas, não se restringindo aos cursos médicos, inferência que foi unanimemente aprovada. As escolas eram objeto de estudos fundamentais porque nela estava a criança, sendo espaço de disseminação dos ideais eugênicos, com o inculcamento de hábitos. Assim, segundo Costa (1999), a instrução agiria de modo a naturalizar-se, onde “[...] o indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem por que começou a sentir e reagir da maneira que sentia ou reagia” (1999, p. 175).

Na defesa pela escola, Carlos Américo Barbosa de Oliveira, em seu trabalho *Educação moral e eugenia*, apresentou a seguinte conclusão: “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, reconhecendo o alto valor da educação moral como factor eugenico, pede aos poderes publicos que desenvolvam essa educação na Escola Primaria e particularmente na Secundaria” (*ACTAS E TRABALHOS*, 1929, p. 14). Victor Russomano declarou não concordar com a importância dirigida a escola na formação do indivíduo, defendendo que a educação se dava por imitação, para ele a maior influência era da família, não da escola.

Em parte, o debate considerava a escola e a família como instituições não complementares. Porém, na Reforma da Instrução de Fernando de Azevedo no Distrito Federal, por exemplo, junto ao movimento escolanovista, a educação escolar apareceu como um instrumento necessário na intervenção social. Nessa perspectiva, Camara (2004) enfatiza uma preocupação no que se refere à formação social, cívica e moral do indivíduo, desde o planejamento das disciplinas, aos conteúdos e práticas, como foi o caso da disciplina de Educação Higiênica pensada pelo Programa nessa Reforma, que buscava escolarizar os saberes acumulados e naturalmente adquiridos no meio familiar. Nesse sentido, a família e a escola são compreendidas de forma inter-relacional, à medida que o trabalho educativo deveria se estender de modo que não se

limitasse ao espaço escolar, mas como condutor de boas práticas na sociedade.

O trabalho de autoria de Alfredo Magalhães²⁰⁹, lido na reunião por Celina Padilha, intitulado *Educação eugênica em geral. Consciência da responsabilidade eugênica na família, nas escolas, nas universidades*²¹⁰ expôs um apanhado das ações realizadas pelos médicos baianos influenciadas por Moncorvo Filho ao fundar na cidade de Salvador, no ano de 1903, um Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI). Dessa forma, Magalhães enfatizou que desde esse momento, enquanto diretor dessa instituição assumiu como objetivo propagar a educação eugênica, criando no ano de 1907 o periódico *O Petiz*, distribuído gratuitamente de forma a contribuir para sua disseminação.

Compreendendo a criança como a essência do projeto eugênico, os médicos engajados no IPAI da Bahia tentaram alcançar suas famílias, alertando sobre os perigos das “taras degenerativas” e incentivando “bons” casamentos, livres de doenças venéreas, alcoolismo ou quaisquer estigmas físicos e psíquicos. Assim, a partir de 1910, Alfredo Magalhães como catedrático na Escola Normal, na cadeira de Higiene, dedicou-se a dar ênfase à puericultura.

[...] nós acreditamos e julgamos que é fazer obra de são patriotismo promover a “educação eugênica em geral”, concorrer para a formação da “consciência da responsabilidade eugênica na família, nas escolas, nas universidades”, utilizando os meios as oportunidades ao nosso alcance. Assim temos feito, e, por não haveremos desanimado é justo formulemos o nosso – *laus Deo* (MAGALHÃES, 1930, p. 544, grifos do autor).

²⁰⁹ Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943), formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Catedrático de Pediatria na Faculdade de Medicina da Bahia. Fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância na Bahia, em 1903. Membro honorário da Academia Nacional de Medicina (1919).

²¹⁰ Localizamos o trabalho no periódico *Gazeta Médica da Bahia*. O texto foi publicado na edição n. 12, v. 60, em junho de 1930. Alfredo Magalhães detalhou as ações realizadas pelos médicos do IPAI da Bahia em prol da infância tendo como base de orientação a eugenia.

Ao trazer no título de seu trabalho “família, escola e universidade”, o baiano procurou ressaltar seu próprio movimento enquanto médico-intelectual, no IPAI, na Escola Normal e na Faculdade de Medicina da Bahia, mas também mostrar que a instauração de uma consciência eugênica dependia da articulação desses diferentes polos. Tal proposição a nosso ver confronta a objeção de Victor Russomano sobre a importância dada à escola na formação da criança, ressaltando a horizontalidade dos conhecimentos.

Outro assunto muito presente e debatido no PCBE foi a Educação Física, considerada fundamental para a saúde e para a constituição de corpos fortes, ágeis, robustos e prontos para o progresso. Fez parte desse debate na seção *Anthropologia*: Jorge de Moraes²¹¹, Castro Barreto, Carlos da Motta Rezende²¹², Mendes Castro, Victor Russomano, Renato Pacheco²¹³ e Faustino Espozel²¹⁴. Apenas o trabalho de Mário Cardim²¹⁵ *Pedagogia da Educação Physica*, foi apresentado na seção *Educação e Legislação*, sendo louvado por Jorge de Moraes e as conclusões unanimemente aprovadas.

Cabe ressaltar que a Associação Brasileira de Educação (ABE), desde a sua fundação, incorporou em suas discussões, diante de tantas temáticas, a Educação Física. Isso foi evidenciado nas reuniões e conferências nacionais, bem como na criação de uma seção denominada Seção Educação Physica e Higiene (SEPH), que funcionou no período de 1926 a 1937 e nas duas publicações da

²¹¹ Jorge de Moraes Grey (1900-1971) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Deputado Federal.

²¹² Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital da Polícia Militar.

²¹³ Renato Pacheco (1883-1964) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Presidente da Confederação Brasileira Desportiva, fundada em 1914.

²¹⁴ Faustino Monteiro Espozel (1888-1931) formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Docente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Faculdade Fluminense de Medicina, na Escola Normal do Rio de Janeiro; foi presidente do Clube de Regatas do Flamengo.

²¹⁵ Mario Sérgio Cardim (1888-1953) formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Presidente da União dos Escoteiros no Brasil (UEB).

instituição: o *Boletim da ABE* (1925 a 1929) e a *Revista Schola* (1930-1931) (LINHALES, 2009).

Linhales (2009) chama atenção para uma virada sobre a Educação Física, que até 1929 estava num amálgama com a higiene²¹⁶, sendo a partir desse ano melhor demarcada. Essa perspectiva pode ter sido ampliada pelo debate pedagógico e político de constituição da disciplina Educação Física. Segundo a autora, “Tais polêmicas de alguma forma eclipsaram os debates sobre a higiene, na medida em que esse parecia ser um terreno menos disputado, pois nele o campo médico constituía autoridade incontestável” (LINHALES, 2009, p. 76-77).

Reconhecendo a Educação como campo de disputas, na ABE, as interlocuções foram estabelecidas entre seus integrantes e militares do Exército através do Centro Militar de Educação Física, com oficiais da Marinha, assim como, com organizações religiosas como a Associação Cristã de Moços (ACM) e a Associação Cristã Feminina (LINHALES, 2009). Argumentos e proposições desse debate estiveram presentes no PCBE, por meio dos trabalhos apresentados e nas discussões suscitadas, evidenciando a atenção que os congressistas deram para a urgência da Educação Física no país.

²¹⁶ Ao analisar teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, compreendidas no período de 1845 a 1891, Gondra (2004b), destaca a intervenção sobre os corpos, nas quais os médicos higienistas reivindicavam para si esse cuidado. Assim, percebeu que a “educação física pressupunha, portanto, uma longa, continuada e programada intervenção durante todo o ciclo de vida do ser humano com vistas a fabricar uma humanidade nunca conhecida: o homem do futuro” (2004, p. 124). O físico, nesse sentido, abarcava comportamentos, casamentos, nascimentos e condutas sob a prerrogativa dos preceitos higiênicos.

O médico e deputado Jorge de Moraes²¹⁷ apresentou o trabalho *Da educação física como factor eugenico e sua orientação no Brasil*²¹⁸. Em suas conclusões defendeu a necessidade de uma escolha no método da Educação Física no Brasil, bem como solicitações ao Governo da República: organização de escolas superiores de Educação Física; instituição de um Conselho Nacional; fiscalização no ensino da Educação Física; promoção para práticas de jogos e ginástica em locais apropriados.

Castro Barreto concordou com o trabalho apresentado, dizendo que algumas dessas providências estavam sendo realizadas pelo diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo²¹⁹. Ressaltou a organização do concurso para ocupação da cadeira de Educação Física na Escola Normal, do mesmo modo a preparação da Escola Normal de Niterói. Levantou apenas uma objeção sobre o trabalho: o exagero das afirmações.

Considerando muito generalistas as propostas de Jorge de Moraes, Victor Russomano argumentou que o Governo do Estado deveria ter o controle oficial sobre as iniciativas de Educação Física. “Proponho que o apelo seja endereçado aos governos estaduais como os mais diretamente em condições de organizar um programa adequado às necessidades da infância como preliminar da educação do povo” (RUSSOMANO, 1929, p. 30).

²¹⁷ O trabalho ressoou no jornal *Diario Carioca*, em 05 de julho de 1929, precisamente na coluna *Sports*, que engrateceu o trabalho de Jorge de Moraes e sua luta pela Educação Física no país. Não atacando diretamente o Governo, a matéria apaziguou a falta de incentivo às atividades físicas que havia sido ressaltada pelo deputado.

²¹⁸ Nas *Actas e Trabalhos* (1929), foram publicadas apenas as conclusões do trabalho de Jorge de Moraes.

²¹⁹ Fernando de Azevedo, desde a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), foi defensor da prática da Educação Física como proposta de melhoramento da raça. Em seus trabalhos *Meninas feias e meninas bonitas* (1919) e *O Segredo da Marathona* (1919), pela SESP, defendeu uma cultura esportiva que se estendesse a todo país, para a formação de corpos hígidos e regenerados, além da contínua e progressiva melhoria biológica, alcançando as próximas gerações (KERN, 2016).

Jorge de Moraes trouxe à tona questões consideradas importantes para a eugenia; enquanto, Castro Barreto e Victor Russomano, ao manifestarem-se em torno de sua apresentação, ressaltaram a preocupação da Educação Física na formação de professores bem como no atendimento à infância.

Cabe ressaltar que a Educação física já era tema em discussão no Império brasileiro. Gondra (2004b) afirma que na segunda metade do século XIX, os médicos defendiam os cuidados com o corpo, bem como a recomendação de exercícios, até então higiênicos, evidenciados nas teses por ele analisadas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dentre eles estavam: luta, natação, esgrima, levantamento de pesos, dança, marcha, corrida, salto, canto, pesca, caça, agricultura, passeio, bola, bilhar, piano, carreira, ginástica, equitação, críquete, futebol, entre outras.

Segundo o autor, esses exercícios físicos, considerados higiênicos, deveriam ser realizados, porém de forma orientada nas escolas, bem como no período das crianças em idade pré-escolar. Assim, Gondra (2004b) ressalta que esse debate ao compor o repertório da prática educativa, ainda no período imperial, encontrou algumas resistências por parte dos professores, com debates sobre ginástica, e por quem e como as práticas físicas deveriam ser ensinadas. Já a partir de 1929, “menos que projetos doutrinários ou pareceres de reforma, o que se tem é uma prática de outra ordem que busca definir com rigor o conceito de educação física que se deseja legitimar” (2004b, p. 150).

Apesar dessa legitimação que veio com o concurso realizado para ocupação da cadeira de Educação Física organizado por Fernando de Azevedo na diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, em setembro de 1929 (GONDRA, 2004b), nos periódicos, é possível encontrar matérias voltadas ao incentivo dos exercícios físicos para as crianças. No periódico infantil *O Tico-Tico*, na edição de 05 de setembro de 1928, na coluna *Lições de Vovô*, por exemplo, o autor de pseudônimo Vovô, recomenda aos seus netinhos a prática da Educação Física.

Ninguém ignora que uma boa educação física contribue em grande parte para o progresso intelectual e para elevar o nível moral de uma raça. Mas não é só, meus netinhos. Uma boa saúde não existe sem a prática, methodica e intelligente dos exercicios de gymnastica.

A falta de exercicios na creança gera um sem numero de enfermidades mais ou menos graves, que se podem evitar com um pouco de trabalho.

[...] não é só a fibra muscular que se robustece com a gymnastica. O caracter tambem se enrija e se engrandece (VÔVÔ, 05/09/1928, p. 5)

As lições dadas pelo Vôvô indicam uma preocupação no que se refere à saúde da criança e da constituição da raça. Através da recomendação de exercícios de ginástica bem como o controle e cuidado com a alimentação, ressalta uma associação das práticas físicas com o moral, o que permite compreender a campanha que foi efetivada na construção dos corpos úteis à pátria, acionada principalmente pelas forças político-militares e de educadores.

Na esteira desse movimento em prol da Educação Física), o Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930) apoiado pelo Presidente da República, Washington Luís; pelo Prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior; e pelo Almirante Pinto da Luz, foi defensor de uma campanha pela cultura física no Brasil, especificamente a partir de 1928. De acordo com o jornal *O Paiz*, em 22 de junho de 1929, a ideia de divulgação da campanha se deu a partir da visita do Presidente à *Escola de Educação Physica do Exercito*, também chamada *Escola de Sargentos de Infantaria*, na qual pôde assistir ao treinamento e seus integrantes. Dessa forma, acreditava que os métodos realizados entre os militares poderiam se estender ao país, englobando pessoas de todas as idades. Assim, para efetivação da Educação Física como meio a atingir também às crianças, o General ressaltou que esse trabalho seria impossível sem a colaboração dos professores primários. Dessa forma, sua campanha também contou com Fernando de Azevedo²²⁰, bem como autoridades do desporto

²²⁰ Cabe ressaltar, que apesar de Fernando de Azevedo ter sido exaltado como importante na defesa da Educação Física, evidenciado por suas obras e ações, ele não apareceu enquanto debatedor no PCBE, pelo menos é o que as *Actas e*

nacional, incluindo Mario Cardim, Faustino Esposel, Renato Pacheco, presentes ao PCBE.

No PCBE Carlos da Motta Rezende, ao falar da Educação Física no Brasil²²¹, exaltou o trabalho realizado pelo exército por causa da proximidade que estabelecia com os professores primários. Renato Pacheco, presidente da Confederação Brasileira de Desportos, apresentou como exemplo o Ministério da Marinha que também mantinha uma escola modelo de Educação Física. Pedindo apoio a Faustino Esposel para corroboração ou crítica à sua argumentação, Pacheco expôs o desamparo do governo sobre as associações esportivas. Reforçando a fala de Renato Pacheco, Faustino Esposel mostrou-se enquanto intelectual não de teoria, mas de prática, apresentando sua longa experiência como atuante em associações e entidades esportivas cariocas e do Brasil, dando tônica à necessidade de prática de esportes por mulheres e crianças.

De acordo com Kern (2016), em *Meninas feias e meninas bonitas* (1919), Fernando de Azevedo delega à mulher o compromisso com a eugenia na preparação de uma geração sadia, bela e forte. Mais uma vez, a ênfase recai na maternidade, na sua função de fecundadora de boas sementes para a colheita futura. A defesa pela prática da Educação Física entre as futuras mães, estava em consonância com os ideais difundidos no modelo escolar norte americano, na qual através das práticas físicas e dos estudos morais produziam corpos femininos “sadios e bem talhados, nervos postos à prova para a realização do propósito do amor e do papel bio-educativo que lhes está destinado” (AZEVEDO, 1919, p. 151 *apud* KERN, 2016, p. 165-166).

As conclusões dos trabalhos sobre Educação Física foram unanimemente aprovadas, o que indica a convergência de ideias sobre o tema, assim como sua importância da questão para a

Trabalhos (1929) nos informam. Nos jornais seu nome aparece como inscrito e como quem tomou parte do evento. Mas não sabemos ao certo em qual (is) reunião (ões) esteve presente.

²²¹ Mendes Castro ressaltou que em São Paulo estavam preparando a Semana da Cultura Physica, que ocorreria em setembro de 1929.

eugenia. Cultivar os hábitos físicos desde a infância resultaria em adultos saudáveis. É preciso considerar que nesse debate estava a preocupação com os militares, a força de defesa nacional, principalmente em conjunturas como as guerras²²². A Educação Física não era algo menor, uma vez que atuaria para depurar, regenerar e refinar a raça.

Em 06 de julho, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (PCBE), realizado na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, encerrou suas reuniões. Contando com a mesa diretora composta pelos presidentes Levi Carneiro e Fróes da Fonseca e seus respectivos secretários, Celina Padilha e Fernando Rodrigues da Silveira. Ficou acordado que os próximos continuariam a ser realizados pela Academia Nacional de Medicina, não excedendo o prazo de dois anos entre eles. A ideia foi unanimemente aprovada, assim como a proposta de que a mesa que compôs o PCBE se encarregasse de conceber o regulamento do próximo, bem como a manutenção das duas seções.

O PCBE representou um momento importante para a eugenia no Brasil findando a década de 1920. As ideias em circulação idealizaram o país do futuro, e apesar de serem múltiplas, distintas e polêmicas, foram conjugadas em torno do melhoramento racial. Podemos dizer que o certame forneceu subsídios para iniciativas e ações adotadas na década seguinte, marcada no Brasil pelo que se convencionou historicamente chamar Revolução de 30 e, mais significativamente no regime ditatorial de Vargas, o Estado Novo.

²²² O ano de 1929 marca pouco mais de 10 anos do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Justamente, a partir desse período, é possível constatar a força do debate eugênico no Brasil. A Educação Física, próxima das ideias eugenistas, apresentava-se como capaz de regenerar e melhorar a raça preparando os indivíduos para a nação que se esperava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de construção desse trabalho, nos deparamos com distintas concepções quanto à raça, presentes no Brasil desde finais do século XIX, como a eugenia e outras teorias correlatas, nas quais vigoraram ideias de superioridade, inferioridade e evolução. Dentre outros, foram nomes expoentes desses pensamentos João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, que ao lado de Edgard Roquette-Pinto representaram o país em Londres, no Congresso Universal das Raças (1911).

A tese *Sur le métis au Brésil*, apresentada em Londres, exprimiu uma interpretação identitária brasileira, carregada de uma visão prospectiva: a de tornar o Brasil um país racialmente mais branco. Sua conotação de brancura afirmava um ideário positivo, acentuado por uma virada no cenário nacional, com “fim” da escravidão (1888) e a instalação da República (1889). No entanto, tais fatos não alteraram significativamente as condições de vida de grande parte da população brasileira, visto que o país nos anos de 1910, passava por forte instabilidade social e econômica, com a população mais pobre, sofrida pela falta de assistência e políticas públicas sanitárias, por exemplo, que agravaram ainda mais a situação na qual se vivia, sujeita a endemias com elevadas taxas de mortalidade infantil, falta de saneamento e abandono.

O racismo científico colocou em debate a ideia de branqueamento da população, longe das “amarras” da degeneração da raça. Sendo a miscigenação vista sob diferentes vieses, por homens e mulheres de ciência como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Bertha Lutz, Heloísa Alberto Torres entre outros (as), foram concebidas noções que contribuíram para conformar o pensamento social brasileiro.

No plano internacional, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acentuou o debate sobre as qualidades e defeitos das raças e justamente nesse período foram realizadas intervenções sanitárias

no Brasil com mais afinco. A fim de debelar doenças e sanear, principalmente o espaço urbano, a eugenia esteve identificada ao como responsável pela saúde, moral e bons costumes. Passando pela higidez dos corpos e a organização do meio, perspectivavam curar um Brasil doente.

Nesse contexto, a década de 1920 foi marcada por um conjunto de ações que visavam construir um “novo” Brasil²²³ e, dentre as questões que se colocaram, seus idealizadores se viram diante do seguinte desafio: como pensar a pátria, sem pensar a criança brasileira?

Em 1927, o juiz de menores José Cândido de Mello Mattos promulgou o Código de Menores, legislação que estabeleceu medidas voltadas à proteção e assistência à infância. Nesse mesmo ano, Fernando de Azevedo, frente à Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, uniu-se a outros educadores a fim de ampliar o acesso à educação e determinar uma série de medidas nas escolas, considerando que essas ações estavam permeadas pelos debates higienistas e eugênicos.

Congressos aconteceram na década de 1920, que em sua totalidade contribuíam com os estudos que visavam propor projetos de Brasil. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia foi um deles. Nesse estudo, buscamos compreender qual foi o tratamento atribuído à infância entre os participantes do PCBE, realizado em 1929 na cidade do Rio de Janeiro. A capital republicana, foi palco desse evento, com o apoio do Presidente da República, Washington Luís (1926-1930), e de associações científicas da capital, que ao prepararam-se para comemorar o Centenário da Academia Nacional de Medicina propuseram o certame, sendo idealizado pelo presidente da Academia, Miguel

²²³ Destacamos como importante o ano de 1922 que somado a outros movimentos pensaram os avanços desde a Independência do país projetando iniciativas para os próximos anos, à exemplo da fundação do Partido Comunista do Brasil, da Revolta Tenentista, da Semana de Arte Moderna, da Exposição Internacional do Centenário da Independência.

Couto, tendo como presidente geral, Edgard Roquette-Pinto e secretário geral, Renato Kehl.

Na pesquisa realizada, procuramos fazer um deslocamento para perceber como esses e outros, homens e mulheres de diferentes campos de conhecimento significaram a eugenia e como através de seus discursos a infância foi pensada e perspectivada. Foi possível observar, que as vozes presentes ao PCBE ressoaram projetos distintos. No Congresso, encontraram espaço para expressar o que pensavam a respeito da infância e outros temas a ela correlatos, em seus trabalhos apresentados, por meio dos quais buscamos conhecer e refletir sobre suas ações e condutas.

Observamos que nas reuniões do PCBE nem toda ideia foi bem aceita, algumas foram contestadas, rebatidas e tiveram conclusões reprovadas. Mas no conjunto dos trabalhos, as ideias e propostas que traziam, permitiu captar o que estava em debate naquele momento, observar as tensões presentes em determinados assuntos como por exemplo, as que se referiam à imigração e à esterilização, temas que mais se aproximaram de uma eugenia negativa, de uma política segregacionista.

Boa parte dos projetos, mesmo que de forma implícita, concebeu a infância do amanhã, “sem manchas”, física, intelectual e moralmente pronta para a nação republicana, civilizada e moderna. Assim, a “semente da terra”, a “servidora da pátria”, o “corpo útil”, a infância, foi considerada fundamental para incutir os melhores valores e ensinamentos para forjar a boa raça nacional. Isso foi evidenciado pelos debates sobre a proteção à maternidade, ao casamento, à família e ao combate às “taras” degenerativas, como o alcoolismo, numa perspectiva regeneradora.

Em grande parte, essas ideias defendiam que a solução para tais males também dependia da melhoria do meio no qual se vivia, aproximando-se das concepções neolamarckistas. Ao colocarem os “frutos do amanhã” como importantes na constituição da raça, os eugenistas procuraram traçar “estratégias” (CERTEAU, 1998) para o alcance de uma melhoria progressiva e constante, buscando intervir no meio para extirpar os males do atraso e da degeneração.

No Congresso, diferentes espaços fizeram-se presentes. Certeau (1998) nos diz que “espaço é o lugar praticado”, pelos sujeitos que fazem, atuam e praticam. Neles, identificamos protagonismos e “redes de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003) nas quais estavam inseridos e, evidenciamos concordância comum sobre determinadas ideias, como foi possível ver, por exemplo, entre os médicos associados à Liga Brasileira de Hygiene Mental; entre Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca do Museu Nacional; entre a tríade católica Vilhena de Moraes, Joaquim Moreira da Fonseca e Barbosa de Oliveira na defesa do casamento.

A mortalidade infantil, apesar de ter se constituído como um problema nacional, só foi destacada por congressistas de São Paulo e Pernambuco, que buscaram mostrar as intervenções realizadas sobre as mães e crianças pobres em seus estados. Esse tema foi conectado a outros como o alcoolismo, tido como uma das principais taras degenerativas. Apesar de ser considerado como um mal social, o alcoolismo não foi tomado como assunto preponderante no documento que oficializou o evento, as *Actas e Trabalhos* (1929) do Congresso.

A maior parte dos projetos apresentados imprimiu uma visão regeneradora, na qual através da melhoria do meio se constituiria uma nova raça. Essa percepção demonstra o amálgama que era a eugenia brasileira até aquele momento. Outros congressistas, como por exemplo Roquette-Pinto imprimiram uma visão otimista sobre educação, higiene e saneamento. Apesar disso, seus estudos não se baseavam na perspectiva neolamarckista. Mendeliano, o médico e antropólogo considerava as características genéticas imutáveis, que se transmitiriam por meio dos cruzamentos raciais, sendo assim, a natureza seria mais importante que o meio (SOUZA, 2017). Assim, ao longo dos seus estudos antropológicos, Roquette-Pinto esteve cercado por embates em torno da sua defesa pelas potencialidades dos diferentes tipos raciais.

Nessa mesma direção, Renato Kehl, na edição de agosto, do *Boletim de Eugenia*, um mês após o Congresso, acentuou as diferenças entre eugenia e eugenismo, nos permitindo considerar

as distintas percepções que se apresentaram nos trabalhos. Na matéria publicada nesse periódico em outubro-dezembro de 1932, os redatores lamentaram a ausência da publicação dos outros trabalhos, bem como das conclusões aprovadas. Considerando-as “bastante uteis e oportunas neste momento de confusas reformas políticas e sociais” (1932, p. 86), transcreveram o que chamaram de “principais” conclusões, estas que apareceram, segundo eles também no *Boletín del Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia*, de Montevideú. As 31 conclusões²²⁴ consideradas importantes, foram sobre: imigração, alcoolismo, militares, educação, higiene mental, casamento, ambiente, mulher, paternidade e registro genealógico.

Nenhuma das conclusões “escolhidas” tratava da mortalidade infantil, nem da proteção à maternidade, mas como tema para ele preponderante estava a imigração. Não há como negar os impactos dos debates sobre esse tema no PCBE, do qual o jornalista Azevedo Amaral foi protagonista, no sentido de expor suas ideias em torno da melhoria racial defendendo a entrada de tipos considerados “superiores”. O outro tema tratado com grande relevância foi o do alcoolismo. Considerando terem sido essas duas conclusões primordiais, melhorar a raça era controlar a entrada dos estrangeiros no Brasil, verificando suas qualidades eugênicas e combater o alcoolismo, atribuindo ao vício o perigo na geração da prole.

Acreditamos que em outros movimentos de pesquisa, seja possível, adensar as análises acerca das redes de sociabilidades presentes no evento, dando foco às biografias dos congressistas, bem como nas produções textuais. A plêiade de congressistas abre muitas possibilidades de pesquisa, no que concerne principalmente a pensar a afirmação da ciência enquanto força motriz do pensamento social brasileiro na Primeira República (1889-1930). Sendo assim, reconhecemos que neste trabalho ficam abertas algumas lacunas e interrogações, que foram impostas pelas condições de pesquisa nos últimos tempos.

²²⁴ Cf. Anexo A, p. 273.

O interessante de pesquisar é que sempre podemos olhar por diferentes vieses. Dessa forma um mesmo objeto nunca se esgota, considerando os nossos lugares de fala, nossas vivências e experiências adquiridas ao longo da caminhada. Sobre qual infância os congressistas do PCBE se debruçaram ou pensaram? Entendemos que falaram sobre a infância do amanhã, preparando e divulgando a eugenia como meio a alcançar uma raça “perfeita”, distante dos vícios, do crime, da falta de educação, forte, hígida e com as melhores qualidades físicas e mentais. Que cor teriam essas crianças?

Ao pensarmos nos concursos de eugenia e de beleza, como os de Miss, percebemos uma perspectiva de perfeição assentada em medidas antropométricas consideradas ideais, entre corpos, cabelos, olhos, narizes e uma genealogia exemplar. Apesar das intervenções sobre os corpos, ainda assim, há resistência, com “táticas” (CERTEAU, 1998) e práticas que se autonomizam nas lutas cotidianas, e se configuraram desde as fugas das senzalas e do sincretismo religioso aos movimentos e organizações antirracistas da atualidade. O debate permanece, as raízes são profundas e ainda há muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

A CRUZ. Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 25 abr. 1937, p. 3-4.

A CRUZ. Confederação catholica. Rio de Janeiro, 14 jul. 1929, p. 3.

A GAZETA. Eugenia e Moral. São Paulo, 08 jul. 1929, p. 1.

A GAZETA. Na E'ra da Puericultura. São Paulo, 25 fev. 1929, p. 3.

A MANHÃ. O Centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 02 jul. 1929, p. 12.

A MANHÃ. Proesa de dois "pivettes". Rio de Janeiro, 20 jan. 1927, p. 7

A NOITE. Combatamos a syphilis infantil! Rio de Janeiro, 30 jan.1926, p. 2.

A NOITE. Não é constitucional a proihibição de entrada de imigrantes negros. Rio de Janeiro, 14 jul.1922, p. 2

A PROVINCIA. A acção da Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil. Recife 06 set. 1929, p. 17.

A PROVINCIA. Os congressos scientificos realizados ultimamente no Rio. Recife, 21 jul. 1929, p. 4.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 427-451, Nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000300005&lng=en&nrm=iso>. Acess em 02 Mar. 2021.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em: 20 de dez. de 2019.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/>> Acesso em: 20 dez. 2020.

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. Brasil teve quase 5 mil mortes violentas de crianças e adolescentes em 2019; 75% eram negros, revela Anuário. **G1**, São Paulo, 18 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/18/brasil-teve-quase-5-mil-mortes-violentas-de-criancas-e-adolescentes-em-2019-75percent-eram-negros-revela-anuario.ghtml>> Acesso em 03 jul. 2021.

ACTAS E TRABALHOS do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. 342 p. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788> Acesso em 05 set. 2019.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Robinson Henrique. **Medicina Legal entre Direito ou Medicina: o caminho de sua institucionalização no Brasil**. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13293/1/Robinson%20Henriques%20Alves.pdf>> Acesso em 28 jan. 2020.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da Literatura. **BIB**. n. 26, p. 3-37. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/bib-en-2/bib-26/399-infancia-e-sociedade-no-brasil-uma-analise-de-literatura/file>> Acesso em 10 jan. 2021.

ANDRADE, Geraldo de. Acta da terceira reunião. 03 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 22-27.

ANDRADE, Rosâny Espírito Santo de. Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as "degenerescências" do povo brasileiro (Rio de Janeiro – 1929). **Revista UNIABEU**. Belford Roxo, v.6, n. 14, setembro- dezembro 2013 Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/958>> Acesso em 07 jun. 2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>> Acesso em 15 dez. 2023.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HIGIENE MENTAL. Relatório Apresentado pelo Dr. Ernani Lopes na última sessão de Assembleia Geral ordinária, em março de 1929. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, dezembro 1929, p. 160.

ARCHIVOS DE ASSISTENCIA A INFANCIA. Heliotherapium. Rio de Janeiro, n. 2, julho – dezembro 1925, p. 34

AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. Abandono da raça. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 19 jun. 1929, p. 1 e 5.

AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. Acta da segunda reunião. 02 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 16-22.

AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 327-340.

BARBOSA, Adriana Simeone. Teatro Municipal do Rio de Janeiro: uma leitura representativa da cidade. In: **SiGraDi 2002 -VI Congresso Ibero-Americano de Gráfica Digital**, 2002, Caracas. SiGraDi 2002 - VI Congresso Ibero Americano de Gráfica Digital. Caracas: Ediciones Universidad Central de Venezuela, 2002. p. 67-70. Disponível em: <<http://papers.cumincad.org/data/works/att/c56b.content.pdf>> Acesso em 05 de mai. 2020.

BARBOSA, Ana Mae. O ensino da arte e do design quando se chamava desenho: reforma Fernando de Azevedo. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 19-52, jul. / out. 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2014/06/1.pdf>> Acesso em 01 out. 2020.

BASEIO, Maria Auxiliadora Fontana; SILVA, Lourdes Ana Pereira; SERGL, Marcos Júlio. Identidade nacional brasileira em O Guarani: literatura e música em diálogo. Niterói: **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 36, v. 21, 2019. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/500/648>> Acesso em 22 agos. 2020.

BELLEZA, Newton. Consanguinidade. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 293-298.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992 358p.: il. - (Biblioteca Carioca; v. 11).

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLETIM DE EUGENIA. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, ano I, nº. 3, mar. 1929, p. 4.

BOLETIM DE EUGENIA. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, abr. 1929, p. 4.

BOLETIM DE EUGENIA. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. Rio de Janeiro, ano I, nº. 5, 1929, p. 1.

BOLETIM DE EUGENIA. Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, ano IV, nº. 40, dez. 1932, p. 86-89.

BOLETIM DE EUGENIA. Scenas deprimentes. Rio de Janeiro, ano 1, nº. 2, mar. 1929, p. 4.

BONFIM, Paulo Ricardo e KUHLMANN Jr., Moysés. A infância no horizonte médico paulista (1918-1929): uma análise das propostas relacionadas à infância e sua educação no âmbito da higiene e da eugenia. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá (MT), 2013. Disponível: [http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia%20no%20horizonte%20medico%20paulista%20\(1918-1929\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20impressos-%20intelectuais%20e%20historia%20da%20educacao/a%20infancia%20no%20horizonte%20medico%20paulista%20(1918-1929).pdf). Acesso: 20 de dez. 2020.

BONFIM, Paulo Ricardo. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2013. Disponível em: <<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/1797223016470645.pdf>> Acesso em 02 jan. 2021.

BONFIM, Paulo Ricardo. Educação Eugênica. **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 2, p. e17449, 28 abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/17449>> Acesso em 01 de nov. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, July 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em 13 de jan. 2020.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Decreto nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm> Acesso em 02 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 18.641**, de 11 de Março de 1929. Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 300:000\$000, para auxiliar as despesas decorrentes da comemoração do 1º Centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, março de 1929. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18641-11-marco-1929-512923-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 29 de ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.867, de 5 de novembro de 1924. Institue o dia 12 de outubro para ter lugar em todo o território nacional o dia de festa da criança. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4867-5-novembro-1924-566474-publicacaooriginal-90038-pl.html>> Acesso em 04 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.534**, de 10 de dezembro de 1997. Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19534.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.534%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201997.&text=D%C3%A1%20nova%20reda%C3%A7%C3%A3o%20ao%20art.&text=1%C2%BA%20da%20Lei%20n%C2%BA%209.265,se>

rvi%C3%A7os%20notariais%20e%20de%20registro.> Acesso em 09 mar. 2021.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995. 144 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/t7>> Acessado em 24 de set. 2019.

BULHÕES CARVALHO, José Luiz Sayão de. Estatística dos tarados no Brasil. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 225-263.

CAMARA, Sônia. “Celebrar o Brasil, monumentalizar a infância: o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção e Assistência à infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança (1922)”. SANTOS, Maria C. Ferreira et al. (org.). **Intervenções dialógicas: debates sobre educação, ciência e museus**. Curitiba: Appris, 2020.

CAMARA, Sônia. “Da Esperança Sutil à Realidade Forte”: a Liga Brasileira Contra a Tuberculose e os projetos de assistência à infância nas décadas de 1920 a 1930. **Anais do XVI Encontro regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 2014b. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400509839_ARQUIVO_completocompacto.pdf> Acesso em 16 out. 2020.

CAMARA, Sônia. A arte de educar e prevenir crianças: as Conferências de higiene Infantil do instituto de proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901-1907). In: CAMARA, Sônia (org.). **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014a.

CAMARA, Sônia. A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 4, n. 2 [8], p. 159-180, jul-dez 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38684>> Acesso em 02 mai. 2021.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação**. 2017, 21(53), 199-218. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321652605014>> Acesso em 20 jan. 2021.

CAMARA, Sônia. Por uma Ação Preventiva da Infância: as Conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901 a 1907). Belém: **XXVII Simpósio Nacional de História** - ANPUH, 2013b.

CAMARA, Sônia. **Reinventando a Escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2013a.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Ministerio_justica_negocios_interiores.pdf> Acesso em 17 agos. 2020.

CAMPOS, Cristina de. O sanitarista, a cidade e o território. a trajetória de geraldo horácio de Paula Souza em São Paulo. 1922 – 1927. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 11, p. 74-89, 2002. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v11i0p74-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47530>. Acesso em: 1 agos. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARETA. A feira de amostras. Rio de Janeiro, n. 1098, 06 jul. 1929, p. 16.

CARNEIRO, Levi. Educação e Eugenia. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 107-116.

CARNEIRO, Levi. Leis e tendencias legislativas em favor da infancia, contemporaneas da Guerra Européa. **Terceiro Congresso Americano da Criança e Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância**. Rio de Janeiro, 1922, p. 315-362.

CARVALHO, Beni. Belleza Scientifica. Revista **Fon Fon**. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 16, 20 abr. 1929.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro v. 10, n. 3, p. 901-930, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020030003000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jan. 2021.

CASTRO BARRETO, Maternidade consciente. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 321-325.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-03.pdf>> Acesso em 15 nov. 2020.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de; FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. Belisário Penna, combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. **Saude soc.**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 848-857, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jan. 2020.

CASTRO, Maria Antonietta Mendes de. A garrafa, a taça e a moringa. **O Tico-tico**. Rio de Janeiro, 05 fev. 1930, p. 25.

CASTRO, Maria Antonietta Mendes de. Pela redução da mortalidade infantil. **Correio Paulistano**. São Paulo, 12 jul. 1929, p. 5.

CASTRO, Maria Antonietta Mendes de. Semana Anti-alcoolica. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, dezembro de 1929, p. 140- 141.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes ;revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COCKELL, Marcela. **Manoel Bomfim: um intelectual polêmico e engajado na Belle Époque tropical (1898-1914)**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:<https://www.dropbox.com/s/lbcnkmjh73bx74q/Marcela%20Cockell_%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?dl=0> Acesso em: 23 de out. 2019.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Rio de Janeiro, 1929. **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. 342 p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3

CORREIO DA MANHÃ. Designações de regentes de turma da Escola Normal. 15 mar. 1917, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. Exoneração e nomeação na agricultura. Rio de Janeiro, 28 out. 1928, p. 8.

CORREIO PAULISTANO. 2º Concurso de Robustez Infantil. São Paulo, 26 fev.1929, p. 6.

CORREIO PAULISTANO. Centenário da Academia Nacional de Medicina. São Paulo, 07 jul. 1929, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. Concurso de Eugenia. São Paulo, 04 jan. 1929, p. 9.

CORREIO PAULISTANO. Concurso de Eugenia. São Paulo, 07 dez. 1928, p. 7.

CORREIO PAULISTANO. Concurso de Eugenia. São Paulo, 20 set. 1927, p. 9.

CORREIO PAULISTANO. Concurso de Eugenia. São Paulo, 28 nov. 1928, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. Sociedade de Medicina e Cirurgia. São Paulo, 05 out. 1926, p. 4.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COUTO, Miguel. Comemoração do 99º aniversário de sua fundação..., **O Paiz**. Rio de Janeiro, 01 jul. 1928. p. 2.

COUTO, Miguel. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 7.

COUTTS, Waldemar. Herencia psíquica intra-uterina. **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 271-276.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Sci. viga**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, junho de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2019.

DIARIO CARIOCA. Os congressos commemorativos do centenario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 02 jul. 1929, p. 3.

DIARIO NACIONAL. “É hora de pensar na raça”. São Paulo, 27 fev. 1929, p. 6.

DIARIO NACIONAL. Acta do Concurso de Eugenia. São Paulo, 26 fev. 1929, p. 6.

DIARIO NACIONAL. O 1º Centenário da Academia Nacional de Medicina. São Paulo, 02 jul. 1929, p. 2.

DIARIO NACIONAL. O 1º Centenário da Fundação da Academia Nacional de Medicina. São Paulo, 23 nov. 1928, p. 10.

DIARIO NACIONAL. Pelo futuro da raça. São Paulo, 28 jun. 1929, p. 3.

DIAS, Amália; JARA, Isabela Bolorini. Educação e emancipação feminina em Celina Padilha, a “educadora transviada” (1927-1930). **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017. Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8209/5053>> Acesso em 09 jan. 2020.

DICIONÁRIO DA ELITE POLÍTICA REPUBLICANA (1889-1930) – CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em 27 jan. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.Fiocruz.br/>> Acesso em 13 agos. 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DREYFUS, André. O estado actual do problema de hereditariedade. **Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929. p. 87-97.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARANI, Alberto. Acta da sétima reunião. 07 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 37-39.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11ª ed. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Didática, 1)

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor e AZEVEDO, Nara: A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde— Manguinhos**, IV (3): 475-491, nov. 1997-fev. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a04.pdf>> Acesso em 14 agos. 2020.

FOLHETOS EDUCATIVOS DO MUSEU DA HIGIENE. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 1922.

FONTENELLE, Jorge Dyott. Regimen Penitenciario. A Epocha. Rio de Janeiro, ano III, n. 15, 1908, p. 9-11.

FONTENELLE, Oscar. O delicto de contagio. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

FRANCESCON, Marcela Cristiane Cavalheiro Miranda. **Eugenia, corpo e educação sexual: imagens e interpretações sobre**

mulheres na obra de Renato Kehl (1920-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati (PR), 2017. Disponível em: <<https://www3.unicentro.br/ppgh/wp-content/uploads/sites/47/2018/12/MARCELA-CRISTIANE-CAVALHEIRO-MIRANDA-FRANCESCON.pdf>> Acesso em 19 jan. 2021.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

FRÓES DA FONSECA, Álvaro. Os grandes problemas da Anthropologia. **Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929. p. 63-86.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Comemoração do centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 02 jul. 1929, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Concurso de Robustez. Rio de Janeiro, 10 jul. 1902, p. 2.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl.** 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 15 dez. 2020.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul. 1993. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954>>. Acesso em: 16 Out. 2020.

GONÇALVES, Honorino. Chroniqueta carioca. **O Dia**. Curitiba (PR), 24 de maio de 1929, p. 1.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004a. 562p.

GONDRA, José Gonçalves. Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 121-161, jul. /dez. 2004b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10353/9627>> Acesso em 01 de mar. 2021.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos CEDES* [online]. 2003, v. 23, n. 59, pp. 25-38. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/rLx5HWw8CdbkLhZ3v5Rvcbf/?lang=pt#ModalArticles>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

HAAG, Marcelle Pauline Rodrigues da Costa. **O Concurso de Robustez Infantil: da alimentação materna ao ideal eugênico no Rio de Janeiro (1902)**. 42f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2020.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. p. 233-273, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 nov. 2021.

In: *Revista de Ciências Políticas*. v. 23, n.3, pp 117-160, jul./set. 1978. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59839/58163>> Acesso em 10 agos. 2021.

JORNAL DO BRASIL. O café e o alcoolismo. Rio de Janeiro, 05 jun. 1929, p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Os congressos medicos. Rio de Janeiro, 04 jul. 1929, p. 10.

JORNAL DO COMMERCIO. Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 30 de jun. 1929, p. 7.

JORNAL DO RECIFE. A devastação da infancia. Recife, 02 set. 1927, p. 1.

JORNAL DO RECIFE. Assistencia social. Recife, 06 set. 1929, p. 1

JORNAL PEQUENO. Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil. Recife, 29 fev. 1928, p. 1.

JOSGRILBERG, Fabio B. **Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, dezembro 1925, p. 69 -74.

KEHL, Renato. A Eugenia no Brasil. **Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. 1929. p. 45-61.

KEHL, Renato. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. I, n. 4, abril 1929, p. 1.

KEHL, Renato. Crianças bonitas. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 14 mai. 1927, p. 20.

KEHL. Fundo Renato Kehl, Casa de Oswaldo Cruz /Fiocruz, s.d.

KERN, Gustavo da Silva. **“Educar é eugenizar”**: **racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)** 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148600>> Acesso em 02 jul. 2020.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. Entre antropologia e medicina: uma análise dos estudos antropológicos de Álvaro Fróes da Fonseca nas décadas de 1920 e 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 687-704, set. dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a05v7n3>> Acesso em 10 jan. 2020.

LACERDA, João Baptista de. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários**. Papellaria Macedo, 1912. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/16>> Acesso em 20 nov. 2020.

LACERDA, João Baptista de. **Sur le métis au Brésil**. In: Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911. Paris: Devouge. 1911. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>> Acesso em 20 nov. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Jorge de. A procriação voluntária do sexo de acordo com a época da coabitação. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 277-292.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 23-40. ISBN: 978- 85-7541-517-7. Available from: doi: 10.7476/9788575415177. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>> Acesso em 11 nov. 2020.

LINHALES, Meily Assbú. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). **Revista Educar**,

Curitiba: Editora UFPR, n. 33, p. 75-91, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n33/06.pdf>> Acesso em 25 abr. 2021.

LOPES, Ernani. Acta da terceira reunião. 03 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 22-27.

LOPES, Raimundo Hélio; NOLL, Izabel, Vera. Calos Penafiel. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENAFIEL,%20Carlos.pdf>> Acesso em 17 agos. 2020.

LOPES, Thaís Rosa dos Santos. **A Higiene Mental no Pensamento Social de Arthur Ramos no Rio de Janeiro de 1933 a 1934: medicina e educação**. Monografia (Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2012. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/trsl.pdf>> Acesso em 01 out. 2020.

LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima. **Condenados pela civilização: a eugenia e o projeto de aperfeiçoamento físico e moral da população brasileira nas três primeiras décadas do século XX**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. 167f. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/33901>> Acesso em 25 jan. 2020.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Espaço e Cultura**. v. 18, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994>> Acesso em 04 jan. 2021.

MAGALHÃES, Alfredo. Educação eugénica em geral. Consciência da responsabilidade eugénica na família, nas escolas, nas universidades. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador: n. 12, junho de 1930, v. 60, p. 523-544.

MAGALHÃES, Fernando. Acta da segunda reunião. 02 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 16-22.

MAGALHÃES, Fernando. Congresso Brasileiro de Eugenia. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 06 jul. 1929, p. 4.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MASIERO, André Luis. A psicopatologia na obra de Renato Ferraz Kehl. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 164-178, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 nov. 2020.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos de. Acta da terceira reunião. 03 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 22-27.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos de. Eugenia e acordo conjugal. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1929.

MELLO LEITÃO, Cândido Firmino. Acta da terceira reunião. 03 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 22-27.

MELLO LULA, João Clementino de. A elite intellectual do Brasil e a comunhão do dia 13 no Rio. **O Fluminense**. Niterói, 16 mai. 1929, p. 1.

MENEZES, Lená Medeiros de. Bastidores: Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. — v. 10, n. 2 (jul./dez. 1997). — Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997. p. 3-16.

MENOTTI DEL PICCHIA, Paulo. Cousas Brasileiras. **Correio Paulistano**. São Paulo, 13 dez. 1923, p. 5.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. Amuletos e abusões. 22ª Conferência sobre Hygiene Infantil. **Archivos de Assistencia à Infancia**, 1907.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. O alcool e a creança: reprodução de quadros no Museu da Infancia. **Collecção das Leis Provinciaes de Mato Grosso (MT)**, 1929.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. O dia das mães. **Archivos de Assistencia à Infancia**, n.2, julho-dezembro 1925, p. 7-8.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. Os amuletos e abusões – bugigangas usadas por creanças no Rio de Janeiro. **Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz**, 1922.

MOREIRA, Regina da Luz. Sebastião Leme. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. (Orgs.) **O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância**. São Paulo: Grifo, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. "Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas" - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

MURARI, Luciana. A mestiçagem da alma: literatura, crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós 1870. **Itinerários – Revista de Literatura**. Araraquara, n. 23, p. 175-190, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.flcar.unesp.br/itinerarios/article/view/2832>> Acesso em 23 jan. 2021.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; FERREIRA, Luiz Otávio. Da hereditariedade à pobreza: combate à tuberculose e ao bócio na infância em tempos de eugenia. In: MOTA, André; MARINHO, Gabriela S. M.

C. (orgs.). **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Cinthya de Oliveira. **“A cidade vai ao campo”: o serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Wi2NomEjeFWhGUbqavFyUOHFdo3qrXHI/view>> Acesso em 10 mai. 2020.

O JORNAL. O 1º centenário da Academia de Medicina. Rio de Janeiro, 10 jul. 1929.

O JORNAL. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 1.

O PAIZ. Echos e Factos. Aperfeiçoamento. Rio de Janeiro, 19 mai. 1929, p. 3.

O PAIZ. Echos e Factos. Boa semente. Rio de Janeiro, 24 abr. 1929, p. 3.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 02 jun. 1929 p. 6.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 24-25 jun. 1929 p. 1.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 26 jun. 1929 p. 1.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 29 jun. 1929 p. 1-2.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 1 e 5.

O PAIZ. O centenário da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 01-02 jul. 1929, p. 7.

O PAIZ. O Directorio Academico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no centenario da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 27 jun. 1929 p. 5.

O PAIZ. Pela formação eugénica da raça brasileira. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 1-2.

OLIVEIRA, William Vaz de. A importância dada aos estudos genealógicos e às biografias familiares na Campanha Eugénica brasileira nas primeiras décadas do século XX. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v.32, n.2, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/53104>> Acesso em: 04 jan. 2021.

OVERNÉ, Cláudio Amaral. **O Departamento Nacional da Criança e a gestão de Olímpio Olinto de Oliveira, a “arte de cultivar a infância, a sementeira da pátria” (1940 a 1945)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8349868> Acesso em 17 dez. 2023.

PADILHA, Celina. Sobre a educação sexual. IN: COSTA, Maria José F. Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org.). **I Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, Apr. 1999. Disponível em: <<http://www>.

scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 nov. 2020.

PAZ SOLDAN, Carlos Enrique. Acta da quinta reunião. 05 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 31-35.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PIMENTEL DE OLIVEIRA, Emílio. Acta da quinta reunião. 05 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 31-35.

PORTO CARRERO, Julio Pires. O exame pre-nupcial como factor eugenico. 1929. In: **Archivos Brasileiros de Hyiene Mental**. Rio de Janeiro, Ano VI, n.2., abril- junho de 1933, p. 87-94.

RANGEL, Jorge Antonio. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RECASENS, Sebastian. Eugenia e procreação. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, abril 1929, p. 1.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-40)**. 373 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/Unicamp, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281180/1/Reis_JoseRobertoFranco_M.pdf> Acesso em 28 mar. 2021.

RELATÓRIO DOS TRABALHOS EXECUTADOS PELO POSTO DE MERITY. Rio de Janeiro: **Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz**, 1919.

REVISTA A.B.C. Actualidades e Problemas Sociaes e Problemas Cientificos. Rio de Janeiro, ano XIV, n. 708, 29 set. 1928, p. 4.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 10, 09 mar. 1929, p. 52-53.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 27, 06 jul.1929, p. 36-40.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. **Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)**. 337 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp057033.pdf>> Acesso em 10 agos. 2020.

RIBEIRO, João. Resenha sobre Lições de Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 6-7, junho-julho 1929, p. 6.

RIBEIRO, Leonídio. A idade e o casamento. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 315-320.

RIEDEL, Gustavo Kohler. O Dispensario Psychiatrico como elemento de educação eugenic. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 305-307.

RIGO, Reynaldo. Os congressos medicos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 de jul 1929, p. 10.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROBERTO, Jodar de Castro. **Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)**. – 2019. 220 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/#> acesso em 01 out. 2020.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 24, p. 69-104, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2020.

RODRIGUEZ STURLA, Pablo; FERRO, Claudia Mabel; LOPEZ, Guillermo. La actuación del Dr. Juan Ramón Beltrán en la Facultad de Filosofía y Letras, UBA. (1921-1947). **VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXII Jornadas de Investigación XI Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR**. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/000-015/146.pdf>> Acesso em 02 ou. 2020.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Acta da quinta reunião. 05 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 31-35.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Acta da segunda reunião. 02 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 16-22.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Acta da sessão inaugural. 01 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 11-12.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. O centenário da Academia Nacional de Medicina. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 de jun. 1929, p. 10.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Congresso de Eugenia. **Diário Nacional**. São Paulo, 06 de jul. 1929, p. 3.

ROQUETTE-PINTO. Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil. n: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 119-147.

RUSSOMANO, Victor. Acta da quarta reunião. 04 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 27-31.

RUSSOMANO, Victor. As senhoras grávidas. **O Regional**. Porto Alegre, 28 mai. 1927, p. 4.

SÁ, Guilherme José da Silva e et al . Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 197-208, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 jan. 2021.

SANGLARD, Gisele. A Primeira República e a Constituição de uma Rede Hospitalar no Distrito Federal. In: PORTO Ângela et al. (orgs). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SANTOS, Alessandra Rosa. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. 126f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <<http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/santosar.pdf>> Acesso em 15 nov. 2020.

SANTOS, Ricardo Ventura e MAIO, Marcos Chor. Qual 'Retrato do Brasil': Raça, Biologia, Identidades e Política na era da Genômica. **Mana - Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-95, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n1/a03v10n1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. Felismina e libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 19, n. 46, p. 145-165, Aug. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000200145&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 07 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Clara dos Anjos e as cores de Lima. **Sociol. antropol.** Rio de Janeiro, v.07, p. 125–155, abril 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/XsRYwnXqHNq4S6J4smwGKpd/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 02 mar. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Fontes. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, março de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de set. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, Alessandra Moura da. **Entre a assistência médica infantil e a regeneração da infância pobre escolar: a atuação do médico Almir Madeira a partir do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói de 1914 a 1929.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LIXsIzC5U4gGTMY231RkAWBD19AFIEPj/view>> Acesso em: 30 mai. 2021.

SILVA, André Luiz dos Santos. **Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física**. Porto Alegre: Orquestra, 2014.

SILVA, Maria de Lourdes. Polícia de costumes, drogas e educação na capital federal nos anos 1920-30. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, Proped/Uerj, v. 11, n. 23, p. 3-22, 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24127>> Acesso em 28 mar. 2021.

SILVEIRA, Fernando da. Acta da segunda reunião. 02 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 16-22.

SILVEIRA, Fernando da. Biometrica. **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 99-106.

SIMILI, Ivana Guilherme. As roupas como documentos nas narrativas históricas **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 237-261, janeiro-junho, 2016. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/484/885>> Acesso em 10 agos. 2020.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. / 163 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro: s.n. 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de . Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de

Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul-dez 2008. Disponível em:<https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=12> Acesso em 12 set. 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 763-777, Sept. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, Dec. 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900093&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em 13 mar. 2021

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006b. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6134> Acesso em 06 out. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Rio de Janeiro: FGV Editora e Editora Fiocruz, 2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional** 11(2): 29-70 , Inverno, 2006a. Disponível em:<<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2230>> Acesso em 02 out. 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a08v7n3.pdf>> Acesso 31 de out. 2019.

STEPAN, Nancy L **A Hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VAZ, Franco. **A infância abandonada**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

VEIGA, Cynthia G.; GOUVEA, Maria C. Comemorar a infância, celebrar qual criança? festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. In: VIDAL, Diana (org.) **Em foco: A infância na história**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 1, jan/jun. 2000.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VOKS, Douglas Josiel. As representações sociais sobre as mulheres na revista *Careta* (1910 - 1920): entre a mulher ideal e a independente. **Temporalidades**, Belo Horizonte, Vol. 4, n. 1 (Jan.

/Jul. 2012). Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5493>> Acesso em 04 mar. 2021.

VÔVÔ. Exercícios de gymnastica. Lições de vovô. **O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 1196, 05 set. 1928, p. 5.

WARDE, Mirian Jorge; ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 35-50, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000400035&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2020.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). **Varia Historia** [online]. 2017, v. 33, n. 61 [pp. 79-107]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/M5wjvmdn4QYV9Y9t9JL3bhx/?lang=pt#>>. Acesso 07 jun. 2021.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 mai. 2020.

XAVIER DE OLIVEIRA, Antônio. Acta da segunda reunião. 02 de julho de 1929. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. p. 16-22.

XAVIER, L. N. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, M. do C. (Org.) Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.21-38.

ZANIANI, Ednéia José Martins; Silva, Lorena Maria da. Produzir a infância, construir um país: interfaces entre higiene mental e eugenia. In: BOARINI, Maria Lúcia (org.). **A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta**. Maringá: Eduem, 2019.

APÊNDICE A – Levantamento bibliográfico

Quadro 1 - Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Palavra-chave: Congresso de Eugenia Seleccionados: 02

Autor (a)	Instituição	Ano	Título
LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima.	Mestrado em História Universidade de Brasília	2011	Condenados pela civilização: a eugenia e o projeto de aperfeiçoamento físico e moral da população brasileira nas três primeiras décadas do século XX'
BONFIM, Paulo Ricardo.	Mestrado em Educação Universidade São Francisco	2013	A Educação no Movimento Eugênico Brasileiro (1917-1933)'

Quadro 2 - Google Acadêmico

Palavra-chave: Congresso de Eugenia Selecionados: 06

Autor (a)	Ano	Título
CASTAÑEDA, Luzia Aurelia	2003	Eugenia e casamento
SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al.	2009	Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil
GONÇALVES, Assis da Silva	2011	Eugenia em debate: Medicina e Sociedade no I Congresso Brasileiro de Eugenia
ANDRADE, Rosâny Espírito Santo de Andrade	2013	Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as "degenerescências" do povo brasileiro (Rio de Janeiro–1929)
WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de	2013	Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil
SOUZA, Vanderlei Sebastião de.	2016	A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930

APÊNDICE B - Quadros com matérias localizadas em periódicos

Quadro 1 – O Jornal (RJ)

Período: 1921-1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 17

Total de matérias selecionadas: 16

Data	Coluna	Título	Autor	Pág,	Assunto
31/05/1921	O Jornal dos Jornaes: Ideas de hontem	O imparcial “Pela infancia”	N/L	1	Sobre o Congresso de Eugenia de 1921 que sugere algumas considerações sobre o problema da infância, em especial no Rio de Janeiro
23/12/1927	-	Cuba - A inauguração do Congresso de Eugenia e Homocultura	N/L	1	Inauguração do Primeiro Congresso Pan-Americano contando com 12 países latino-americanos.
22/07/1928	-	A criação da mentalidade eugenica	Azevedo Amaral	2	O autor expõe sua opinião sobre o Congresso de Eugenia
18/09/1928	-	A Eugenia na Europa e no Brasil	N/L	4	Entrevista com Renato Kehl
20/03/1929	-	Congresso de Eugenia	N/L	4	Sobre a importância do Congresso de Eugenia
19/04/1929	-	Congresso de Eugenia	N/L	2	Anúncio dos nomes do presidente e secretária da Seção de Educação: Levi Carneiro e Celina Padilha, além do endereço para o encaminhamento de correspondência para o Edifício Sylogeu.
20/06/1929	-	Congresso de Eugenia	N/L	4	Ponderações sobre o Congresso de Eugenia

25/06/1929	-	Centenario da Academia Nacional de Medicina- 1º Congresso Brasileiro de Eugenia	Renato Kehl	5	O autor traz um pouco do Congresso de Eugenia e das delegações estrangeiras que vieram à comemoração do centenário da ANM
02/07/1929	-	O 1º Centenário da Academia de Medicina		1 e 4	Sobre as solenidades e os congressos da ANM
04/07/1929	-	O 1º Centenário da Academia de Medicina	N/L	1	Sobre os atos comemorativos e resumo dos congressos
07/07/1929	Vida Literaria	Limites da Eugenia	Tristão de Athayde	4	Críticas ao Congresso de Eugenia
09/07/1929	-	O 1º Centenario da Academia de Medicina - Os ultimos actos commemorativos	N/L	3	Resumo do último dia
21/07/1929	Vida Literaria	Limites da Eugenia II	Tristão de Athayde	4	Críticas à ciência eugênica
27/07/1929	-	Cuidando do maior patrimônio nacional: o homem	N/L	3	Entrevista com Geraldo de Andrade, delegado de Pernambuco sobre o Congresso de Eugenia.
11/08/1929		A logica do absurdo	Mendes Fradique	18	Crítica à Medeiros e Albuquerque e Vilhena de Moraes sobre acordo conjugal.
01/09/1929	-	De antropofagia	N/L	2	Oswald de Andrade fala do movimento de antropofagia e em pequeno trecho critica às questões sobre castidade do Congresso de Eugenia.

Quadro 2 – O Paiz (RJ)

Período: 1921-1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 12

Total de matérias selecionadas: 12

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
30/05/1921	-	Eugenia	N/L	4	Sobre o Congresso de Eugenia de Nova York
10/06/1921	-	O Congresso de Eugenia	N/L	3	Sobre o Congresso de Eugenia de Nova York
24/04/1929	-	Boa semente	N/L	3	Sobre o Congresso de Eugenia
19/06/1929	-	Abandono da Raça	Azevedo Amaral	1 e 5	Sobre a urgência de discutir o problema da raça no Congresso de Eugenia
23/06/1929	Telegrammas, cartas e informações dos estados	São Paulo	N/L	7	Anúncio da composição da delegação de São Paulo ao Congresso com Pacheco Silva e Moraes Mello
26/06/1929	Echos e Factos	Eugenia, palavra magica	N/L	3	Exaltação à eugenia e ao Congresso
01-02/07/1929	-	As solenidades comemorativas do centenário da Academia Nacional de Medicina	N/L	1, 5 e 7.	Sobre as solenidades e os congressos
04/07/1929	-	As comemorações do centenario da Academia de Medicina	N/L	1 e 6	Sobre as solenidades e congressos

04/07/1929	-	Instituto dos Advogados	N/L	9	Informando que no Instituto dos Advogados, no sábado, não haveria palestra por ocasião das apresentações do Congresso de Eugenia.
05/07/1929	-	As comemorações do Centenario da Academia de Medicina	N/L	1 e 4	Sobre as solenidades e congressos
06/07/1929	-	As comemorações do Centenario da Academia de Medicina	N/L	1 e 4	Sobre as solenidades e congressos
11/07/1929	Echos e Factos	Para melhorar a nossa gente	N/L	3	Sobre a importância do Congresso de Eugenia

Quadro 3 – Jornal do Brasil (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 11

Total de matérias selecionadas: 07

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
23/02/1929	-	O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	6	Entrevista com Roquette-Pinto sobre o Congresso de Eugenia
22/06/1929	A Sessão da Câmara	O centenario da Academia de Medicina - O discurso do Sr. Marrey Junior - Notas	N/L	10	Sobre o discurso de Oscar Fontenelle na Câmara, na qual exalta a ANM e enaltece a iniciativa de Miguel Couto pelo PCBE.
27/06/1929	-	O Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	10	Entrevista com Roquette-Pinto que fala da organização do Congresso de Eugenia
04/07/1929	-	Os congressos médicos	N/L	10	Resumo do PCBE e entrevista com Reynaldo Rigo a respeito do seu trabalho sobre imigração
04/07/1929	-	Escola Normal - Edital	Carlos Leoni Werneck (diretor)	20	Expediente do dia 03/07/1929, comunicando aos catedráticos e docentes que foram considerados membros natos do Congresso de Eugenia.
05/07/1929	-	Congressos Medicos	N/L	11	Resumo dos congressos
07/07/1929	-	Encerraram-se hontem, brilhantemente os Congressos Medicos reunidos nesta capital em comemoração ao 1º centenário da Academia Nacional de Medicina	N/L	9	Resumo dos congressos e sobre a presença dos secretários no Sylogeu para dar informações aos congressistas, das 14h às 15h.

Quadro 4 – Diário Nacional (SP)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 12

Total de matérias selecionadas: 08

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
17/03/1929	Vida Medica	Congresso de Eugenia	Leonidio Ribeiro	10	Sobre a organização do Congresso de Eugenia
28/06/1929	-	Pelo futuro da raça	N/L	3	Exaltação ao Congresso de Eugenia
05/07/1929	-	O 1º Congresso de Eugenia	N/L	6	Ofício de convocação ao congresso de Eugenia do professor Miguel Couto
06/07/1929	-	O Congresso de Eugenia	Roquette-Pinto	3	Impressões do autor ao término do 2º dia de Congresso
10/07/1929	-	Ainda os Congressos Medicos	N/L	2	Nota dizendo que o Oscar Coelho, inspetor da Polícia Marítima, apresentou trabalho sobre imigração no PCBE
17/07/1929	Vida Medica	A idade e o casamento	Leonidio Ribeiro	4	Parte do trabalho apresentado pelo autor no PCBE
23/07/1929	-	Eugenia e acordo conjugal	N/L	4	Informe sobre a publicação do “curioso” trabalho “Eugenia e acordo conjugal” de Medeiros e Albuquerque no Jornal do Commercio, “que tantos debates suscitou”
25/07/1929	-	O Congresso de Eugenia	Castro Barreto	3	Impressões do autor sobre o PCBE

Quadro 5 – Jornal Do Commercio (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 10

Total de matérias selecionadas: 06

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
30/06/1929	-	Diversas notícias	N/L	9	Organização dos trabalhos dos congressos
01-02/07/1929	Hontem	1º Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	4	Resumo dos congressos
05/07/1929	Hontem	Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	3	Resumo da 1ª reunião da seção de Antropologia do PCBE
07/07/1929	-	O centenário da Academia Nacional de Medicina - Uma homenagem	N/L	9-10	Resumos dos congressos e nota sobre homenagem ao deputado Amaury de Medeiros realizada no encerramento do PCBE
28/07/1929	Notas Literarias	Réplicas e Tréplicas	N/L	3	Impressões do autor sobre a atuação de Levi Carneiro no PCBE e crítica ao Regimento Interno
28/07/1929	-	Eugenia e Logica	Vilhena de Moraes	11	Texto enviado ao redator por Vilhena de Moraes sobre a publicação de Medeiros e Albuquerque

Quadro 6 – Correio da Manhã (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 09

Total de matérias selecionadas: 07

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
18/01/1929	-	O delicto de contagio	Oscar Fontenelle	3	Oscar Fontenelle, deputado, traz um pouco sobre projetos de lei em torno da eugenia para resolução do contágio por doenças venéreas
03/07/1929	-	O centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	3-6	Sobre os congressos e solenidades da ANM. Ex.: Visita ao preventório Dona Amélia e fundação do hospital Graffrée-Guinle.
04/07/1929	-	O centenário da Academia Nacional de Medicina -	N/L	3	Alteração para Primeiro Congresso Americano de Eugenia, por proposta de Xavier de Oliveira e adiamento da inauguração do Gaffrée-Guinle. .
07/07/1929	-	Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	3	Sobre a nota de pesar do deputado Amaury de Medeiros proposta por Geraldo de Andrade, delegação pernambucana e demais congressistas.
12/07/1929	-	Negros e amarelos	N/L	4	Sobre uma proposta em andamento na Câmara do deputado Fidelis Reis que proibiria a imigração negra e restringiria a amarela em contraponto à resolução do PCBE sobre o tema da imigração.
17/07/1929	-	Eugenia, castidade masculina, etc.	Antonio Leão Velloso	4	Sobre a castidade masculina discutida no PCBE
14/12/1929		Divorcio e Eugenia	Heitor Lima		Crítica do autor ao PCBE, segundo ele composto por “carolas e charlatães” em relação a tese de Medeiros e Albuquerque

Quadro 7 – Correio Paulistano (SP)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 07

Total de matérias selecionadas: 06

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
22/06/1929	Congresso Nacional	Camara	N/L	4	Sessão na Câmara onde Oscar Fontenelle ressaltou a importância da ANM, de Miguel Couto e do PCBE
02/07/1929	-	O Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	6	Sobre as solenidades e congressos
04/07/1929	-	1º Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	2	Sobre as solenidades e congressos
06/07/1929	-	O Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	6	Sobre as solenidades e congressos
07/07/1929	-	O Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	4	Sobre encerramento dos congressos no Distrito Federal e o programa de visitas em São Paulo
10/07/1929	-	1º Centenario da Academia Nacional de Medicina		2	Sobre as ultimas sessões do PCBE e programa de visitas em São Paulo

Quadro 8 – Revista O Brazil-Médico (RJ)

Período: 1912-1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 06

Total de matérias selecionadas: 02

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
08/09/1912	Imprensa Medica Estrangeira	A esterilização dos doentes e degenerados	P.	358, n. 34, ano XXVI	Sobre Galton e esterilização
20/07/1929	-	1º Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	842-845, n. 29, ano XLIII	Resumo das reuniões Congresso de Eugenia

Quadro 9 – Diarrio Carioca (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 06

Total de matérias selecionadas: 06

Data	Coluna	Título	Autor	Pág	Assunto
17/03/1929	-	O Congresso de Eugenia	N/L	6	Expectativas sobre a realização do Congresso de Eugenia
09/06/1929	-	A Academia nacional de Medicina e e a comemoração do seu 1º centenario	N/L	4	Sobre a organização dos congressos.
02/07/1929	-	Os congressos comemorativos do centenario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	N/L	3	Sobre a inauguração dos congressos
03/07/1929	-	As reuniões dos diversos congressos e conferencias comemorativas do Centenario da Academia N. de Medicina	N/L	3	Sobre as solenidades e congressos
05/07/1929	Topicos do "Diarrio"	Os Congressos de Medicina e Eugenia	N/L	4	Exaltação ao PCBE
05/07/1929		Nosso problema sportivo foi apreciado no Congresso Interamericano de Eugenia – O problema da educação physica, ventilado no Congresso de Eugenia		6	Sobre a Educação Física no PCBE defendida por Jorge de Moraes e suas ponderações sobre o governo

Quadro 10 – A Cruz (RJ)

Período: 1929-1937

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 06

Total de matérias selecionadas: 05

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
14/07/1929	-	Congressos e pilherias	N/L	3	Críticas à tese apresentada por Medeiros e Albuquerque
14/07/1929	-	Confederação Catholica – Secção Masculina	N/L	5-6	Sobre voto de aplausos à Vilhena de Moraes, Joaquim Moreira da Fonseca e Barbosa de Oliveira pela defesa dos princípios católicos no PCBE
18/08/1929	-	Ao léo	N/L	3	Críticas à Medeiros e Albuquerque no PCBE com base no em publicação de Mendes Fradique em <i>O Jornal</i>
10/11/1929	-	A castidade	Henrique G. de Serpa Pinto	4	Sobre a defesa da castidade, em um momento cita como exemplo Joaquim Moreira da Fonseca que defendeu isso no PCBE
25/04/1937	-	Academia Nacional de Medicina	Joaquim Moreira da Fonseca	1-4	Joaquim Moreira da Fonseca diz que não apresentou no PCBE o trabalho “Casamento e Eugenia”. Parte transcrita das trocas de correspondências entre ele e Roquette-Pinto sobre isso.

Quadro 11 – Gazeta de Notícias (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 06

Total de matérias selecionadas: 06

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
03/07/1929	-	Pela raça	N/L	1	Exaltação ao Congresso de Eugenia
03/07/1929		--	N/L	1	Nota de fim de página pedindo que pela defesa da raça os jornais parassem de publicar fotos do Dr. Jacarandá, Pingô e outros.
04/07/1929	-	Commemoração do Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	2	Sobre os congressos, solenidades e pequeno trecho sobre a concorrência do PCBE.
05/07/1929	-	Commemorando o Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	2	Sobre visita ao Museu Nacional e trecho do PCBE quando Xavier de Oliveira sugeriu a mudança de nome do congresso.
07/07/1929		Commemorando o Centenario da Academia Nacional de Medicina	N/L	2	Encerramento dos congressos
06/10/1929	Movimento Religioso – Leitura para os domingos	O que a mocidade precisa saber	N/L	6	Sobre a castidade masculina apresentada no PCBE.

Quadro 12 – A Manhã (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 05

Total de matérias selecionadas: 02

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
10/04/1929	A blague do dia	-	Terra de Sena	3	Entrevista com Roquette-Pinto sobre o PCBE, que coloca o concurso de Miss como um dos motivos para o seu acontecimento
02/07/1929	-	Página cortada	N/L	3	Exaltação á eugenia e expectativas sobre o PCBE

Quadro 13 – A Província (PE)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 05

Total de matérias selecionadas: 04

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
03/07/1929	-	Esta no Rio as delegações de Pernambuco ao Congressos Scientificos	N/L	1	Anúncio sobre os delegados de Pernambuco encaminhados aos congressos da ANM: Octavio de Freitas, Edgard Altino, Arthur de Sá e Geraldo de Andrade.
07/07/1929	-	Ainda o encerramento dos congressos commemorativos do centenario da Academia de Medicina	N/L	1	Encerramento dos congressos
21/07/1929	-	Os congressos scientificos realizados ultimamente no Rio	N/L	3-4	Entrevista com Arthur de Sá que traz suas impressões sobre o PCBE no qual participou.
28/07/1929	-	Uma entrevista do Dr. Geraldo de Andrade sobre o Congresso de Eugenia e o esforço do governo de Pernambuco no tocante do assumpto	N/L	1	Anúncio sobre a entrevista de Geraldo de Andrade dada ao <i>O Jornal</i>

Quadro 14 – A Noite (RJ)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 05

Total de matérias selecionadas: 01

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
24/06/1929	-	A delegação medica alagoana vem a esta capital	-	5	Anúncio sobre a ida dos delegados de Alagoas Jorge de Lima e Alvaro Doria aos Congresso da ANM

Quadro 15 – A Gazeta (SP)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 05

Total de matérias selecionadas: 04

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
21/01/1929	-	Cartas do Rio – No Congresso de Eugenia	All Right	2	Traz um pouco do contexto sanitário do Brasil e as expectativas para a realização do Congresso de Eugenia.
12/03/1929	-	Congresso de Eugenia	N/L	3	Expectativas sobre o PCBE
03/07/1929	-	A defesa da raça e os congressos de eugenia e educação	N/L	3	Reprodução de trecho da Gazeta de Notícias sobre o PCBE
08/07/1929	-	Eugenia e Moral – O preconceito religioso como obstaculo as conquistas da sciencia de Galton	N/L	1	Sobre o divórcio e a tese apresentada por Medeiros e Albuquerque

Quadro 16 – O Dia (PR)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 03

Total de matérias selecionadas: 02

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
24/05/1929	-	Chroniqueta Carioca	Honorio Gonçalves	1	Preocupação do autor com a infância abandonada e a crença de que esse assunto seria parte do PCBE
02/07/1929	-	Pelo vigor da raça	Leoncio Correia	1	Um pouco do contexto do Brasil, as expectativas sobre a realização do PCBE e Roquette-Pinto

Quadro 17 – A Federação: Orgam do partido Republicano (RS)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 03

Total de matérias selecionadas: 01

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
02/07/1929	-	Abandono da Raça	Azevedo Amaral	1	Mesmo texto publicado em O Paiz em 19/06/1929

Quadro 18 – O Estado (SC)

Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 01

Total de matérias selecionadas: 01

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
24/08/1929	-	Fox Trot	Gabino Duque	2	Sobre a visita ao Hospital de Alienados por um “dos mais notáveis médicos estrangeiros” que esteve no PCBE acompanhado por Juliano Moreira. A história de um “louco” e sua boneca.

Quadro 19 – Boletim de Eugenia (RJ) Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 05

Total de matérias selecionadas: 02

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
Agosto de 1929, ano I, n. 8	-	1º Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	6	Resumo das reuniões das seções do PCBE.
Outubro-Dezembro de 1932, ano IV, n. 40	Resenha	Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia	N/L	86,87, 88 e 89	As 31 conclusões aprovadas do PCBE

Quadro 20 – Archivos Brasileiros de Hygiene Mental (RJ) Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 03

Total de matérias selecionadas: 01

Data	Coluna	Título	Autor	Página	Assunto
Outubro de 1929, ano II, n. 1,		A representação da Liga no Centenario da Academia Nacional de Medicina		25	No Congresso de Eugenia como representantes da LBHM: Ernani Lopes, Porto-Carrero, Gustavo de Rezende e Xavier de Oliveira

Quadro 21 – A Republica: Orgão do Partido Republicano Paranaense (PR) Período: 1929

Palavra-chave: Congresso de Eugenia

Total de matérias: 01

Total de matérias selecionadas: 01

Data	Coluna	Título	Autor	Pág.	Assunto
03/07/1929		Do Rio - Congresso de Eugenia	Aderson Magalhães	1	Expectativas sobre o PCBE

APÊNDICE C - Congressistas do PCBE (1929)

Congressista	Formação	Ocupação/instituição
1. Victor Russomano (1890-1934)	Faculdade de Medicina de Porto Alegre	Médico e deputado em Porto Alegre
2. Salles Filho	-	Deputado Federal do Rio de Janeiro
3. Achilles de Faria Lisboa (1872-1954)	Faculdade de Farmácia da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Prefeito do município de Cururupu (MA)
4. Oscar Pena Fontenelle (1898-?)	Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Deputado Federal do Rio de Janeiro
5. Ernani Lopes (1885-1975)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Diretor da Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro e membro honorário da Academia Nacional de Medicina
6. Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943)	Faculdade de Medicina da Bahia	Catedrático de Pediatria na Faculdade de Medicina da Bahia
7. Maria Antonietta de Castro (1892-1984)	Escola Normal de São Paulo	Chefe da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo
8. Mendes de Castro	-	Médico em São Paulo
9. Carlos Américo Barbosa de Oliveira (?)	-	Diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

10. Cesídio da Gama e Silva (?)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico em São Paulo
11. Antônio Xavier de Oliveira (1892-1953)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Assistente interino da clínica psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro da LBHM
12. Vergara Keller (?)	-	Redator da <i>Revista Médica de Chile</i>
13. Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1942)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Jornalista, colaborador de alguns jornais do Rio de Janeiro, como <i>O Jornal</i> , <i>A Nação</i> , <i>Correio da Manhã</i> , <i>A Notícia</i> , <i>Gazeta de Notícias</i> , <i>O Paiz</i> , <i>Jornal do Commercio</i> .
14. Raul Reynaldo Rigo		Jornalista
15. Renato Pacheco (1883-1964)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Presidente da Confederação Brasileira Desportiva (CBD)
16. Belisário Penna (1868-1939)	Faculdade de Medicina da Bahia	Inspetor de Propaganda e Educação Sanitária
17. Gustavo Kohler Riedel (1887- 1934)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Fundador da <i>Liga Brasileira de Hygiene Mental</i>
18. Alfredo Moses		
19. Edgard Altino	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Diretor do Instituto Médico-Legal de Recife. Um dos fundadores e docente da Faculdade de Medicina do Recife
20. José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941)	Faculdade de Direito de São Paulo	Docente de Medicina Legal na Faculdade de Direito de São Paulo
21. Miguel Osorio de Almeida (1890-1952)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Docente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientista, escritor, ensaísta,

		presidente da Academia Brasileira de Ciências.
22. Fernando Magalhães (1878-1944)	Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II / Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Fundador da Pró-Matre, presidente da Academia Brasileira de Letras, catedrático de Clínica Obstétrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
23. Arthur Lobo da Silva (1873-1964)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico higienista do Exército Brasileiro
24. Mario Ferreira de Carvalho		
25. José Ignacio Lobo	Faculdade de Medicina São Paulo	Docente da faculdade de Medicina de São Paulo
26. Pedro José de Oliveira Pernambuco Filho (1887 – 1970)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Membro titular da ANM e docente da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
27. Geraldo de Andrade	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Chefe de Serviço na Policlínica Geral de Pernambuco e Inspetor de Higiene Social do Departamento de Saúde Pública de Pernambuco
28. Cândido Firmino Mello Leitão (1886-1948)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Zoólogo do Museu Nacional, professor de História Natural na Escola Normal de Niterói e na Escola Normal do Rio de Janeiro. Participou da Associação Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).
29. Eugênio Vilhena de Moraes (1887-1981)	Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro	Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Centro

		Dom Vital, docente na Escola Santo Inácio e na Escola Normal do Rio de Janeiro
30. General Moreira Guimarães (1864-1940)	Escola Militar da Praia Vermelha	Membro do Comitê Central da Sociedade Positivista Internacional, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de muitas outras sociedades
31. José Joaquim de Campos de Medeiros e Albuquerque (1867-1934)	Escola Acadêmica em Lisboa, curso de História Natural com Emílio Goeldi e aluno particular de Sílvio Romero	Autor da letra do Hino da República, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista
32. Joaquim Moreira da Fonseca (1886-1970)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, secretário da ANM e presidente da União Catholica Brasileira
33. Affonso de Taunay (1876-1958)	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	Diretor do Museu Paulista
34. Severino Lessa (1885-1930)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Um dos fundadores da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, político na cidade de Campos/RJ
35. Galdino do Valle Filho (1879-1961)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Político na cidade de Nova Friburgo/RJ
36. Gustavo Augusto de Rezende (1889-1966)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Presidente de Honra da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) - Assistente do Serviço de Prophylaxia Mental na Colônia de Alienadas

37. José Moraes Mello (?)	-	Médico psiquiatra do presídio do Carandiru (São Paulo)
38. Arthur de Sá (?)	-	Médico do Departamento de Saúde de Pernambuco, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Pernambuco e fundador <i>Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil</i>
39. Julio Pires Porto-Carrero (1887-1937)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
40. Tobias Machado (?)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Diretor da Associação Fluminense dos Estudantes de Medicina
41. Murilo de Souza Campos (1887-1968)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Encarregado da Seção Militar de Observação do Hospital Central do Exército e Hospital Nacional; docente livre de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
42. Milcíades Mário de Sá Freire (1870-1947)	Faculdade de Direito de São Paulo	Foi prefeito do Distrito Federal (1919-1920)
43. Alfonso Bovero (1871-1937)	Diplomado em Medicina e Humanidades na Itália	Cadeira de anatomia e histologia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
44. Benjamin Vinelli Baptista (1901-1983)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
45. Jorge de Moraes Grey (1900-1971)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Deputado Federal
46. Castro Barreto	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Inspetor médico escolar, membro da LBHM

47. Carlos da Motta Rezende (?)		Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital da Polícia Militar
48. Juan Ramon Beltran (1894-1947)	-	Docente de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires
49. Faustino Monteiro Espozel (1888-1931)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Docente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Faculdade Fluminense de Medicina, na Escola Normal do Rio de Janeiro; foi presidente do Clube de Regatas do Flamengo
50. Renato Locchi (1896-1978)	Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.	Livre-docente de anatomia na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo
51. Alberto Childe (1870-1950)		Arqueólogo do Museu Nacional do Rio de Janeiro
52. João Dalmacio de Azevedo	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico no Instituto de Higiene e Serviço Sanitário de São Paulo
53. Antonina Martins		Farmacêutica do Departamento de Saúde de Pernambuco e membro da <i>Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil</i>
54. Carlos Enrique Paz Soldan (1885-1972)	-	Professor de Higiene da Faculdade de Lima e diretor de serviços de proteção às mães

55. Alberto Farani (1883-1937)		Presidente da seção de cirurgia e sistema nervoso da Liga Brasileira de Higiene Mental
56. Leonídio Ribeiro (1893-1976)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Docente de medicina legal da Faculdade Fluminense de Medicina
57. Henrique Tanner de Abreu (1870-?)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Docente de medicina legal da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro
58. Edgard Braga (1897-1985)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico obstetra; poeta; membro-correspondente da Academia Alagoana de Letras
59. Emílio Pimentel de Oliveira (?)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e (?)	Advogado e médico
60. La Guardia		
61. Alfredo Ellis Junior (1896-1974)	Faculdade de Direito de São Paulo	Deputado Estadual de São Paulo
62. Oscar Coelho de Souza (?)	-	Inspetor da Polícia Marítima do Distrito Federal
63. Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Presidente da Liga Paulista de Higiene Mental e diretor do Hospital Psiquiátrico de Juquery, em São Paulo
64. José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Demógrafo, sanitarista, redator chefe da revista <i>Brazil-Médico</i>
65. Alberto José de Sampaio (1881-1946)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Professor e chefe da seção de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro
66. Roberto Hinrichsen (?)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Museu Nacional do Rio de Janeiro

67. Newton Belleza		Agrônomo, poeta e escritor. Foi professor da Escola Mineira de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte
68. Ermírio Lima (1901-1997)	Faculdade de Medicina da Bahia	Livre-docente de Anatomia Humana na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Museu Nacional
69. Jorge Henrique Augusto Padberg Drenkpol (1877-1948)	Ciências Naturais pela Universidade de Múnich e Friburg na Alemanha	Naturalista do Museu Nacional do Rio de Janeiro
70. Astolpho Vieira de Rezende (1870-1946)	Faculdade de Direito de São Paulo	Membro do Conselho de Justiça da Corte de Apelação do Distrito Federal
71. Mario Sérgio Cardim (1888-1953)	Faculdade de Direito de São Paulo	Presidente da União dos Escoteiros no Brasil (UEB)
72. Waldemar Coutts (1895-1959)	Universidade do Chile	Chefe Técnico da Seção de Higiene Social da Diretoria Geral do Chile
73. Julio Eduardo da Silva Araujo (1881-1951)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Presidente da Secção de Farmácia da Academia Nacional de Medicina
74. Gabriel de Andrade (1889-1939)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Cônsul e chefe do serviço oftalmológico da Policlínica Geral do Rio de Janeiro
75. Silio Boccanera Netto (?)	Faculdade de Medicina da Bahia	Fundador da Academia Bahiana de Letras, médico higienista no Rio de Janeiro
76. Antônio Carlos Penafiel (1883-1960)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, médico político, professor e jornalista.
77. Wenceslau de Azevedo Lessa		Sub-delegado em Água Preta/Pernambuco
78. Jorge Prazeres		

79. Alvaro Doria (?)	-	Médico auxiliar do Serviço de Saneamento Rural de Alagoas
80. Rolando Monteiro (1902-1990)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Assistente e Diretor-Interino da Hospital da Cruz Vermelha Brasileira
81. Celso Barroso (?)	-	Médico e fundador da Casa da Criança em Jaú (SP)
82. Jorge de Lima (1893-1953)	Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro	Médico, literato e político.

Fonte: Sites da Academia Nacional de Medicina (ANM), da Academia Brasileira de Letras (ABL) e dos verbetes do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

ANEXO A - Conclusões do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

1º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, solicita do Congresso Nacional uma legislação destinada a preparar um meio ambiente que ofereça condições favoráveis ao aperfeiçoamento da raça.

2º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, solicita do Congresso Nacional a adopção de uma lei que cerque casamento das condições eugenicis indispensaveis ao aperfeiçoamento da raça.

3º O Congresso recomenda a necessidade da divulgação e do ensino especializado de Eugenia.

4º Os principios de Eugenia e a observancia dos seus preceitos não excluem a influencia benefica da educação, escolar ou extra-escolar, física, intelectual ou moral, convenientemente orientada.

5º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, reconhecendo o alto valor da educação moral como fator eugenica, pede aos poderes publicos que desenvolvam, essa educação na escola primaria e particularmente na secundaria.

6º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da República, ás casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco os gravissimos perigos da imigração promiscua sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da Republica.

7º O Primeiro Congresso de Eugenia, considerando que as influencias mesologicas não podem alterar no individuo os caracteristicos hereditarios transtmitidos de geração em geração, julga que a seleção rigorosa dos elementos imigratorios é essencial e insubstituivel como meio de defesa da nossa raça.

8º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que no processo de seleção de imigrantes sejam levados em conta os atributos coletivos das populações donde provierem as correntes imigratorias.

9º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora reconhecendo o valor da seleção por meio e uma escala diferencial das correntes imigratorias em muito desejaveis, desejaveis e indesejaveis, julga, entretanto, que o criterio selectivo mais eficaz é o exame das condições individuais de cada imigrante.

10º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos poderes publicos para o fato de que a saúde física do imigrante e a sua robustez muscular não bastam como caracteristicos do valor eugenico do individuo, o qual só pode ser aferido pela apreciação das qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos profundos de sua herança e, portanto, do seu valor como elemento racial.

11º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia considera que os caracteristicos referidos na na conclusão anterior, embora susceptiveis de apreciação por processos directos (tests), podem ser, entretanto, avaliados com sufficiente precisão por meios indirectos, isto é, por provas de habilitação profissional ou tecnica do imigrante, os eu contrato para serviço especializados por pempresas ou pessoas idonias do país, ou pela posse de quantia substancial.

12º O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando, que, entre as manifestações mais frequentes das taras hereditárias que incapacitam o imigrante, como elemento etnico indesejavel, figuram forma de desequilibrio mental traduzido em tendencias anti-sociais, aconselha a exclusão inflexível de todos os imigrantes com antecedentes criminais.

13º O Primeiro Conbresso Brasieliro de Eugenia, considerando que, nas condições atuais dos paízes super-populosos de alta civilização, os indivíduos que gravitam para o pauperrimo atestam com esse proprio fato a inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração subvencionas, que apenas podem concorrer para a entrada no nosso país de elementos indesejaveis.

14º O Primeiro Congresso Brasieliro de Eugenia aconselha de um modo geral uma politica de reserva sistematica em materia imigratoria, lembrando aos poderes publicos da União e dos

Estados que nas condições creadas pelo desenvolvimento mecanico de todas as formas de atividade produtora, a questão numerica do povoamento passou a um plano secundario, dando-nos muito mais ampla liberdade de ação para exercermos desassombradamente severa vigilancia na seleção de imigrantes.

15º O serviço militar, tal qual se fez presentemente em nosso Exercito, melhora a quase totalidade dos individuos no ponto de vista da sua robustez fisica.

16º As condições intelectuais e morais das praças devem tambem sofrer influencia favoravel naquele serviço.

17º Sanadas as falhas que por ventura ainda existam na escolha dos recrutas e na vida das casernas, os contingentes, ao deixarem as fileiras anualmente, formarão nucleos de homens fortes e sadios, capazes de influir eugenicamente na constituição da nossa população.

18º Compele à officialidade do Exercito e especialmente ao seu Corpo de Saúde, cooperar para a maxima eficiencia daquele serviço no aperfeiçoamento do homem brasileiro.

19º Si na paz essa influencia do serviço militar é materialmente constatada entre nós, na guerra, á parte as desgraças que ela acarreta, os homens, que sobrevivem, parecem ficar providos de maiores possibilidades para vencerem na luta pela vida, conforme verificações gerais em varios paizes.

20º A investigação da paternidade deve abranger os filhos espurios.

21º A mulher, agravada em sua honra, te direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quizer reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente á sua propria condição e estado, em termos identicos aos que estabelece o Codigo Civil Brasileiro.

22º O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha ao governo facilite o mais que for possivel, a imigração européa para o Nordeste Brasileiro. Preferentemente, de colonos agricultores.

23º O primeiro Congresso Americano de Eugenia aconselha a criação de dispensarios psiquiatricos com serviços sociais anexos aos hospitais de assistencia publica e de assistencia a psicopatas.

24º O congresso solicita dos poderes publicos providencias para que, tendo-se em vista os fatores de ordem eugenica, se exijam dos escrivães do registro civil fichas mais completas a proposito do registro dos recém-nascidos, fazendo-se com que nos respectivos assentamentos se mencionem sempre, pelo menos, o nome de quatro avós do registrado, e se possível esclarecimentos sobre os ascendentes, idades, informações sobre o seu modo de vida até que se estude uma formula mais completa e consentania com as exigencias da moderna eugenetica.

Add: pelo menos nos grandes centros o registro dos nascimentos dê as condições somaticas de peso e dimensões do recém-nascido.

25º O alcoolismo, veneno da humanidade, deve ser combatido por todas as formas, devendo constituir uma verdadeira preocupação política no estado moderno.

26º A educação anti-alcoolica (e não simples instrução literaria) deve figurar em todos os institutos de ensino primario no país.

27º Uma legislação anti-alcoolica, habil e adequada, é o mais eficaz e aconselhavel meio de enfrentar os males presentes que decorrem do etilismo.

28º A luta anti-alcoolica é fator eugenico de maxima importancia. A luta anti-alcoolica deve ser baseada:

A) No dificultar a importação, fabricação e o consumo de alcool potavel.

B) No favorecer a fabricação e o consumo do alcool industrial.

Na educação antio-alcoolica obrigatoria

29º O Primeiro Congresso Americano de Eugenia aprova e recomenda seja adotado pelos poderes publicos o plano de luta anti-alcoolica deferido pelo Dr. Serverino Lessa e consubstanciado nos seguintes items:

A) Sobretaxa proporcionada ao teôr alcoolicco no primeiro ano, confirmada nos anos subseqüentes em progressão aritmetica para as bebidas fermentadas e geometrica para as destiladas.

B) limite, cada ano mais baixo, da percentagem alcoolica permitida na licença para venda de bebidas.

C) aproveitamento obrigatório da receita da sobretaxa para constituir um Fundo Especial, destinado exclusivamente à Instrução e Saúde Pública e a proteger a álcool motor.

30º O Primeiro Congresso Americano de Eugenia aprova e recomenda o estudo do anti-projeto de legislação anti-alcoólica, elaborado de acordo com o referido plano.

31º Recomenda a conveniência de rever a legislação penal no sentido anti-alcoólico.

Fonte: *Boletim de Eugenia*, ano IV, n. 40, outubro-dezembro 1932, p. 86-89.

Esse livro tem como objetivo analisar o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) refletindo acerca das discussões sobre o tema racial e o lugar que a infância assumiu na construção da nação brasileira. O livro é resultado de uma Dissertação financiada pela CAPES, ganhadora do Concurso da Melhor Dissertação - 2021/2023: II Prêmio Jacqueline dos Santos Morais realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- Processos Formativos e Desigualdades Sociais- FFP/UERJ.

